

**Plano
Mais Brasil
PPA
2012  2015**

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012**

VOLUME II - TOMO II

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Infraestrutura





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012  **2015**

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO II

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Infraestrutura

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base
2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília :
MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas de infraestrutura, v.2, t.2

1. Plano Plurianual -2012-2015 – Brasil. 2. Infraestrutura. 3. moradia. 4.
saneamento básico. 5. Resíduos sólidos. 6. Energia. 7. Planejamento urbano. I.
Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI

CDU 338.26"2012-2015"(81)

v.2, t. 2

República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades

Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

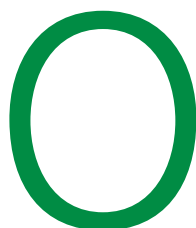
Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO GERAL	9
INTRODUÇÃO	11
POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA	13
2049 - Moradia Digna	15
2068 - Saneamento Básico	27
2067 - Resíduos Sólidos.....	39
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	45
2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	65
2051 - Oferta de Água	87
2033 - Energia Elétrica	93
2022 - Combustíveis	111
2053 - Petróleo e Gás.....	127
2054 - Planejamento Urbano.....	141
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito.....	155
2075 - Transporte Rodoviário.....	175
2074 - Transporte Marítimo.....	187
2073 - Transporte Hidroviário	201
2072 - Transporte Ferroviário.....	209
2017 - Aviação Civil	219
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia.....	233
 ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS.....	 255

APRESENTAÇÃO GERAL



Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o Volume 1 do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012. Neste volume o objeto de avaliação é a consecução, no primeiro ano de execução do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No volume 2 esta análise é complementada pela descrição e avaliação da evolução dos indicadores e metas do Plano (dimensão tática do PPA), bem como pelo acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos programas do Governo Federal no exercício de 2012.

O Brasil no ano passado se deparou com grandes desafios relacionados a um cenário econômico global adverso. A incerta retomada nos Estados Unidos, os problemas fiscais e monetários da União Europeia, e a desaceleração das economias emergentes representaram deterioração do cenário externo, conjugada à acentuação da concorrência internacional.

Em que pesem as dificuldades trazidas pelo quadro internacional, o Brasil continuou a avançar em 2012, ampliando o emprego e reduzindo a pobreza. Isso significa que as políticas públicas do Governo Federal e as mudanças em curso no país continuam na direção correta, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela erradicação da pobreza extrema, que está próxima de se tornar realidade; o Programa de Aceleração do Crescimento e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais necessitados; os estímulos à produção por meio da desoneração tributária; o reforço da tendência de redução histórica da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento do Governo Federal que vem sendo anunciada desde o PPA 2004-2007.

Tal estratégia enfatiza a necessidade de convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012-2015 reforça este compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia: seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

Além desta Introdução, o presente volume conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e 6 seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, é apresentada uma seção conclusiva que consolida os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.



POLÍTICAS DE INFRAESTRUCTURA

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313	30/09/2008	5.572.313
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481	30/09/2008	942.481
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832	30/09/2008	4.629.832
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709	30/09/2007	1.500.709
Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura	unidade	30/09/2007	10.454.947	30/09/2007	10.454.947
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066	30/09/2007	543.066
Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro	unidade	30/09/2007	928.777	30/09/2007	928.777
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	30/09/2007	1.879.907	30/09/2007	1.879.907

Observações:

Déficit habitacional absoluto - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional absoluto em áreas rurais - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária - Não foi publicada a nova pesquisa Déficit Habitacional no Brasil - Fundação João Pinheiro, que serve de referência para a atualização do índice.

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Um dos fatores que mais contribui para a execução do objetivo é o conceito de urbanização integrada do programa que possibilita a aplicação dos recursos nos diversos serviços/obras necessários para superar as condições de precariedade habitacional de áreas irregulares, ambientalmente frágeis e expostas a riscos, habitadas por população de baixa renda. Este formato nasceu em decorrência de práticas bem sucedidas em nível local hoje transportada para uma política pública nacional de urbanização de assentamentos precários.

Outro ponto importante diz respeito ao fato do programa estar inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC o que garante os recursos necessários para o tratamento adequado de favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do País.

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes subnacionais, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público.

Para a seleção dos principais territórios em que seriam alocados os recursos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o Governo Federal, baseado nos estudos fornecidos pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM)/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e outros indicadores de precariedade urbana e social, definiu o conjunto de cidades prioritárias para atuação:

- municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;
- capitais de estados que não integram as regiões metropolitanas;
- outros municípios de grande porte que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional.

Contudo, o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários pode atuar em todos os municípios brasileiros, a partir de demandas qualificadas que identifiquem a precariedade habitacional, na forma descrita nas normas que regem o programa, e apontem para a necessidade dos investimentos.

A distribuição de recursos alocados também seguiu a proporção da dimensão da precariedade habitacional em cada região.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações dos governos Federal, municipais, estaduais e do Distrito Federal e demais atores envolvidos, o Governo Federal criou uma estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC.

O Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, criou o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC para acompanhar e supervisionar sua execução, e instituiu, ainda, o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Essas reuniões são coordenadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Ao mesmo tempo, um dos mais importantes objetivos desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados. Por esse motivo, quadrimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC.

É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impede a padronização de soluções e

encaminhamentos.

Embora o monitoramento realizado pelo Ministério das Cidades seja distanciado da execução diária de cada intervenção, é importante lembrar que a CAIXA, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a expertise de um corpo funcional multidisciplinar, assegurando a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos. Dessa forma, é possível realizar o acompanhamento das obras contratadas in loco, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU, respectivamente. Sobre a atuação desses órgãos, é importante relatar sua atuação na verificação da legalidade dos processos, inibindo ou impedindo eventuais desvios de finalidade dos recursos alocados.

Visando otimizar os recursos aplicados foram estabelecidas regras para que as obras não iniciadas ou com início simbólico (paralisadas há mais de 6 meses com até 2% de execução) fossem iniciadas ou retomadas. Para tanto, estas deveriam alterar o seu status até a data de sua vigência ou não teriam autorização para prorrogação desta. Com isso, foram retomadas 216 operações, perfazendo um investimento de R\$ 1.191,20 milhões e canceladas 239 operações, R\$ 519,40 milhões.

Importante ressaltar ainda que estão sendo tomadas medidas de repactuação de metas para os contratos paralisados ou com execução lenta. Essas medidas incluem supressão ou repactuação de metas e produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A carteira de obras e projetos de urbanização de assentamentos precários, 1.036 operações, que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é de R\$ 21,4 bilhões, sendo R\$ 16,4 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e R\$ 5 bilhões de contratos de financiamento.

Desses, foram selecionadas na primeira etapa do PAC R\$ 16,9 bilhões (558 operações) e na segunda etapa R\$ 8,0 bilhões (478 operações). Sendo que, de auxílio à elaboração de projetos, foram R\$ 101,1 milhões em 149 operações.

Importante ressaltar que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto contrato. Por exemplo, entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

Em 2013, há previsão de serem iniciadas 233 obras de urbanização do PAC 2, perfazendo investimento de R\$ 6,7 bilhões, que irão beneficiar 418 mil famílias e produzir 70.317 unidades habitacionais complementares às intervenções.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários**

Análise Situacional da Meta

A meta de R\$ 30,5 bilhões para 2012 a 2015 coincide com o valor anunciado para o período referente à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 para urbanização de assentamentos precários, de 2011 a 2014.

Na 1ª seleção do PAC 2 foram selecionadas 478 operações perfazendo investimento de R\$ 8,0 bilhões. Desses, R\$ 101,1 milhões, em 149 operações, destinados à elaboração de projetos.

Municípios beneficiados, nas duas etapas do PAC, pelo programa de urbanização nos recortes prioritários apontados:

a) Municípios em Região Metropolitana:

- a.1) Nº de municípios: 195
- a.2) Valor de investimento: R\$ 12.403.689.840,30
- a.3) Famílias beneficiadas: 899.656
- a.4) % do Valor de Investimento: 61%

b) Capitais:

- b.1) Nº de municípios: 27
- b.2) Valor de investimento: R\$ 5.354.153.309,47
- b.3) Famílias beneficiadas: 494.739
- b.4) % do Valor de Investimento: 26%

c) Demais municípios:

- c.1) Nº de municípios: 310
- c.2) Valor de investimento: R\$ 2.663.348.160,25
- c.3) Famílias beneficiadas: 284.849
- c.4) % do Valor de Investimento: 13%

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico.

No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas.

Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$ 1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano.

No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez.

O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos

participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013. Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011.

No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parcerias, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Floriano-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta

Somente no ano de 2012, as contratações atingiram aproximadamente 48% da meta do programa, 95.822 unidades habitacionais. Estima-se que a meta será superada antes do prazo.

Quantidade alcançada

95.822

Data de Referência

31/12/2012

- **Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural**

Análise Situacional da Meta

A contratação, no ano de 2012, superou as expectativas ao atingir 55% da meta total do programa, totalizando 330.581 unidades habitacionais.

Quantidade alcançada

330.581

Data de Referência

31/12/2012

- **Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva**

Análise Situacional da Meta

Um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes do Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Social e Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos; foi criado com o objetivo de formular proposta de um serviço social de moradia voltado para a população-alvo desta meta. O GT estudará a necessidade da criação de programas, procedimentos, linhas de financiamento, subsídios, medidas legais ou quaisquer outros instrumentos que venham a se mostrar imprescindíveis para viabilizar o direito à moradia a tais populações.

- **Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da

meta total do programa, número considerado satisfatório para o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

391.169

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram contratadas 295.942 unidades adaptáveis o que corresponde a aproximadamente 25% da meta de 1,2 milhão de unidades. Já quanto às unidades adaptadas ao uso por famílias com pessoas com deficiência foram 7.014, 35% da meta de 20 mil unidades.

Quantidade alcançada

295.942

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram contratadas, pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), mais de 91 mil operações de crédito imobiliário com pessoas físicas cuja renda excede o teto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse quantitativo representa uma redução de aproximadamente 13% em relação a 2011, quando foram contratadas 105.018 operações.

No âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), também em 2012, foram financiados R\$ 76,5 bilhões em crédito imobiliário habitacional. Esse valor apresenta-se 1,9 % superior àquele observado no ano de 2011, quando os financiamentos alcançaram R\$ 75,1 bilhões.

A expansão observada no crédito habitacional do SBPE no período sob análise é resultado de uma combinação positiva de fatores. No que se refere aos tomadores de crédito, a continuidade da tendência de elevação da renda real, associada ao aumento dos níveis de emprego formal, além da manutenção do Índice de Confiança do Consumidor acima da média histórica, contribuiu para o aumento na demanda por crédito imobiliário. Paralelamente, contribuíram para o incremento na oferta de recursos o crescimento do saldo da poupança, a manutenção do baixo índice de inadimplência na modalidade e o aumento do prazo máximo de financiamento.

Por outro lado, verificou-se, em 2012, diminuição dos lançamentos imobiliários relativamente a 2011. Além disso, o reajuste médio nos preços dos imóveis situou-se ainda em patamar superior ao do índice oficial de inflação. Tais ocorrências implicaram restrições a um maior crescimento dessas operações.

As perspectivas para 2013 apontam para desempenho superior ao observado em 2012, já que se espera a manutenção das condições positivas verificadas: nível de emprego e patamar de renda crescentes, com reflexo direto sobre a confiança do consumidor; disponibilidade de recursos para oferta de crédito; aumento da participação do crédito imobiliário na composição das carteiras das instituições financeiras.

Metas 2012-2015

- **Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, em 2012, 91.386 operações de financiamento imobiliário com recursos do FGTS, totalizando R\$ 6,216 bilhões em recursos onerosos e R\$ 1,017 bilhão em subsídios. O orçamento do fundo para 2013 (IN 56, de 28/12/2012, do Ministério das Cidades) é de R\$ 1 bilhão em subsídios, significando manutenção do patamar ora observado.

Quantidade alcançada

91.386

Data de Referência

31/12/2012

• **Contratar R\$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, em 2012, R\$ 76,529 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, representando mais de 43% da meta prevista para o período 2012-2015. Para 2013, tomando-se como premissa a manutenção das condições positivas verificadas em 2012 (nível de emprego e patamar de renda crescentes, aumento da confiança do consumidor e disponibilidade de recursos para crédito), espera-se crescimento dos valores contratados, quando comparados aos de 2012.

Quantidade alcançada

76.529.259.812

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, no ano de 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social. No que tange ao PLHIS, a SNH focou no apoio a conclusão dos planos contratados em anos anteriores, assim como no monitoramento da adesão ao PLHIS simplificado, instituído no final do ano 2010, para ser utilizado como opção facultativa, inicialmente pensada para os municípios com população até 20 mil habitantes e localizados fora de Regiões Metropolitanas (Resolução no. 37 – CGFNHIS, de 8/12/2010) e, posteriormente ampliada para todos os municípios com população até 50 mil habitantes (Resolução Nº 43, de 5 de julho de 2011). Até o dia 13 de fevereiro de 2013, 883 municípios haviam concluído e habilitado (enviado eletronicamente) o PLHIS simplificado, totalizando, na média nacional, 23,4 % do universo. Em alguns estados brasileiros, como o estado do Mato Grosso, em função do apoio mais efetivo dado pelo governo estadual, este índice ultrapassa os 80% do universo referido. Já para os Planos apoiados com repasses do FNHIS, contratados entre os anos de 2007 e 2010, dos 1.877 planos, até o momento, 987 foram concluídos e aceitos após conferência pela CAIXA do atendimento ao exigido pela regulamentação. A conclusão média no Brasil, atualmente, é de 52,6 %. Neste grupo, o único estado que teve todas as suas contratações concluídas é o estado do Acre, totalizando 22 planos elaborados. Oito estados da federação estão com índices de conclusão de planos maiores que 70%. Entre os estados que contrataram, o mais atrasado nesta execução concluiu apenas um dos 56 planos contratados.

Com relação ao Apoio ao Desenvolvimento Institucional, particularmente em relação ao monitoramento dos Programas Habitacionais da SNH, foram aplicados recursos para firmar Termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social e, na área da Cooperação Técnica, foi firmado um Termo de cooperação com a Universidade Federal do ABC (UFABC), para o apoio técnico-científico à atuação do Governo Brasileiro no Grupo de Trabalho de Assentamentos

Humanos do Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul). Ainda destaca-se a continuidade ao convênio firmado, em dezembro de 2011, com a Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é realização de estudo do déficit habitacional no Brasil. Além destes, não foram programados outros estudos para o exercício orçamentário em questão.

Metas 2012-2015

• 100% dos municípios com adesão ao SNHIS

Análise Situacional da Meta

O termo de adesão é o instrumento por intermédio do qual os estados, Distrito Federal e municípios expressam sua decisão em participar do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. A criação do SNHIS, portanto, introduz a uma nova sistemática de acesso ao repasse dos recursos da União, destinados à Habitação de Interesse Social. Este contém os compromissos previstos no art. 12 da Lei 11.124/2005 em constituir e elaborar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e município, os três elementos anteriormente citados: o Fundo, o Conselho Gestor do Fundo e o Plano Local (ou estadual ou distrital) de Habitação de Interesse Social. Apesar da meta desejável de 100% de adesão entre os entes federados, a liberdade de decisão do ente sobre a sua participação ao Sistema poderá dificultar que esta seja atingida em plenitude. No entanto, apesar desta liberdade os níveis de adesão atualmente são elevados, chegando a 97,34% em 31 de dezembro de 2012, tendo a maior parte dos Municípios feito sua adesão entre os anos de 2006 e 2008, reduzindo a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes. Em 2011, durante a Marcha dos Prefeitos foi feita campanha intensa de coleta de Termos de Adesão. No evento de recepção aos novos prefeitos, realizados em janeiro de 2013, foram distribuídos materiais informativos sobre o SNHIS, explicando as vantagens da adesão. Nos últimos meses, houve pedido de adesão de 11 (onze) municípios.

Quantidade alcançada

97,34

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De um modo geral os resultados alcançados ao longo de 2012 revelam que a construção de um ambiente tecnológico mais moderno para o setor da construção civil, na busca de soluções integradas, descentralizadas e pactuadas com o setor privado e outros agentes públicos, tem propiciado ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Contudo, para atingir algumas metas, especialmente a criação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional para a Construção Civil Habitacional (SiCaP), o tempo que se leva para pactuar alguns acordos e dificuldade de contratação de serviços especializados, tem dificultado o cumprimento do objetivo. Por outro lado alguns avanços foram alcançados, destacando-se:

- a) O aperfeiçoamento dos regulamentos do SiAC, com a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a simplificação do processo de adesão, a fusão dos níveis C e B (Os níveis "C" e "B" são níveis de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade de empresas construtoras, no âmbito do SiAC. Com o aperfeiçoamento dos Regulamentos do SiAC o nível "C" foi suprimido e, atualmente conta uma etapa de "Adesão" e dois níveis de certificação ("B" e "A")); a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da nomenclatura NBR ISO 9001 e a integração do SiAC aos outros sistemas (SiMaC e SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);
- b) O aperfeiçoamento do Regimento Geral do SiMaC, tendo como principal destaque a intensificação da parceria com o

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), principalmente na atuação como órgão responsável pela acreditação das Entidades Gestoras Técnicas (EGT's) que avaliam a conformidade dos produtos-alvo dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) do SiMaC e na participação efetiva na Comissão Nacional do Sistema (CN-SiMaC); bem como o fato de 8 PSQs, de um total de 25 monitorados, terem atingindo a meta de 90% de conformidade com as normas técnicas brasileiras;

c) A publicação de 4 Diretrizes para avaliações técnicas de produtos inovadores e 5 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SiNAT), o que representa 38% do número de DATec's concedidos nos últimos 4 anos, contribuindo para a autorização da utilização de sistemas construtivos inovadores em, aproximadamente, 300.000 unidades habitacionais do PMCMV

A expectativa para 2013, em relação ao SiAC, é a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados. Quanto ao SiMaC espera-se que todas as EGT's sejam acreditadas pelo INMETRO e o número de PSQ's monitorados aumente. Já para o SiNAT, a expectativa é que se concretize alguns acordos de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), INMETRO e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com o objetivo de ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil, bem como promover a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente em avaliações com base no conceito de desempenho.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 90% de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2012, 8 Programas Setoriais da Qualidade - PSQs (32%) atingiram a meta de 90% de conformidade e 17 PSQs (68%) ainda estão abaixo da meta, em função da heterogeneidade e grau de amadurecimento dos diversos setores que compõem a cesta básica dos materiais e componentes utilizados em uma habitação de interesse social. Cabe destacar que os PSQs são exemplos de sucesso de descentralização, em que o Governo assume o papel de articulador, e o setor privado, representado por 17 entidades setoriais nacionais mantém os programas. No âmbito dos PSQs são desenvolvidas atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB). Esse fato reforça a necessidade da ampliação do uso do poder de compra do Governo, bem como a criação de incentivos para a capacitação e melhoria da infraestrutura laboratorial do País, de modo a viabilizar condições mais favoráveis para um cenário de crescente isonomia competitiva no setor da construção civil. Cabe destacar, também, que houve aperfeiçoamento do Regimento Geral do SiMaC, tendo como principal destaque a intensificação da parceria com o INMETRO, principalmente na atuação como órgão responsável pela acreditação das Entidades Gestoras Técnicas (EGT's) que avaliam a conformidade dos produtos-alvo dos PSQs do SiMaC e na participação efetiva na Comissão Nacional do Sistema (CN-SiMaC). A nova redação do referido Regimento foi aprovada no Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH) e encontra-se na Portaria nº 570, do Ministério das Cidades, de 27 de novembro de 2012, publicada no DOU nº 229, seção 1, páginas 53 a 56. A expectativa para o SiMaC em 2013 é que todas as EGT's sejam acreditadas pelo INMETRO, o número de PSQ's monitorados aumente, os indicadores de conformidade dos PSQs que atingiram a meta mantenham-se nesse patamar e que os demais, também, alcancem a meta.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2012

- **Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)**

Análise Situacional da Meta

Essa meta, segundo informações dos agentes financeiros que atuam no PMCMV, está próxima de ser atingida, uma vez que a grande maioria dos empreendimentos habitacionais de interesse social estão sendo autorizados mediante a comprovação da certificação SiAC do PBQP-H. O número de empresas certificadas no âmbito do SiAC nos diferentes níveis ("D", "C", "B" e "A") atingiu a marca de 2964 empresas, sendo que 892 ingressaram no ano de 2012. A grande maioria dessas empresas (68%) estão certificadas no nível "A", nível máximo da certificação, localizam-se em todas as regiões do país e estão distribuídas de acordo com os seguintes percentuais: Região Norte = 12%; Região Nordeste= 15%; Região Centro-Oeste= 10%; Região Sudeste= 41% e Região Sul= 22%. Vale ressaltar que no final do ano de 2012 os Regimentos geral e específicos do SiAC foram aperfeiçoados, destacando-se a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a simplificação do processo de adesão, a fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do SiAC aos outros sistemas (SiMaC e SiNAT) do PBQP-H. A nova redação dos documentos normativos que compõem o SiAC foram aprovadas no Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH) e encontra-se na Portaria nº582, do Ministério das Cidades, de 05 de dezembro de 2012, publicada no DOU nº235, seção 1, páginas 72 a 88. A expectativa para 2013, em relação ao SiAC, é a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados.

- **Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram publicadas 4 Diretrizes para avaliações técnicas de produtos inovadores e concedidos 5 DATec's para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio do SiNAT. Trata-se de um número expressivo, uma vez que representa 38% do número de DATec's concedidos nos últimos 4 anos, contribuindo para a autorização da utilização de sistemas construtivos inovadores em, aproximadamente, 300.000 unidades habitacionais do PMCMV. A expectativa é que, em 2013, esse número seja superado, em função do aumento do número de Instituições Técnicas Avaliadoras (ITA's) no País. Apesar da ampliação do número de ITA's, ainda não é o suficiente e há necessidade de incentivos do Governo para a capacitação profissional e melhoria da infraestrutura laboratorial do País, de modo a melhorar o atendimento das demandas tanto no âmbito do SiNAT, quanto para o atendimento da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho"), cuja exigibilidade está prevista para o final do 1º semestre de 2013. A quantificação da meta tem sido um problema, devido à dificuldade de levantar o número de produtos inovadores autorizados pelos agentes que financiam os empreendimentos de HIS. No ano de 2013, a expectativa é que se concretize alguns acordos de cooperação com o MDIC, INMETRO e FINEP, com o objetivo de ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil, bem como promover a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente em avaliações com base no conceito de desempenho.

- **Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)**

Análise Situacional da Meta

O SiCaP ainda não foi criado devido a dificuldades para o estabelecimento de parcerias com o setor privado, bem como

na formalização de acordos com o poder público. Contudo, as expectativas para o ano de 2013 são boas em função da possibilidade do estabelecimento de parcerias com a FINEP, MDIC, INMETRO e agentes do setor privado, representantes da cadeia produtiva da construção civil, que poderão contribuir para o alcance da meta.

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na disseminação da Política Nacional de Habitação, no que tange à efetividade da realização de ações voltadas para os beneficiários dos programas e ações da área habitacional de interesse social, a Secretaria Nacional de Habitação, durante o ano de 2012, iniciou a preparação de uma segunda edição do curso a distância de trabalho social em projetos e programas habitacionais, com previsão para início no segundo semestre de 2013, destinados prioritariamente a entes federados que possuem contrato no Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), dado que o conteúdo do trabalho social presente no normativo do referido programa, que em função de sua não existência, não foi abordado na primeira edição do curso. Na primeira edição deste curso atingiu-se a marca de 2000 participações, com representantes de todos os estados e dos mais diversos municípios, sendo esperada para esta edição a superação deste número.

Espera-se, ainda, como resultado de recente termo de cooperação firmado com o CNPq, para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social, onde foram selecionados 38 projetos técnicos com os mais diversos focos e abrangências territoriais, a sinalização de aprimoramentos necessários nas atuais regras de implementação dos programas habitacionais.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda**

Análise Situacional da Meta

O trabalho social na habitação tem caráter socioeducativo e visa apoiar as famílias de baixa renda, beneficiárias dos programas habitacionais, a buscarem sua autonomia por meio de ações de inclusão socioeconômica. Dada a vulnerabilidade social dos beneficiários dos programas habitacionais, o trabalho social busca, por meio do apoio à organização comunitária, da articulação de políticas públicas, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuir para a superação dessa condição.

Assim, em todos os empreendimentos de habitação de interesse social é obrigatória a realização de trabalho social com as famílias beneficiárias desde o início de sua implantação até o estágio denominado de pós-ocupação, que corresponde ao período que se inicia com a ocupação das unidades habitacionais pelas famílias. Porém, a visão multidimensional da realidade impõe que o trabalho social na habitação extrapole os limites da ação localizada, para se inserir no âmbito das políticas públicas, devendo contribuir também para a inserção social das famílias, para a inserção urbana dos empreendimentos e para a gestão democrática dos investimentos públicos.

Ressalta-se para o alcance e continuo aprimoramento do trabalho social, a realização, durante o ano de 2012, de três workshops de abrangência nacional, onde foram debatidas as oportunidades e restrições para o pleno alcance dos objetivos propostos.

Outra importante ação foi a criação de grupo de trabalho para a revisão e modernização de todo o marco regulatório do trabalho social nas intervenções de habitação e saneamento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 - que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, e institui o Conselho Gestor do FNHIS -, é atribuída ao Ministério das Cidades a competência de instituir cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios, e zelar pela sua manutenção. A esta competência, por força do artigo 11º da Lei 12.424, de 16 de junho de 2011 - que altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências -, fica instituído o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio.

Até o momento são utilizados como fonte de registro de beneficiários habitacionais, o CADÚnico, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e o Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), mantido pela CAIXA.

Contudo, permanece a lacuna da integração de um sistema federativo, envolvendo as três esferas de poder. Neste cenário, a SNH está envidando esforços para promover o desenvolvimento de sistema, partindo de um diagnóstico dos cadastros hoje utilizados, bem como a montagem de um plano de trabalho por Grupo Técnico constituído no final do ano de 2012.

- **Priorizar áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social**

Análise Situacional da Meta

A intersectorialidade das ações de governo é a tônica principal da política nacional de habitação, buscando complementaridade de esforços entre os programas de governo.

Neste sentido, vem sendo realizado, pela SNH, reuniões de sensibilização com o poder público local sobre a importância de articular políticas sociais complementares como educação, saúde, assistência aos empreendimentos habitacionais, dotando-os de plenas condições para uma moradia digna aos beneficiários.

Além disto, a SNH vem buscando a parceria com outros ministérios para que suas carteiras prioritárias de investimento, em especial, as relativas à implantação de infraestrutura socioeducacional e de saúde sejam aderentes aos territórios impactados por produção habitacional.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água (%)	%	31/12/2008	31	31/12/2008	31
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,6	31/12/2010	37,9
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41	31/12/2010	38,8
Índice de tratamento de esgotos	%	31/12/2008	66	31/12/2008	66
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2009	62	31/12/2011	71,55
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	29	31/12/2011	29,6
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2009	24	31/12/2011	29,39
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2009	4	31/12/2011	2,97
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2009	97	31/12/2011	97,84
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	92	31/12/2011	93,34
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2009	80,4	31/12/2011	84,82
Percentual de municípios com plano de saneamento básico	%	31/12/2008	0	31/12/2011	10,9
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51	31/12/2008	51
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2009	56,05	31/12/2011	58,88

Observações:

Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água (%) - Não houve apuração dos indicadores no período.

Índice de tratamento de esgotos - Não houve apuração dos indicadores no período.

Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna - Indicadores atualizados apenas com os dados da PNAD.

Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica - Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica:

Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos - Não houve apuração dos indicadores no período.

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Medidas estruturantes consistem em intervenções que fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na da melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. Tal descrição consta do estudo do Panorama do Saneamento Básico do Brasil e da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, ambos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

Assim, o ponto de partida é o pressuposto de que o fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais (obras de ampliação da capacidade dos sistemas) em aplicação através dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Esse desenho foi inserido no PPA 2012-2015, com as iniciativas e ações orçamentárias que fazem parte do escopo deste objetivo descritas como estruturantes, pois buscam enfrentar os problemas das funções de gestão descritas na Lei 11.445/07, ou seja: o planejamento, a eficiência e efetividade da prestação de serviços, a educação ambiental, a capacitação, e a participação e o controle social.

Realizações no período de execução do objetivo:

Visando não só atender aos preceitos estabelecidos na Lei 11.445/07 (Lei do Saneamento), mas também promover a inclusão socioeconômica da população e contribuir para o crescimento sustentável do País, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades (MCidades) vem implementando uma série de iniciativas de cunho estruturante para o setor saneamento. Uma das ações a se destacar é a elaboração da Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, que além de um amplo diagnóstico da situação do saneamento no País, propõe diretrizes, metas e estratégias voltadas para a universalização dos serviços. A proposta do PLANSAB foi objeto de uma consulta pública em âmbito nacional em 2012, que contou com ampla participação da sociedade. Com a finalização dessa etapa foi iniciada a revisão do texto, considerando não apenas o resultado da consulta pública, mas também a atualização de dados em razão das pesquisas recentemente publicadas.

Houve o lançamento do edital de Chamada Pública SNSA/MCidades nº 01/2012 para a elaboração de Diagnóstico sobre a situação das Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES do Brasil.

No âmbito do PAC 2, foram contratados R\$ 500 milhões em 410 operações de estudos e projetos na área de saneamento básico e, por meio de financiamento extra-orçamentário, foram executados R\$ 71,8 milhões em Planos e Projetos de Saneamento, em 2012.

A SNSA apoiou a realização de 15 (quinze) atividades de capacitação e esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional, considerando o envolvimento na organização e a participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero. Foi dado prosseguimento ao fortalecimento de três núcleos regionais (Nordeste, Sul e Sudeste) da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Básico - ReCESA. Neste 2º Ciclo, com recursos decorrentes do Edital 43/2010, foram executados projetos relacionados à

produção, revisão e atualização de materiais pedagógicos, desenvolvimento de plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação de educação à distância e desenvolvimento de proposta de certificação em saneamento.

Com relação às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento - denominado “Trabalho Social” -, foi dada continuidade às atividades que vêm sendo desenvolvidas de acompanhamento e monitoramento de cerca de 700 empreendimentos de saneamento, contratados em anos anteriores e financiados com recursos do PAC, em mais de 300 municípios ou regiões metropolitanas. Durante o ano, também foi iniciado o processo de construção, contando com a realização de consulta pública via Internet, de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação.

Quanto ao Sistema Nacional de Informação em Saneamento – SINISA, a SNSA fez a aplicação de R\$ 500 mil em convênio com o CDT/UnB visando a sua estruturação.

Distribuição territorial: a distribuição territorial das ações de saneamento é nacional.

Monitoramento da gestão:

Os recursos transferidos por meio de contratos de repasse, como é o caso das obras, projetos e planos de saneamento, são monitorados por técnicos da SNSA por meio do acompanhamento das informações disponibilizadas pelos agentes operadores (no âmbito do Orçamento Geral da União, a CAIXA, mandatária da União) ou pelos executores (Estados, DF, Municípios, Prestadores de serviços) e, eventualmente, com visitas “in loco” pelas equipes. Com o objetivo de aprimorar o processo de monitoramento dos contratos sob responsabilidade da SNSA, desenvolveu-se o Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos – SACI. O Sistema é alimentado periodicamente com a base de dados dos agentes operadores e financeiros e complementado com informações advindas dos proponentes, obtidas diretamente pelos monitores dos contratos. Dois processos importantes que congregam as atividades da SNSA são desenvolvidos com a utilização do sistema: o primeiro é a seleção de empreendimentos por meio de Cartas Consultas; e o segundo é o acompanhamento dos empreendimentos contratados pelos Programas, possibilitando a agregação de informações para prestação de contas aos diversos públicos interessados.

Assim, o monitoramento é feito com o objetivo de manter um registro mais atual possível do andamento das obras do PAC sob gestão da SNSA. É possível acompanhar os serviços realizados pelos Agentes Operadores e Financeiros, validar as informações recebidas de forma a garantir a manutenção da qualidade das informações da base de dados e obter informações diretamente dos proponentes. Devido à quantidade de operações sob gestão da SNSA, o monitoramento remoto é realizado através da priorização das operações não contratadas, com baixa execução, paralisadas ou de acordo com a gravidade das pendências para o início das obras, possibilitando com isso identificar entraves para o bom andamento dos empreendimentos apoiados, a fim de subsidiar a agilização das providências e superação dos obstáculos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento**

Análise Situacional da Meta

As ações de apoio ao controle da qualidade da água nos municípios são compostas de visitas técnicas, capacitação e análises de qualidade da água. Em 2012 foram apoiadas 681 comunidades localizadas em 629 municípios.

Quantidade alcançada

681

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 629 municípios com ações de capacitação, análises laboratoriais, visitas e assistência técnica nas ações de controle da qualidade da água.

Quantidade alcançada

629

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	225	município	102	31/12/2012
Região Nordeste	525	município	242	31/12/2012
Região Norte	450	município	102	31/12/2012
Região Sudeste	150	município	125	31/12/2012
Região Sul	150	município	58	31/12/2012

- **Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 16 municípios em ações de melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento por intermédio de capacitação, desenvolvimento institucional e implementação de modelos de gestão eficientes e, conseqüentemente, a melhoria na prestação dos serviços. Os cenários adversos, os desafios postos e sua complexidade no tocante a estruturação e implementação de modelos de gestão vêm demandando uma atuação intersetorial, com vistas a assegurar ao tema Gestão reflexões e proposições cuja centralidade esteja na formulação de políticas públicas, na capacitação de quadros, e no engajamento efetivo de potenciais atores e, em especial, por parte dos agentes nas unidades descentralizadas (SUEST). Este engajamento, no entanto, não se deu ainda na sua plenitude, mas houve avanços significativos em 4 Unidades Federadas, fato esse que oportunizou a consecução dos resultados de forma parcial nos 16 municípios.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Foram selecionados 20 estudos e pesquisas por chamamento público, voltadas às necessidades de pesquisas das áreas de saúde ambiental e saneamento ambiental, sendo 11 deles em 2012.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados 113 convênios para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico de 135 municípios.

Quantidade alcançada

135

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) está realizando em parceria com a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) 40 cursos de capacitação de municípios para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Em 2012 foram capacitados 94 municípios.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

Não foi realizado nenhum estudo no período. Tal situação se deu em razão do Acordo de Cooperação com a Organização dos Estados Americanos - OEA para execução do Programa INTERÁGUAS ter sido firmado somente em 07/12/2012, data em que ocorreu o empenho dos recursos. Assim, permanece a meta de 20 Estudos a ser perseguida, porém, sendo executada no âmbito do Acordo supra citado.

- **Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento**

Análise Situacional da Meta

Considerando o envolvimento na organização e participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero, a SNSA esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional, tendo realizado 15 atividades de capacitação no período.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 567 municípios no fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental voltadas para a sustentabilidade socioambiental.

- **Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não foram realizadas novas seleções. Foram contratados, em 2011, R\$ 414 milhões em intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água, provenientes de operações de mercado, às quais se deu prosseguimento em 2012.

- **Contratar R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC 2, foram contratados R\$ 500 milhões em 410 operações de estudos e projetos na área de saneamento básico.

- **Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi lançado o Edital de chamada pública SNSA/MCidades n.º 01/2012 para a realização de descentralização

orçamentária para Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), relativo aos 3 Planos Regionais de Saneamento das RIDES. Atualmente as propostas apresentadas encontram-se na fase de análise.

- **Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)**

Análise Situacional da Meta

Quanto ao Sistema Nacional de Informação em Saneamento – SINISA, em 2012 foi feita a aplicação de R\$ 500 mil em convênio com o CDT/UnB visando a sua estruturação.

- **Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a SNSA/MCidades deu continuidade às atividades do 2º Ciclo da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA). Três núcleos regionais (Nordeste, Sul e Sudeste), decorrentes do Edital 43/2010, vêm executando projetos relacionados à produção, revisão e atualização de materiais pedagógicos, desenvolvimento de plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação de educação à distância (EaD) e desenvolvimento de proposta de certificação em saneamento.

- **Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental**

Análise Situacional da Meta

Quanto às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento - o denominado “Trabalho Social” -, em 2012 deu-se continuidade às atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa, desde o lançamento do PAC 1, com a adoção de alguns aperfeiçoamentos. Cerca de 700 empreendimentos de saneamento, contratados em anos anteriores, financiados com recursos do PAC, em mais de 300 municípios ou regiões metropolitanas, estavam e continuam executando ações do Trabalho Social. Durante o ano, também foi iniciado o processo de construção, com consulta pública via Internet, de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação.

- **Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)**

Análise Situacional da Meta

No final do ano de 2012 foi realizada a descentralização orçamentária para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no valor de R\$ 346.084,00 para ser aplicado no exercício de 2013, na atualização da proposta do PLANSAB. As atividades de monitoramento e revisão do PLANSAB ficaram para a fase posterior a sua publicação, prevista para 2013.

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, o Governo Federal investe na implantação, ampliação e melhorias estruturantes dos sistemas, sobretudo nas áreas mais carentes dos municípios brasileiros.

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do Ministério das Cidades atualmente é composta por 2.195 operações, que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e totaliza de R\$ 34,46 bilhões, sendo R\$ 14,73 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do

Orçamento Geral da União – OGU e R\$ 19,73 bilhões de contratos de financiamento. Do total de empreendimentos selecionados nas carteiras do PAC 1 e do PAC 2, tem-se a seguinte divisão por modalidades:

- * Abastecimento de Água - 649 operações - R\$ 10,32 bilhões
- * Esgotamento Sanitário - 764 operações - R\$ 15,90 bilhões
- * Estudos e Projetos - 479 operações - R\$ 0,47 bilhão
- * Saneamento Integrado - 166 operações - R\$ 6,15 bilhões
- * Manejo de Resíduos Sólidos - 91 operações - R\$ 0,34 bilhão
- * Desenvolvimento Institucional - 46 operações - R\$ 1,28 bilhão

No âmbito do PAC 2, até 2012 foram contratadas 858 operações, no valor total de R\$ 10,98 bilhões, nas seguintes modalidades:

- * Abastecimento de Água - 194 operações - R\$ 3,72 bilhões
- * Esgotamento Sanitário - 209 operações - R\$ 5,15 bilhões
- * Estudos e Projetos - 410 operações - R\$ 0,50 bilhão
- * Saneamento Integrado - 33 operações - R\$ 0,97 bilhão
- * Manejo de Resíduos Sólidos - 5 operações - R\$ 0,30 bilhão
- * Desenvolvimento Institucional - 7 operações - R\$ 0,33 bilhão

Ainda, no exercício de 2012 foram concluídas 85 obras de saneamento, perfazendo um investimento de R\$ 1,13 milhões. Exemplos de obras concluídas são:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) - Estação de Tratamento de Água (ETA) Taiacupeba – Suzano/SP – R\$ 275 milhões
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) - Adutora de interligação dos sistemas Rio das Velhas e Paraopeba – Belo Horizonte/MG – R\$ 96 milhões
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) nas zonas norte e leste da sede municipal - Manaus /AM – R\$ 57 milhões
- Ampliação e Otimização do sistema de abastecimento de água de Boa Vista – 2ª etapa – Boa Vista/RR – R\$54 milhões.

Também foram iniciadas 54 obras, perfazendo um investimento de R\$ 3,27 bilhões. Exemplos de obras relevantes iniciadas são:

- Saneamento Integrado na Bacia do Rio Camaçari - Camaçari/BA - R\$ 145 milhões
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no Bairro Várzea do Palácio - Guarulhos/SP - R\$ 126 milhões
- Adequação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) - alimentadores e anéis secundários para receber o incremento de oferta do Sistema Produtor Pirapama - Recife/PE - R\$ 125 milhões
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) - execução de redes coletoras, interceptores, ligações domiciliares, elevatória – Goiânia/GO – R\$ 100 milhões

Importante ressaltar que, devido às características das intervenções de saneamento, em geral, somente após a conclusão da intervenção são gerados os benefícios à comunidade.

Já a Funasa, por intermédio do PAC 2, promoveu uma seleção pública para contratação de obras de sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. Parte das obras dessa seleção foram contratadas ainda no ano de 2011 e, em 2012, foram contratados cerca de R\$ 1,42 bilhões para as intervenções. Além disso, foi lançada nova seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com previsão de

contratação de R\$ 2 bilhões, sinalizando que a meta inicialmente pactuada, de R\$ 1,28 bilhão de contratação em intervenções de esgotamento sanitário e R\$ 960 milhões em abastecimento de água, será alcançada ainda no ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não houve execução desta meta.

- **Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 47 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes foram beneficiados com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2012

- **Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 95 municípios receberam melhorias sanitárias domiciliares.

Quantidade alcançada

95

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R\$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

A Funasa, por intermédio do PAC 2, promoveu uma seleção pública para contratação de obras de sistemas de esgotamento sanitário. Esta seleção culminou na publicação da Portaria Funasa nº 808/2011. Parte das obras foram contratadas ainda no ano de 2011, e em 2012 foram contratadas cerca de R\$ 0,95 bilhão para a ação. Com o anúncio de nova seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com previsão de contratação de R\$ 2 bilhões, e, considerando que a seleção já encontra-se aberta, a meta inicialmente pactuada será alcançada ainda no ano de 2013.

Quantidade alcançada

0,95

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R\$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente**

Análise Situacional da Meta

Até 2012 foram contratados R\$ 5,15 bilhões (209 empreendimentos) em intervenções de esgotamento sanitário nos municípios com baixos índices do serviço. Tais contratações são provenientes das seleções do PAC 2. Ressalta-se ainda, que em setembro de 2012, foi lançada uma nova seleção de empreendimentos para intervenções de esgotamento sanitário, cujo resultado ainda não foi divulgado. No âmbito do PAC 1 e 2, foram selecionados R\$ 15,90 bilhões em 764 operações de esgotamento sanitário no país.

Quantidade alcançada

5,15

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC 2 foram contratados R\$ 0,30 bilhão em manejo de resíduos sólidos urbanos até 2012.

Quantidade alcançada

0,3

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R\$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC 2, foram contratadas 33 operações em Saneamento Integrado, totalizando o valor de R\$ 0,97 bilhão investido até 2012. Somando-se os investimentos do PAC 1 e 2, foram selecionados R\$ 6,15 bilhões em 166 operações de saneamento integrado no país.

Quantidade alcançada

0,97

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R\$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

Até 2012 foram contratados R\$ 3,72 bilhões em 194 operações de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade ofertada insatisfatória, no âmbito do PAC 2. Acrescenta-se que em setembro de 2012 foi realizada uma nova seleção de empreendimentos para intervenções de abastecimento de água, cujo resultado ainda não foi divulgado. Somando-se a 1ª e 2ª etapas do PAC, foram selecionados R\$ 10,32 bilhões em 649 operações de abastecimento de água no país.

Quantidade alcançada

3,72

Data de Referência

31/12/2012

- **Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

A Fundação Nacional de Saúde - Funasa, por intermédio do PAC 2, promoveu uma seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água. Esta seleção culminou na publicação da Portaria Funasa nº 808/2011. Parte das obras foram contratadas ainda no ano de 2011, e, em 2012, foram contratadas cerca de R\$ 470 milhões para a ação. Com o anúncio de nova seleção pública para contratação de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com previsão de contratação de R\$ 2 bilhões, e, considerando que a seleção já encontra-se aberta, a meta inicialmente pactuada será alcançada ainda no ano de 2013.

Quantidade alcançada

470

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais (povos indígenas e comunidades quilombolas), assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como atribuição o desenvolvimento de ações de saneamento básico nas sedes urbanas dos municípios com até 50.000 habitantes.

Com relação às ações de Saneamento Rural, desenvolvidas principalmente em comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, cabe informar que as mesmas constam do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC 2, tendo suas metas estabelecidas para 2012 voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria. Os principais resultados obtidos em 2012 podem ser resumidos nos seguintes quantitativos:

- Contratação de 123 sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas;
- Contratação da elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água para 154 comunidades rurais do semiárido e 11 comunidades rurais fora do semiárido;
- Contratação de sistemas de abastecimento de água para 218 comunidades rurais.

Metas 2012-2015

• Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos

Análise Situacional da Meta

As metas estabelecidas para 2012 foram voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Ressalta-se que a programação anual das ações de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos, sob a responsabilidade da Funasa, é elaborada com a participação direta da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, utilizando-se como critério de seleção as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Destaca-se que as obras de saneamento, em regra, são executadas pelos Municípios, por meio de celebração de Termo de Compromisso ou convênio, demandando dessa forma a análise da documentação técnica exigida legalmente. Todo esse processo que antecede a execução das obras demanda tempo, ou seja, geralmente as obras contratadas em um exercício são executadas no exercício seguinte.

Assim sendo, a meta atingida em 2012 (1º ano do PPA 2012-2015) corresponde à contratação de sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas, sendo 61 com sistemas coletivos, selecionados por meio da Portaria nº896/2012 e 62 sistemas simplificados com estudos geofísicos e perfuração de poços contratados por meio de execução direta.

Quantidade alcançada

123

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais

Análise Situacional da Meta

As metas estabelecidas para 2012 foram voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais

especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Destaca-se que as obras de saneamento, em regra, são executadas pelos Municípios, por meio de celebração de Termo de Compromisso ou convênio, demandando dessa forma a análise da documentação técnica exigida legalmente. Todo esse processo que antecede a execução das obras demanda tempo, ou seja, geralmente as obras contratadas em um exercício são executadas no exercício seguinte.

Assim sendo, a meta atingida em 2012 (1º ano do PPA 2012-2015) corresponde à contratação de obras de saneamento em 218 comunidades rurais.

Além das obras, em 2012 foram também contratadas a elaboração de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água para 165 comunidades e de esgotamento sanitário para 30 comunidades. A seleção das comunidades foi realizada conforme estabelecido na Portaria nº 314, de 14 de junho de 2011 (Cartas-consulta).

Quantidade alcançada

218

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390	31/10/2008	30.390
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175	31/10/2008	1.175
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8	31/10/2008	8
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,8	31/10/2008	17,8
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695	31/10/2008	40.695
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636	31/10/2008	167.636
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710	31/10/2008	45.710
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96	31/12/2010	2,3

Observações:

Número de catadores ligados a cooperativas ou associações - Número de cooperativas ou associações de catadores; Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações; Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva; Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados; Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários; Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões: Não houve atualização da pesquisa PNSB/IBGE-2008, então permanece o indicador original.

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo possui três eixos principais que são a inclusão socioeconômica dos catadores, a gestão consorciada dos resíduos sólidos e o apoio para a implantação da coleta seletiva. Os três eixos têm impacto direto sobre o efetivo encerramento dos lixões até o final de 2014, de acordo com os termos da Lei 12.305/2010.

Visando o fortalecimento da cadeia produtiva dos recicláveis, com a inclusão socioeconômica dos catadores, algumas ações realizadas em 2012 se destacaram. Foi instituído o Decreto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) presumido, que reduz o referido imposto dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Foram amparadas também 26 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores, abrangendo 531 empreendimentos. No que tange à gestão da política de inclusão

dos catadores, 2012 foi um ano de transição e mudanças na coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC, sendo que a coordenação, que estava com o MDS, em conjunto com o MMA, passou para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Com a sensibilização dos gestores públicos sobre a necessidade de serem elaborados os Planos de Resíduos Sólidos, houve um considerável avanço nas iniciativas de manejo dos resíduos sólidos, sobretudo quanto à gestão consorciada. Dados da MUNIC/IBGE (Pesquisa de Informações Básicas sobre Municípios) retrataram o avanço, nos últimos anos, do número de consórcios intermunicipais de saneamento básico: entre 2008 e 2011 dobrou o número de municípios que dispõem deste instrumento de gestão, passando de 6% para 12% dos municípios. Esse movimento tem sido favorecido pela política de apoio do governo federal, que induz pequenos municípios a se consorciarem para terem acesso a recursos para implantação dos sistemas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

No âmbito da coleta seletiva, estão em fase de análise 50 propostas de municípios para celebração de contratos de repasse visando a elaboração dos Planos de Coleta Seletiva. Outra ação importante foi a capacitação de catadores para fortalecimento da coleta seletiva, feita pelos Estados com apoio da União. Foram apoiados 25 Estados, beneficiando 32.459 pessoas diretamente.

Metas 2012-2015

- **Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva**

 - Análise Situacional da Meta**

 - Estão em fase final de análise 50 propostas de municípios, para celebração de contratos de repasse para Planos de Coleta Seletiva.

- **Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores**

 - Análise Situacional da Meta**

 - Foram apoiados 25 Estados em 2012, beneficiando 32.459 pessoas diretamente e 70.141 indiretamente.

 - Quantidade alcançada**

 - 32.459

 - Data de Referência**

 - 03/12/2012

- **Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos**

 - Análise Situacional da Meta**

 - Foram concluídos os aterros sanitários do Consórcio Ecotrês em Conselheiro Lafaiete-MG, que atende 3 municípios, e do Consórcio Intermunicipal de Curvelo-MG, que atende 27 municípios na Bacia do Rio São Francisco. O aterro de Juazeiro-BA, que atende 2 municípios, está em fase de conclusão.

 - O aterro sanitário de Olho D'água das Flores-AL, do consórcio CIGRES/AL, que engloba 12 municípios, está com a conclusão prevista para 2013.

Por meio da articulação do governo federal foi aprovado o termo de adesão à formalização de um consórcio pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e pelas Câmaras Municipais de Goiânia e de mais seis municípios da RIDE – Região de Interesse de Desenvolvimento Econômico do DF.

 - Quantidade alcançada**

 - 2

 - Data de Referência**

 - 03/12/2012

- **Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem**

Análise Situacional da Meta

Na área de incentivo a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, foi instituído o Decreto do IPI presumido, que reduz o IPI dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em 2012 foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada

323

Data de Referência

03/12/2012

- **Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiados 26 redes que abarcaram 531 empreendimentos relacionados aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

03/12/2012

- **Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores**

Análise Situacional da Meta

A meta está sendo reavaliada em virtude da mudança de estratégia nas ações de apoio aos catadores. Durante o ano de 2012, a Coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais reutilizáveis e Recicláveis – CIISC passou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Secretaria Geral da Presidência.

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) aprovou, após amplo processo participativo, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O Plano é elemento importante para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No âmbito do Comitê, também foram formuladas duas propostas normativas para definição de instrumentos previstos na Política Nacional: uma com os critérios para a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos e a outra para recuperação de áreas contaminadas órfãs (áreas contaminadas cujos responsáveis não são identificáveis). Foi proposto ainda termo de referência sobre os planos de gerenciamento destas áreas órfãs.

O Governo Federal continuou apoiando estados e municípios na elaboração dos Planos de Resíduos Sólidos, através dos contratos de repasse celebrados. Foram contratados 19 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, incluindo o Plano Distrital

do DF. Nos anos de 2011 e 2012 foram apoiados 343 Planos de Resíduos (entre Planos de Gestão Integrada e de Coleta Seletiva) e 14 Planos Intermunicipais.

O Portal do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) foi lançado, sendo esta uma importante ferramenta de gestão da informação para a política. Outro ponto de destaque foi a realização de oficinas para discutir a gestão dos resíduos nas cidades sede da Copa de 2014.

O Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (CORI) assinou, em dezembro de 2012, o texto consolidado do acordo setorial para embalagens plásticas de óleos lubrificantes. Além disso, encontram-se em análise pelo CORI as propostas de acordo setorial para lâmpadas, eletroeletrônicos e embalagens. Estes acordos são importantes instrumentos da estratégia para a implantação da logística reversa no país.

Um dos grandes desafios para o avanço na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a necessidade de maior articulação intragovernamental, com o setor privado e com o terceiro setor.

Metas 2012-2015

- **20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado**

Análise Situacional da Meta

Está em andamento o curso de educação à distância (EAD) para 23 estados sobre identificação dos valores de qualidade de referência do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. A principal dificuldade é a carência de estrutura para a realização dessa atividade nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs).

- **8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados**

Análise Situacional da Meta

O primeiro acordo setorial foi assinado em 2012 com o setor de embalagens plásticas de óleos lubrificantes. A previsão é que os acordos com os setores de lâmpadas, de eletroeletrônicos, de embalagens e de medicamentos sejam assinados em 2013. No âmbito do CORI será discutida a necessidade de novos acordos. Como entraves estão a necessidade de controle de importação, o estabelecimento de incentivos fiscais ou econômicos e o estabelecimento de procedimentos simplificados para pontos de coleta e transporte até os galpões de triagem.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

04/12/2012

- **Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados 19 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, incluindo o Plano Distrital do DF, em 2012. Os Estados foram: SP, PE, RN, MG, SE, BA, AM, GO, RS, MS, SC, MT, RO, PR, CE, AL, ES, DF e TO.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

04/12/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos**

Análise Situacional da Meta

O Comitê Interministerial da PNRS, instituído pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, aprovou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, após as contribuições colhidas em cinco audiências públicas regionais e uma Audiência Pública Nacional, e no processo de consulta pública via Internet. O Plano tem previsão de ser decretado ainda em 2013.

- **Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o apoio aos Planos de Coleta Seletiva ficou inserido nos Planos Municipais de Manaus e Belo Horizonte e, isolados, em outros dois planos. Foi lançado em 2012 um programa para apoio à elaboração de Planos de Coleta Seletiva dos municípios cujas propostas fossem aprovadas. E assim foram contratados 36 Planos de Coleta Seletiva através de contratos de repasse, tendo a Caixa Econômica Federal como mandatária.

- **Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país**

Análise Situacional da Meta

O apoio à elaboração dos Planos Municipais e Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está sendo implantada pelo Governo Federal através dos contratos de repasse celebrados nos anos de 2011 e 2012, tendo a Caixa Econômica Federal como mandatária. Esta ação contempla 343 Planos de Resíduos (entre Municipais e de Coleta Seletiva) e 14 Planos Intermunicipais, totalizando 283 municípios. Estão previstas assinaturas de contratos de repasse para apoio a mais 25 Planos Intermunicipais, abrangendo 391 municípios.

Quantidade alcançada

5,08

Data de Referência

04/12/2012

- **Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões e oficinas internas do Governo Federal sobre o assunto e uma Oficina Nacional com representantes do Governo Federal, da sociedade civil e dos Governos Estaduais e Municipais.

Foi contratada a Universidade de Brasília para o desenvolvimento do Sistema de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR. O Portal do SINIR (www.sinir.gov.br) foi lançado em 2012. O MMA já assinou contrato para aquisição de imagens via satélite para o georreferenciamento do Sistema.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento)	município	01/07/2008	811	01/07/2008	811
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem)	município	01/07/2008	1.210	01/07/2008	1.210
Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado	município	01/06/2011	458	01/06/2011	458

Observações:

Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado - Não houve disponibilidade de dados para atualização desse indicador em 2012. A SEDEC está buscando dados mais confiáveis quanto à estrutura das coordenadorias municipais por meio do portal comdec.integracao.gov.br. Haverá alteração do indicador do PPA a partir de 2013, para o dado mais confiável existente: "número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC".

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A meta atual, pactuada na Casa Civil, no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres lançado pela Presidência da República em agosto de 2012, é de mapear 821 municípios com riscos alto e muito alto a deslizamentos e enchentes até 2014. Para 2013, a meta é mapear mais 250 municípios. Em 2012, foram identificados setores de risco a esses desastres em 286 municípios, abrangendo 347.253 moradias e onde vivem 1.435.787 pessoas. Os mapas foram disponibilizados às prefeituras e defesas civis locais, ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e ao Ministério das Cidades (MCID). Em paralelo, esse avanço será complementado pela elaboração de mapas de suscetibilidade a inundações, enxurradas e deslizamentos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e disponibilização para os referidos órgãos e municípios.

Metas 2012-2015

- Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Análise Situacional da Meta

A meta original do PPA se refere a mapeamentos geológicos e geotécnicos em 250 municípios, o que abrange tanto a identificação de suscetibilidade quanto a identificação de setores de risco a inundações, enxurradas e deslizamentos. No

ano de 2012, com o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, houve expansão da meta no que se relaciona à identificação emergencial de setores de risco (alto e muito alto) para 821 municípios críticos até 2014.

No ano de 2013, será feita a revisão da meta no PPA, contemplando a expansão da meta de setorização para os 821 municípios críticos e a criação de uma nova meta para tratar exclusivamente dos levantamentos de suscetibilidade, esta prevendo alcançar 286 municípios ao fim do PPA.

Em 2012, foram setorizados 286 municípios, abrangendo 347.253 moradias e onde vivem 1.435.787 pessoas. Os mapas foram apresentados e disponibilizados para representantes da prefeitura e da defesa civil local em meio impresso e digital. Também foram enviados ao CEMADEN, ao CENAD e ao MCID. A partir de 2013, começarão a ser quantificados, em meta específica deste mesmo objetivo, os municípios objeto de mapeamentos de suscetibilidade a inundações, enxurradas e deslizamentos. Essa meta específica já é acompanhada no âmbito do monitoramento do Plano Nacional e alcançará 286 municípios até 2014.

Quantidade alcançada

286

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	município	6	31/12/2012
Região Nordeste	34	município	63	31/12/2012
Região Norte	3	município	37	31/12/2012
Região Sudeste	117	município	105	31/12/2012
Região Sul	91	município	75	31/12/2012

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Objetiva-se promover, em articulação com as demais políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas, a prevenção de desastres. Para implementação do objetivo, estão sendo realizados estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Além disso, quanto à dimensão do planejamento urbano, também está prevista a estruturação de Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, bem como a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana.

O escopo desse Objetivo se reflete na conformação de suas metas, cada qual alcançando uma dimensão prioritária cujas realizações estão expressas na análise situacional de cada meta.

Metas 2012-2015

- **Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental possui, sob sua gestão, 345 contratos em curso na esfera dessa meta que visam à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas. Totalizam-se mais de R\$ 16,36 bilhões em termos de valor de investimento. Os respectivos empreendimentos beneficiam cerca de 170 municípios. Desse montante, R\$ 9,16 bilhões correspondem à contratações com recursos do Orçamento da União e R\$ 7,19 bilhões à financiamentos (empréstimos públicos).

Do montante total contratado, 70 empreendimentos foram iniciados em 2012, com valor total de R\$ 2,37 bilhões. Ao final do exercício, havia 180 empreendimentos em fase de obras no valor total de R\$ 5,73 bilhões. Foram concluídos, no exercício de 2012, 16 empreendimentos, totalizando R\$ 205,9 milhões.

No âmbito do PAC 2, foram contratados até 2012 R\$ 8,6 bilhões, sendo que, em 2012, foram contratados 31 empreendimentos, no valor de R\$ 3,34 bilhões, sendo R\$ 2,7 bilhões em contratações com recursos do Orçamento da União e R\$ 0,7 bilhões com recursos de financiamentos, para empreendimentos em 20 municípios.

Quantidade alcançada

8,6

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi finalizada a metodologia para elaboração das Cartas Geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais, instrumento de planejamento urbano voltado para a definição de diretrizes para garantir a segurança dos novos loteamentos nos municípios mais vulneráveis a desastres naturais. A metodologia foi elaborada a partir de Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Pernambuco, que neste processo contou com a contribuição de especialistas de várias partes do País.

Foram firmados 5 Termos de Cooperação entre o Ministério das Cidades e universidades federais, para elaboração – em escala piloto – das cartas geotécnicas dos municípios de Igrejinha (RS), São José (SC), Florianópolis (SC), Ouro Preto (MG) e Ipojuca (PE).

Para o próximo exercício, está prevista a elaboração de 101 cartas geotécnicas em municípios brasileiros, considerados críticos em relação à suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos. Assim, foi elaborado também Termo de Referência para a contratação de empresas especializadas para elaboração de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais e demais produtos correlatos em áreas pertencentes ao perímetro urbano e de expansão urbana.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Para dar cumprimento à meta, para o ano de 2012, duas estratégias foram iniciadas:

- (a) estruturação de Método para o Monitoramento da Ocupação Urbana; e
- (b) estruturação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana.

Em relação a essas estratégias, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

- (a) Celebração de Acordo de Cooperação com o Cities Alliance para desenvolvimento de método de Monitoramento da Ocupação Urbana e proposição de regulamentação sobre usos de informações geradas pelo SIMOU; e
- (b) Implementação de testes do Método de Monitoramento da Ocupação Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O método de Monitoramento da Ocupação Urbana encontra-se testado e pronto para ser aplicado nos municípios brasileiros.

Em 2012, também foi realizada a abertura de processos de licitação para estruturação do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana (LACAU), destinado a implementação do Sistema Nacional de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU), e a abertura de processo de contratação de assistência técnica especializada para o tratamento, processamentos e divulgação de informações, imagens e dados georreferenciados vinculados ao monitoramento da ocupação. A estruturação do Laboratório de computação científica, onde será implementado o sistema de monitoramento, será realizada no ano de 2013.

• **Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

A meta do PPA até 2015, relativa a cinco intervenções, foi superada no primeiro ano, já que ela contabilizava apenas as intervenções já selecionadas no PAC. Durante 2012, houve seleção de novas intervenções, o que, juntamente com a superação das execução prevista para a região Sul, justificará a revisão da meta até 2015.

Foram executadas obras integrantes do PAC, quais sejam: obras para a implantação de sistema de drenagem pluvial nos municípios de Ilhota e Luiz Alves em Santa Catarina; obras de dragagem, desassoreamento, construção de canais, dentre outras, nos municípios de Navegantes e Pomerode em Santa Catarina; obras de drenagem, canalização, canal de concreto no município de Paraíso do Tocantins em Tocantins; obras de macrodrenagem em bairros de Salvador; e obras de recuperação do sistema de drenagem na Baixada Campista. Essas intervenções, alcançando um total de sete municípios, beneficiarão aproximadamente 717 mil habitantes. A "quantificação da meta" registra apenas seis municípios porque a Região Norte (onde se localiza o município de Paraíso do Tocantins) não consta da regionalização da meta prevista quando da elaboração do PPA, o que será revisto para o próximo ano.

Para 2013, estão previstas as conclusões das seguintes obras: recuperação da drenagem na Bacia do Ribeirão da Velha e Ribeirão Garcia no município de Blumenau em Santa Catarina; obras de macrodrenagem na bacia hidrográfica do rio Paratibe no município de Paulista em Pernambuco; obras de redragagem, recuperação de diques, desobstrução do canal central do rio dos Sinos e reforma geral de seis casas de bombas no município de São Leopoldo no Rio Grande do Sul; e obras de macrodrenagem no Canal Vasco da Gama e no Canal Suburbana no município de Salvador na Bahia.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	município	1	31/12/2012

Região Sudeste	1	município	1	31/12/2012
Região Sul	2	município	4	31/12/2012

• **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano**

Análise Situacional da Meta

A meta tem como referência as operações selecionadas pelo PAC nos municípios, o que totalizou 151 operações em 109 municípios ao fim de 2012.

Desses totais, durante esse ano:

(a) foi finalizado o processo de assinatura dos termos de compromisso relativos à 1ª seleção de contenção de encostas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2. Esta seleção, iniciada em 2011, envolveu 116 operações, beneficiando 71 municípios vulneráveis a processos de deslizamentos de encostas, sendo que 40 operações para execução de obras de contenção de riscos em encostas, 36 para elaboração ou revisão de planos municipais de redução de riscos e 45 para elaboração de projetos básicos de estabilização de taludes. Desses, até 31/12/2012, encontram-se em andamento 26 operações envolvendo a execução de obras, projetos e planos, o que representa 22% da quantidade de operações e 42% em recursos financeiros contratados; e

(b) foi iniciado o processo relativo à 2ª seleção de contenção de encostas do PAC2. Foram selecionadas 35 operações que beneficiaram 38 municípios prioritários dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas, Bahia, Pernambuco e São Paulo no valor de R\$ 1.504.600.287,00. Desses, até o final de 2012, foram contratadas operações em 4 municípios.

Para o exercício de 2013, está prevista a abertura do processo de carta consulta para seleção de propostas, visando atender aos municípios brasileiros considerados críticos em relação à suscetibilidade a deslizamentos.

• **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em andamento o PAC Prevenção, que financia obras e projetos tanto para prevenção de inundações quanto para mitigação da seca no Semi-Árido. Ao todo, são R\$ 15 bilhões de investimento, já quase integralmente selecionados. O PAC Prevenção já se encontra em finalização da seleção da carteira.

• **Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres, em 2012 a Secretaria Nacional de Defesa Civil celebrou 40 convênios de apoio a obras preventivas, totalizando cerca de mais de R\$ 77 milhões. Os convenientes foram: municípios dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entre os objetos pactuados, tem-se: implantação de sistema de abastecimento de água simplificado; construção de pontes; construção de canal de drenagem; construção de reservatório de amortecimento de cheias; canalização de córregos; execução de Taludes; elaboração de projetos para redução de riscos e planos diretores; dentre outros.

Por meio da Portaria nº 568, de 16/10/12, publicada no DOU em 17/10/12, 49 processos objetivando a celebração de convênios para apoio a obras preventivas de desastres foram transferidos à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH/MI, totalizando cerca de R\$ 67 milhões. Na mesma direção, por meio das Portarias nº 436, de 01/08/2012, nº 568,

de 16/2012, nº 596, de 01/11/2012, nº 640, de 16/10/2012, e nº 654, de 23/11/2012, 42 convênios firmados entre 2009 e 2011 foram transferidos à SIH e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

A finalidade é promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

- **Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta guarda relação com a meta de estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos - SIMOU, analisada em campo específico de análise situacional.

Para gerar e operar o SIMOU, fez-se necessária a contratação de consultoria especializada, bem como a capacitação dos servidores efetivos. O Estudo Piloto, testado na cidade do Rio de Janeiro, consolidando a metodologia, poderá ser espalhado a todos os municípios da meta.

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

As realizações no período de 2012 se destacam pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. No período, mais de 8.000 pessoas foram capacitadas por ações de capacitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC. Dentre essas ações, destacam-se o curso básico de defesa civil, a realização de oficinas e simulados nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste e a realização do IX Fórum Nacional de Defesa Civil.

A atuação em rede dos órgãos, em parte prejudicada pela insuficiente aquisição de equipamentos de estruturação das defesas civis municipais, é objeto de Iniciativa específica para resolução desse entrave e para permitir a efetividade adequada.

Espera-se que, no ano de 2013, seja possível a realização de simulados e oficinas em todos os Estados brasileiros, bem como a estruturação de pelo menos 106 órgãos municipais de defesa civil.

O alcance desse Objetivo é potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil (edição da Lei nº 12.608/2012), que instituiu a chamada Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e estabelece as competências dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Metas 2012-2015

- **Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de pessoas nas atividades de defesa civil tem sido alcançada por meio dos seguintes instrumentos:

1- Simulados de Preparação para Desastres

O Simulado de Preparação para Desastres é uma atividade preventiva desenvolvida, conjuntamente, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) e pelas Coordenadorias Estaduais e Municipais de Defesa Civil. O objetivo é capacitar a comunidade residente em área de risco para atuar em situação de desastre provocado por chuvas fortes, além de consolidar procedimentos e conteúdos visando à criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme. Os simulados ocorreram nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e São Paulo, capacitando, no total 1.522 pessoas.

2- Curso de Capacitação Básica Continuada, Orientações de Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução

Turma 1 - Capacitação Básica em Defesa Civil

O curso de Capacitação Básica em Defesa Civil, realizado entre 17/09/2012 a 16/11/2012, objetivou, na modalidade de ensino à distância, capacitar agentes de defesa civil com conhecimentos básicos previstos no módulo I do Plano de Formação Continuada em Defesa Civil, que aborda temas como:

A- Defesa civil no Brasil;

B- Sistema e Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

C- Ciclo de gestão de defesa civil;

D- Estudo de desastres; e

E- Implantação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.

O curso certificou 1472 alunos de todo o Brasil.

3- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Região Nordeste

O Governo Federal construiu, por meio de trabalho interministerial, o Plano de Ação para o Período das Chuvas – Região Nordeste, que teve como objetivo fomentar as atividades desenvolvidas nos 56 municípios prioritários do Nordeste com maior incidência de desastres e auxiliar na elaboração de planos de contingência. A ação é contínua e a meta é trabalhar em conjunto com os municípios brasileiros na preparação para o período de chuvas, com o desenvolvimento de atividades relacionadas à mitigação de riscos e à preparação para desastres. Para a construção do Plano, foram realizadas nove oficinas entre os meses de março e abril, uma em cada capital nordestina. Cada turma teve duração de 32 horas (quatro dias) e foram ofertadas 03 vagas à cada município prioritário. Os estados tiveram a possibilidade de convidar municípios que não estavam na lista inicial, mas que consideravam pertinente a capacitação destes. Participaram das oficinas 106 municípios e foram capacitados 347 técnicos e gestores de defesa civil.

4- IX Fórum Nacional de Defesa Civil

A Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) promoveu o IX Fórum Nacional de Defesa Civil – Desastres Acontecem Quando Não Estamos Preparados, nos dias 04, 05 e 06 de junho, no município de Angra dos Reis/RJ. O evento, que foi uma parceria entre a SEDEC/MI, a Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro e a Secretaria Especial de Defesa Civil e Trânsito de Angra dos Reis (RJ), reuniu 788 participantes entre coordenadores municipais e estaduais de Defesa Civil, técnicos e gestores da área, comunidade, membros de universidades e demais interessados. Na programação foram ministradas duas plenárias principais que abordaram temas referentes às ações do Governo Federal nos municípios. Também foram ministradas seis oficinas e aberto um espaço de boas práticas municipais de defesa civil em que oito municípios puderam apresentar suas atividades relacionadas a combate a estiagem, gerenciamento de abrigos, construção de cidades resilientes e simulados de preparação para desastres.

5- Understanding Risks (Entendo o Risco)

A SEDEC/MI e o Banco Mundial promoveram, nos dias 12, 13 e 14 de novembro, o Understanding Risk Brasil 2012 (URBR - Entendendo Risco) em Belo Horizonte/MG. O evento contou com especialistas internacionais e nacionais que apresentaram aos participantes uma gama de abordagens e a possibilidade de conhecer e trocar experiências referentes

à gestão de riscos e desastres no Brasil. O URBR segue a linha dos eventos organizados pelo Grupo do Trabalho Mundial Understanding Risks, cuja visão primordial é o fomento de uma rede internacional de especialistas e práticos para o desenvolvimento, troca de conhecimentos, boas práticas e inovações no campo da gestão de riscos. Foram capacitadas no evento 378 pessoas.

6- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste

Elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI), o Plano é resultado de uma parceria entre SEDEC e as Defesas Civis Estaduais das Regiões Sul e Sudeste, sendo executado em duas etapas. A primeira etapa consistiu na realização de oficinas em cada um dos estados dessas regiões, nas quais os alunos tiveram conhecimento sobre elaboração do modelo de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON), planejamento para realização de exercícios simulados, legislação e Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). As oficinas capacitaram 488 técnicos e gestores de defesa civil de 227 municípios. Foram realizadas 07 oficinas nas capitais das Regiões Sul e Sudeste, com duração de 16 horas, no período de 19 de novembro a 04 de dezembro de 2012.

Na segunda etapa, ocorreu a realização do exercício Simulado de Preparação para Desastres para capacitar técnicos e gestores de defesa civil a trabalharem em comunidades residentes em áreas de risco para atuar preventivamente em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos para a criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Os capacitados nesta etapa devem ser multiplicadores em seus municípios. No Simulado de Preparação para Desastres foram capacitadas 2.059 pessoas nas regiões Sul e Sudeste:

- . Vila Velha - ES, 24/11/2012: 200 capacitados;
- . Santa Luzia – MG, 25/11/2012: 358 capacitados;
- . Rio de Janeiro – RJ, 25/11/2012: 200 capacitados;
- . Santos – SP, 01/12/2012: 49 capacitados;
- . Estrela – RS, 02/12/2012: 1.100 capacitados;
- . Foz do Iguaçu – PR, 08/12/2012: 80 capacitados;
- . Itajaí – SC, 08/12/2012: 72 capacitados;

Total de capacitados no Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste: 488, por meio de oficinas, e 2059 por meio de simulados.

7- Capacitação de Gestores de Defesa Civil para o uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) – Modalidade de Ensino à Distância (EAD)

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) é uma iniciativa da SEDEC que visa à qualificar as informações sobre a ocorrência de desastres no território e a dar transparência a essas informações. O objetivo do Curso de Capacitação de Gestores de Defesa Civil para o uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) foi informar os usuários sobre como lidar com a ferramenta e adotar as melhores práticas para garantir a confiabilidade dos registros sobre desastres no País. O curso foi realizado na modalidade de ensino à distância (EAD) no período de 05/11/2012 a 14/11/2012 e foram capacitados 1874 gestores de defesa civil. No curso, foram desenvolvidos os conteúdos:

- . Instrução normativa de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública; e
- . Orientação para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID.

Quantidade alcançada

8.928

Data de Referência

31/12/2012

- **Estruturação de órgãos estaduais de defesa civil**

- Análise Situacional da Meta**

- No ano de 2012, foram disponibilizados recursos orçamentários destinados à aquisição de equipamentos e materiais para implantação e estruturação de defesas civis municipais. As Defesas Civis estaduais já estão implantadas, mas carecem de estruturação. Essa estruturação tem ocorrido a partir de troca de experiências e conhecimento técnico. Nesse sentido, serão realizadas oficinas e simulados nos Estados, cursos de capacitação à distância e presenciais a partir de janeiro de 2013.

- **Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres**

- Análise Situacional da Meta**

- O Grupo de Apoio a Desastres - GADE é formado atualmente por 80 especialistas em gestão de desastres prontos para atuar em todo o país, dando suporte técnico aos estados e municípios nos momentos de desastre. No ano de 2012, estes especialistas foram mobilizados para atender desastres nos estados de PE, AL, BA, SE, PB, RN, CE, PI, MA, MG, RJ, AP, RS e ES. A meta do Governo Federal para 2012 era de investir na capacitação de novos membros do GADE, para se juntarem aos 80 integrantes formados em 2010 e 2011. Nesse sentido, foi realizado curso entre os dias 10 e 14 de dezembro de 2012 e foram formados 50 novos especialistas, somando-se agora 130 membros do GADE.

- **Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil**

- Análise Situacional da Meta**

- Após levantamento de informações sobre como funcionam e quais as estruturas das representações regionais de outros Ministérios, foi constituído, por meio de uma Portaria, um Grupo de Trabalho para tratar sobre o tema, que formulou uma proposta. Atualmente, a coordenadoria do Sudeste, com sede no Rio de Janeiro, encontra-se em estágio mais avançado de trabalhos.

- **Implementação e estruturação de órgãos municipais de defesa civil**

- Análise Situacional da Meta**

- O projeto de fortalecimento das defesas civis municipais foi concebido buscando atender ao objetivo do PPA de “Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC em apoio às ações de Defesa Civil, em âmbito nacional e internacional, visando à prevenção de desastres”. As defesas civis municipais, em geral, não dispõem de estrutura adequada de pessoal e equipamentos capazes de atender às demandas da sociedade.

Dessa forma, considerando que um Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil atuante somente pode ser alcançado com a estruturação de seus órgãos, entende-se que a SEDEC/MI deve fomentar essa estruturação, inclusive com recursos materiais e financeiros. Por meio de Chamamento Público nº1, de 7 de agosto de 2012, publicado no DOU de 08 de agosto de 2012, selecionaram-se propostas para recebimento de doação de equipamentos e materiais para fortalecimento de órgãos locais de proteção e defesa civil. O objetivo do chamamento supracitado é selecionar e classificar os 106 municípios hábeis a receber doações de equipamentos deste órgão. Em contrapartida, os municípios deverão adotar as medidas indicadas no documento para fortalecer o sistema, como a alocação de profissionais específicos para a defesa civil e a elaboração de planos de contingência.

Após este processo de distribuição dos equipamentos e materiais, propõe-se o encaminhamento da proposta de chamamento público de forma a capacitar os municípios que serão contemplados, quanto à sua forma de utilização. Além disso, há a necessidade de desenvolvimento de metodologia para estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - COMDECs, com a aplicação da “Apostila sobre Implantação e Operacional de COMDEC”, com atualização de acordo com a legislação vigente.

No dia 7 de dezembro de 2012, foram publicados: o resultado provisório dos municípios aptos a receberem a doação

dos equipamentos e materiais, e a relação dos municípios com pendências documentais.

• **Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Análise Situacional da Meta

O projeto de reestruturação e modernização do CENAD está dividido em 4 (quatro) fases:

Fase 1

Status: concluída.

Principais ações:

- A. Projeto de engenharia com elaboração do layout do Centro;
- B. Planejamento e execução de reformas iniciais e mudanças estruturais;
- C. Mudança física do CENAD para um espaço maior e com infraestrutura tecnológica adequada;
- D. Planejamento e execução de ajustes na infraestrutura do CENAD em seu novo espaço físico com vistas à manutenção de sua condição operacional.

Fase 2

Status: concluída.

Principais ações:

- A. Ajustes técnicos e físicos finais na adequação com a nova infraestrutura;
- B. Fortalecimento do quadro de pessoal: cessão de servidores do Governo Federal e realização de concurso público para Engenheiros, Meteorologistas, Estatísticos, Geólogos, Químicos, Assistentes Sociais, Analistas de Sistemas e Analistas em Defesa Civil (51 empossados em junho de 2012).
- C. Conclusão da especificação do Termo de Referência do Sistema de Gestão: o projeto básico para contratação da Solução Informatizada foi retificado e atualizado com informações de Procedimentos Operacionais Padronizados, que relacionam os principais processos de gestão de riscos.

Fase 3

Status: em andamento.

Principais ações:

- A. Contratação do Sistema de Gestão de Riscos de Desastre: o Sistema foi contratado mediante adesão de ata de registro de preço do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Pregão SRP nº 36/2011 e ATA nº 3/2012).
- B. Implantação e configuração do Sistema: o Sistema está sendo instalado nos servidores do Ministério da Integração Nacional para, após, ser implantado no CENAD.
- C. Solução de armazenamento: foi feita a aquisição de uma solução de armazenamento de alta disponibilidade para a guarda das informações deste Centro, bem como as informações fornecidas pela Solução de Gestão de Riscos de Desastre.
- D. Solução de processamento de dados: novos computadores de alta performance para o processamento das informações demandadas pela Solução de Gestão de Riscos de Desastre foram adquiridos.
- E. Aquisição de equipamentos para videoconferência: adquirida solução de videoconferência que possibilitará a realização de reuniões simultâneas com diversas entidades localizadas em vários pontos do território nacional. Em consequência, permitirá uma maior agilidade na tomada de decisões estratégicas, acarretando economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.
- F. Aquisição de pacote de serviços de mensagens curtas (SMS – short message service): O objetivo dessa contratação é o de manter a continuidade dos serviços de emissão de alertas via SMS, integrando-se ao Sistema de Gestão de Riscos

de Desastre. A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em 2013.

G. Internet e Telefonia Satelitais: Essa proposta possibilitará às equipes de campo maior mobilidade em situações nas quais inexistam outros meios de comunicação. A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em 2013.

H. Serviço de atualização cadastral via call center: A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em 2013.

I. Reestruturação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER: Elaboração do Termo de Referência, em 2013, para aquisição e a instalação de estações de rádio, incluindo a instalação de torres e antenas, para utilização em operações de resposta a desastres, que farão parte da RENER, bem como a assistência técnica e a fiscalização das instalações durante o período de garantia oferecido.

Fase 4

Status: a executar.

Principais ações:

A. Implantação do Sistema de Gestão no Estado piloto e nos demais;

B. Realização de testes técnicos e operacionais e validação final do Sistema.

- **Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil**

Análise Situacional da Meta

Por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil se fez representar em uma série de fóruns, espaços de discussão e de capacitação internacionais, bem como em projetos de cooperação internacional em matéria de prevenção, gestão e recuperação de desastres.

Dentre os espaços de diálogo destaca-se a VIII Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul (REHU), presidida pela delegação brasileira, e a Plataforma Regional das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres.

No que se refere à cooperação internacional, destacam-se contribuições brasileiras ao Escritório das Estratégias das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastre, para a Agência Caribenha para Gestão de Desastres e Emergências, e para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para projetos ligados a prevenção, gestão e recuperação de desastres, principalmente em países da América Latina, Caribe e África.

Dentre esses, vale notar o projeto Escolas Vivas, realizado em países centro-americanos, que prevê a reconstrução segura de escolas vitimadas por desastres e o trabalho com as crianças e com os educadores, a partir de uma metodologia “Freiriana” em torno do tema dos desastres.

Por fim, vale notar a abertura em parceria com as Nações Unidas de um Centro de Excelência para Redução do Risco de Desastres, sediado no Rio de Janeiro, um espaço de produção, promoção e circulação do conhecimento na temática do desastres entre países latino-americanos.

- **Realizar Conferência Nacional de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

A etapa nacional da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil está prevista para acontecer em Brasília entre os dias 28 e 30 de março de 2014, cumprindo-se etapas municipais até 31 de agosto de 2013 e etapa estadual até 30 de novembro de 2013.

- **Realizar Conferências Regionais de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Com o planejamento da 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil, estruturada com etapa nacional precedida de etapas municipais e estaduais, deixou de ser priorizada a realização da Conferência Regional.

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Por meio do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, o Governo Federal apresenta como uma de suas ações de pronta resposta o Auxílio Emergencial Financeiro – AEF, instituído pela Lei nº 10.954/04 e destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas por desastres com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional. Recentemente, o valor do AEF foi ampliado para R\$ 720. O AEF é executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, sendo que o pagamento das parcelas é realizado por meio da Caixa Econômica Federal.

Estima-se que 935.000 famílias vítimas da grave estiagem na região do semiárido e nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sejam atendidas até o encerramento do benefício. O valor destina-se a garantir o atendimento dos beneficiários até o início das chuvas de 2013, de acordo com as previsões pluviométricas para as regiões atingidas.

A título de contextualização, relatamos que foram publicados em 2011 os seguintes documentos, visando à padronização e publicidade das informações referentes ao repasse de recursos para ações de defesa civil:

- Transferência Obrigatória - Caderno de Orientações: este manual tem como objetivo orientar o proponente ao longo de todo o processo, partindo da solicitação de reconhecimento federal da situação de anormalidade, passando pelas instruções de preenchimento do Plano de Trabalho para solicitação de recursos e pelos padrões a serem observados na elaboração dos projetos de engenharia, alcançando a fiscalização da execução das obras e chegando, finalmente, às prestações de contas dos recursos federais recebidos e empregados na realização do objeto pactuado.

- Cartilha do Cartão de Pagamento de Defesa Civil: o cartão é um meio de pagamento específico para ações de defesa civil, que proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos à Administração Pública. Destina-se ao pagamento de despesas com ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, promovidas por governos estaduais, do DF e municipais. O cartão deve ser usado exclusivamente em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. Seu público-alvo são as unidades gestoras dos órgãos da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que se enquadrem nos termos da legislação em vigor para ações de defesa civil.

Ambas as publicações foram elaboradas em parceria com a Controladoria-Geral da União, sendo que a Cartilha também contou com a participação do Banco do Brasil. Atualmente os manuais estão sendo revisados e estima-se que no próximo período sejam lançadas edições atualizadas de acordo com as últimas alterações na legislação de defesa civil.

Um exemplo dessas recentes mudanças é a publicação da Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos.

Outro avanço na legislação foi a Portaria Interministerial nº1/MI/MD, de 25 de julho de 2012, que dispõe sobre a Operação Carro-Pipa para atender as populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e região norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Tal ação caracteriza-se pela mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável.

A alteração mais significativa de 2012 foi a edição da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu, dentre outros tópicos, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispôs sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

Todas essas modificações contribuem para a padronização dos procedimentos e conceitos utilizados nas ações de pronta resposta e reconstrução, conferindo mais organização na administração das atividades de restabelecimento da ordem pública e da segurança da população em situações de desastre.

Metas 2012-2015

• Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres

Análise Situacional da Meta

Para cumprir a meta estabelecida, a SEDEC/MI executa transferências de recursos amparada pela Lei nº. 12.340/2010 aos entes afetados por desastres mediante solicitação, desde que a sua decretação de situação anormal tenha sido reconhecida pelo governo federal. Em 2012 foram reconhecidos pela SEDEC 2.344 municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Nestas condições, a transferência de recursos é obrigatória (sujeita à disponibilidade orçamentária) e não tem como requisito a aprovação prévia dos projetos de engenharia ou mesmo do Plano de Trabalho. Todavia, tais avaliações são realizadas a posteriori, estando o ente beneficiário sujeito à devolução dos recursos (com possível instauração de Tomada de Contas Especial) caso não reste demonstrada sua boa e regular aplicação quando da avaliação do Plano de Trabalho, dos projetos, orçamentos e aferição da execução física das ações custeadas com os recursos federais emergenciais.

A partir de 2012, passou-se a disponibilizar o Cartão de Pagamentos da Defesa Civil, como forma de agilizar as transferências que beneficiarão as populações vitimadas, bem como aumentar a transparência na aplicação dos recursos. Esta linha de atuação constitui Meta específica do presente Programa.

• Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios

Análise Situacional da Meta

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC está implementado como mecanismo de transferência emergencial de recursos, já implementado em 469 municípios.

Para o alcance da meta do PPA, de 2.856 municípios, alguns desafios operacionais precisam ser superados, como as restrições existentes diante da necessidade atual de criação de novo CNPJ para cada município e o pagamento de fornecedores na função crédito.

Pretende-se excluir a necessidade de criação de novo CNPJ. Para tanto, o Banco do Brasil está desenvolvendo a solução tecnológica que possibilitará também a abertura massificada de contas pela Secretaria Nacional de Defesa

Civil, garantindo uma ampliação exponencial da adesão.

Para o mesmo período, está prevista a substituição dos cartões na função crédito para a função débito. Os testes foram realizados e em 2 meses se iniciará a substituição dos cartões físicos.

Quantidade alcançada

469

Data de Referência

31/12/0012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	161	município	6	01/02/2013
Região Nordeste	1.202	município	111	01/02/2013
Região Norte	104	município	61	01/02/2013
Região Sudeste	528	município	202	01/02/2013
Região Sul	861	município	89	01/02/2013

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O mapeamento de áreas de risco, no que cabe à setorização de riscos, com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, é conduzido pela CPRM em parceria com o Ministério da Integração Nacional. A CPRM já empreendeu a setorização de riscos em 286 municípios brasileiros até dezembro de 2012. Essas setorizações são utilizadas pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres para monitoramento de movimentos de massas (deslizamentos) e inundações.

Além do esforço empreendido pela CPRM, cabe destacar a recente realização de Pregão Eletrônico pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional - SEDEC/MI para contratação de mapeamento de vulnerabilidades em 68 municípios de 10 Estados. Salienta-se que a contratação desse mapeamento complementa o esforço já empreendido pela CPRM, o que denota o processo de integração de políticas públicas e de diferentes órgãos públicos federais.

A SEDEC/MI, por meio do CENAD, já programou a realização, em 2013, de mais três rodadas de contratações visando ao mapeamento de áreas de risco. Essas contratações estão previstas para os meses de abril, julho e novembro. Espera-se que, em cada uma das rodadas, sejam contratados os mapeamentos de 150 municípios (totalizando-se 450 municípios a serem contratados em 2013).

Destaque-se que o alcance do objetivo contará com um arranjo que contempla a participação de empresas privadas e de universidades federais. A participação dessas últimas permite a evolução da metodologia que será empregada pelas empresas contratadas.

Metas 2012-2015

- Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios

Análise Situacional da Meta

Para alcance das metas definidas, a Secretaria Nacional de Defesa Civil lançou o edital de pregão eletrônico n.º 29/2012 (data de abertura em 09/11/2012) para contratação de empresa especializada para levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais, com vistas à elaboração de mapas de risco e proposições de intervenções para prevenção de desastres. Essa contratação prevê a realização de mapeamento em 68 municípios, cujos indícios geológicos, suscetibilidades e potencialidades dos processos já foram previamente identificados em campo pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

No final do ano de 2012, a SEDEC, com o intuito de contribuir para a ampliação e qualificação do esforço de mapeamento de áreas de risco, celebrou Termos de Cooperação com 3 Universidades federais - UFPE, UFSC e UFRGS. O objetivo desses termos de cooperação é construir/aperfeiçoar metodologias de mapeamento de vulnerabilidade de áreas de risco.

Essas universidades contribuirão, também, com a sensibilização dos moradores das áreas de risco para o processo de mapeamento que será empreendido pelo Ministério da Integração Nacional - MI. Além disso, serão disponibilizados laboratórios especializados na avaliação do risco de vulnerabilidade, com especialistas e equipamentos suficientes para apoiar o MI na avaliação da vulnerabilidade das áreas de risco.

Foram finalizados e enviados para assinatura os contratos referentes ao Pregão 29/2012. Foram contratadas 4 empresas para a realização do mapeamento de risco em 49 municípios. Somados aos 19 que serão mapeados pelas Universidades federais - UFPE, UFSC e UFRGS -, totalizam-se 68 municípios. O contrato prevê que as empresas entregarão os produtos até o outubro de 2013.

Complementarmente, deve-se ressaltar que já está em andamento o trabalho de setorização de riscos conduzido pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM (não incluído nesta meta). A setorização baseia-se na procura de indícios geológicos, suscetibilidades ou potencialidades dos processos, que são observados em campo e registrados.

No trabalho de setorização de riscos da CPRM são detalhadas características das encostas, tipologia dos processos atuantes observados, comportamento das drenagens naturais e artificiais, a ocorrência e a quantidade de blocos de rocha ou matacões nas encostas, os tipos de intervenções estruturais presentes, a vulnerabilidade das moradias existentes, a presença de trincas, fissuras e degraus de abatimento, no solo ou nas paredes e muros das moradias, bem como cicatrizes de eventos anteriores.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

No que concerne aos mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco, vale salientar que estas atividades serão desenvolvidas por outras instituições, fazendo parte de outros Objetivos do Programa. Por conseguinte, a emissão de alertas com alto grau de confiabilidade depende da execução dessas importantes atividades. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e das atividades de integração, modelagem e análise de todos os dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Para o monitoramento dos agentes deflagradores, em particular os hidrometeorológicos, é necessária a ampliação, a captação, o processamento e a avaliação sistemática de uma série de variáveis indicativas da iminência de desastres naturais. Essas variáveis são obtidas por meio de radares meteorológicos; sensores remotos (satélites); estações meteorológicas e hidrológicas. Após a obtenção dos dados observacionais, faz-se necessário integrar todas as informações contando com uma infraestrutura computacional que possibilite analisar com eficiência e rapidez as inúmeras variáveis, analisá-las e produzir modelos de previsão, incluindo a sistematização e o processamento de imagens de alta resolução de aerolevantamentos geofísicos, modelos digitais de elevação e análises tridimensionais, imagens de satélite de alta resolução e sensoriamento remoto (imagens de radares).

Além disso, o sistema em questão também deverá associar informações hidrometeorológicas à informações agronômicas, com vistas ao desenvolvimento de modelos de previsão de colapsos de safras de subsistência do semiárido brasileiro, que geram profundos impactos socioeconômicos.

Assim, para a consecução deste objetivo, o Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011 e vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tem procurado estruturar-se administrativamente e organizacionalmente, por meio de realização de concurso público, formação de parcerias com outros órgãos e aquisição de equipamentos.

Ainda em 2011, realizou-se processo seletivo simplificado para a contratação de 75 profissionais para atuarem junto à área técnica (geologia, hidrologia, meteorologia, desastres naturais e engenharia). A contratação destes servidores temporários permitiu o início do monitoramento operacional contínuo das áreas de risco levantadas pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM e Agência Nacional de Águas - ANA, e permitiu iniciar os trabalhos de modelagem numérica dos elementos deflagradores de desastres naturais.

Buscou-se formalizar parcerias com as principais instituições fornecedoras de dados ambientais, estabelecendo acordos de cooperação com instituições tais como, ANA, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA e Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, dentre outros. A interação com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério da Integração Nacional - CENAD/MI, o braço responsável pela tomada de ações quando os alertas são emitidos, foi consolidada com a publicação do Protocolo de Ação entre o CENAD/MI e o CEMADEN/MCTI, por meio da Portaria MI/MCTI Nº 314, de 17 de outubro de 2012.

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, foram lançados Editais de Processos Licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos estão em fase final de processamento. Quanto ao monitoramento hidrológico foi estabelecido um termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para a encomenda de projeto de pesquisa que contempla a aquisição e instalação de 100 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas.

Após trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, a CPRM iniciou levantamento de áreas de risco

dos municípios considerados críticos quanto aos desastres naturais. De posse destes dados, o CEMADEN já implantou sistema de monitoramento e alertas de desastres naturais para 258 municípios com áreas de risco mapeadas até o final de 2012, dentre os quais apenas 74 possuem pluviômetros automáticos, enquanto 184 não possuem; e, 148 municípios possuem algum tipo de cobertura de radar, enquanto 110 estão descobertos. Embora ainda não se disponha dos mapas de susceptibilidade na escala de 1:25.000, os mapeamentos de risco na escala de 1:2.000 já permitiram ao CEMADEN emitir, até setembro de 2012, 477 alertas de possibilidade de ocorrência de desastres naturais.

Metas 2012-2015

• Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas

Análise Situacional da Meta

A modelagem hidrológica foi realizada nas bacias hidrográficas da região Sudeste, pois nesta região está concentrada a maior parte dos municípios monitorados pelo CEMADEN. Além disso, são as principais bacias que apresentam riscos hidrológicos. Espera-se para o próximo ano (2013) a realização da modelagem hidrológica em outras bacias situadas na região Sul e Nordeste e a inclusão de outros municípios nas bacias já estudadas da região Sudeste. O modelo hidrológico está sendo calibrado nas bacias do Rio das Velhas (MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), Doce (ES e MG), e Capibaribe (PE). Ao longo de 2013, pretende-se avançar na modelagem da bacia do Rio Itajai (SC), Córrego Pirajussara (SP) e em algumas bacias do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que a meta estabelecida ao final do PPA 2012-2015 se refere à calibragem de modelos em áreas críticas de 50 municípios. Já em 2012, a meta para todo o período do PPA foi alcançada, tendo a calibragem se concentrado na região Sudeste, que, sozinha, alcançou 50 municípios neste primeiro ano. Assim sendo, a meta do PPA e a sua regionalização serão revistas para os próximos anos.

Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, tem-se que os trabalhos foram iniciados, porém, devido ao curto espaço de tempo para a preparação das equipes e a natureza complexa dos modelos, alguns deles foram calibrados, mas ainda não estão operacionalmente integrados à plataforma computacional denominada Salvar do CEMADEN.

No tocante ao desenvolvimento de modelos de monitoramento de risco geotécnico, com o uso de sensores e instrumentação geotécnica, prevê-se, para o ano de 2013, o trabalho piloto em cerca de 3 áreas de risco de deslizamentos, com montagem de projeto de rede de monitoramento geotécnico, visando ao aperfeiçoamento do modelo de observação e monitoramento de risco de movimentos de massa, afeito à calibragem geodinâmica, com vistas à sua aplicação em maior escala, e para diversos cenários de risco de diferentes tipologias de processos de instabilização de encostas. Prevê-se, também, o desenvolvimento dos trabalhos em parceria com órgãos técnicos e prefeituras locais.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

06/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	município	0	06/02/2013
Região Nordeste	10	município	0	06/02/2013
Região Norte	4	município	0	06/02/2013
Região Sudeste	18	município	50	06/02/2013

• **Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012, no início da operação do período chuvoso 2012-2013, o CEMADEN já monitorava 249 municípios que apresentam riscos de deslizamentos de massa. Em abril de 2013, o monitoramento alcançou 272 municípios.

Destaca-se que a meta estimada para ser alcançada ao final do PPA 2012-2015 soma 251 municípios, mas, após o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, pretende-se monitorar as áreas de risco de deslizamento ou movimentos de massa de 821 municípios até o final de 2014, o que motivará a alteração da meta do PPA.

Inicialmente, foi difícil agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional denominada Salvar, do CEMADEN, pois os mapeamentos eram de diversas fontes, com diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de escorregamentos. Atualmente, depois de vencida as dificuldades técnicas de consolidação de dados de diferentes fontes e escalas, esses trabalhos têm sido realizados de forma rápida, já que a maioria dos mapeamentos são realizados pela CPRM, segundo um mesmo padrão. O mapeamento da CPRM contempla dados e informações de levantamentos e observações de campo, que são organizadas na plataforma e colocadas assim à disposição da operação.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de retorno de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

A complementação da rede de cobertura de radares meteorológicos e a melhoria da rede de pluviômetros automáticos em andamento pelo CEMADEN, bem como o mapeamento das áreas de risco em escalas apropriadas, por outros órgãos federais, estaduais e municipais possibilitarão melhorias substanciais na qualidade dos alertas. Ao mesmo tempo, as ferramentas computacionais de monitoramento e cruzamento de informações estão sendo desenvolvidas e implantadas operacionalmente no CEMADEN de forma gradual e sendo aperfeiçoadas continuamente. Desta forma, as bases para a produção de alertas estão estabelecidas e, tão logo, estas informações complementares sejam disponibilizadas, o CEMADEN será capaz de incorporá-las rapidamente no sistema de monitoramento e produção de alertas.

Quantidade alcançada

272

Data de Referência

12/04/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8	município	1	12/04/2013
Região Nordeste	24	município	47	12/04/2013
Região Norte	4	município	21	12/04/2013
Região Sudeste	176	município	136	12/04/2013

• **Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidades para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Dos municípios monitorados até o fim de 2012, 164 apresentam áreas de risco de inundação e enxurrada. Até 2014 pretende-se monitorar 821 municípios, dos quais pode existir ou não áreas de risco de inundação e enxurradas. Da mesma forma que para as áreas de risco de movimentos de massa/deslizamentos, os critérios técnicos definidos possibilitam avaliar o grau de confiabilidade dos alertas de risco de inundações e enxurradas.

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d'água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao aprimoramento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.

Quantidade alcançada

164

Data de Referência

06/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	município	0	06/02/2013
Região Nordeste	26	município	43	06/02/2013
Região Norte	4	município	5	06/02/2013
Região Sudeste	40	município	56	06/02/2013
Região Sul	132	município	60	06/02/2013

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000	31/12/2012	2.632.728
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000	31/12/2012	1.525.321
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800	31/12/2012	2.246.700
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	157.000	31/12/2012	214.000
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	847.000	31/12/2012	910.000
Exportações da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	31,6	31/12/2012	34,1
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	50,8	31/12/2012	57
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,6	31/12/2012	-14,1
Importação de máquinas para a mineração	US\$ mil	31/12/2010	547.809	31/12/2010	547.809
Importação de máquinas para siderurgia	US\$ mil	31/12/2010	2.679.832	31/12/2010	2.679.832
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US\$ bilhão	31/12/2010	17,8	31/12/2011	20,12
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US\$ bilhão	31/12/2010	45,7	31/12/2011	58,7
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US\$ bilhão	31/12/2010	16,3	31/12/2011	20,3
PIB M&TM	US\$ bilhão	31/12/2010	79,8	31/12/2011	99,1
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12	31/12/2012	159,4
Saldo Comercial da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	23,9	31/12/2012	25,2
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	26	31/12/2012	27,4
Valor da Produção Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	39	31/12/2012	42

Observações:

Empregos diretos na Mineração - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Exportações da Mineração - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Exportações da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Importação de Fertilizantes (variação) - Fonte: MDIC (http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1358533135.doc). Variação percentual 2012/2011 em valor (US\$ FOB).

Importação de máquinas para a mineração - Sem apuração no período.

Importação de máquinas para siderurgia - Sem apuração no período.

PIB da Mineração - Inclui pelotização - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).

PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia) - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).

PIB da Transformação de Não-Metálicos - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).

PIB M&TM - Valor apurado para o exercício 2011 na Sinopse da Mineração e Transformação Mineral (2012 ano base 2011).

Produção de insumos da construção civil (1992=100%) - Fonte: <https://www3.bcb.gov.brsgpublocalizarserieslocalizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

Saldo Comercial da Mineração - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral - (Exclusive petróleo e gás e derivados. Inclusive compostos químicos inorgânicos).

Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

Valor da Produção Mineral - Fonte: Sinopse da Mineração e Transformação Mineral - 2013 ano base 2012.

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla iniciativas destinadas a produzir o conhecimento do território, a subsidiar políticas de aproveitamento sustentável de médio e longo prazo, a ampliar e diversificar a produção mineral brasileira e a fornecer insumos para o ordenamento territorial.

No que toca aos levantamentos geológicos, eles continuam a ser uma prioridade de governo, expressa na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. De 2009 a março de 2013, no âmbito do PAC foram mapeados 699.923 km², sendo 342.391 km² na escala 1:100.000, adequada a revelar potenciais, e 357.532 km² na escala 1:250.000.

Em relação à avaliação de recursos minerais, a exemplo de diamante, fosfato e minerais estratégicos, para atrair investimentos privados para a pesquisa mineral e estimular a descoberta de novas jazidas minerais, até março de 2013 já foram executados 72% da meta total 2009-2014. Essa meta contempla a avaliação de 69 áreas/regiões nas escalas 1:100.000, 1:250.000 e 1:500.000 e a cobertura de cerca de 204.000 km² com novas informações, utilizando-se levantamento com prospecção geoquímica, geofísica e geologia.

No que cabe aos levantamentos geológicos marinhos, destinados ao reconhecimento geológico e avaliação da potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e áreas oceânicas adjacentes (incluindo-se águas internacionais), por meio de levantamentos geológico-geofísicos e do detalhamento de sítios de interesse geoeconômico, houve avanço nos levantamentos tanto em plataforma rasa como em plataforma continental.

Quanto à plataforma rasa, está sendo finalizado processo licitatório para a realização de levantamento a laser em novas áreas, bem como sendo tratados dados já existentes e organizado o acervo de amostras.

Quanto à plataforma continental, prosseguem: o Levantamento do Projeto PRO-CORDILHEIRA (pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica, em águas internacionais), com a avaliação dos dados geofísicos (magnetometria, gravimetria e batimetria multifeixe), duas comissões já realizadas e planejamento da pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica a longo

prazo, no período de 5, 10 e 15 anos; o Projeto Sistema de informações Geocientíficas (SIG) do Atlântico Sul e Equatorial e de áreas da Plataforma Continental (a exemplo de Jequitinhonha, Cadeia Norte Brasileira e Cadeia Vitória-Trindade); e o Projeto Elevação do Rio Grande que permitirá a finalização da proposta brasileira de requisição de direitos de pesquisa e exploração mineral junto à Autoridade Internacional dos Fundos do Mar (ISBA).

No tocante aos levantamentos aerogeofísicos, com o objetivo de fornecer informações aerogeofísicas (magnetométricas e gamaespectrométricas) do território, para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral, de 2009 até março de 2013 foram executados 68% da meta prevista até 2014, levantado-se um total de 2.179.430 km de perfis, equivalente a área de 1.107.051 km².

Os levantamentos geoquímicos, com o propósito de ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos e águas de drenagem e de abastecimento público, alcançaram, de 2009 até março de 2013, 65,5% da meta prevista até 2014. Essa meta prevê a coleta e a análise de amostras de solo, de sedimento de corrente e de água em 3.750.000 km², correspondentes a 44% do território brasileiro.

Os levantamentos hidrogeológicos, com o foco de gerar o conhecimento necessário para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos do País, envolvem também a implantação da rede de monitoramento de poços e, em 2012, foram objeto de ajustes para subsidiar a implantação da Rede de Poços Estratégicos no semi-árido brasileiro.

Os levantamentos da geodiversidade, com o propósito de modelar as aptidões e fragilidades do território, tomando por base informações do meio físico para subsidiar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial, tiveram executados 65% da meta prevista 2009-2014, correspondentes a 26 mapas de geodiversidade estaduais e 21 mapas no entorno de obras do PAC e aquíferos.

As implantações do Centro de Informações Geocientíficas - CIG, da Rede de Litotecas (armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e a Modernização da Rede de Laboratórios também avançaram a contento, contribuindo para a reestruturação da informação geocientífica e da infraestrutura associada para o desenvolvimento do setor mineral.

Metas 2012-2015

• Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro/2012 a janeiro/2013, após a consistência e depuração da base de dados, contabilizaram-se 14.318 novos poços cadastrados. Atualmente, a base central de dados conta com 226.359 registros de poços. Para o alcance da meta do PPA de 112.000 novos poços até 2015, as principais limitações estão associadas à obtenção de dados junto aos órgãos gestores e intervenientes em águas subterrâneas e ao tipo e à qualidade da fonte de dados. Não obstante, para superação das dificuldades, o governo investe no treinamento de pessoal, no fortalecimento dos instrumentos de cooperação técnica com os citados órgãos gestores e no aperfeiçoamento do mecanismo para transferência automática de fontes de dados para a base SIAGAS. Esta base tem sido importante para a produção dos mapas hidrogeológicos e para orientação de ações de resposta aos efeitos da seca no Nordeste brasileiro.

Quantidade alcançada

14.318

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12.000	unidade	945	31/01/2013
Região Nordeste	40.000	unidade	7.086	31/01/2013

Região Norte	15.000	unidade	2.075	31/01/2013
Região Sudeste	25.000	unidade	3.145	31/01/2013
Região Sul	20.000	unidade	1.067	31/01/2013

• **Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraiis - LAMIN**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, houve a implantação de 4 laboratórios analíticos nas unidades dos seguintes estados: RJ, SP, AM e MG. Ademais, foram adquiridos e instalados todos os equipamentos e instrumentos planejados para capacitar os laboratórios em MG, SP e MA. Neste momento prosseguem as obras do LAMIN-RJ.

Está sendo planejada para 2013 a construção de um centro analítico em Caeté que será a ampliação do atual LAMIN –BH. Também para 2013, no âmbito da ampliação do LAMIN-SP, está prevista a elaboração de projeto de centro analítico a se localizar em Araraquara/SP. Outras 3 unidades planejadas estão sendo objeto de estudos quanto ao escopo analítico e à melhor localização.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

• **Concluir a implantação da Rede de Litotecas**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídas as obras da primeira fase das Litotecas Regionais de Porto Velho, Manaus e Belém (na região norte), da Litoteca Regional de Goiânia (na região centro-oeste) e das Litotecas Regionais de Araraquara e Caeté (na região sudeste). Estão em andamento as obras em Mossoró e Teresina (na região nordeste). Paralelamente às obras, está sendo realizada a catalogação de amostras de material geológico (testemunhos de sondagens, amostras de rochas e alíquotas geoquímicas) para alimentação de um banco de dados.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

• **Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG**

Análise Situacional da Meta

As 13 unidades da rede já foram implantadas, mas, como se trata de uma infraestrutura de comunicação que necessita acompanhar a demanda de serviço, é necessário ampliar a capacidade de transmissão de dados, atualizar recursos de hardware e software e instalar novos pontos não previstos originalmente na topologia da rede.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	4	unidade	4	31/12/2012
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos**

Análise Situacional da Meta

A meta de 6 mapas para 2012 foi parcialmente alcançada, tendo sido elaborados 4 mapas de Geodiversidade (nos estados do Acre, Maranhão e Goiás, e a Folha Paraná-Mercosul), em vista de parte da equipe ter sido transferida para o Mapeamento Geológico Geotécnico para elaborar, em caráter emergência, os mapas de riscos a deslizamentos e enchentes.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	23/11/2012
Região Nordeste	5	unidade	2	23/11/2012
Região Norte	5	unidade	2	23/11/2012
Região Sudeste	5	unidade	0	23/11/2012
Região Sul	2	unidade	0	23/11/2012

- **Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

As publicações Sumário Mineral, Anuário Mineral e Anuário Metalúrgico têm periodicidade anual (em andamento). O informe Mineral é uma publicação semestral e o Balanço Mineral tem publicação quadrianual.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	21	unidade	5	31/12/2012

- **Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Na Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, encontram-se 251 poços de monitoramento em operação. As principais restrições para a ampliação da rede foram as dificuldades operacionais para formalização de contratos de perfuração de poços e de acordos para cessão de poços. Como ponto positivo, há o reconhecimento externo da importância da rede RIMAS no contexto da ampliação do conhecimento hidrogeológico e como instrumento de apoio à gestão dos recursos hídricos. Para superar as restrições, será implementada uma revisão dos processos de contratação de serviços garantindo maior agilidade na sua efetivação.

Quantidade alcançada

251

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	56	31/12/2012
Região Nordeste	390	unidade	104	31/12/2012
Região Norte	200	unidade	46	31/12/2012
Região Sudeste	160	unidade	28	31/12/2012
Região Sul	100	unidade	17	31/12/2012

• **Implantar a Rede de Sismologia**

Análise Situacional da Meta

A implantação da rede sismológica deverá ter início a partir do ano de 2013. Reavalia-se seu escopo, em virtude da existência de um projeto de observação sismológica semelhante desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com o Observatório Nacional - ON, com o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas - IAG e com a Universidade de Brasília - UnB.

• **Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo operadas 04 (quatro) bacias, sendo 01 (uma) experimental e representativa (Região Serrana do Rio de Janeiro); 02 (duas) bacias representativas (Cerrado Mineiro); 01 (uma) bacia escola (Bacia do Catu). Na operação são realizadas atividades de monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

• **Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados e concluídos mapas hidrogeológicos da Amazônia Ocidental e do Estado de Santa Catarina. Também foi concluído o estudo hidrogeológico na Borda Sudeste do Parnaíba e foi produzido o Atlas de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão. Houve também a produção de 16 (dezesesseis) relatórios diagnósticos dos aquíferos monitorados pela Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, disponibilizados no site www.cprm.gov.br, na página RIMAS.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	10	unidade	7	31/12/2012

Região Norte	5	unidade	5	31/12/2012
Região Sudeste	5	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	3	31/12/2012

• **Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 alcançou-se a quantidade de 60.155 km² (conforme tabela da regionalização da META), incluindo projetos do PAC e Cartografia da Amazônia (Projeto Catrimani-Araça). As razões para o não cumprimento integral da meta são:

(a) a produção média mensal de fase de aquisição de dados, em condições favoráveis, é de 12.000 km² por mês. Dessa forma, dependendo da quilometragem do projeto, a sua fase de aquisição de dados pode se estender para o ano seguinte;

(b) alguns projetos, aguardando condições climáticas favoráveis, tiveram início somente no segundo semestre de 2012. Da mesma forma, alguns projetos foram suspensos, devido a condições climáticas desfavoráveis, devendo ser concluídos no ano de 2013;

(c) devido à redefinição da programação aerogeofísica, com a inserção de novos projetos aerogeofísicos que necessitaram ser cadastrados no PAC 2, os contratos só foram assinados em 28.09.2012; e

(d) com relação à região Sul, os projetos deverão ser retomados a partir do ano de 2014.

Quantidade alcançada

60.155

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	233.000	km ²	49.958	31/12/2012
Região Nordeste	147.000	km ²	0	31/12/2012
Região Norte	506.000	km ²	10.197	31/12/2012
Região Sudeste	98.000	km ²	0	31/12/2012
Região Sul	78.000	km ²	0	31/12/2012

• **Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram amostradas águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área de 451.317 km². Dessa forma, foram coletadas amostras de sedimento (2.400), solos (657), águas de drenagem (2.300) e de abastecimento (468), totalizando neste ano 5.825 amostras. No período de 2009 a 2012 totalizam-se 36.403 amostras coletadas.

Foram finalizadas as amostragens nos estados de RR, PB, AL, MG, CE, PE, ES e RJ, para os quais estão sendo elaborados os Atlas Geoquímicos. As atividades continuarão em 2013 nos estados de SP, GO e MS. Iniciam-se as amostragens nos estados SC, BA e RN.

Quantidade alcançada

451.317

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Centro-Oeste	680.000	km ²	58.000	31/12/2012
Região Nordeste	630.000	km ²	47.481	31/12/2012
Região Norte	1.430.000	km ²	134.100	31/12/2012
Região Sudeste	690.000	km ²	211.736	31/12/2012
Região Sul	379.000	km ²	0	31/12/2012

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000**

Análise Situacional da Meta

A produção da cartografia geológica na escala 1:100.000 ficou aquém das metas previstas. Espera-se que no ano de 2013 grande parte destes projetos sejam concluídos, buscando atingir as metas do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

47.684

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120.000	km ²	5.710	31/01/2013
Região Nordeste	180.000	km ²	18.756	31/01/2013
Região Norte	90.000	km ²	6.000	31/01/2013
Região Sudeste	114.000	km ²	9.048	31/01/2013
Região Sul	90.000	km ²	8.170	31/01/2013

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000**

Análise Situacional da Meta

As atividades de cartografia geológica na escala 1:250.000 no ano de 2012 foram concentradas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na região Norte alcançaram-se as metas previstas neste período, com destaque para o Estado do Tocantins (2012) e abaixo do esperado na região Centro-Oeste.

Quantidade alcançada

77.591

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	108.000	km ²	10.591	31/12/2012
Região Norte	270.000	km ²	67.000	31/12/2012

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000**

Análise Situacional da Meta

Foram executados projetos na escala 1:50.000 na região Sudeste, nos estados de Minas Gerais e de São Paulo, e na região Sul. Nas demais regiões, ainda estão sendo selecionadas áreas que tenham potencial mineral que justifiquem projetos de cartografia geológica nesta escala, que é de semi-detálhe.

Quantidade alcançada

3.090

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	km ²	0	31/12/2012
Região Nordeste	15.000	km ²	0	31/12/2012
Região Sudeste	12.750	km ²	1.590	31/12/2012
Região Sul	12.750	km ²	1.500	31/12/2012

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com

vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Após a construção do aplicativo OTGM - Ordenamento Territorial Geomineiro, pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME, constituiu-se um banco de dados, que a partir de então tem sido alimentado com importantes informações de natureza geológica, mineral, geofísica, socioeconômica, ambiental, tecnológica, institucional, informações de mineração, de infraestrutura, de restrição à mineração, dentre outras, imprescindíveis à concepção do Zoneamento Mineral Brasileiro, e que possibilitam o planejamento do território de uma forma integrada.

O OTGM, assim como o trabalho de Áreas de Relevante Interesse Mineral desenvolvido pela CPRM, é mais amplo que o zoneamento mineral, já que abrange a questão da mineração no contexto da gestão territorial. Os principais módulos contidos no OTGM/SGM são:

- Áreas Prioritárias para Levantamento Geológico;
- Disponibilidade Mineral para Ordenamento Territorial;
- Diagnóstico dos Distritos Mineiros frente às Intervenções no Meio Ambiente;
- Ameaças e Oportunidades aos Empreendimentos Mineiros de Médio e Grande Porte; e
- Avaliação de Áreas com Conflitos Associados à Mineração de Pequeno Porte.

O OTGM tem sido constantemente atualizado (novas Unidades de Conservação - UCs e áreas indígenas têm sido criadas, minas e potenciais minerais descobertos). Esta ferramenta está sendo utilizada nas discussões e diretrizes visando o ordenamento territorial, facilitando a integração da atividade minerária com outras atividades importantes como preservação e conservação ambiental (criação de UCs), instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura (usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias), definição de regiões alvo de reformas agrárias, obras civis e política habitacional (Ex.: Minha Casa Minha Vida).

Metas 2012-2015

• Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs

Análise Situacional da Meta

Existe forte correlação entre os projetos temáticos dos minerais estratégicos do Brasil e a definição das áreas de relevante interesse mineral. Em 2012, foi dada continuidade a vários projetos temáticos pelo território nacional:

- (a) área em RR (repartimentos) – atividades para os projetos Diamante Brasil, Terras raras e Fosfato;
- (b) áreas no AM (Juma) - atividades para os projetos Fosfato Brasil, Diamante Brasil e Terras raras, além de metalogenia do ouro;
- (c) áreas no PA – atividades para os projetos Metalogenia das Províncias, Diamante Brasil, Fosfato Brasil, nas áreas de Carajás, Gurupi e Serra do Inajá;
- (d) áreas de GO/MT/TO – atividades para os projetos Diamante Brasil, Terras raras e Metalogenia das Províncias; e
- (e) na região Nordeste, ações do projeto Fosfato Brasil e Metalogenia das Províncias, áreas do Seridó Leste, Seridó Oeste, Salgueiro Cachoeirinha, Granjeiro, bacia Potiguar, bacia PE/PB, Maciço Troia no Ceará Central.

Os estudos também se estenderam aos estados de SP, MS, PR, SC, RS, MG, BA, ES, e RJ, e serão intensificados em 2013/2014.

• Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas a coleta, a inserção e a validação de informações do banco de dados Ordenamento territorial Geomineiro – OTGM. A validação da ferramenta foi feita em situações reais como criação de UCs, instalação de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias associadas ao PAC, que afetam, interferem ou cruzam regiões com atividades minerárias.

Para consolidar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, pretende-se: (1) consolidar os zoneamentos minerários já realizados por outras instituições (Ex.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em São Paulo); (2) identificar as regiões de interesse para o zoneamento piloto e mecanismos de gestão associados específicos; e (3) realizar o Zoneamento Mineral do Brasil, com seus mecanismos de gestão associados.

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a SGM/MME promoveu debates sobre a importância da produção de minerais estratégicos pelo Brasil, bem como dos demais produtos que podem ser elaborados em suas respectivas cadeias produtivas. Espera-se que, em 2013, seja instituída uma instância de governança com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, atenção especial foi dada às áreas do Norte e Nordeste, podendo-se notar que as metas foram superadas. As demais regiões foram preteridas em vista da logística montada para o Norte e o Nordeste, que contabilizou 126.000 km² de área coberta. As outras áreas serão objeto de atenção em 2013, onde se acredita que também haverá superação das metas pactuadas. Nesse sentido, prevê-se alcançar em 2013 mais 100.000 km² de área coberta, projetando-se o alcance da meta para antes de 2015.

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	km ²	0	21/12/2012
Região Nordeste	50.000	km ²	93.000	21/12/2012
Região Norte	50.000	km ²	33.000	21/12/2012
Região Sudeste	50.000	km ²	6.000	21/12/2012
Região Sul	50.000	km ²	0	21/12/2012

- **Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo**

Análise Situacional da Meta

Avalia-se que para o cumprimento desta meta seja necessário criar uma instância de governança das ações para os minerais estratégicos, que incluam representantes dos diversos setores interessados neste tema. Em 2012, os Minerais de Elementos Terras Raras tiveram uma atenção maior por parte do Governo Federal que procurou promover e participar de debates sobre o tema, com a realização das seguintes audiências:

- 1) 03/02/2012 - Apresentação do “Projeto de Terras Raras” pela iniciativa privada;
- 2) 25/04/2012 - Audiência Pública no Senado Federal, com o objetivo de discutir o desenvolvimento de novas

tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das “Terras Raras”, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia;

3) 15/05/2012 - Audiências com representantes do legislativo federal, com o objetivo de discutir as formas de articulação de ações do Poder Executivo e da Câmara dos Deputados para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos Elementos Terras Raras no Brasil;

4) 24/05/2012 - Reunião com representantes do TCU sobre os Elementos de Terras Raras - ETR, com o objetivo de subsidiar o levantamento de auditoria que está sendo realizado sobre esses elementos (Portaria n.º 1.098/2012-TCU); e

5) 28/06/2012 - Reuniões sobre “Planos e Projetos de Terras Raras” de empresas privadas.

Dessa forma, espera-se que em 2013 a referida instância de governança seja instituída com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo. Foi elaborada uma Minuta de Portaria para a criação de Grupo de Trabalho Interministerial que terá esta finalidade.

Deve-se também ressaltar que, no âmbito do Plano Brasil Maior 2011-2014 (PBM 2011-2014), existe uma iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matéria-prima mineral no país, com ênfase nos minerais em que o país é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes.

Para sua execução, foram propostas medidas de normatização do uso de rochas e minerais para fornecimento de macro e micro nutrientes para o solo (rochagem, rotas alternativas para adubação de solo) e a intensificação dos levantamentos temáticos de agrominerais (levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos) dentro da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME) e suas vinculadas (DNPM, CPRM e Petrobras) instituíram um Grupo de Trabalho (GT) para a Normatização da Rochagem no Brasil, constituído em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

Esse GT tem atuado com o objetivo de discutir as questões do licenciamento e da comercialização dos produtos da rochagem, bem como de formular proposição que regulamente o seu uso no Brasil.

• Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não houve contratação de estudos. Em 2013, espera-se a contratação e a realização de novos estudos, os quais poderão ser orientados pelo estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, com a participação de representantes da SGM/MM, intitulado "Roadmap estratégico da cadeia produtiva de terras raras no Brasil: 2012-2030".

Os relatórios parciais deste projeto indicam que deverão ser priorizadas as seguintes cadeias produtivas de aplicação de elementos terras raras (ETRs): Imãs permanentes, Catalisadores contendo Terras Raras, Ligas Metálicas, Fósforos e Pós para Polimento.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

21/11/2012

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Foram concentrados esforços na criação de dotação orçamentária para implantação deste objetivo, tendo sido aprovada a inserção de ação orçamentaria no PAC do MME e de sua priorização na Agenda Estratégica do Plano Brasil Maior, que possibilitarão o início de sua execução em 2013.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**

Análise Situacional da Meta

Há progressiva incorporação das Zonas Polo de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) às agendas de políticas públicas, com interface perante o novo marco regulatório da mineração. Os primeiros passos foram as inclusões, além do PPA 2012-2015, no PAC 2011-2014 e no PLOA 2013, dos estudos e projetos para definição das ZPTMs. Atualmente, as ZPTMs são objeto da Agenda Estratégica Setorial da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento - MDIC. O Ministério de Minas e Energia - MME está viabilizando a melhor forma para contratação desses estudos e projetos, tendo já sido realizada a consulta de preços a sete empresas, que despertou o interesse de pelo menos quatro grandes.

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A SGM/MME está coordenando as atividades do Conselho de Competitividade da Indústria de Mineração, no âmbito do "Plano Brasil Maior", o qual estabeleceu como objetivo estratégico a "Ampliação do conteúdo local de bens e serviços de empreendimentos da mineração". Está sob análise a minuta do termo de referência para a contratação de estudos de levantamento dos itens de compras de bens e serviços das empresas de mineração (prioritariamente das cadeias produtivas de metais, cimento e fertilizantes) e quem são seus fornecedores, origem e valor. Sua execução iniciará em 2013 e sua conclusão está prevista para 2014.

Metas 2012-2015

- **Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)**

Análise Situacional da Meta

O CEDES está com seu escopo de atuação em definição pela CPRM, a princípio, incidindo na formulação de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

- **Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os membros do Comitê Executivo da Indústria de Mineração do Plano Brasil Maior concluíram a análise do Termo de Referência para a contratação de estudo, de forma que possibilite a realização do respectivo processo licitatório no início de 2013. Avalia-se que o cumprimento desta meta ocorrerá em 2013, quando será contratado estudo do "Mapeamento das Cadeias de bens e Serviços das Indústrias da Mineração e Metalurgia".

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira ainda não foram contratados. Para os próximos anos, a SGM/MME dará continuidade na coordenação do Comitê Executivo e do Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, cuja agenda setorial tem prazo previsto até 2014 e, atualmente, articula parcerias e utilização de recursos para a realização dos estudos previstos.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos**

Análise Situacional da Meta

Foram fiscalizadas, em 2012, 90 minas subterrâneas, 99 minas com barragens e 244 empreendimentos de água mineral, representando o cumprimento satisfatório do PPA tendo em vista o horizonte de 4 anos para alcance da meta.

- **Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram levantados 88 títulos minerários com possibilidade de aproveitamento de minerais estratégicos, mas desse universo foram fiscalizados 16 em razão da maioria não estar em fase de aproveitamento dos minérios, reduzindo consideravelmente a necessidade de vistoria nas áreas. As áreas que foram vistoriadas representam 20% da meta.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração**

Análise Situacional da Meta

A meta não foi desenvolvida em 2012. No ano de 2013, será dado início ao desenvolvimento do o projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

14/02/2013

- **Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas discussões sobre indicadores que seriam utilizados para definir a linha-base e avaliar o desempenho do setor com relação à eficiência produtiva e energética, no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração. Foi detectada deficiência de informações, o que deverá ser sanado com a contratação de estudos específicos.

Para os próximos períodos, a SGM/MME dará continuidade na coordenação do Comitê Executivo e do Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, cuja agenda setorial tem prazo previsto até 2014 e, atualmente, articula parcerias e utilização de recursos para a realização dos estudos previstos. Pode-se citar como exemplo o estudo intitulado “Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços das Indústrias da Mineração e da Metalurgia”.

• **Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos 5 projetos, 2 na região Nordeste e 3 na Centro-oeste, sendo que um deles trata do lítio na região dos Pegmatitos do Ceará. O lítio é considerado um mineral estratégico, tendo em vista seu uso crescente em baterias recarregáveis.

Os outros projetos trazem informações sobre o desenvolvimento da mineração, seja dos granitos exóticos do Ceará, que possuem características próprias de lavra e beneficiamento, seja dos potenciais para minerais oriundos do basalto no Estado do Mato Grosso do Sul.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

08/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	estudo	3	08/02/2013
Região Nordeste	16	estudo	2	08/02/2013
Região Norte	8	estudo	0	08/02/2013
Região Sudeste	12	estudo	0	08/02/2013
Região Sul	12	estudo	0	08/02/2013

• **Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista no PPA 2012-2015 envolve a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na redução do tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários, desde que um requerimento é protocolizado no DNPM até a sua análise.

O alcance dessa meta foi afetado pela decisão de governo de interromper a publicação de títulos minerários para substâncias metálicas, decisão tomada desde o final de 2011 em função da revisão do marco regulatório do setor.

Excepcionalmente na Região Norte, no estado do Pará, o resultado foi prejudicado pela quantidade de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) com pendências relativas a problemas de deslocamento de áreas, áreas de conflito e áreas indígenas.

Atualmente, a pendência de PLG no Pará é de 11.539 processos, questão que está sendo resolvida por meio de projetos específicos nas superintendências. O caso também está sendo acompanhado pelo TCU através de auditorias. Assim, a redução tende a ser progressiva até 2015.

Quantidade alcançada

489

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	258	d	489	14/02/2013
Região Centro-Oeste	220	d	320	14/02/2013
Região Nordeste	134	d	253	14/02/2013
Região Norte	310	d	1.163	14/02/2013
Região Sudeste	413	d	434	14/02/2013
Região Sul	227	d	276	14/02/2013

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

As propostas de regulamentação do setor mineral, por meio da elaboração de marcos legais para a outorga de direitos minerários, foram concluídas e estão em discussão no âmbito do Poder Executivo. No que tange aos estudos de reorganização interna das unidades ministeriais, o processo de contratação dos serviços de consultoria aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto METAS do Banco Mundial.

Metas 2012-2015

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Decreto está em elaboração.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei está em elaboração.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei está em elaboração.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei encontra-se no Congresso Nacional.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de revisão da política de participação governamental está em elaboração.

- **Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento visto que, para os estudos de reorganização interna das unidades ministeriais o processo de contratação dos serviços de consultoria aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto METAS (Banco Mundial).

- **Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. Foi firmado convênio com o Estado do Pará, objetivando desenvolver o plano estadual de mineração. Além desse convênio já celebrado, todas as tratativas para celebração com o Estado do Maranhão foram realizadas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

21/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	21/11/2012

Região Nordeste	5	unidade	0	21/11/2012
Região Norte	5	unidade	1	21/11/2012
Região Sudeste	5	unidade	0	21/11/2012
Região Sul	5	unidade	0	21/11/2012

- **Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento visto que, para os estudos de reorganização interna das unidades ministeriais, o processo de contratação dos serviços de consultoria aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto METAS (Banco Mundial).

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem metas relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral. Em 2013 se espera constituir recursos específicos, bem como sua vinculação à iniciativa correspondente do PPA.

Com relação à meta de apoio aos APLs de Base Mineral consolidados, foram apoiados 20 APLs de base Mineral por ações de programas do MME e MCTI, sendo 1 na Região Norte, 9 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 4 na Região Sudeste, e 3 na Região Sul do País. Com relação à meta de apoio aos APLs de Base Mineral em processo de formação foram apoiados 2 APLs de Base Mineral:

a) APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e b) instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e Itaguaí do RJ.

Os principais resultados alcançados são descritos na análise situacional das metas. No entanto, destacam-se, por influenciarem as duas metas relacionadas aos APLs de Base Mineral, as seguintes atividades desenvolvidas pela RedeAPLmineral e parceiros: a) oficinas da RedeAPLmineral realizadas no Espírito Santo, Salvador e Campina Grande/PB; b) realização do IX Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VI Encontro da RedeAPLmineral, em Salvador, BA de 08 a 11/12/2012; c) Prêmio Melhores Práticas 2012 em APLs de Base Mineral; e, d) Instituição do Comitê Temático Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e Grupos de Trabalhos Setoriais Piloto de Rochas Ornamentais, Cerâmica Vermelha e Gemas, Joias e afins.

Metas 2012-2015

- **Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Projeto META de assistência técnica dos setores de energia e mineral, com recursos do Banco Mundial, a SGM/MME já obteve a sua aprovação em 2012. Para a próxima etapa, aguarda o edital do Projeto Inventário e Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Pequena Mineração no Brasil, o qual é base para as ações de políticas públicas com vistas à formalização da pequena mineração.

- **Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

Foram implementadas as seguintes ações de apoio a projetos de APLs consolidados:

a) O APL de Rochas Ornamentais Bege Bahia/BA foi apoiado pelo Edital MCT/CT-Mineral/CNPq Nº 44/2010 por meio do projeto "Utilização de resíduos oriundos da lavra e do beneficiamento do calcário Bege Bahia para geração de

compósitos poliméricos", executado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), repassado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

b) O APL Cerâmica de Revestimento de Campo Largo/PR foi apoiado pelo Edital MCT/CT-Mineral/CNPq N° 44/2010, por meio da realização do Projeto "Avaliação tecnológica da aplicabilidade de ocorrências minerais de pequenos mineradores da APL Campo Largo na produção de porcelanato esmaltado e de monoporosa via seca", tendo como instituição proponente a Universidade federal de Santa Catarina -UFSC/Centro de Tecnologia/Departamento de Engenharia Química, com o prazo de execução de 24 meses, repassado pelo CNPq;

c) O APL de Gesso de Pernambuco foi apoiado por meio de encomenda no âmbito da ação do MCTI/SETEC/CT-Mineral, de estruturação para qualidade da produção das cadeias produtivas e APLs priorizados – Normalização, Avaliação da Conformidade e Avaliação do Ciclo de Vida, para realização do projeto "Apoio à Normalização e à Avaliação da Conformidade do Gesso natural e seus produtos derivados", executado pela parceria entre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) e Sindusgesso, com recursos da Agência Brasileira de Inovação (FINEP) e com prazo de execução de 36 meses; e

d) Os APLs de Cerâmica do Seridó Paraibano (PB), de Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN) e de Cerâmica Vermelha de Patos (PB) receberam apoio do projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) no âmbito do projeto de Eficiência Energética nas Pequenas Cerâmicas do Brasil - Projeto EELA.

Com recursos oriundos da RedeAPLmineral e de parcerias foram realizadas as seguintes atividades para a consolidação dos APLs de Base Mineral:

a) oficinas da RedeAPLmineral, no Espírito Santo, em Salvador e em Campina Grande/PB;

b) IX Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VI Encontro da RedeAPLmineral, em Salvador/ BA de 08 a 11/12/2012, com apoio à participação de lideranças e gestores dos APLs de Gemas, Joias e Afins do RS e PA, APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, APL do Quartzito do RN/PB, APL do Bege Bahia, APL em Pegmatitos do RN/PB e APLs de Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça/SC, de Sergipe e Norte Goiano/GO;

c) Prêmio Melhores Práticas 2012 em APLs de Base Mineral, com a participação dos APLs de Rochagem do Sudoeste Goiano, APL de Quartzito PB/RN, APL de Quartzito de São Tomé das Letras/MG e APL de Ardósia de Papagaios/MG, APL de Gemas, Joias e Afins do RS, APL de Rochas Ornamentais do Espírito Santo e APL de Cerâmica Vermelha Terra cozida do Pantanal/MS; e,

d) Instituição do Comitê Temático Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e Grupos de Trabalhos Setoriais Piloto de Rochas Ornamentais, Cerâmica Vermelha e Gemas, Joias e Afins.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

21/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	3	21/11/2012
Região Nordeste	15	unidade	9	21/11/2012
Região Norte	7	unidade	1	21/11/2012
Região Sudeste	20	unidade	4	21/11/2012
Região Sul	8	unidade	3	21/11/2012

• Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros

Análise Situacional da Meta

Os Projetos de APLs desenvolvidos em 2012 tiveram ampla distribuição geográfica e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	16	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	8	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	12	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	12	unidade	1	31/12/2012

• **Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral:

a) instituição do APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, tendo como cidade polo Jataí/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e,

b) instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e de Itaguaí do RJ, apoiado por projeto da FAPERJ, que propõe um sistema de gestão ambiental para a região e é executado pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os diversos agentes envolvidos no setor de mineração de areia de Piranema fazem parte desse APL, incluindo-se as prefeituras dos municípios de Seropédica e Itaguaí, os representantes das comunidades afetadas, os consumidores e os órgãos reguladores: Departamento de Recursos Minerais (DRM), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o DNPM, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RJ) e o Sindicato de Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (Simarj).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	21/11/2012
Região Nordeste	12	unidade	0	21/11/2012
Região Norte	10	unidade	0	21/11/2012
Região Sudeste	13	unidade	1	21/11/2012
Região Sul	3	unidade	0	21/11/2012

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As oscilações dos preços das “commodities” minerais, em um contexto de crise financeira internacional, têm conferido maior ênfase ao tema da cooperação em exploração, processamento e transformação mineral em encontros bilaterais e multilaterais sobre o tema. Em 2012 foi possível identificar algumas das principais demandas de interlocutores estrangeiros sobre a política brasileira para recursos minerais, entre elas o desenvolvimento de um marco regulatório para

o setor, a questão da sustentabilidade na extração mineral e a agregação de valor à produção local. Nos próximos anos são esperados avanços nesses temas, por meio da reunião de mecanismos de diálogo entre governos que incluam o tema da mineração bem como por meio de parcerias entre empresas do setor, essenciais para facilitar o fluxo comercial inter e intra-regional de recursos minerais, bem como o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Metas 2012-2015

• Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica

Análise Situacional da Meta

Em 2012, objetivando fortalecer e ampliar a atuação internacional do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, contribuindo para o desenvolvendo de projetos internacionais de cooperação técnico-científica, no âmbito das Geociências no contexto dos países do Cone Sul, foram desenvolvidas as seguintes ações relacionadas à consolidação de instrumentos contratuais e à negociação de propostas de interesse bilateral, como segue:

(i) Em consonância com as diretrizes da política externa brasileira, a CPRM estendeu suas ações junto aos países da América do Sul, firmando o Memorando de Entendimento com o "Instituto Nacional de Geología y Minería do Equador (INIGEMM)". Em prosseguimento, promoveu uma reunião com representantes do INIGEMM e da CPRM, no Rio de Janeiro, durante a qual foram definidas linhas de pesquisa de interesse comum e consolidado o "Agreement", no qual consta o detalhamento dos projetos bilaterais a serem desenvolvidos. Este instrumento está em fase de coleta de assinaturas das instituições CPRM e INIGEMM;

(ii) Em continuidade com países caribenhos, no âmbito da cooperação técnica Brasil-Cuba, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), teve prosseguimento a execução das atividades do Projeto "Apoyo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba", com a conclusão do Relatório Final, tendo como executora a Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM) de Cuba e apoio técnico da CPRM. Ainda no contexto desta cooperação, a CPRM participou da XII Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, realizada em novembro de 2012, em Havana, Cuba, objetivando:

(a) avaliar ações em desenvolvimento pelo Projeto "Apoyo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba";

(b) discutir com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) a retomada das atividades do Projeto "Organización y Conservación de Testigos, Muestras y Materiales Documentales Relacionados con las Investigaciones Geológicas para Desarrollo" de uma Litoteca em Cuba; e o início da execução do Projeto "Implantación Física del Banco de Datos Geológicos" da Republica de Cuba; bem como examinar novas propostas de projetos conjuntos;

(iii) No contexto da "América do Sul – países fronteiriços", as ações inseridas no Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira foram desenvolvidas objetivando a retomada pela CPRM dos projetos Brasil-Guiana e Brasil-Suriname, bem como foi definida a implantação do Projeto Brasil-Peru;

(iv) Também no contexto do continente sul-americano, a CPRM promoveu três eventos, no Rio de Janeiro:

(a) GT-15 Geologia e Mineração do MERCOSUL com participação dos representantes dos países membros;

(b) Programa "Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC Cuenca del Prata)", reunindo representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de discutir os avanços na caracterização dos aquíferos transfronteiriços da Bacia do Prata; e (c) Programa "Cuenca Poopó", conduzido pelo Departamento do Governo Autônomo de Oruro, Bolívia, propiciando a discussão sobre a experiência da CPRM em Hidrologia e Gestão Territorial no Brasil visando à sua aplicação na região de Oruro, Bolívia.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	36	projeto	6	31/12/2012

• **Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**

Análise Situacional da Meta

A CPRM avançou sua atuação internacional no Cone Sul e, mundialmente, por meio do diálogo bilateral com os seguintes países:

China: Em 2007, houve o início das negociações entre a CPRM e o “China Geological Survey (CGS)”, quando foi firmado o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o CGS, posteriormente renovado em 2010. No exercício de 2012, as ações entre as duas instituições visaram à discussão e à consolidação de projetos de interesse mútuo. Duas missões da CPRM viajaram à China, sendo:

(a) uma para Beijing, em novembro de 2012, quando os dois participantes brasileiros consolidaram negociações sobre o “Agreement for the Development of the Project on the Regional Geological and Metallogenetic Review of the Main Banded Iron formation Deposits from São Francisco Craton and its Eastern Proterozoic Marginal Belts, Brazil”, além de terem visitado a “14th China Mining Conference and Exhibition 2012”, realizada em Tianjin; e

(b) a outra missão para Shanghai, com objetivo específico no âmbito da Geologia Marinha, participou da "41st Underwater Mining Conference 2012", em outubro, e discutiu futuras atividades no Atlântico Sul a serem implementadas no início de 2013. Pelo lado chinês, a CPRM recebeu três missões formadas por representantes: do "Ministry of Land and Resources" e do CGS; do "China Earthquake Administration"; e da Província de Hubei, todas visando à discussão de cooperação técnica com a CPRM no âmbito das Geociências.

Japão: Durante o exercício de 2012, avançaram as negociações com este país durante o Seminário “The South Atlantic Ocean Joint Scientific Research by Brazil and Japan: meeting Brazil-Japan/Jamstec”, promovido pela CPRM, no Rio de Janeiro, durante o qual foram discutidas as atividades a serem desenvolvidas pela CPRM e a “Japan Agency for Marine Earth Sciences and Technology (JAMSTEC)”. Além disso foi tratada a participação do Instituto oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP) em áreas previamente selecionadas no Atlântico Sul, com base no “Agreement” em fase de assinatura entre a CPRM, IO-USP e JAMSTEC. Nas operações de pesquisa, com início previsto para abril de 2013, será usado o navio R/V Yokosuka e o submersível Shinkai-6500, de propriedade da JAMSTEC.

França: De acordo com o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o “Institut Français de Recherche pour l’Exploitation de Mer (IFREMER)”, do governo francês, firmado em junho de 2011, foram consolidadas as negociações e assinado o “Agreement” entre a CPRM e o IFREMER, tendo como objeto o uso do meio flutuante “Atlante” de propriedade daquele instituto a ser usado na execução de projetos de pesquisa na Plataforma Continental Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes. Em 2012, mais uma ação com instituição francesa refere-se à consolidação de dois instrumentos contratuais: Memorando de Entendimento e o “Agreement” entre a CPRM e o “Institut de Recherche pour le Développement (IRD)”, em fase final de coleta de assinaturas pelas partes. Esses instrumentos têm como objeto a execução do Projeto Dinâmica Fluvial na Bacia Amazônica, que visa o entendimento das influências climáticas andinas no sistema dinâmico na Bacia Amazônica e seus impactos sobre as populações ribeirinhas concentradas ao longo da calha que se estende desde os rios Solimões, Negro até a foz do Amazonas. Nessa faixa está concentrada uma das mais altas densidades populacionais da região.

• **Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e**

africanos

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram iniciadas atividades de mapeamento geológico em áreas fronteiriças dos países membros do Mercosul, em linha com as decisões emanadas do Subgrupo de Trabalho nº 15 do Mercosul, executadas com a colaboração do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). Outras atividades para o fortalecimento da cadeia da transformação mineral em países da América do Sul e África permaneceram em fase de planejamento por parte das áreas técnicas e políticas envolvidas.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	441	17/06/2008	441
Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	515	17/06/2008	515

Observações:

Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB) - O valor apurado do indicador permanece o da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, dado não existir informação mais atual.

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa conta com projetos que permitirão o armazenamento de aproximadamente 3,3 bilhões de m³ de água, além da implantação de 2 mil km de adutoras.

Nesse Objetivo encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por um longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais, constantes de outros programas do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do Água Para Todos (associado à construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas. Além disso, emergencialmente, situações críticas associadas à seca são combatidas por meio das operações envolvendo carros-pipa, por meio do Bolsa-Estiagem e do Garantia-Safra.

O foco para realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do país, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação hídrica, o semiárido. Ressalte-se que a maior parte das intervenções aqui incluídas fazem parte da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do governo federal.

Cabe destacar que o PAC dinamizou o processo nas questões orçamentárias e financeiras, bem como reduziu o processo burocrático na pactuação dos Termos de Compromisso. De maneira geral, o bom andamento das obras centra-se na qualidade ideal dos projetos disponíveis para a infraestrutura hídrica, cuja elaboração prevista no presente Programa busca aprimorar. Outro fator a ser considerado é que com o advento do Regime Diferenciado de Contratações, ao se possibilitar a inversão das fases de abertura das propostas e habilitação técnico-jurídica, poderá haver um andamento mais célere dos processos licitatórios concernentes ao setor.

No exercício de 2012, foram concluídas as seguintes obras:

- (a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;
- (b) Sistema Adutor Guanambi (BA) (1ª Etapa) com 265 km – Municípios de Candida, Malhada, Guanambi, Iuiú, Matina, Palmas do Monte Alto, Julião, Mutãs, Pajeú e Guirapá, beneficiando 36 mil habitantes;
- (c) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e
- (d) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes;

Para 2013, está prevista a conclusão dos projetos:

- (a) Barragem de Atalaia (PI) – volume de acumulação de 211,1 milhões de m³ de água - Municípios de Sebastião Barros, Cristalândia do Piauí e Corrente, beneficiando 29.265 habitantes
- (b) Sistema Adutor Jacobina (BA) com 125 km – Municípios de Jacobina, Saúde e Caém, beneficiando 68 mil habitantes;
- (c) Sistema Norte de Minas (MG) – Municípios de Rio Pardo de Minas, Janaúba, Januária e Mato Verde, beneficiando 170 mil habitantes; e
- (d) Sistema Adutor Alto Oeste (RN) com 288 km – Municípios de Água Nova, Alexandria, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, Itaú, João Dias, José da Penha, Luís Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino, Vieira, Martins, Olho d'Água dos Borges, Paraná, Pilões, Riacho de Santana, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, Serrinha dos Pintos, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal e Viçosa, beneficiando 137 mil habitantes;
- (e) Eixo de Integração Gavião ao Porto Pecém (CE) (1ª Etapa do Trecho V - 55 km – Municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante; e
- (f) Sistema Adutor Piauí (PI) com 104 km – Municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes.

Faz parte desse objetivo ainda o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte e Leste, que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados. Até 2015, ano final da vigência do presente PPA, pretende-se concluir o Eixo Leste (217 km) e os trechos I e II do Eixo Norte (252 km). Desse escopo, até fevereiro de 2013 foram executados 52% do Eixo Leste e 34% do Eixo Norte.

Já estão em execução pelo Governo Federal, ou em estágio de planejamento, uma série de obras que deverão captar água nos canais ou reservatórios abastecidos pelo PISF, e realizar a adução até localidades adjacentes. Devem ser entendidas como obras complementares às do PISF, importantes para que o projeto possa ampliar o alcance à população beneficiada. É o caso do Ramal do Entremontes, em Pernambuco, e do Cinturão das Águas, no Ceará.

No Eixo Norte, em 2012, foram concluídos o Canal de Aproximação e o Reservatório Tucutu, dando-se continuidade às obras dos Aquedutos Mari e Terra Nova e a concretagem de 5 km do Eixo que fazem parte da Meta 1N (Captação Até o Reservatório Jati), além do Túnel Cuncas I da Meta 3N (Reservatório de Boi II até o Reservatório Engenheiro Ávidos).

No Eixo Leste, estão em execução as obras do Canal de Aproximação e do Reservatório Areias, cuja conclusão está prevista para 2013. Também estão em execução as obras da Estação de Bombeamento I do Trecho V da Meta 1L (Captação até o Reservatório Areias) e os aquedutos e 8 km do Eixo da Meta 2L (Reservatório Areias Até Reservatório Barro Branco).

Ademais, ações de caráter social fazem parte desse complexo como a construção/melhoramento de casas para comunidades indígenas e quilombolas, postos de saúde, construção de Vilas Produtivas Rurais para assentamento de famílias afetadas pelo projeto. Em 2012, atuou-se na construção das Vilas Produtivas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão 314 famílias, bem como nas casas para as populações quilombolas e indígenas. Para 2013, está prevista a conclusão da Meta 1L (ponto de captação até o Reservatório Areias), bem como o início das obras para recuperação de reservatórios estratégicos existentes no perímetro do empreendimento.

Metas 2012-2015

• Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento

Análise Situacional da Meta

A meta constante no PPA 2012-2015 é a de regularizar a oferta de água para sistemas de abastecimento em 297 municípios. Nesse sentido, foram implantados 741 km de adutoras envolvendo 25 municípios da região nordeste, beneficiando a aproximadamente 414 mil habitantes.

Para 2013, está prevista a implantação de mais 655 km e adutoras, atendendo a 44 municípios, beneficiando aproximadamente 387 mil habitantes.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

20/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	município	0	20/02/2013
Região Nordeste	250	município	25	20/02/2013
Região Sudeste	37	município	0	20/02/2013
Região Sul	8	município	0	20/02/2013

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de infraestruturas hídricas prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação e também a sua modernização. Neste objetivo são executadas obras para operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica; recuperação das estruturas já implementadas; implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento, bem como a realização de despesas com o pagamento de taxas, impostos e contribuições decorrentes da operação da infraestrutura.

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, que determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la. O artigo 18 da lei é específico sobre a necessidade de recuperação de barragens:

“Art 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

Por meio do presente Objetivo busca-se não somente dar cumprimento a esse comando legal, mas principalmente

assegurar a segurança do abastecimento de água da população. Assim, com fundamento nas Inspeções Regulares de Segurança e no Relatório de Implantação do Plano de Segurança de Barragens da Codevasf, foi identificada a necessidade de recuperação de 26 barragens. Além disso, a partir de ações desenvolvidas em outro Objetivo do presente Programa (0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado), foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas.

O DNOCS possui diversas barragens de grande porte cujo rompimento representaria risco a significativo número de pessoas além de grande impacto ao meio ambiente e ao sistema econômico regional. As barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, todas no Ceará, são exemplos de obras que necessitam de manutenção permanente.

Por fim, cabe mencionar que no escopo do presente Objetivo é executada a recuperação de reservatórios estratégicos que deverão se integrar operacionalmente com o Projeto de Integração do Rio São Francisco. Em outras palavras, são intervenções complementares às obras da PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Etapas preparatórias para essa intervenção foram executadas no ano de 2012. Até o ano de 2014, há a previsão de aplicação de R\$ 200 milhões somente com a recuperação desses reservatórios.

Metas 2012-2015

• Revitalizar infraestruturas hídricas

Análise Situacional da Meta

A meta constante do PPA 2012-2015 é revitalizar 18 infraestruturas hídricas.

No ano de 2012, foi dada sequência à recuperação da barragem Barreiro Grande, iniciada em 2011, e a recuperação de 4 das 26 barragens consideradas críticas:

- Recuperação da barragem Barreiro Grande, no município de Afrânio, no estado de Pernambuco;
- Recuperação das barragens Mercado dos Pereiras, Mercado Grande, Itapecuru e Poço do Boi, em Alagoas. As obras de recuperação foram licitadas.

Os demais Termos de Referência não conseguiram ser finalizados a tempo de realizar a licitação em 2012. Para o ano de 2013 estão previstas as recuperações das demais 22 barragens críticas, quais sejam:

- Recuperação das barragens Itacarambi, Jiboia, São Domingos, Canabrava, Pedro Ju, Mocambinho, Lajes, Gameleira, São Gregório e Catuni, em municípios do estado de Minas Gerais.
- Recuperação das barragens Água Fria, Várzea dos Ramos, Bom Jardim, Volta do Riacho, Soledade, Água Branca e Deserto, em municípios do estado de Pernambuco.
- Recuperação civil e das comportas da barragem Boacica, no município de Igreja Nova, no estado de Alagoas.
- Recuperação das barragens Poções, Poço da Pedra, Taquarandi e Gangorra, no estado da Bahia.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. A Política dará sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Permitirá também a integração de sistemas, resultando em operação inteligente das infraestruturas com diminuição da pressão sobre o meio ambiente. A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado, dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e redução da pobreza.

O Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica – PNSH (que, a partir de 2012, é tratado como Plano Nacional de Segurança Hídrica), será o principal instrumento da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, e deverá organizar a atuação do Poder Público na formulação e na construção de programas e ações para o setor. Permitirá, com suas orientações, constituir intervenções específicas e até mesmo constituir banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

A elaboração do referido Plano está sendo realizada a partir de parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Água. De forma complementar, será contratada consultoria, que contribuirá no processo de elaboração. Estão previstas para 2013 visitas aos estados brasileiros, com o intuito de conhecer melhor a realidade hídrica de cada local, bem como os planejamentos e projetos já existentes, os quais deverão ser resgatados de maneira organizada e aperfeiçoados com as novas tecnologias.

O foco das ações a serem abarcadas no PNSH são as chamadas soluções estratégicas, capazes de resolver os problemas de déficit hídrico de forma mais definitiva (tal atuação não exclui as soluções de caráter emergencial, necessárias para oferecer, de imediato, alguma assistência imediata para as regiões em situação de forte seca).

Além de buscar resolver problemas associados ao abastecimento de água, o PNSH também deverá abarcar a infraestrutura hídrica necessária à redução de riscos associados a inundações. As proposições associadas a essa temática guardam relação estreita com atividades executadas no escopo do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e deverão estar alinhadas com as demais linhas de atuação ali presentes.

Metas 2012-2015

• Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas

Análise Situacional da Meta

A partir de ações desenvolvidas no presente Objetivo, foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas. Além disso, foram realizadas atividades relacionadas em outro Objetivo do presente Programa do PPA (0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais). Especificamente, foram utilizadas Inspeções Regulares de Segurança e o Relatório de Implantação do Plano de Segurança de Barragens da Codevasf, identificando a necessidade de recuperação de 26 barragens.

• Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi iniciada parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, o qual será o principal instrumento da Política Nacional de Segurança Hídrica.

• Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica, com proposta de alteração da denominação para Plano Nacional de Segurança Hídrica, está sendo elaborado no âmbito do Programa INTERÁGUAS em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA.

Os Termos de Referência para a consecução do referido Plano já contam com a aprovação do Banco Mundial e, atualmente, encontra-se sob a responsabilidade da ANA a preparação da lista dos requisitos mínimos para posterior elaboração do Edital.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, com abrangência nacional, foi concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, melhorando sua capacidade institucional e de planejamento e criando um ambiente integrador no qual seja possível dar continuidade a programas setoriais exitosos, tais como o Programa de Modernização no Setor Saneamento (PMSS) e o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (PROÁGUA), como também fortalecer iniciativas de articulação intersetorial que visam aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços associados.

Objetivos:

1. Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País;
2. Aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços;
3. Aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos e;
4. Melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.

O Programa também envolve diretamente o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades.

Contando com apoio do Banco Mundial – BIRD, o Programa tem um custo total de US\$ 143,1 milhões a serem investidos num prazo de cinco anos, sendo US\$ 107,3 milhões (75%) aportados pelo BIRD e US\$ 35,8 milhões (25%) a título de contrapartida nacional.

• Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco

Análise Situacional da Meta

A instituição de um modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco é essencial à sua operação, pois é por meio desse que se dará a gestão e o planejamento do uso da infraestrutura hídrica do PISF. É por meio da constituição de um ente operador federal que serão celebrados contratos de fornecimento de água necessários à operacionalização do projeto, bem como instituído um modelo tarifário de cobrança pelo uso da água.

Até a finalização do desenho institucional associado ao modelo de gestão (cujas discussões avançaram no ano de 2012), e criação de um ente operador federal do projeto, a Codevasf ficará incumbida de realizar o comissionamento e a manutenção dos equipamentos e trechos já entregues do Projeto.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,459	30/01/2013	129.400,194
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35	31/12/2011	18,4
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29	31/12/2011	11,15
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R\$/MWh	30/04/2011	272,41	31/12/2012	298,39
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,8	30/01/2013	6,31
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42	30/01/2013	7,82
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58	30/01/2013	1,78
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75	30/01/2013	1,46
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57	30/01/2013	10,18
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53	30/01/2013	65,23
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71	30/01/2013	5,66
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63	30/01/2013	1,55
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91	31/12/2011	99,7

Observações:

Taxa de universalização do acesso à energia elétrica - $= (1 - (\text{domicílios sem energia} / \text{total de domicílios})) * 100$, segundo Síntese Indicadores Sociais 2012 - IBGE.

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Nesse Objetivo, espera-se adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da sua grande disponibilidade e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético. As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte

limpa e renovável. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, porém com impactos também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Os projetos definidos no âmbito do PPA 2012-2015 estão em andamento e espera-se o alcance dos resultados desse objetivo ao final do período considerado. Dos 10.326 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação em 2012 1.856,6 MW dessa fonte, com destaque para a entrada das primeiras máquinas da UHE Santo Antonio, no Rio Madeira, e das últimas da UHE Estreito, entre o Maranhão e o Tocantins, todas na região Norte.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização de 2012 ficou um pouco abaixo da média para o período devido à postergação da entrada de algumas obras importantes (como a UHE Simplício - 333 MW; UHE Mauá - 127 MW; uma unidade geradora da UHE Sto Antonio - 70 MW; UHE Domingos - 48 MW).

Dentre os empreendimentos em construção, destacam-se:

- Implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no estado do Pará, com capacidade de 11.233 MW.
- Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, entre os estados do Maranhão e Tocantins, com capacidade de 543 MW.
- Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no estado de Rondônia, com capacidade de 3.300 MW.
- Implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, entre os estados do Pará e Mato Grosso, com capacidade de 1.820 MW
- Implantação de 11 projetos de geração de energia de fonte hidrelétrica por meio de PCHs, segundo os processos autorizados pela ANEEL, totalizando 210,5 MW

Quantidade alcançada

1.856,6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.280	MW	143,5	31/12/2012
Região Nordeste	326	MW	6,5	31/12/2012
Região Norte	6.950	MW	1.033,9	31/12/2012
Região Sudeste	75	MW	117,4	31/12/2012
Região Sul	695	MW	555,3	31/12/2012

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. No planejamento energético é importante a adoção do princípio da diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis. O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas (UTES) estão entre as alternativas de diversificação da matriz

elétrica. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo, o menor risco para o setor privado e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos. Deve-se destacar entre as fontes minerais para a geração de energia elétrica o gás natural e o urânio, por serem menos poluentes que as tradicionais (carvão e derivados de petróleo).

Dos 9.338 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação até o momento 741,7 MW, representando 7,94% do total previsto para o PPA.

Metas 2012-2015

• Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas

Análise Situacional da Meta

O baixo índice de realização de 2012 em relação à média do período deve-se à postergação da entrada de diversas usinas importantes e, principalmente, à desistência de empreendimentos importantes pelos grupos vencedores de leilões de energia.

Dentre os empreendimentos em construção, destacam-se:

- Implantação da Usina Termelétrica Porto de Pecém II, no estado do Ceará, com capacidade de 360 MW.
- Implantação da Usina Termonuclear Angra III, no estado do Rio de Janeiro.
- Implantação de 35 projetos de geração de energia de fonte termelétrica por concessionários do Setor, segundo os processos licitatórios realizados pela ANEEL, totalizando 7.198,7 MW, no período de 2012 a 2015.

Quantidade alcançada

741,7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120	MW	301,2	31/12/2012
Região Nordeste	4.900	MW	360,1	31/12/2012
Região Norte	80	MW	43,8	31/12/2012
Região Sudeste	4.150	MW	36,6	31/12/2012
Região Sul	88	MW	0	31/12/2012

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis é uma alternativa importante na diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nos litorais do Sul e do Nordeste. Até o ano 2012 foi desenvolvido cerca de 1,5% desse potencial, fato que, associado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir dessa fonte observada nos leilões de 2010 e 2011, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil. No caso da biomassa, o grande potencial de exploração é a disponibilidade de terra arável no Brasil, a intensa radiação solar recebida, o desenvolvimento tecnológico e uma agroindústria consolidada. O bagaço residual do processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol é o principal combustível renovável para

geração de energia elétrica. A produção principal de energia dessa biomassa é para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN), e isso tem sido estimulado por meio de ações do Governo, utilizando principalmente os leilões de energia.

Até o final de 2012 foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 916,8 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa**

Análise Situacional da Meta

No caso da biomassa o montante adicionado em 2012, de 916,8 MW, representou 65,7% do total previsto para o período 2012-2015, ficando uma parte menor para entrada em operação no restante do período. Ressalta-se que desse total, 53,8 MW localizam-se na região Sul, que não compõe a regionalização desta meta. Para 2013 está prevista a adição de mais 786 MW de usinas termelétricas a biomassa, montante que, associado ao realizado em 2012, seria suficiente para o cumprimento da meta do PPA 2012-2015, já no ano 2013.

A previsão para o período de 2012 a 2015 é de implantar 21 projetos de geração de energia de fonte termelétrica a biomassa por concessionários do Setor, segundo os processos licitatórios realizados pela ANEEL.

Quantidade alcançada

863

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480	MW	50	30/09/2012
Região Nordeste	125	MW	25	30/09/2012
Região Norte	80	MW	0	30/09/2012
Região Sudeste	710	MW	788	30/09/2012

- **Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica à matriz energética nacional, o que representa apenas 12,4% do total previsto para o período 2012-2015. A maior parte do montante de expansão a partir dessa fonte está realmente previsto para entrada em operação nos anos de 2013 e 2014. Em 2013 a previsão é de serem adicionados mais 1.677 MW, acumulando 58% de realização da meta do PPA 2012-2015.

A previsão para o período de 2012 a 2015 é de implantar 141 projetos de geração de energia elétrica de fonte eólica por concessionários do Setor, segundo os processos licitatórios realizados pela ANEEL.

Quantidade alcançada

456,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.360	MW	374,2	30/09/2012
Região Sul	320	MW	82	30/09/2012

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política

tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica. O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletro-energético.

No caso do monitoramento das obras em construção, o Departamento de Monitoramento de Sistema Elétrico/Secretaria de Energia Elétrica (DMSE/SEE) tem realizado um montante até acima do inicialmente previsto no PPA. No caso da comercialização de energia com países vizinhos, a realizada com a Venezuela ficou no patamar previsto inicialmente, mas as trocas de energia com a Argentina e com o Uruguai não foram tão intensas em 2012. Com relação aos leilões de energia, o montante realizado em 2012 ficou dentro da previsão para o período.

Metas 2012-2015

- **Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Departamento de Gestão do Setor Elétrico (DGSE) planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do MME. As informações referentes aos meses de novembro e dezembro foram consolidadas no início de 2013. Além disso, no final do ano, o DGSE esteve envolvido em atividades decorrentes da MP nº 579/2012. Por isso, a edição referente ao 3º quadrimestre foi elaborada apenas no início de 2013.

- **Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País**

Análise Situacional da Meta

O montante de quase o dobro do previsto inicialmente deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste. Destaca-se também que o valor apontado era a meta anual a ser atingida. Nesse sentido, informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

420

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	42	30/09/2012
Região Nordeste	65	unidade	230	30/09/2012
Região Norte	55	unidade	19	30/09/2012
Região Sudeste	40	unidade	53	30/09/2012
Região Sul	60	unidade	76	30/09/2012

- **Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País**

Análise Situacional da Meta

O valor realizado, 70% maior que o previsto no PPA 2012-2015 deve-se principalmente à grande quantidade de obras

de reforço e ampliações determinadas para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional após a elaboração deste plano. Destaca-se também que o valor apontado era a meta anual a ser atingida. Nesse sentido, informa-se que a meta deve ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

450

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35	unidade	62	30/09/2012
Região Nordeste	70	unidade	147	30/09/2012
Região Norte	55	unidade	50	30/09/2012
Região Sudeste	45	unidade	97	30/09/2012
Região Sul	65	unidade	94	30/09/2012

• **Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção**

Análise Situacional da Meta

A realização um pouco inferior a uma média anual da meta do período deve-se à restrição orçamentária de 2012 e ao atraso no cronograma de algumas obras.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	unidade	6	30/09/2012
Região Nordeste	45	unidade	9	30/09/2012
Região Norte	40	unidade	5	30/09/2012
Região Sudeste	30	unidade	5	30/09/2012
Região Sul	40	unidade	3	30/09/2012

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos de inventário hidroelétrico, os estudos e projetos de parques eólicos e os projetos de usinas a biomassa estão sendo executados dentro da meta ou superando a meta estabelecida. Em 2012 esperava-se a conclusão dos estudos de viabilidade da UHE São Luis do Tapajós, o que deve ocorrer em 2013, motivo pelo qual a realização de projetos e estudos de viabilidade ficou aquém da meta. Com relação às usinas termonucleares, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a viabilização das mesmas.

Metas 2012-2015

• **Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram aprovados pela ANEEL estudos de inventário hidroelétrico de 38 rios, que totalizam 4.127 MW, sendo 20 se consideramos a regionalização existente no PPA. Dado que a meta atual praticamente já foi superada, e em virtude da necessidade de incluir-se outras regiões hidrográficas na regionalização, informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	9	unidade	4	14/11/2012
Região Hidrográfica Paraná	1	unidade	13	14/11/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2	unidade	3	14/11/2012

- **Realizar 16 projetos e estudos de viabilidade de parques eólicos com potencial de aproximadamente 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2011 foram licitados nos leilões 4º Leilão de Energia de Reserva - LER, 12º Leilão de Energia Nova – LEN (A-3) e 13º Leilão de Energia Nova – LEN (A-5), 117 usinas eólicas, que totalizam 2905 MW de capacidade instalada. Os projetos dessas usinas foram elaborados em 2012. Informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo.

Quantidade alcançada

117

Data de Referência

16/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	12	estudo	86	16/11/2012
Região Sul	4	estudo	31	16/11/2012

- **Realizar 28 projetos e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram aprovados pela ANEEL 3 estudos de viabilidade, totalizando um potencial de 732 MW, sendo dois na região hidrográfica do Amazonas, e um na região hidrográfica do Atlântico Nordeste, não incluída na regionalização existente atualmente no PPA. Em virtude da necessidade de incluir-se outras regiões hidrográficas na regionalização, informa-se que a meta deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo de modo a clarear esses entendimentos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	24	estudo	2	31/12/2012
Região Hidrográfica Paraná	3	estudo	0	31/12/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	1	estudo	0	31/12/2012

- **Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa**

Análise Situacional da Meta

Em 2011 foram licitados nos leilões 4º LER, 12º LEN (A-3) e 13º LEN (A-5) 13 usinas termelétricas a biomassa, que totalizam 655 MW de capacidade instalada. Os projetos dessas usinas foram elaborados em 2012.

Quantidade alcançada

655

Data de Referência

16/11/2012

- **Viabilizar e projetar 4 usinas term nucleares**

Análise Situacional da Meta

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 e Angra 3.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas. A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente são objeto de licitação pública, onde participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

Em 2012, entraram em operação 2.744,4 km, representando 15,5% do total previsto para o período do PPA 2012-2015.

Metas 2012-2015

- **Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, que representa 15,5% do total previsto para o período, ficou um pouco abaixo do esperado, e deve-se principalmente à postergação dos principais sistemas em construção para os anos seguintes, como a LT Tucuruí – Macapá – Manaus e a integração das usinas do Madeira com o sudeste.

Destacam-se os seguintes empreendimentos:

- Implantação do sistema de transmissão para interligação de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional, em 500 kV, com 715 km.
- Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Teles Pires.
- Implantação do sistema de transmissão em 500 kV, para integração da UHE Belo Monte ao Sistema Interligado Nacional.

Quantidade alcançada

2.744,4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	700	km	1.218,7	22/10/2012
Região Nordeste	900	km	434,6	22/10/2012
Região Norte	14.500	km	669	22/10/2012
Região Sudeste	800	km	245,8	22/10/2012
Região Sul	750	km	176,3	22/10/2012

- **Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao**

mercado de energia elétrica pelo SIN

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, equivalente a 45,6% do total previsto para o período 2012-2015, somente no primeiro ano, evidencia o grande avanço alcançado nesse tipo de obra, principalmente no que tange ao sistema de integração das usinas do Madeira.

Quantidade alcançada

10.034

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.500	MVA	725	22/10/2012
Região Nordeste	3.500	MVA	1.300	22/10/2012
Região Norte	6.800	MVA	100	22/10/2012
Região Sudeste	4.700	MVA	7.441	22/10/2012
Região Sul	2.500	MVA	468	22/10/2012

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras. Para tanto, as ampliações, reforços e melhorias nas instalações das usinas geradoras de energia elétrica existentes, assim como no sistema de transmissão nacional, tornam-se importante contribuição para o desenvolvimento do sistema eletro-energético nacional. Normalmente essas ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

Em 2012 foram revitalizados 347,4 km, com uma realização de 14,5% do previsto no PPA no primeiro ano, sendo 4.6 km de reforços e 342,8 km de recapitação de linhas existentes. Desse total de 347,4 km, 342,7 km se referem a regiões presentes na regionalização do PPA.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, já muito próximo dos 5.100 MVA previsto para todo o período do PPA 2012-2015, demonstra que a meta do PPA deverá ser suplantada para esse Objetivo.

Quantidade alcançada

4.260

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	MVA	650	22/10/2012
Região Nordeste	1.500	MVA	1.426	22/10/2012
Região Norte	350	MVA	650	22/10/2012
Região Sudeste	1.100	MVA	379	22/10/2012

Região Sul	1.250	MVA	1.155	22/10/2012
------------	-------	-----	-------	------------

• **Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não foi concluída nenhuma obra de ampliação, reforço ou revitalização de unidades geradoras no sistema elétrico nacional que gerasse capacidade adicional de geração de energia elétrica. Esperam-se realizações desse tipo nos anos seguintes do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização em 2012 correspondeu apenas a 14,5% do previsto no PPA, sendo 4.6 km de reforços e 342,8 km de recapacitação de linhas existentes. A maior parte desses reforços está prevista para os anos de 2013 a 2015. Desse total de 347,4 km, 342,7 km se referem a regiões presentes na regionalização do PPA.

Quantidade alcançada

342,7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	600	km	0	22/10/2012
Região Nordeste	500	km	102,8	22/10/2012
Região Sudeste	600	km	233,6	22/10/2012
Região Sul	700	km	6,3	22/10/2012

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A universalização do acesso à energia elétrica é composta por duas ações concomitantes e complementares: o processo regulado e fiscalizado pela ANEEL, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/12 e o Programa Luz para Todos - LpT, instituído pelo Decreto 7520/11.

As metas e cronogramas das ações decorrentes da Resolução 488/12 ainda estão em fase de análise e conclusão na ANEEL. As metas do LpT para o período 2012-2015 foram estabelecidas em 495.000 domicílios.

Metas 2012-2015

• **Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o Programa Luz para Todos atendeu a 120.131 famílias, representando 24% da meta de 495.000 atendimentos estabelecidos à época.

Quantidade alcançada

120.131

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65.670	domicílio	4.176	31/12/2012
Região Nordeste	222.000	domicílio	79.113	31/12/2012
Região Norte	174.500	domicílio	34.342	31/12/2012
Região Sudeste	31.450	domicílio	1.120	31/12/2012

Região Sul	1.380	domicílio	1.380	31/12/2012
------------	-------	-----------	-------	------------

- **Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização**

Análise Situacional da Meta

Da população identificada no Censo IBGE 2010 que se encontra na extrema pobreza (257 mil famílias), o Programa Luz para Todos já atendeu a 130,8 mil, no acumulado até dezembro/2012.

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

No campo da regulamentação, merecem destaque em 2012 a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR) e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico e a definição da estrutura ótima de capital e o custo de capital considerado nas licitações de transmissão.

No exercício de 2012 foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (39 concessionárias e 12 permissionárias) e 38 processos de revisão tarifária (28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras). Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica (7 concessionárias e 26 permissionárias), além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra I e Angra II, da definição dos encargos setoriais e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.816 fiscalizações em 2012. Para 2013, estão programadas 1.573 fiscalizações.

Para o ano de 2013 está previsto o início de operação de unidades geradoras de aproximadamente 169 novas usinas, totalizando uma capacidade instalada de 10.125,5 MW. Deste total, 96 usinas, que representam 7.847,3 MW de capacidade instalada, estão com suas obras em andamento e não têm impedimentos para o início da operação, enquanto outras 73, responsáveis por 2.278,2 MW, ainda não tiveram suas obras iniciadas. Nesse horizonte, cabe destaque para a UHE Jirau (2.925 MW), com início de operação da primeira unidade geradora previsto para janeiro de 2013, e para a UTE Maranhão V (337,6 MW), com início de operação da primeira unidade geradora previsto para fevereiro de 2013.

Entre as 1.573 fiscalizações programadas para 2013, serão priorizados os empreendimentos constantes do PAC; de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abrangendo os aspectos econômicos e financeiros das concessões; e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. As fiscalizações serão realizadas pela ANEEL, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizadas ações que visam dotar a ANEEL de instrumentos eficazes de promoção e monitoramento da evolução da qualidade dos serviços de energia elétrica ofertados pelos agentes, pautados em parâmetros e indicadores que subsidiem a formulação das regras e o controle de sua aplicação.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Também foi intensificada, por meio de descentralização, com o apoio das Agências

Estaduais, a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – regularizadas recentemente.

Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por Monitoramento Contábil, Econômico e Financeiro, de todos os Agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cujo trabalho subsidiou a decisão de intervenção administrativa tomada pela ANEEL.

Para o processo tarifário foram realizadas 24 fiscalizações referentes à Base de Remuneração, além de fiscalizações de custos incorridos, para o processo licitatório. Além disso, foram aceitas 417 solicitações de anuências prévias aos agentes do setor elétrico, referentes a operações comerciais.

Para 2013, registra-se o desafio de 28 fiscalizações de ativos para composição da Base de Remuneração, em subsídio aos processos de revisões tarifárias programadas para o exercício, somadas à aferição dos itens da Conta de Variação da Parcela A (CVA) em 63 concessionárias, bem como a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, para adequação das normas brasileiras de contabilidade às referências internacionais.

Em relação às ações de outorga, delegadas à ANEEL, relativas a concessões, autorizações e permissões para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o desafio para 2013 é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, de caráter sistêmico, destinados à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em atendimento ao Plano de Outorgas, aprovado pelo MME, e das obras de transmissão destinadas às Instalações de Interesse das Centrais Geradoras (ICGs), tendo ainda como foco as metas priorizadas no PAC.

Em 2012, no âmbito da transmissão de energia elétrica, foram licitados 4.032,87 km de linhas e 10.067 MVA de potência de transformação, distribuídos em 57 empreendimentos, em 11 Estados da Federação, com investimento estimado na ordem de 5,8 bilhões de reais. Com estas obras, estima-se a criação de 27.000 postos de trabalho. Para 2013, estão previstos leilões que licitarão cerca de 9.582 km de linhas e 4.214 MVA de potência de transformação, com investimentos estimados na ordem de 6,64 bilhões de reais.

Ainda em 2012, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e no Decreto nº 7.805/2012, foram analisados os pedidos de prorrogação do prazo de concessão de 9 Transmissoras, cujos contratos vencem em 2015. Para o ano de 2013, estão previstas análises de pedidos de prorrogação de 41 concessionárias de distribuição, com vencimento entre 2014 e 2017.

No âmbito da Ouvidoria Setorial da ANEEL, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores e as atividades de análises desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento. Em 2012 foram atendidas 1.251.269 solicitações, de um total previsto de 1.761.222.

No que se refere à participação pública na agenda regulatória, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando fortalecer o relacionamento e o diálogo da ANEEL com a sociedade: consumidores, representantes da sociedade civil, Governo, Congresso, Poder Judiciário e empresas do setor. As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se, ainda, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores (Pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC), e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Em 2012, foram realizadas 125 audiências e consultas públicas à sociedade. Entre os temas apresentados estão: o pré e pós-pagamento de energia, procedimentos para prestação de atividades acessórias pelas distribuidoras, agenda regulatória para o biênio 2013/2014, o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição e temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, leilões, entre outros. Para 2013, estão previstas cerca de 120 audiências e consultas públicas.

Metas 2012-2015

- **Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano**

Análise Situacional da Meta

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o DEC, que indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto ficaram sem energia elétrica durante um determinado período. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

O indicador referente ao ano de 2012 está em processo de apuração, que deverá ser concluída no primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

18,4

Data de Referência

31/12/2011

- **Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano**

Análise Situacional da Meta

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o FEC, que indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto sofreram interrupção. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

O indicador referente ao ano de 2012 está em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

11,15

Data de Referência

31/12/2011

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o país economizou mais de 7 bilhões de kwh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito.

Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos dessa medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R\$ 6 bilhões em custos de geração, transmissão e distribuição.

Metas 2012-2015

- **Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação**

Análise Situacional da Meta

Esforços estão sendo feitos para que o calendário de emissão do Relatório Anual do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) coincida com os períodos de levantamento de dados do PPA. O Relatório 2012 do Procel já trouxe avanços nessa área, uma vez que foi emitido em abril de 2012. Nos anos anteriores, isso só era possível no segundo semestre do ano.

Vale dizer que o Relatório 2012 é referente aos resultados obtidos pelo Programa no decorrer do ano de 2011, razão pela qual, no momento, ainda não há resultados levantados para o período de vigência do PPA.

A despeito disso, pode-se afirmar que tais resultados deverão ser acima de 6.696 GWh, que foi o obtido no ano de 2011. Desde 1984 até hoje, os resultados do Procel são sempre crescentes, e por conta disso se acredita que os resultados de 2012 serão maiores que os de 2011.

Assim, para o primeiro ano de vigência do PPA ainda não será possível quantificar os resultados da meta de 20.000 GWh. Espera-se que, em 2013, não só os resultados de 2012 estejam quantificados, mas também seja possível estimar, com elevado grau de certeza, os resultados parciais de janeiro de 2013 até o mês de abertura do monitoramento do Plano Plurianual.

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a ANEEL. O processo de universalização nessas regiões também necessita ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geo-elétricas. Por outro lado, na região Norte encontram-se em implementação três importantes ações estratégicas: a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados ao SIN; a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Mesmo com a integração prevista para todas as capitais, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizada com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção. Associado a isso, são comuns as dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

Em 2012 foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 961 km de novas redes de distribuição de energia elétrica, e adicionados 56 MW na capacidade de geração instalada das empresas do Grupo.

Metas 2012-2015

- **Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado pelas empresas do Grupo Eletrobras em 2012 representa um percentual de 91,5% do total previsto para o período do PPA, demonstrando que essa meta deve ser superada no período 2012-2015.

Quantidade alcançada

961

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	300	km	390	31/12/2012
Região Norte	750	km	571	31/12/2012

• **Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização de 2012, superior a 30% do previsto para o período do PPA, indica que a meta do período deve ser alcançada.

Quantidade alcançada

56,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	MW	56,2	31/12/2012

• **Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos**

Análise Situacional da Meta

As perdas foram reduzidas em média em 3,17% no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, valor já superior à meta para o final do PPA, a qual deve ser mantida ou superada até o final do período. O principal fator impulsor para a realização dessa meta é o programa específico da Eletrobras em parceria com o Banco Mundial.

Quantidade alcançada

3,17

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	3,17	31/12/2012
Região Norte	1,5	unidade	3,17	31/12/2012

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Também são ações necessárias para sustentar a confiabilidade do sistema elétrico as ações de manutenção, modernização e revitalização das instalações dos sistemas elétricos. As atividades de manutenção envolvem todos os custos relativos à preservação das condições operacionais das instalações dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de propriedade das empresas federais (Grupo Eletrobras). As ações de modernização e revitalização envolvem as atualizações tecnológicas nas instalações para promover a eficiência operacional dos sistemas. Em atendimento à regulamentação vigente, o ONS anualmente encaminha à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, composto por revitalizações no SIN necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica. Já as melhorias representam a implantação ou substituição de equipamentos visando manter a disponibilidade e a supervisão das instalações de transmissão, não acarretando modificação da topologia da rede.

As empresas do Grupo Eletrobras estão realizando manutenção em todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica de sua propriedade nesse período.

Metas 2012-2015

• Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todas as instalações de geração de energia elétrica, totalizando 32.930 MW de instalações de geração. Dado que a meta atual já foi superada, informa-se que a mesma deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo.

Quantidade alcançada

32.930

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	800	MW	800	31/12/2012
Região Nordeste	2.000	MW	10.615	31/12/2012
Região Norte	1.800	MW	10.848	31/12/2012
Região Sudeste	1.200	MW	9.827	31/12/2012
Região Sul	1.300	MW	840	31/12/2012

• Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todo o seu sistema de transmissão de energia elétrica, totalizando 58.947 km de linhas de transmissão. Dado que a meta atual já foi superada, informa-se que a mesma deverá ser revisada para os próximos anos deste ciclo.

Quantidade alcançada

58.947

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	km		
Região Nordeste	2.500	km	18.937	31/12/2012
Região Norte	1.500	km	10.584	31/12/2012
Região Sudeste	1.500	km	19.420	31/12/2012
Região Sul	1.500	km	10.006	31/12/2012

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, dando continuidade aos seus projetos, teve aprovado o orçamento de investimentos para o exercício de 2012 no valor global de R\$ 25.075.000,00, tendo como as maiores fontes de financiamentos os recursos operacionais do próprio Centro e da Eletrobras.

Alguns dos principais investimentos previstos para 2010, 2011 e 2012 estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LongDist, abrangendo em torno de 50% do valor aprovado para o orçamento de investimento.

Em 2012, foram realizados R\$ 20.172.725,76, que representam 80,5% do orçamento aprovado para o exercício. Portanto, somente uma pequena parte do Orçamento de Investimento previsto para 2012 foi deslocada para o exercício de 2013.

Metas 2012-2015

- **Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foi celebrado um Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica - CEPEL, com o objetivo de apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas supracitadas. Ademais, foram destinados recursos para a promoção e participação brasileira nos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia (AIE), a saber: (1) Bioenergia; (2) Hidroeletricidade; (3) Energia Solar.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m ³	31/12/2010	2.906.999	31/12/2012	2.909.617
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m ³	31/12/2010	153.542	31/12/2012	147.686
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m ³	31/12/2010	325.961	31/12/2010	325.961
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m ³	31/12/2010	11.860.032	31/12/2010	11.860.032
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835	31/05/2011	544.835
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171	31/05/2011	40.171
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843	31/05/2011	1.449.843
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,1	31/12/2012	2,1
Consumo de biodiesel	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2012	2,762
Consumo de etanol hidratado	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	15,074	31/12/2012	9,85
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	12,558	31/12/2012	12,926
Consumo de gasolina C	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	29,847	31/12/2012	39,698
Consumo de óleo diesel	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	49,239	31/12/2012	55,9
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	6,25	31/12/2012	7,284
Exportações de biocombustíveis	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	1,763	31/12/2012	3,05
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179	11/07/2011	7.179
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,5	31/12/2012	41,67
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	3,123	31/12/2012	2,52
Importações de óleo diesel	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	9,007	31/12/2012	7,97
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m ³ por ano	31/12/2010	1,923	31/12/2012	1,663
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64	31/12/2012	97,8

Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100,371	31/01/2013	90,164
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,4	31/12/2012	12,6
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	30/11/2012	2,5
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,963	31/12/2012	23,54
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33	31/12/2012	46,7

Observações:

Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de transporte marítimo de derivados - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Capacidade de transporte marítimo de petróleo - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

Extensão de oleodutos: transferência e transporte - Não disponível até a data de conclusão da avaliação.

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram outorgadas pela ANP as autorizações abaixo para novos empreendimentos no parque nacional de refino, as quais contribuem para a sua modernização, bem como para o atendimento às novas demandas do mercado consumidor nacional:

REPLAN – Refinaria de Paulínia, localizada em São Paulo (Autorização ANP Nº 6, DE 05.01.2012 - DOU 06.01.2012): construção de unidades industriais referentes à carteira de diesel visando atender as futuras especificações de óleo diesel, permitir à REPLAN a produção de diesel de 10 PPM de enxofre, sem redução de carga da refinaria, e minimizar o processamento de petróleo importado, com consequente aumento do processamento de petróleo nacional.

RLAM – Refinaria Landulpho Alves, localizada na Bahia (Autorização Nº 47, DE 02.02.2012 - DOU 03.02.2012): operação das unidades referentes à carteira de diesel, objetivando reduzir o teor de enxofre no combustível produzido.

RPBC – Refinaria Presidente Bernardes, localizada em São Paulo (Autorização Nº 63, DE 13.02.2012 - DOU 14.02.2012): construção das unidades referentes à carteira de diesel visando adequação do esquema de refino às especificações de qualidade que serão demandadas pelo futuro óleo diesel S10 (diesel com 10 ppm de enxofre).

REVAP – Refinaria Henrique Laje, localizada em São Paulo (Autorização Nº 88, DE 02.03.2012 - DOU 05.03.2012): construção de dois tanques de armazenamento de óleo diesel, visando atender ao cronograma do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), estabelecido pela Resolução CONAMA 315/2002, no que se refere à adequação das instalações logísticas para fornecimento de combustíveis com teor de enxofre ultra baixo.

RIOGRANDENSE – Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., localizada no Rio Grande do Sul (Autorização Nº 130, DE 28.03.2012 - DOU 29.03.2012 e Autorização Nº 153, DE 05.04.2012 - DOU 09.04.2012): construção e operação de duas colunas de destilação (U-2300 e U-2400), sendo uma etapa de concentração e purificação de frações atualmente produzidas pela U-2000, em face às exigências de qualidade do mercado e às futuras demandas pelos produtos (i-pentano, n-pentano, hexano e blending de gasolina), à obtenção de faixas de destilação mais estreitas, e ao atendimento

das atuais exigências de especificação para solventes.

REPLAN – Refinaria de Paulínia, localizada em São Paulo (Autorização ANP Nº 389, DE 23.08.2012 - DOU 24.08.2012): operação da Unidade de Recuperação de Hidrogênio (U-3241), referente à carteira de gasolina, visando reduzir o teor de enxofre desse combustível, adequando-o às novas especificações e cenários de mercado.

RPCC – Refinaria Potiguar Clara Camarão, localizada no Rio Grande do Norte (Autorização Nº 424, DE 21.09.2012 - DOU 24.09.2012): Operação referente à ampliação da capacidade de processamento de petróleo de 5.600 m³/d para 6.000 m³/d das Unidades U-260, U-270 e U-280.

REVAP – Refinaria Henrique Laje, localizada em São Paulo (Autorização Nº 436, DE 27.09.2012 - DOU 28.09.2012, Autorização Nº 476, DE 18.10.2012 - DOU 19.10.2012, e Autorização Nº 497, DE 30.10.2012 - DOU 30.10.2012): Construção de cinco esferas de armazenamento de propano (GLP), dois tanques de armazenamento de C5+ (condensado de gás leve de petróleo), um sistema de fracionamento de C5+ e uma estação de carregamento rodoviário de propano (GLP / C3) visando implementar as adequações necessárias na Refinaria para o recebimento de C3 e C5+ a serem produzidos na UTGCA - Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, viabilizando a operação dos projetos de produção do Exploração & Produção/Pré Sal (Piloto de Guará, Piloto de Lula). O C5+ será armazenado em dois tanques e processado em uma torre fracionadora, com o objetivo de produzir correntes que possam ser incorporadas à produção da refinaria, especialmente na faixa da nafta petroquímica, querosene e diesel. O GLP será armazenado em esferas e distribuído às companhias distribuidoras vizinhas à refinaria por meio de dutos existentes e para o mercado externo por meio de caminhões.

No que tange à infraestrutura industrial no exterior, a atuação internacional da Petrobras em negócios em refino e distribuição está concentrada nas refinarias da empresa na Argentina, no Japão e nos EUA, além de uma rede de 886 estações de distribuição existentes na Argentina, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai. Os investimentos realizados durante 2012 tiveram por objetivo manter o nível de segurança e condições operacionais da infraestrutura existente, o que tem permitido reduzir os riscos no âmbito da produção das refinarias e das vendas na rede de distribuição desses países.

As circunstâncias cambiais e econômicas adversas nos países em que a Petrobras atua seguem sendo o maior fator de risco aos negócios e estratégias para maiores realizações operacionais e financeiras. Entretanto, o esforço de gestão associado à qualidade técnica do pessoal envolvido tem permitido a mitigação de tais riscos e a elaboração de planos de negócios melhor adaptados a cada realidade e possibilidades.

A reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional, ainda em andamento em função das iniciativas de realocação de recursos constantes do plano de negócios 2012-2016 da Petrobras, prevê para 2013 uma série de estudos e avaliações com o objetivo de melhor definir os rumos de gestão dessas atividades.

Metas 2012-2015

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd**

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre de 2012, houve um aumento de carga processada pelas refinarias da Petrobras de cerca de 4%, quando comparado ao volume processado no 1º semestre de 2011. Esse aumento se deu, principalmente, devido à menor ocorrência de paradas programadas, à utilização de sobrecapacidade de projetos das unidades, à remoção de gargalos do sistema e à redução dos dias de cobertura de estoque de petróleo.

Esta superação ocorre pela maior disponibilidade de refino, principalmente devido à menor ocorrência de paradas programadas em 2012 em comparação ao ano anterior.

Quantidade alcançada

1.951.762,17

Data de Referência

30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel**

Análise Situacional da Meta

Registrou-se aumento na produção de diesel pelas refinarias da Petrobras no 1º semestre de 2012, quando comparado ao mesmo período de 2011, em função da menor ocorrência de paradas e da maior utilização das unidades de destilação de coque.

Quantidade alcançada

125,9

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	39	mil m ³ /dia	15,12	30/09/2012
Região Norte	3	mil m ³ /dia	1,87	30/09/2012
Região Sudeste	85	mil m ³ /dia	81,22	30/09/2012
Região Sul	25	mil m ³ /dia	27,69	30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)**

Análise Situacional da Meta

Houve ligeiro aumento na produção de QAV pelas refinarias da Petrobras entre os primeiros semestres de 2011 e 2012.

Quantidade alcançada

15,06

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	mil m ³ /dia	0,88	30/09/2012
Região Norte	1	mil m ³ /dia	0,47	30/09/2012
Região Sudeste	16	mil m ³ /dia	12,24	30/09/2012
Região Sul	2	mil m ³ /dia	1,47	30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**

Análise Situacional da Meta

Houve, no 1º semestre de 2012, aumento na produção de GLP pelas refinarias da Petrobras devido à maior utilização das suas unidades de craqueamento.

Quantidade alcançada

24,98

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	mil m ³ /dia	3,64	30/09/2012
Região Norte	1	mil m ³ /dia	1	30/09/2012
Região Sudeste	21	mil m ³ /dia	14,99	30/09/2012
Região Sul	4	mil m ³ /dia	5,35	30/09/2012

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³m³/dia de gasolina**

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre de 2012, houve elevação na produção de gasolina em função da maior utilização das unidades de craqueamento da Petrobras, da partida da Reforma da REVAP em out/2011 e da menor ocorrência de paradas programadas, quando comparado ao mesmo período de 2011.

Quantidade alcançada

74,98

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	mil m ³ /dia	9,86	30/09/2012
Região Norte	2	mil m ³ /dia	0,71	30/09/2012
Região Sudeste	39	mil m ³ /dia	48,6	30/09/2012
Região Sul	13	mil m ³ /dia	15,81	30/09/2012

- **Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10³m³/dia de óleo diesel S-10 - 18x10³m³/dia de óleo diesel S-500 - 66x10³m³/dia de gasolina S-50**

Análise Situacional da Meta

Houve melhora nos sistemas operacionais de logística e refino contribuindo para o aumento na produção de derivados, associada à partida de unidades da carteira de qualidade (hidrodessulfurização de nafta e hidrotratamento de diesel) no primeiro semestre de 2012, garantindo o enquadramento de produtos produzidos pela Petrobras, principalmente os automotivos – diesel e gasolina.

Até o mês de setembro de 2012, a produção de diesel (por tipo) pelas refinarias da Petrobras atingiu as seguintes marcas:

-óleo diesel S-50: 6,60 mil metros cúbicos por dia

-óleo diesel S-500: 54,72 mil metros cúbicos por dia

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A produção sustentável de biodiesel vem sendo ampliada, puxada pelo crescimento do consumo de diesel no País. Como existe a mistura obrigatória de 5% de biodiesel no diesel fóssil, um aumento no mercado de diesel fóssil também promove um aumento no mercado de biodiesel.

A situação momentânea de crise no setor sucroenergético, causada pelo aumento dos custos de produção e pela competição com o açúcar (altos patamares de preço no mercado internacional), reduziu a rentabilidade econômica do etanol, o que tem impedido o aumento da participação do etanol na matriz energética brasileira. Considerando-se o elevado ritmo de crescimento da demanda de combustível para o Ciclo-Otto (motores de combustão interna com ignição por centelha, movidos normalmente a gasolina ou etanol), a falta de atratividade para investimentos na expansão da produção de etanol faz com que a oferta de produto não acompanhe o crescimento da demanda. Os principais fatores que aumentaram os custos de produção do etanol incluem: arrendamento, mecanização, entre outros. Além destes, houve fatores climáticos nas últimas três safras que interferiram diretamente na produtividade das unidades de produção na principal região produtora, o Centro-Sul.

Considerando o contexto de inovação e desenvolvimento da indústria de biocombustíveis e do novo marco regulatório de uso de biocombustíveis estabelecido pela Lei nº 12.490/2011, há a necessidade de se incentivar a pesquisa e desenvolvimento de novos biocombustíveis, bem como fomentar a introdução no mercado desses combustíveis por meio de regulamentação.

Nesse cenário, foi publicado pela ANP novo regulamento estabelecendo a possibilidade de concessão de autorização prévia do uso de biocombustíveis não especificados em frotas cativas de veículos automotores e equipamentos de uso industrial que realizam queima por meio de processo de combustão externa em fontes fixas, destacando que esse regulamento trata do uso de biocombustível oriundo de biomassa.

Além disso, está em discussão a elaboração de novo regulamento estabelecendo a especificação de querosene sintético de aviação e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional, em consonância com as normas da American Society for Testing and Materials – ASTM. Trata-se de dois tipos de biocombustíveis permitidos para utilização em até 50% em volume no QAV convencional, chamados de querosene parafínico sintético ou SPK (synthesized paraffinic kerosine): SPK hidroprocessado por Fischer-Tropsch e SPK de ésteres e ácidos graxos hidroprocessados (HEFA - hydroprocessed esters and fatty acids).

Com isso, reforça-se a busca pelas fontes alternativas aos combustíveis fósseis e a preocupação com a segurança.

Metas 2012-2015

• Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente

Análise Situacional da Meta

A demanda interna de etanol total (combustível e para outros fins) indicada pelo PDE 2021 (Plano Decenal de Expansão de Energia) para o ano de 2012 era de 26,2 bilhões de litros. O país atingiu, de fato, a produção de 23,5 bilhões de litros de etanol nesse período. A diferença decorre do envelhecimento do canavial causado pela redução de investimentos decorrentes da crise de 2008. Além disso, parte dela aconteceu por conta de quebra de safra causada por condições climáticas desfavoráveis. A projeção de demanda de etanol combustível, em 2012, ainda de acordo com o PDE, era de 21,9 bilhões de litros, já prevendo significativa redução desse volume devido aos efeitos da renovação de parte do canavial verificada em 2011.

A meta de abastecimento do biodiesel em todo o território nacional vem sendo atendida, sendo assegurada pela compra antecipada nos leilões públicos. Em 2012, foram produzidos 2,7 bilhões de litros de biodiesel no País.

Quantidade alcançada

26,2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo pretende minimizar a existência de entraves burocráticos desnecessários ou de regras que onerem sem motivação legítima as empresas reguladas, comprometendo a ampliação da infraestrutura logística de transporte de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

Assim, ao longo do ano de 2012, foram outorgadas autorizações para a construção de novos terminais e oleodutos, assim como para ampliação destas instalações, com cumprimento pleno dos prazos legais.

Com relação à regulação do mercado, a principal mudança no ano de 2012 foi o aperfeiçoamento dos mecanismos do livre acesso a terceiros aos oleodutos de transporte, por meio da publicação da Resolução ANP nº 35/2012, que substituiu a Portaria ANP nº 115/2000.

Tal revisão regulamentou a interconexão de oleodutos e flexibilizou a contratação dos serviços de transporte, visando impulsionar a expansão das dutovias e, conseqüentemente, reduzir o custo da logística de transporte de petróleo, seus

derivados e de biocombustíveis no País.

Destarte, para o próximo ano, existe a expectativa de que, com o novo normativo, novos empreendimentos logísticos por modal dutoviário sejam iniciados e ampliados. Em especial, aguarda-se a evolução do projeto de um novo sistema logístico para o etanol, que interligará as regiões sudeste e centro-oeste por meio dos modais dutoviário e hidroviário. No que tange aos empreendimentos da Petrobras, em 2012 podem-se citar os seguintes investimentos: (1) esfera de GLP no Terminal de Belém/PA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³; (2) esfera de GLP no Terminal de São Luis/MA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³; (3) Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 1 (GLP pressurizado), contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento em 1,89 mil m³/d de GLP; (4) Plangás Cabiúnas - finalização da obra do duto OSDUC IV, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento em 6,07 mil m³/d de GLP. Para 2013, prevê-se a conclusão dos seguintes investimentos: (1) Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 2 (GLP refrigerado); (2) Plangás GLP do Terminal de Ilha Comprida/RJ - finalização das Etapas 1 (GLP pressurizado) e 2 (GLP refrigerado).

Metas 2012-2015

• Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³

Análise Situacional da Meta

Podem-se mencionar, em 2012, os seguintes investimentos da Petrobras: (1) esfera de GLP no Terminal de Belém/PA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³. (2) esfera de GLP no Terminal de São Luis/MA, agregando ao sistema a capacidade de armazenamento de 3.200 m³

Quantidade alcançada

229,88

Data de Referência

31/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	mil m ³	0	31/12/2012
Região Nordeste	15,4	mil m ³	58,13	31/10/2012
Região Norte	3,2	mil m ³	0	31/12/2012
Região Sudeste	531,9	mil m ³	118,77	31/10/2012
Região Sul	51,8	mil m ³	52,99	31/10/2012

• Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km

Análise Situacional da Meta

O número não reflete a completa execução da meta, uma vez que houve uma expansão na malha dutoviária na região Sul, não prevista originalmente. Além disso, os dutos de transferência também devem ser considerados para o cumprimento da meta. Essas correções serão feitas na próxima revisão do PPA.

Quantidade alcançada

0,5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	km	0	31/12/2012
Região Norte	3	km	0	31/10/2012
Região Sudeste	337	km	0,5	31/10/2012

• Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)

Análise Situacional da Meta

Até o 1º semestre de 2012, foram adicionadas 253.000 TPB à frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo,

derivados, GLP e biocombustíveis. No segundo semestre foram adicionadas mais 48.000 TPB. Portanto, o ano de 2012 foi fechado com um acréscimo total acumulado de 301.000 TPB.

Quantidade alcançada

301.000

Data de Referência

31/12/2012

- **Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)**

Análise Situacional da Meta

No que tange à atuação da Liquigás, os botijões P8 (8kg) já são comercializados em 21 Estados e no Distrito Federal. Já os botijões P5(5kg) estão presentes em 20 estados e no Distrito Federal. Um fator desfavorável à expansão da comercialização desses botijões para a totalidade dos estados é a dificuldade de obtenção do regime especial com as secretarias de fazenda dos estados. É importante destacar que esses botijões têm obtido boa aceitação pelo consumidor final, principalmente pela população de menor renda.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)**

Análise Situacional da Meta

O aumento na quantidade de botijões registrada foi de:

-P5 e P8 = 28.246

-P13 = 1.308.987

Assim, para os botijões P13 a meta já foi superada no primeiro ano do PPA.

- **Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos**

Análise Situacional da Meta

O número não reflete a completa execução da meta, uma vez que houve uma expansão na capacidade de escoamento na região Sul, não prevista originalmente. Essa correção será feita na próxima revisão do PPA. Além disso, para 2013, prevê-se a conclusão dos seguintes investimentos: 1) Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 2 (GLP refrigerado); (2) Plangás GLP do Terminal de Ilha Comprida/RJ - finalização das Etapas 1 (GLP pressurizado) e 2 (GLP refrigerado).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/10/2012

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Com relação ao etanol, o Ministério de Minas e Energia (MME) vem participando das Reuniões Tripartites -reuniões periódicas realizadas com participação de representantes do Governo (Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fazenda e Agência Nacional do Petróleo), dos produtores (UNICA, Fórum Nacional Sucroenergético), dos distribuidores de combustíveis (Sindicom e Brasilcom) e da Petrobras. Essas reuniões têm como objetivo monitorar o abastecimento do mercado de etanol combustível mediante o balanço da

oferta de produto e da demanda. Até o dia 10 outubro de 2012, foram realizadas 19 reuniões.

O MME participou do grupo técnico que realizou estudos que resultaram na edição das Medidas Provisórias nº 554 e nº 556, ambas de 23 de dezembro de 2011. A Medida Provisória nº 554, convertida na Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012, autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto. A Medida Provisória nº 556, que fixava um novo teto para a alíquota máxima da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente na importação e na comercialização no mercado interno do etanol, perdeu eficácia por não ter sido aprovada no Congresso Nacional.

O Governo Federal alterou o marco regulatório para o etanol combustível em 2011, dando novo tratamento aos biocombustíveis no Brasil. A Lei 12.490 de 16 de setembro de 2011 reconheceu os biocombustíveis como um “bem energético” fundamental para o País, razão pela qual a garantia de seu fornecimento em todo o território deve ser um dos objetivos da política energética nacional. Com a nova Lei, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assumiu competência para regular, autorizar e fiscalizar as atividades relacionadas aos elos da cadeia de importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, produção e comercialização do Etanol Combustível e de outros biocombustíveis.

Além disso, regulando matéria que antes não constava do marco regulatório, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE - passa a ser responsável por estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de biocombustíveis.

A partir da vigência da Lei 12.490/2011, a ANP elaborou regulamento que exige a constituição de estoques e promove o estabelecimento de contratos de fornecimento de etanol anidro e regras para a aquisição de etanol combustível (contrato de fornecimento ou compra direta), tendo publicado a Resolução ANP 67/2011. A safra 2012/2013 é a primeira sob regulamento da ANP para contratos e estoques.

No que se refere ao biodiesel, o MME vem definindo as diretrizes específicas para a realização dos leilões trimestrais de aquisição de biodiesel. O Ministério de Minas e Energia estabeleceu aprimoramentos no modelo de Leilões de Biodiesel por meio da publicação das Portarias nº 276, de 10 de maio de 2012, e nº 476, de 15 de agosto de 2012. A medida foi tomada após a verificação dos resultados dos últimos leilões e das sugestões de aperfeiçoamento apresentadas pelo setor produtivo. As novas regras foram aplicadas nos leilões de biodiesel realizados a partir de junho de 2012.

No que se refere ao óleo diesel, o Brasil iniciou uma nova etapa na busca pela melhoria da qualidade do ar com a adoção de metas mais rigorosas no controle das emissões veiculares, o que levou à introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre. Desde o dia 1º de janeiro de 2012, entraram em vigor as fases P-7 e L-6 (que abrange veículos leves movidos a diesel produzidos em 2012) do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve –, previstas desde 2008.

O plano de abastecimento para atender o mercado nacional foi elaborado após a realização de diversas reuniões com agentes econômicos, dentre eles produtores de diesel, distribuidoras e revendedores. A implantação da oferta do Diesel S50, a partir de 2012 (e do Diesel S10 a partir de 2013), foi regulamentada por meio de quatro Resoluções da ANP, publicadas ao final de 2011, que dispõem, em resumo, sobre: a substituição integral dos óleos diesel A S50 e B S50 pelos óleos diesel A S10 e B S10, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2013; o estabelecimento, a partir de 1º de julho de 2012, de adição de corante vermelho ao óleo diesel A S500; a orientação ao consumidor e ao revendedor contra o abastecimento incorreto; a obrigatoriedade de todos os revendedores varejistas de combustíveis automotivos que comercializarem óleo diesel, a partir de 1º de janeiro de 2012, de confeccionarem adesivos plásticos coloridos informando o tipo de diesel oferecido, bem como afixá-los em local de destaque nas bombas abastecedoras de óleo diesel; a orientação ao revendedor varejista quanto ao uso, manuseio, nocividade e periculosidade do combustível; dentre outros.

Metas 2012-2015

- Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente

Análise Situacional da Meta

A demanda de etanol anidro e de biodiesel, biocombustíveis que possuem mandato de mistura obrigatória (etanol anidro – 18% a 25%; e biodiesel – 5%) vem sendo plenamente atendida em todo território nacional. Com relação ao etanol hidratado, sua demanda é sensível à paridade de preço com relação à gasolina. Com paridade de preços maior que 70%, a demanda diminui significativamente, o que explica a diferença entre a demanda atual e a que foi prevista no PDE. Assim, a produção de biocombustíveis em 2012 alcançou 26,2 bilhões de litros (23,5 bilhões de litros de etanol e 2,7 bilhões de litros de biodiesel).

Quantidade alcançada

26,2

Data de Referência

31/12/2012

- **Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis**

Análise Situacional da Meta

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras, instaura processos administrativos para revogação dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

A homologação de quotas (Resolução ANP nº 72/2000) tem por objetivo garantir o acesso de distribuidores, com pequena participação no mercado, junto aos produtores nacionais de gasolina e de óleo diesel.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S50, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução do diesel S10. Com esse objetivo, a ANP organiza reuniões que contam com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério das Minas e Energia, Petrobras, ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - sindicato com mais de 80% do mercado de diesel), Brasilcom (Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis), INMETRO, Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e distribuidoras de combustíveis. A reunião é mensal e trata de questões relativas à logística nos três níveis da cadeia de abastecimento do novo combustível: produção, distribuição e revenda.

Para garantir o abastecimento de óleo diesel S10, em 2013, a Petrobras ofertará o S10 em 16 polos, adicionando duas novas instalações (Vitória/ES e Canoas/RS, em maio de 2012) aos 14 polos que já oferecem o S50. O Sindicom tem enviado, mensalmente para a ANP informações sobre o andamento das adaptações de cada base que fornecerá o produto. Deste modo, a Agência garante que as adaptações estarão concluídas em tempo hábil.

Em resumo, conforme prospectado nas reuniões mensais promovidas, os agentes econômicos (produtor, distribuidores, TRR - transportadores, revendedores e retalhistas - e vendas varejistas) não apontaram problemas relevantes quanto aos fluxos logísticos para o suprimento nacional do óleo diesel S10 a partir de janeiro/2013.

No caso da Gasolina S-50, a substituição será integral e utilizará a estrutura existente.

- **Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%**

Análise Situacional da Meta

O principal objetivo do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC é o levantamento dos indicadores gerais da qualidade dos combustíveis comercializados no País e a identificação de focos de não

conformidade.

Neste ano, foram mantidas as medidas adotadas em anos anteriores para garantir a excelência do Programa, tais como a realização de vistorias buscando a avaliação da infraestrutura e da capacidade técnica e administrativa das instituições contratadas; visitas técnicas, com o objetivo de identificar outras instituições com capacidade técnica para participar dos processos licitatórios; coordenação e execução de programas de comparações interlaboratoriais, para verificar o desempenho dos laboratórios integrantes do Programa.

Em 2012, o PMQC proporcionou o monitoramento da qualidade dos combustíveis em todo o território nacional, com a exceção dos estados do Acre e Rondônia, tendo analisado até outubro um total de 177.053 amostras, obtendo um percentual de conformidade de 98,0% para a gasolina, 97,3% para o óleo diesel e 97,8% para o etanol.

Avaliando-se a conformidade global do período em torno de 97,7%, pode-se concluir que os resultados estão sendo satisfatórios se comparados com a meta estipulada de 96% de conformidade.

Os dados obtidos de conformidade dos combustíveis no Brasil nos últimos 3 anos, 97,9% (2009), 97,7% (2010) e 97,9% (2011), mostram que o nível de conformidade dos combustíveis ao longo do ano de 2012 (97,7%) encontra-se em similaridade com os resultados alcançados em anos anteriores. Esse comportamento indica que os resultados alcançaram um nível de estabilidade, de modo que não se esperam maiores oscilações. Portanto, planeja-se para o ano de 2013 manter o nível de coletas de amostras, focando em ações de vistorias em laboratórios contratados para a execução do PMQC.

Quantidade alcançada

97,8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Na área de Eficiência Energética de Petróleo e Derivados, o CONPET (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural) foi responsável por uma economia de mais de 80 milhões de litros de diesel nos programas EconomizAr e TransportAr. Entretanto, nessa área, a grande realização de 2012 foi a incorporação dos critérios de eficiência energética no novo regime automotivo. Com isso, atualmente mais de 50% dos automóveis vendidos no Brasil possuem etiqueta de eficiência energética, com metas de evolução progressiva de eficiência para os automóveis comercializados no País.

Metas 2012-2015

- **Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a outubro de 2012, foi identificado que 50% (cinquenta por cento) do volume total de vendas de veículos do Brasil referem-se a veículos que aderiram ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV).

O PBE Veicular é regulamentado e coordenado pelo INMETRO em parceria com o CONPET. Atualmente o PBEV é de adesão voluntária pelos fabricantes e importadores de veículos.

Em 2012, 10 marcas aderiram e declararam ao programa o consumo de 205 modelos/versões de veículos. Essas marcas declararam pelo menos 50% de seus modelos e o uso da etiqueta foi obrigatório em no mínimo 50% desses modelos declarados, o que corresponde a um uso obrigatório da etiqueta afixada em pelo menos 25% dos modelos 2012 das marcas participantes.

Esses percentuais mínimos são os previstos na regulamentação do INMETRO. Além disso, outras iniciativas em curso poderão acelerar a adesão voluntária das marcas ao PBEV:

- o novo regime automotivo (INOVA-Auto) com incentivos fiscais para as marcas que cumprirem metas de eficiência energética e aderirem ao PBEV;
- o Selo CONPET de Eficiência Energética para destacar os modelos mais eficientes do PBEV, em fase de implementação;
- o aumento da divulgação do PBEV por parte do INMETRO e do CONPET.
- Uma maior cobrança dos consumidores e da imprensa pelo uso da etiqueta nos modelos nas lojas.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

01/11/2012

• **Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a outubro de 2012 estima-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em programas realizados e apoiados pelo CONPET.

O CONPET possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado EconomizAr, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros. O Programa atende aos veículos de motor diesel das empresas filiadas a essas entidades, sendo que as empresas participantes são visitadas periodicamente pelos técnicos do programa que fazem a avaliação das respectivas frotas de ônibus e caminhões.

Existem ainda no âmbito interno das ações da Petrobras programas de economia de diesel como o TransportAR, que avalia os veículos que circulam pelas refinarias retirando produtos e o EngenhAR que avalia os veículos utilizados nas obras das novas unidades operacionais.

Outras ações de eficiência energética em curso no CONPET para atingir a meta de evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel no período de 2012 a 2015 são:

- buscar a parceria com a Confederação Nacional de Transporte - CNT, visando fortalecer ações em âmbito nacional para reduzir o consumo de óleo diesel;
- desenvolver em parceria com o INMETRO o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus (com a expectativa de atingir uma economia de cerca de 300 milhões de litro de diesel/ ano);
- criar em parceria com o INMETRO o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Veículos Leves Comerciais Diesel e de normatização de Veículos Pesados - Motor Diesel (com a expectativa de economizar cerca de 200 milhões de litros de diesel/ ano);
- buscar junto a entidades governamentais (Ministérios, Secretarias e Prefeituras) formas de difundir a cultura do uso eficiente do diesel por condutores de veículos.

Quantidade alcançada

76.000.000

Data de Referência

01/11/2012

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tem atuado ativamente em diversos foros e entidades de promoção dos biocombustíveis, como a Organização Internacional de Normatização (ISO) e a Parceria Global de Bioenergia (GBEP) para promover a compatibilização dos requisitos técnicos dos biocombustíveis, com vistas à definição de padrões internacionais, de modo a facilitar a sua comercialização no mercado internacional. Na ISO, o Brasil participou da terceira reunião para a definição de critérios de sustentabilidade para a bioenergia, realizada em abril de 2012, nos Estados Unidos. No âmbito da GBEP, o Brasil apoiou e coordenou a realização de diversos seminários internacionais sobre biocombustíveis, realizados tanto no País quanto no exterior, como o “ECOWAS Regional Bioenergy Forum”, realizado em março de 2012, em Mali, na África, e o seminário internacional sobre bioenergia sustentável, realizado à margem da Conferência Rio+20, bem como reuniões de Grupos de Trabalho no Rio de Janeiro e em Roma. Em outubro de 2012, foi organizado seminário na Alemanha sobre o uso de biocombustíveis no setor de transportes, no âmbito do Grupo de Trabalho teuto-brasileiro de biocombustíveis.

Metas 2012-2015

• Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia

Análise Situacional da Meta

O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia. Nesse sentido, foi dado seguimento aos esforços de ampliar o número de países produtores no mundo, por meio da realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, promovidos em diversos países africanos e centro-americanos, em iniciativas de cooperação bilateral, trilateral e regional. Ressalta-se que se deu continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Cabe destacar que este ano foi assinado Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Memorando de Entendimento similar, assinado em 2008 com a Holanda, foi renovado por período de dois anos. Ao longo do ano, atendendo crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou a promover os indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Foram elaboradas duas estratégias de financiamento de projetos por meio dos instrumentos de fomento Fundo Clima e Fundo Sociambiental da Caixa, com objetivo de construir um pacto de sustentabilidade da matriz energética das indústrias do setor cerâmico dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe, e do setor gesseiro da região do Araripe. Serão contempladas cerca de 200 empresas do setor cerâmico e 100 empresas do setor gesseiro. Foram investidos 6 milhões de reais do Fundo Socioambiental da Caixa e 4 milhões do Fundo Clima.

Como fator positivo, tem-se a parceria com a Diretoria de Mudanças Climáticas para a formulação das estratégias e execução de projetos, envolvendo o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil e a Caixa, visando uma abordagem de alto nível sobre a participação da biomassa florestal na matriz energética da região.

Foi realizada uma Oficina de Nivelamento de Procedimentos com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) das Unidades da Federação com Áreas Susceptíveis à Desertificação, para o licenciamento voltado ao uso sustentável dos recursos florestais. Após avaliação de diferentes procedimentos, será realizada uma segunda oficina para sistematizar os esboços de instrumentos de auditoria cuja implantação está vinculada ao planejamento de atividades do Departamento de Combate à Desertificação para o ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma Oficina de Nivelamento de Procedimentos com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) das Unidades da Federação com Áreas Susceptíveis à Desertificação, para o licenciamento voltado ao uso sustentável dos recursos florestais. Após avaliação de diferentes procedimentos, será realizada uma segunda oficina para sistematizar os esboços de instrumentos de auditoria cuja implantação está vinculada ao planejamento de atividades do Departamento de Combate à Desertificação para o ano de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

- **Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas duas estratégias de financiamento de projetos por meio dos instrumentos de fomento Fundo Clima e Fundo Sociambiental da Caixa, com objetivo de construir um pacto de sustentabilidade da matriz energética das indústrias do setor cerâmico dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe, e do setor gesseiro da região do Araripe. Serão contempladas cerca de 200 empresas do setor cerâmico e 100 empresas do setor gesseiro. Foram investidos R\$ 6 milhões do Fundo Socioambiental da Caixa e R\$ 4 milhões do Fundo Clima.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas 8 novas concessões de uso do Selo Combustível Social, totalizando um grupo atual de 41 unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo (72% do total de usinas brasileiras). Juntas, estas usinas produzem mais de 95% do volume de biodiesel produzido no País. O aumento qualificado do número de usinas detentoras do Selo significa também aumento de famílias beneficiadas pelo programa.

Foram realizadas visitas e avaliações documentais em 23 unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo e em 60 cooperativas habilitadas a participar do programa, e visitas de campo em mais de 600 agricultores familiares, para monitorar a inclusão social do programa.

Em relação aos projetos e parcerias para apoio à participação da agricultura familiar na cadeia desse biocombustível, o percentual executado sobre a dotação disponível da Ação de Energias Renováveis foi de 92%. Os projetos envolveram prioritariamente Termos de Cooperação de apoio ao Selo Combustível Social e à organização da base da produção de oleaginosas com os Estados do Pará, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Paraná; as Embrapas Amazônia Oriental, Roraima, Cerrados, Clima Temperado e Algodão; e as universidades federais de Viçosa (UFV) e do Pará (UFPA/NUMA).

Foi realizada Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), seleção e contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa.

Em relação aos trabalhos voltados aos marcos regulatórios com o objetivo de explorar mercados para a agricultura familiar, destaca-se a publicação da Portaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário de nº 60, de setembro de 2012, com novas regras para o Selo, com incentivos à organização econômica da agricultura familiar, à diversificação de matérias-primas (em especial a Palma de Óleo) e às Regiões Nordeste e Semiárido.

Destaque também para a formulação de Projeto de Lei (em substituição à Lei de nº 11.097/2005) pela Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel que contou com a participação do MDA na parte relativa à agricultura familiar. O PL encontra-se em análise pela Casa Civil da Presidência da República, e a proposta de Programa para incentivo à produção de Óleos Vegetais que se encontra em discussão pelo MDA com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Por fim, ressalta-se que o ano de 2012 foi marcado por uma forte estiagem nas Regiões Sul e Nordeste (as duas regiões que apresentam o maior número de famílias beneficiadas pelo programa), impactando no indicador de quantitativo de famílias. Os bons preços de oleaginosas atuais, entretanto, levaram a um incentivo à sua produção e, em 2013, espera-se uma grande recuperação da produção de oleaginosas pela agricultura familiar e, conseqüentemente, nos números do programa.

Metas 2012-2015

• 200.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel

Análise Situacional da Meta

As ações de governo dentro do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) até o presente momento, resultaram em uma base legal consolidada, tanto para a produção e uso do referido combustível, quanto para a proteção da inclusão social no programa.

Assim sendo, diferentemente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, instrumento do MDA que estabelece regras e incentivos para a realização de parcerias entre empresas produtoras de biodiesel e agricultores familiares produtores de matéria prima. O Selo faz parte de um conjunto de instrumentos e políticas consolidadas que têm estimulado a inclusão de agricultores familiares e suas cooperativas na cadeia agroindustrial de óleos vegetais e biodiesel com soluções consistentes de monitoramento.

Em relação aos dados referentes ao Selo Combustível Social estima-se que cerca de 90 mil famílias foram beneficiadas pelo PNPB em 2012.

Na ocasião da elaboração do PPA, esperavam-se mais de 100 mil famílias beneficiadas em 2012, mas houve uma queda motivada principalmente pela grave estiagem do ano, em especial nas Regiões Sul e Nordeste.

Quantidade alcançada

90.164

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	3.500	31/12/2012
Região Nordeste	85.000	unidade	22.000	31/12/2012

Região Norte	6.000	unidade	64	31/12/2012
Região Sudeste	6.000	unidade	1.600	31/12/2012
Região Sul	95.000	unidade	63.000	31/12/2012

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m ³ por dia	31/12/2010	61,7	30/11/2012	73,68
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m ³ por dia	31/12/2010	24	31/12/2012	39,65
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96	31/12/2012	0,8726
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	11.373	31/12/2012	11.696
Importação de Gás Natural	milhão de m ³ por dia	31/12/2010	34,65	31/12/2012	35,83
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R\$ mil por ano	31/12/2009	80.200	31/12/2012	0
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67	31/12/2012	15,8551
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93	31/12/2012	15,636
Produção de Gás Natural (excluído reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m ³ por dia	31/12/2010	34,53	31/12/2012	46,51
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42	31/12/2012	2.149,02
Reservas de Gás Natural	milhão de m ³	31/12/2010	423.003,02	31/12/2011	459.259
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33	31/12/2012	15.314
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49	31/12/2012	200,528
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65	31/12/2012	113,9478

Observações:

Consumo Interno de Gás Natural - Valor consolidado até 30/11/2012.

Extensão de Gasodutos - O valor de referência foi alterado para contemplar, além dos gasodutos de transporte, aqueles destinados às transferências. O valor apurado em 2012 contempla os dois tipos.

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo está sendo implementado com foco no desenvolvimento e na capacitação de fornecedores. Para tanto, iniciou-se o processo com chamamento público para seleção de projetos, tendo resultado nas habilitações do Instituto Euvaldo Lodi – IEL (IEL-MG e IEL-BA) para aplicar metodologia de qualificação de fornecedores em polos produtivos da cadeia de petróleo, de gás e naval. Firmou-se convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-

ABDI, que já lançou edital com o objetivo de contratar consultoria para desenvolver planos de negócios para empresas da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco se inserirem na cadeia de petróleo, de gás e naval. Essas ações estão relacionadas à iniciativa 0256- Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços.

Para 2013, espera-se ampliar as iniciativas para os estados de RJ e RS, em cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 2 polos empresariais regionais**

Análise Situacional da Meta

Essa meta será alvo das ações em 2013. O principal instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado entre o MDIC e a Petrobras em agosto de 2012. Será buscada, também, uma maior aproximação das políticas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, e das políticas no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em implementação pelo MDIC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro**

Análise Situacional da Meta

Essa meta será alvo das ações em 2013. O principal instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado entre o MDIC e a Petrobras em agosto de 2012. Será buscada, também, uma maior aproximação das políticas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, e das políticas no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em implementação pelo MDIC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Formar 3 novos polos empresariais**

Análise Situacional da Meta

Essa meta será alvo das ações em 2013. O principal instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado entre o MDIC e a Petrobras em agosto de 2012. Será buscada, também, uma maior aproximação das políticas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, e das políticas no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em implementação pelo MDIC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A versão 2012 do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás está na fase final de edição.

Está planejada a 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios para Petróleo e Gás Natural, que deverá ocorrer no

primeiro semestre de 2013, em data a ser definida pela ANP. No total, 289 blocos deverão ser licitados. A expectativa é que, ainda em 2013, seja realizada também a 1ª Rodada de Licitações de Blocos na modalidade de Partilha da Produção, com blocos da área do polígono do Pré- Sal (Lei nº 12.351/2010).

Foram iniciados estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades.

Metas 2012-2015

• Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)

Análise Situacional da Meta

Após a seleção das áreas da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS –, a qual disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental, serão realizados estudos para a definição de plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.

• Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação

Análise Situacional da Meta

Serão investidos, pela ANP, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em levantamentos exploratórios até 2014, para ampliar o conhecimento das bacias sedimentares do País e valorar as áreas a serem incluídas nas rodadas de licitações. Os levantamentos da ANP englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, levantamento magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Quantidade alcançada

1.500

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500	km ²	1.500	31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833	km ²		31/10/2012
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667	km ²		31/10/2012

• Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2012 e 2014)

Análise Situacional da Meta

A revisão e atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás está sendo realizada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE - sob a coordenação do MME.

O trabalho compreende a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional para as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás natural, segundo os interesses do Governo Federal.

A EPE está finalizando a versão 2012 do estudo, tendo por base as diretrizes oriundas das reuniões realizadas entre

EPE, ANP e MME, quando foram tratados os pontos para aprimorar o Zoneamento. A EPE consolidou as alterações e trabalha agora na edição final dos mapas e do relatório para publicação, a qual será realizada pela EPE.

Após a publicação dessa versão, o MME e a EPE continuarão os estudos e levantamentos para atualização do Projeto e, posteriormente, publicação da versão 2014.

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao segmento de Exploração e Produção, os principais avanços no ano de 2012 foram:

(a) a conclusão da construção da sonda de perfuração P-59, agora em fase final de testes, na qual foram investidos cerca de US\$ 360 milhões;

(b) a passagem à fase final de comissionamento e testes da sonda de perfuração P-60, bastante semelhante à primeira. As duas obras são um marco para a Petrobras em termos de exploração e produção de petróleo e gás na plataforma continental. Tais obras foram bastante desafiadoras e representam a retomada da produção nacional desse tipo de plataforma, que há quase 30 anos não eram construídas no País;

(c) a realização de um teste de longa duração (TLD) no campo de Cernambi Sul, com a utilização da Unidade Flutuante de Produção, Armazenagem e Transferência (FPSO) afretada Cidade de São Vicente. Também entrou em operação a unidade FPSO Cidade de Anchieta, no Pré-Sal do campo de Baleia Azul, no Espírito Santo;

(d) a entrada na fase final de construção da unidade FPSO Cidade de Itajaí, com previsão de início de produção no primeiro semestre de 2013, nos campos de Baúna e Piracaba; e

(e) a previsão para entrada em operação, em 2013, dos projetos Piloto de Sapinhoá (FPSO afretado Cidade de São Paulo), Piloto de Lula Nordeste (FPSO afretado Cidade de Paraty), campo de Papa-terra (TLWP P-61 e FPSO P-63) e o módulo III do campo de Roncador (plataforma semi-submersível P-55).

Para os próximos anos estão previstas as seguintes Unidades Estacionárias de Produção (UEPs): Parque das Baleias – P-58 (2014); Roncador - P62 (2014); Sapinhoá (Área Norte) – Módulo 2 – FPSO Ilhabela (2014); Lula (Área de Iracema) – FPSO; Mangaratiba (2014); FPSO Z1 Cernambi Norte (2015); Lula Alto P-66 (2016); Lula Central P-67 (2016); Lula Central P-68 (2016); Cessão Onerosa – Franco 1 - P-74 (2016); FPSO Z2 - Carioca (2016); Lula Norte P-69 (2016); Cessão Onerosa – Franco 2 NW P-75 (2016); Lula Extremo Sul P-70 (2017); Iara Horst P-71 (2017); Cessão Onerosa – Nordeste de Tupi P-76 (2017); Iara NW P-72 (2017); Cessão Onerosa – Franco 3 NE P-77 (2017); e Carcará P-73 (2018). Elas incluem as oito FPSOs (P-66 a P-73) que serão utilizadas no desenvolvimento da produção do pré-sal da Bacia de Santos, nos campos de Lula, Carioca, Iara e Sapinhoá. Os cascos das FPSOs, chamadas de replicantes, serão construídos em série no Estaleiro Rio Grande e os módulos dos topsides em canteiros nacionais, para posterior integração em canteiros/estaleiros nacionais.

Também merece destaque a construção no Brasil de 28 sondas de perfuração para utilização na exploração e desenvolvimento do pré-sal e pós-sal. Foram contratados cinco estaleiros nacionais para a construção das mencionadas sondas. A contratante dos estaleiros é a Sete Brasil (contrato de EPC – Engineering, Procurement and Construction) e as sondas serão afretadas para a Petrobras. A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima fechada, cujo objeto contempla a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, com objetivo de adquirir, alienar, construir ou operar e fretar sondas de perfuração e outros ativos de exploração e produção de petróleo e gás. A Petrobras possui uma participação societária de 9,75% da Sete Brasil. As sondas Arpoador, Guarapari, Camburi, Itaoca, Itaunas, Siri e Sahy serão construídas no Estaleiro Jurong Aracruz – EJA, no Espírito Santo. As unidades Ondina, Pituba, Boipeba, Interlagos, Itapema e Comandatuba serão construídas no Estaleiro Enseada do

Paraguaçu – EEP, na Bahia. As sondas Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon, Leme e Marambaia serão construídas no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Pernambuco. A PNBV possui uma participação societária de 15% nas unidades. As unidades Urca, Frade, Bracuhy, Portugal, Mangaratiba e Botinas serão construídas no Estaleiro BrasFELS, no Estado do Rio de Janeiro. As unidades Cassino, Curumim e Salinas serão construídas no Estaleiro Rio Grande 2 – ERG2 no Rio Grande do Sul.

Em relação ao segmento de Gás Natural, os principais avanços foram:

- (a) a realização dos projetos de ampliação, construção de instalações e manutenção das malhas de gasodutos avançou, embora com pequeno desvio em relação ao planejado para 2012.
- (b) os projetos das malhas Sudeste e Nordeste concentraram esforços na estruturação, adequação e manutenção da malha de gasodutos, destacando o encerramento de contratos, desmobilizações, pagamentos de CMA (Construction Management Agreement) e adequações;
- (c) nos projetos da malha Sul, houve antecipação na construção de um novo Ponto de Entrega (Três Lagoas UFN III), cujo término da construção ocorreu em dezembro de 2012;
- (d) em relação ao Projeto Rota Cabiúnas - Ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB), as principais realizações em 2012 contemplam assinatura do contrato de construção e montagem, obtenção da licença de instalação e conclusão da terraplenagem na área da ampliação. O projeto está sendo executado de acordo com o cronograma inicial e tem conclusão prevista para agosto de 2014;
- (d) o projeto de construção do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos, com capacidade de regaseificar até 14 milhões m³/dia de gás natural, está cumprindo suas metas de custo e prazo, e possui previsão de entrada em operação em setembro de 2013. Nesse projeto, as principais realizações em 2012 foram a conclusão da fabricação de camisas metálicas das estacas e do projeto executivo do píer e início de sua construção civil, o início da construção do gasoduto terrestre e conclusão da abertura de pista e do desfile de tubos, a contratação de equipamentos e serviços de suporte para o lançamento do gasoduto submarino, a conclusão do projeto de engenharia da adaptação do navio regaseificador Golar Winter à configuração de atracação side-by-side e o acompanhamento da fabricação dos equipamentos a serem instalados a bordo do navio;
- (e) no início de 2012, foram realizadas as paradas programadas de manutenção e adaptações dos Terminais de Regaseificação de GNL de Pecém e da Baía de Guanabara. Nelas, foram realizadas modificações para possibilitar a operação com navios da frota Excelsior, aumentando a flexibilidade dos Terminais. Dentre as principais atividades realizadas em ambos os Terminais, destacam-se as manutenções preventivas nos principais sistemas, a montagem de novas linhas para alívio de Gás Natural (GN) dos braços de Gás Natural Comprimido (GNC) e a troca de linha de Aço Carbono para Aço Inox. Além dessas, foi realizada a alteração da Tubulação de GN e Água para demolição do Pórtico de Pecém e a instalação do 4º tramo de medição no Terminal da Baía de Guanabara, aumentando a capacidade da Estações de Medição (EMED) de 14 para 20 MMm³/dia; e
- (f) com relação ao Projeto de Unidades Flutuantes de Armazenagem e Desembarque (FSO) de Gás, que no mar receberão gás de um conjunto de plataformas de produção, diminuindo o trânsito de navios, todos os marcos do projeto foram cumpridos conforme planejamento. Optou-se, porém, pelo encerramento do projeto até definição de volume de gás que o viabilize.

Atuação Internacional

A atuação internacional na área de gás compreende a alocação de ativos de exploração e produção, além de outros necessários em toda a cadeia de desenvolvimento do gás natural (transporte, compressão, distribuição e geração de energia) nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Peru, Venezuela, México, EUA, Angola, Benin, Namíbia, Nigéria, Gabão, Tanzânia e Portugal.

Os investimentos realizados durante o ano de 2012 tiveram por objetivo manter o nível de produção dos ativos e desenvolver aqueles em fase de exploração, assim como manter a segurança e condições operacionais da infraestrutura

existente na cadeia de gás natural, presentes na Argentina, Bolívia e no Uruguai.

A priorização de estratégias que atendam ao desenvolvimento das reservas internacionais existentes, à redução do risco exploratório e aos investimentos mais seletivos no exterior tem motivado a reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional, contribuindo de forma complementar aos objetivos domésticos, a partir das iniciativas de desinvestimento do plano de negócios 2012-2016 da companhia, definindo, melhor assim, os rumos da gestão dessas atividades.

Metas 2012-2015

• **Agregar valor ao gás natural**

Análise Situacional da Meta

Os investimentos incluídos na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aplicados na estruturação da malha de gasodutos, construção de novas facilidades de recebimento ou entrega ou manutenções, destacados na análise situacional do Objetivo, contribuem com o sentido de garantir a demanda e capacidade de movimentação da produção necessários para a agregação de valor ao gás natural.

Também incluídos no PAC, encontram-se em andamento os projetos do Terminal de Regaseificação da BAHIA - TRBA e das unidades de produção de fertilizantes nitrogenados (UFNs) a partir do gás natural. A Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados III - (Três Lagoas) - UFN III, o Complexo Químico (Linhares) - UFN IV e a Planta de Amônia (Uberaba) - UFN V, todos em estágio adequado, quando concluídos, contribuirão para o alcance da meta de agregação de valor ao gás natural.

Além desses investimentos, o projeto GTL (Gas-to-Liquids) Parafinas, que visa monetizar gás natural pela sua conversão química em produtos de maior valor agregado, teve seu projeto conceitual (fase 2) concluído em setembro/2012. Apesar dos bons resultados, o projeto foi interrompido em função da nova curva de oferta de gás natural na região amazônica, com oferta menor que a requerida para a viabilidade econômica do projeto.

• **Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Petrobras superou seus recordes na entrega de gás natural nacional ao mercado, atingindo, no mês de outubro, o recorde histórico com a vazão de 49,6 milhões m³/dia. Em 2012, a produção nacional de gás natural (excluídos reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção) foi de 46,51 milhões m³/dia.

O expressivo crescimento da oferta de gás nacional observado nos últimos anos é fruto de uma série de investimentos realizados no desenvolvimento de projetos de produção de gás natural, consubstanciados no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás). No âmbito desse programa, vários novos campos começaram a produzir desde 2008, com destaque para os campos de gás não associado de Canapu e Camarupim, no Espírito Santo, e de Mexilhão, Uruguá e Tambaú, na Bacia de Santos. Vale também destacar o início das operações da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) e do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté, no Estado de São Paulo. Além do Plangás, três outros fatores foram de fundamental importância para os recordes observados: (i) o incremento da entrega de gás para geração termelétrica na Região Norte; (ii) a elevação da produção do campo de Lula, produzindo gás associado de reservatórios do pré-sal na Bacia de Santos; e (iii) o êxito do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural (POAG 2015), que tem permitido melhorar o desempenho das Unidades Operacionais das regiões Sul e Sudeste.

Até 2015, a oferta de gás nacional aumentará para cerca de 71 milhões m³/dia em razão principalmente da entrada em operação de 9 unidades de produção (UEPs) que contribuirão de forma significativa para o crescimento dessa oferta,

sendo 7 delas em áreas do pré-sal. Além da oferta de gás associado, os campos de gás não associado de Mexilhão, Uruguá e Tambaú também têm destaque nesse crescimento com a entrada em produção de novos poços. Para viabilizar esse aumento de oferta, também estão previstas: (i) a entrada em operação do gasoduto Sul-Norte Capixaba que possibilitará o escoamento de gás da Bacia de Campos do litoral Capixaba até a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC). (ii) a adequação da UTGCA em 2013 para viabilizar o processamento de gás do pré-sal que escoará até Caraguatatuba pela Rota 1; e (iii) a construção do 2º gasoduto do Pré-Sal (Rota 2), da Bacia de Santos até Cabiúnas (RJ), previsto para entrar em operação em 2014.

Quantidade alcançada

46,51

Data de Referência

31/10/2012

- **Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados**

Análise Situacional da Meta

A média diária da produção nacional de petróleo em 2012 foi de 2,149 milhões de barris por dia (bpd). Dessa produção, a Petrobras contribuiu com aproximadamente 1,983 milhão de bpd. A meta planejada para a empresa era de 2,023 milhões de bpd para 2012. Esse resultado abaixo do planejado deve-se principalmente à queda de eficiência operacional das unidades operadoras da Bacia de Campos. Todavia, já está em fase de execução o projeto para aumento da eficiência operacional e produtiva daquela região, que é responsável por cerca de 80% da produção nacional, em média.

Quantidade alcançada

2,15

Data de Referência

31/12/2012

- **Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte**

Análise Situacional da Meta

A entrada em operação do Terminal de Regaseificação de GNL na Baía de Todos os Santos está prevista para 2013 e agregará 14 milhões m³/dia de gás natural à malha de gás.

- **Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

A ANP, em conjunto com a Petrobrás, investirá aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em levantamentos exploratórios até 2014.

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotélúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos estão sendo realizados nas Bacias Sedimentares do Acre – Madre de Deus, do Amazonas, do Ceará (Piauí – Camocim, Acaraú e Icarai), do São Francisco, do São Luiz – Bragança – Viseu, do Parnaíba, do Paraná, do Parecis, de Santos, da Foz do Amazonas e do Tacutu.

- **Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A produção de petróleo e gás natural no exterior, durante o primeiro semestre de 2012, superou a meta estabelecida em 7%. Isso se deu em razão de produção adicional frente à quantidade originalmente programada nos EUA, bem como

devido à melhor eficiência nos campos petrolíferos da Argentina e Bolívia, fruto dos investimentos em manutenção do nível de produção.

A produção planejada para 2013 é de 191,83 mil barris de óleo equivalente por dia, refletindo a reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional contida no Plano de Negócios 2012-2016 da Petrobras, reduzindo-se a produção em relação a 2012.

Quantidade alcançada

243.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a realização da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios para Petróleo e Gás Natural, a qual está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013, em data a ser definida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (ANP).

Está planejado oferecer 289 blocos de exploração, que correspondem a uma área de 155,8 km², localizados em 13 bacias sedimentares e 11 estados da federação. Vale destacar que essas novas áreas apresentam boas perspectivas de ocorrência de óleo e gás natural.

Os principais objetivos da Rodada são : (i) ampliar o conhecimento das bacias de novas fronteiras (margem equatorial); (ii) manutenção das atividades nas bacias maduras, de produção declinante; e (iii) propiciar novas oportunidades para empresas que não obtiveram êxito nas atividades exploratórias de rodadas anteriores, fomentando a concorrência no setor (a 10ª Rodada, que foi a última realizada, ocorreu em 2008).

Após a publicação da Resolução do CNPE, relativa à 11ª Rodada, o MME acompanhará a publicação, pela ANP, das minutas do Edital e do Contrato, os quais deverão estar alinhados com as novas diretrizes contidas na Lei nº 12.351/2010. Em relação à 1ª Rodada do Regime de Partilha de Produção, na qual serão ofertadas áreas na região do Pré-Sal, a expectativa é que toda a documentação em análise esteja finalizada em 2013, bem como a definição dos critérios de distribuição dos royalties, e que a Rodada ocorra já no 2º semestre do mesmo exercício.

Metas 2012-2015

• **Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha**

Análise Situacional da Meta

Foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) para preparar as minutas do Contrato e do Edital, de acordo com as regras estabelecidas na Lei nº 12.351/2010. Participam do GT: MME, EPE, ANP, Casa Civil e Ministério da Fazenda. Estão em análise cláusulas econômicas e cláusulas de conteúdo local, bem como a minuta de contrato que será firmado entre a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e o MME. Tais atividades constituem medidas prévias necessárias à 1ª Rodada do Regime de Partilha de Produção planejada para ocorrer no segundo semestre de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Realizar rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram concluídos os estudos acerca das áreas a serem ofertadas na 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, os quais foram aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e encaminhados à Presidência da República para avaliação.

Na 11ª Rodada deverão ser ofertadas, exclusivamente, áreas nas bacias maduras terrestres de Sergipe-Alagoas, Recôncavo, Potiguar, Tucano Sul e Espírito Santo, nas bacias de novas fronteiras marítimas da Foz do Amazonas, Ceará, Pará-Maranhão, Pernambuco-Paraíba, Barreirinhas e Potiguar e na bacia de nova fronteira terrestre do Parnaíba. No total, serão oferecidos 289 blocos, representando uma área de 155,8 km², distribuídos em 13 bacias sedimentares e 11 estados da federação. A expectativa é que a 11ª Rodada ocorra no 1º semestre de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais**

Análise Situacional da Meta

Serão realizadas rodadas anuais específicas para blocos em bacias maduras e de áreas inativas com acumulações marginais. Essas rodadas compõem um conjunto de medidas que derivam dos estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo (E&P) para as empresas de pequeno e médio porte, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010. Esse artigo determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Já em 2013, será realizada a primeira rodada de licitação para atender ao disposto na resolução.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Dentro do conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo MME, promoveu a qualificação de 17.158 pessoas no ano de 2012, em diversas especialidades, dentre elas: montador, soldador, caldeireiro, electricista, pintor, mecânico e instrumentista.

O MME vem conduzindo estudos para o aprimoramento da sistemática de aumento progressivo dos índices de conteúdo local e também para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A Petrobras tem investido volumosos recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D, os quais já trouxeram resultados para a Empresa, como, por exemplo: perfuração do primeiro poço horizontal no Pré-Sal; instalação dos primeiros sistemas de completação inteligente nos poços do Pré-Sal; operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar no Campo de Albacora; aumento de 5% da produção de gasolina na Refinaria Gabriel Passos (REGAP); implantação do Tratamento Térmico de Resíduos Multifásicos nas operações de Sergipe e Alagoas; implantação de controle avançado na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia.

Foram inaugurados laboratórios totalizando cerca de 19 mil m² de área construída e realizadas reformas em 18 universidades e instituições de P&D. Para 2013, estão previstos investimentos em infraestrutura para adequação do Centro de Pesquisa da Petrobras (CENPES) e investimentos em P&D nas áreas de exploração e produção, abastecimento, gás, energia e desenvolvimento sustentável.

Metas 2012-2015

• Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção

Análise Situacional da Meta

O contrato de partilha de produção, previsto para ser licitado no 2º semestre de 2013, apresentará a sistemática da exigência de aumento dos índices de conteúdo local ao longo do tempo.

Para definição desses índices, no ano de 2012 foram realizadas reuniões com associações representantes da indústria nacional, Petrobras, que é a única operadora para os contratos de partilha de produção, e a ANP.

O Contrato da Cessão Onerosa assinado em setembro de 2010 também apresenta tal sistemática, porém, até o momento, não houve aferições significativas desses índices.

A aferição dos índices de conteúdo local praticados nos contratos sob o regime de concessão, segue sendo realizada pela ANP.

• Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço

Análise Situacional da Meta

O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

• Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos

Análise Situacional da Meta

A Petrobras investiu em 2012 R\$ 2,1 bilhões em P&D, obtendo como principais resultados:

- atualização do modelo de evolução geológica para a Bacia do Parnaíba, que permite aprimorar a análise dos fatores condicionantes da presença de acumulações de petróleo e gás naquela área;
- perfuração do primeiro poço horizontal no pré-sal, tecnologia que aumentará a produção por poço e reduzirá o número de poços, diminuindo custos;
- instalação dos primeiros sistemas de completação inteligente nos poços do Pré-Sal, que podem permitir o aumento de 3% no volume de óleo recuperável;
- operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar no Campo de Albacora, que viabiliza o aumento da produção nos campos maduros da Bacia de Campos;
- início da operação da maior bomba multifásica submarina hélico-axial atualmente em funcionamento no mundo, desenvolvida pela Petrobras e parceiro, que aumentou em cerca de seis mil barris de líquidos por dia a produção no Campo de Barracuda;
- aumento de 5% da produção de gasolina da Refinaria Gabriel Passos (REGAP), pelo uso do aditivo iso-zoom, desenvolvido pela Petrobras;
- início de operação da primeira unidade industrial de hidrodessulfurização de nafta craqueada com tecnologia

Petrobras, na Refinaria de Capuava, que permite produzir gasolina com teor de enxofre de até 50 ppm, de acordo com as especificações da ANP para 2014;

- redução de 420 milhões de litros de água por ano no consumo da REGAP, quantidade equivalente ao consumo diário de seis mil pessoas, por meio de técnica de reuso de água no refino, inédita no mundo;

- implantação de controle avançado na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia, que evitará a emissão de 17.230 ton/ano de CO₂.

Em infraestrutura, as principais realizações foram a inauguração de laboratórios com 19 mil m² de área construída e reformas em 18 universidades e instituições de P&D.

Para 2013, estão previstos vários projetos, dentre os quais: infraestrutura para a adequação do Centro de Pesquisa CENPES da Petrobras (R\$ 170 milhões); investimentos nas áreas de P&D em exploração e produção (990 milhões de reais); gás, energia e desenvolvimento sustentável (R\$ 230 milhões) e abastecimento (560 milhões de reais).

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o MME acompanhou a tramitação do Projeto de Lei que dispõe sobre royalties e participação especial, devidos pela produção petrolífera sob o regime de concessão, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção. No mesmo exercício, foi sancionada a Lei nº 12.734/2012, a qual definiu novas regras de distribuição, entre os entes da Federação, dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Foi também instituído um Grupo de Trabalho (GT) que vem preparando as minutas do contrato e do edital de licitações, de acordo com as regras estabelecidas na Lei nº 12.351/2010. Participam do GT: MME, EPE, ANP, Casa Civil e Ministério da Fazenda. Encontram-se em análise as cláusulas econômicas e de conteúdo local, bem como a minuta de contrato entre a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e o MME, aplicável ao regime de partilha.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país**

Análise Situacional da Meta

A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera no País. Em 2012, conforme previsto no PPA, houve avanço na implantação da estratégia para tal, baseada na ampliação da atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero, na elaboração das minutas de contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União, na previsão da gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A, na proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção e na própria implantação da Pré-Sal Petróleo S/A. Reflexo disso é a elaboração já citada, em andamento, das minutas dos inéditos Contrato e Edital para as Rodadas de Licitações no Regime de Partilha de Produção, fruto de trabalho coordenado entre MME, EPE, ANP, Casa Civil e Ministério da Fazenda.

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural é formalizada por meio do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT). Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado nacional. A EPE concluiu no início de 2013 a versão preliminar dos estudos de expansão da malha, base para a elaboração do PEMAT 2021, que, após a aprovação da Lei do Gás, será o primeiro plano a versar especificamente sobre a expansão dos gasodutos no Brasil no longo prazo. O PEMAT 2021 terá sua primeira versão apresentada ainda no primeiro semestre de 2013 e, ao longo do tempo, será aperfeiçoado, incorporando, por exemplo, os resultados das rodadas de licitação de petróleo e gás planejadas, que ocorrerão a partir de 2013.

Metas 2012-2015

• Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, discutiu-se com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) as condições para permitir aos agentes de mercado fornecerem as informações de demanda de gás que subsidiam os estudos de expansão da malha. Ainda durante o ano de 2012, foram recebidas as previsões de crescimento de demanda nos diversos Estados brasileiros. Também foram analisadas as previsões de crescimento da produção de gás, e estimados os volumes potenciais de oferta do energético. Para a infraestrutura, foi feita a análise da rede existente e das necessidades de expansão. O MME acompanhou a elaboração dos estudos pela EPE e participou de reuniões com os agentes do setor, contribuindo com o processo. A publicação da primeira edição do PEMAT 2021 está prevista para o primeiro semestre de 2013.

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o benefício das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas do petróleo e do gás natural consubstanciam objetivo próprio dentre os Objetivos do Programa. O interesse pelos estudos guarda relação com o ritmo de aproveitamento dos bens minerais, as oportunidades de desenvolvimento equilibrado do território, a distribuição ótima da renda que não implique sobrefinanciamento nem subfinanciamento dos seus beneficiários e a correta aplicação da renda da atividade, com a perpetuação da renda gerada a partir do desenvolvimento de novos polos, de ciclos econômicos e da aplicação de recursos no desenvolvimento de projetos e investimentos de interesse intergeracional.

No ano de 2012, parte do Objetivo se relacionou à abordagem dessas questões estratégicas, com o início da implantação das medidas institucionais, normativas e regulatórias previstas no PPA, importantes para oferecer alternativas à dinâmica do aproveitamento e da apropriação da renda da atividade e cumprir os vazios de entendimento existentes.

Outra parte do Objetivo se relacionou a estudos mais específicos relacionados à dinâmica legislativa imediata, tendo sido discutidos, no ano de 2012, aspectos relacionados ao conflito pela apropriação das participações governamentais, o que ficou conhecido como nova “distribuição dos royalties do petróleo”.

Sabe-se que, em 2013, essas questões continuarão a ser debatidas, pelas oportunidades de aperfeiçoamento do marco regulatório em trâmite legislativo, como a destinação exclusiva dos novos recursos para a educação, por meio da Medida Provisória nº 592, encaminhada ao Congresso Nacional em dezembro de 2012.

Para 2013, será fomentada a discussão na análise dos impactos do que foi regulamentado em 2012, na demonstração dos vícios decorrentes da sistemática estabelecida e, na sequência, na apresentação de sugestões para correção desses vícios.

Metas 2012-2015

- **Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Os estudos serão desenvolvidos em três eixos: (1) a implementação e gestão por resultados do novo marco regulatório (modelo de partilha, definição de áreas especiais, nova empresa pública e fundo social), (2) a distribuição da renda petrolífera, (3) a aplicação da renda petrolífera.

Cada eixo será conduzido por um grupo técnico específico, que será formalizado no ano de 2013, tendo como integrantes representantes do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Casa Civil da Presidência da República.

No ano de 2012, as atividades previstas no plano de trabalho para alcance dessas metas foram parcialmente realizadas, tendo sido iniciadas as discussões dos eixos (2) e (3), em especial no que toca aos critérios de distribuição da renda gerada pela atividade, sobrefinanciamento e subfinanciamento.

- **Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural**

Análise Situacional da Meta

A meta foi, na sua fase inicial, de diálogo e articulação junto aos órgãos envolvidos com o estudo sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural.

Dos planos locais que estão sendo implementados, verifica-se, por exemplo, o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável de Itaboraí/RJ, na área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ - com participação da Petrobras. Nessa área, que envolve outros 14 municípios diretamente impactados pelo COMPERJ, destacam-se os esforços para a integração dos fóruns locais em um "Fórum Regional das Agendas 21 Locais do Leste Fluminense" e a aproximação entre o setor público e a sociedade civil para tratar dos problemas de resíduos sólidos, tema que está sendo discutido na IV Conferência de Meio Ambiente em 2013 pelo MMA, estados e municípios. Destaca-se também a execução de projetos de recuperação de áreas verdes fragmentadas da Mata Atlântica, o plantio de matas ciliares e a recuperação de áreas degradadas, os planos locais de habitação de interesse social, e o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, dentre outros.

Dentre as atividades previstas para 2013, nessa iniciativa, o grupo técnico dos órgãos envolvidos, que dará andamento aos estudos, deverá avaliar os planos locais já elaborados quanto a sua implementação e efetividade, com foco nos instrumentos de gestão ambiental sugeridos. Nisso deverá considerar a continuidade das ações e a forma de disciplinar e monitorar os rumos dos planos, levando em conta a revisão e os ajustes que se fizerem necessários dentro do espaço de tempo que foi determinado, identificando possíveis omissões e divergências e apresentando sugestões de melhoria. Além disso, deverão ser identificadas outras áreas distribuídas no território para expansão do modelo.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268	28/12/2012	337.976
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,4	31/12/2009	61,4
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,6	31/12/2009	17,6
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,5	31/12/2009	40,5
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22	31/12/2009	61,22
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45	31/12/2009	48,45
Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo	%	01/01/2011	9,68	01/01/2011	9,68
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,6	31/12/2009	41,6
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88	31/12/2009	55,88
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,6	31/12/2008	10,6

Observações:

Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados - ; Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato; Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos; Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos; Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos; Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo; Taxa de municípios com Plano Diretor; Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade; Taxa de vacância em imóveis urbanos: Os indicadores são apurados pela MUNIC/IBGE, mas não houve apuração no período.

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O tema da reabilitação urbana tem ganhado destaque no cenário brasileiro frente ao atual contexto de preparação de cidades para receber eventos esportivos mundiais. Transformar áreas degradadas e ociosas em lugares de convivência para a população, com comércio, habitação e serviços, é um grande desafio que passa pela resolução de questões que vão da melhoria da infraestrutura à dinamização econômica, passando pela resolução de problemas fundiários e pela

valorização do patrimônio cultural.

Nesse sentido, o esforço do governo federal tem sido de promover estratégias de desenvolvimento urbano integrado, segundo uma lógica territorial em áreas de especial interesse para a cidade, como por exemplo, as áreas centrais, as orlas marítimas ou fluviais e as áreas de interesse cultural e ambiental. Assim, em 2012 foram enviados esforços para avançar na execução de convênios estratégicos de transformações urbanísticas, como o convênio celebrado com o Governo do Estado da Bahia para reabilitação do centro antigo de Salvador, além do apoio a intervenções de reabilitação urbana em 15 municípios dos estados de RS, RJ, CE, MG, AC, SP, DF e BA. Outra estratégia para tratar o tema foi a capacitação e o fortalecimento institucional, com a realização de cursos e oficinas com prefeituras e governos estaduais, bem como elaboração de material didático técnico com intenção de apoiar os governos locais na implementação de ações de reabilitação, sobretudo em áreas históricas, tratando de temas como regulação urbanística, elaboração de projetos, montagem de arranjos institucionais de gestão e captação de recursos.

Nesse aspecto, com o intuito de diversificar as fontes de financiamento e ampliar o alcance das intervenções de reabilitação urbana, está em andamento a regulamentação de linha de financiamento com recursos do FGTS para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas (instrumento de parceria público privada definido pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), havendo previsão de realização de uma primeira seleção de projetos nessa linha no ano de 2013.

Nas áreas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural deu-se continuidade ao projeto de implantação de parques na bacia do Rio São Francisco. Foram selecionados 10 municípios e, inicialmente, pretende-se contemplar as três melhores propostas apresentadas. As propostas consistirão em atualizações dos projetos básicos dos Parques Fluviais elaborados em 2010 e deverão contemplar a Educação Ambiental.

Por fim, fez-se a revisão do Projeto Orla por meio do "Plano para Institucionalização, Ampliação e Revisão da Metodologia do Projeto Orla". Durante o ano de 2012, as ações do Projeto foram direcionadas prioritariamente às discussões internas de sua reformulação.

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi desenvolvido um edital para serem implantados 10 (dez) projetos de parques na bacia do Rio São Francisco: Pirapora (MG), Januária (MG), Barreiras (BA), Xique-Xique (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Juazeiro (BA), Petrolina (PE), Penedo (AL), Piranhas (AL) e Propriá (SE), que são municípios prioritários para atendimento, no cumprimento desta meta. Esses municípios já haviam sido selecionados e seus projetos elaborados antes da aprovação do PPA 2012-2015, mas não haviam sido executados. Agora o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal disponibilizou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para este Edital, visando contemplar as três melhores propostas apresentadas, entre os 10 (dez) municípios citados. As propostas consistirão em atualizações dos projetos básicos dos Parques Fluviais (elaborados por meio de consultorias do governo federal e entregues aos municípios ao final de 2010), e que, necessariamente, terão um limite de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) cada. Desse valor, 10% deverá ser direcionado à Educação Ambiental. No que tange a esta ação, as dificuldades iniciais de elaboração do Edital estão relacionadas às diversas adequações necessárias para o atendimento aos padrões da CAIXA.

Além disso, foi desenvolvido Termo de Referência (TR) para a contratação de assessoria técnica para elaboração de diretrizes para projetos de parques urbanos. O TR tem previsão de lançamento no ano 2013.

- **Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, discutiram-se normativos de regulamentação de financiamentos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no âmbito das Operações Urbanas Consorciadas com o objetivo de oferecer aos municípios outra opção para desenvolver projetos integrados de reabilitação urbana, buscando promover o desenvolvimento social e econômico das localidades. Essa nova linha de apoio a Operações Urbanas com recursos do FGTS terá sua primeira seleção em 2013.

Segundo uma estratégia de ampliação das capacidades locais para tratar do tema da reabilitação urbana, foi lançado curso à distância, no Portal Capacidades do Ministério das Cidades, sobre a elaboração de Planos de Reabilitação. Complementarmente, foi publicado um Manual de Orientação aos municípios denominado “Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas”, em parceria com o IPHAN e com a Caixa. Em 2012 foram empenhados R\$ 237.500,00 (duzentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) relativos ao valor total de Convênio com o Governo do Estado da Bahia, em 2011, para reabilitação do Centro Antigo de Salvador. Além disso, foram contratadas 15 obras de reabilitação urbana em 15 municípios dos estados de RS, RJ, CE, MG, AC, SP, DF e BA, totalizando investimentos de R\$ 30.802.997,00 (trinta milhões e oitocentos e dois mil, novecentos e noventa e sete reais).

- **Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Em março de 2012 foi apresentado o "Plano para Institucionalização, Ampliação e Revisão da Metodologia do Projeto Orla". Na ocasião, foi determinada a revisão completa do Projeto Orla. Esta iniciativa motivou a redefinição da meta para o período de 2012, pois não seriam abertas novas frentes até a conclusão da revisão. Assim, durante o ano de 2012, as ações relativas ao Projeto foram focadas em discussões internas para a sua reformulação, que deverá ser apresentada no início do novo período. A previsão da meta para 2013 é de que 20 municípios sejam atendidos e estima-se manter a meta de 20 atendimentos anuais até 2015.

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Diretor, nos termos dados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, é peça chave para o enfrentamento de problemas urbanos, como a disponibilidade de terras para habitação popular, a irregularidade fundiária e carência de infraestrutura, contribuindo para a minimização do quadro de desigualdade urbana instalado, quando elaborado e implementado de forma eficaz.

Para tanto, o Estatuto da Cidade estipulou prazo até 2006 para que os municípios elaborassem ou revisassem seus Planos Diretores à luz das diretrizes estabelecidas na lei federal. Para auxiliar e mobilizar os municípios no cumprimento dessa tarefa, o Ministério das Cidades idealizou e implementou, em conjunto com o Conselho das Cidades, a Campanha

Nacional “Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos. Iniciada em maio de 2005, a Campanha atingiu grande alcance no país. De modo que, em 2009, dos 1.644 municípios com mais de vinte mil habitantes que possuíam obrigatoriedade legal de elaboração do Plano, 1.433 declararam ter Plano Diretor, correspondendo a 87% do total.

Hoje o grande desafio colocado para as prefeituras é a implementação dos Planos Diretores elaborados e de seus instrumentos. Nesse sentido, o Ministério das Cidades vem trabalhando para capacitar os municípios no cumprimento dessa tarefa, através da realização de cursos, oficinas e seminários e da produção de material de apoio e de consulta sobre o tema, em especial sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir, com vistas a aumentar os recursos municipais disponíveis para o desenvolvimento urbano, e sobre instrumentos destinados a minimizar riscos de desastres naturais relacionados a movimentos de massa, como enxurradas e deslizamentos.

Nesse último tema, através de cooperações técnicas e parcerias com Universidades e entidades internacionais, muito se avançou no sentido de construir e consolidar metodologias para implementação de novos instrumentos de planejamento e gestão territorial como o monitoramento da ocupação urbana, as cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e o planejamento de áreas de expansão. Além disso, avançou-se na discussão de parâmetros e instrumentos destinados ao planejamento e gestão de aglomerados urbanos e áreas metropolitanas, na perspectiva de debater um projeto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrôpole.

Também foi realizado o levantamento do índice de áreas verdes e corpos d'água em áreas efetivamente urbanizadas de 732 municípios e elaborado programa para a construção de uma Política Nacional para Cidades Sustentáveis (Programa Brasil+20). Espera-se a adesão dos municípios no primeiro semestre de 2013 para que as etapas sejam executadas de acordo com o proposto. A cada dois anos, as metas definidas serão revisadas e, ao longo dos vinte anos (horizonte temporal contemplado no BRASIL+20), serão feitas revisões e calibrações no âmbito da Política Nacional para Cidades Sustentáveis. A partir desse processo pedagógico, espera-se a construção de uma Política Nacional e a instituição do marco legal para a sustentabilidade urbana no Brasil.

Metas 2012-2015

• Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor

Análise Situacional da Meta

Aprovada no Congresso Nacional a Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 (conversão da Medida Provisória nº 547, de 11 de outubro de 2011), que, entre outras providências, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e insere a necessidade de projeto específico para expansão urbana (inserção do artigo 42-B na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade). A partir dessa legislação, iniciaram-se tratativas visando o estabelecimento de cooperação técnica internacional para concepção de planejamento territorial em áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos e hidrológicos relacionados a movimentos de massa. As negociações do acordo feitas com o Governo Japonês, que possui larga experiência nessa área, demandaram reuniões e atividades no decorrer de 2012. Para o quadriênio 2013-2016 estão previstas as atividades de elaboração, teste e disseminação do planejamento da expansão urbana.

• Instituição de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado, em 2012, o primeiro caderno técnico da coleção voltada à regulamentação e implementação de

instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), iniciada pelo caderno da Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC. O objetivo é fornecer aos municípios maior quantidade de informações sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade e auxiliá-los na sua implementação.

Em complementação, foi desenvolvido o Curso a Distância de capacitação técnica de servidores municipais e estaduais, por meio do portal CAPACIDADES do Ministério das Cidades. Foram utilizados critérios equânimes na seleção dos participantes, buscando-se o equilíbrio no número de participantes de acordo com as regiões do Brasil. O curso tem previsão para realização entre os meses de março e maio de 2013. A realização do curso visa potencializar o cumprimento da meta por meio da capacitação de pessoas.

No desenvolvimento de instrumentos para prevenção de riscos, foram feitos destaques orçamentários para 4 (quatro) Universidades Federais, com o objetivo de elaborar cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais em alguns municípios.

- **Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais**

Análise Situacional da Meta

A instituição de instrumentos de gestão ambiental para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável pressupõe o conhecimento das realidades urbanas e requer a implementação de processos de sensibilização dos gestores e técnicos municipais para a importância da inserção dos instrumentos ambientais no planejamento e na gestão de suas cidades. Com foco nestas duas importantes ações, realizou-se no ano de 2012: (i) a implementação de levantamento do índice de áreas verdes e corpos d'água em áreas efetivamente urbanizadas de 732 municípios, objetivando diagnóstico da realidade dos recursos naturais nas cidades; e (ii) a elaboração de um Programa para a construção de uma Política Nacional para Cidades Sustentáveis (Programa Brasil +20), o qual terá na capacitação à distância seu principal eixo de ação. São propostos quatro eixos de implementação do Programa: Eixo I - Campanha Nacional sobre Sustentabilidade; Eixo II - Leitura da Realidade Ambiental Urbana; Eixo III - Capacitação para a Gestão Ambiental Urbana; e Eixo IV - Gerenciamento de Informação.

Para que todas as etapas sejam executadas em conformidade com o proposto, será estratégico o seu lançamento com adesão dos municípios, ainda no primeiro semestre de 2013, tendo como proposta de data o dia mundial do meio ambiente em junho/2013. O início da veiculação da Campanha deverá ocorrer a partir de abril ou maio, tratando do tema Cidades Sustentáveis e seus subtemas. Como prazo limite à realização do primeiro evento da leitura e a primeira atividade da capacitação, será considerada a primeira quinzena de setembro de 2013, com conclusão até agosto de 2014, apresentando um diagnóstico consolidado do ambiente urbano de cada município e, por consequência, um diagnóstico nacional. Neste escopo insere-se a definição das metas ambientais urbanas para os próximos vinte anos para cada cidade e para o País.

A cada dois anos, as metas definidas serão revisadas. Além disso, ao longo dos vinte anos (horizonte temporal contemplado no BRASIL+20), ocorrerão revisões e calibrações a serem coordenadas no âmbito da Política Nacional para Cidades Sustentáveis. É desse processo pedagógico, com cooperação federativa tripartite e democrática participação social, que se espera extrair a fundamentação para a Política Nacional, bem como se instituir o marco legal para a sustentabilidade urbana no Brasil. A partir da definição de prioridades, metas e indicadores de sustentabilidade, serão pautadas, de forma estratégica, as agendas deste Ministério, na implementação da referida política nos municípios. Destaca-se que no contexto dessa Política Nacional para Cidades Sustentáveis, os trabalhos de conscientização e leitura da realidade local junto a novos grupos de municípios nos próximos ciclos de execução do Programa, serão reiniciados em 2015. Dessa maneira, o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis – Programa

BRASIL+20 – atuará com o horizonte de planejamento de vinte anos, como forma de mitigar os problemas provenientes da descontinuidade dos ciclos de gestão pública, ademais, terá atuação de todos os entes, como condição de fluidez e alinhamento das ações interfederativas para implementação das metas de sustentabilidade urbana no Brasil.

- **Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Análise Situacional da Meta

Foi estabelecida cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), para elaboração de estudos com as seguintes temáticas: (i) indicadores e parâmetros para caracterização de regiões metropolitanas; (ii) instrumentos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano em regiões metropolitanas; (iii) institutos legais de amparo às instituições metropolitanas e aos mecanismos de planejamento territorial e gestão urbana; (iv) mecanismos tributários e arranjos político-administrativos nas regiões metropolitanas. Também foi realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil - União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil. O objetivo foi debater e aprofundar temas para subsidiar substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole.

Em complemento, realizou-se uma Missão Técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana.

- **Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1.453 municípios possuíam Plano Diretor no Brasil, dos 1.578 que possuem obrigatoriedade de elaboração, sendo vários destes planos elaborados com recursos repassados pelo Ministério das Cidades através da Caixa. Para avaliar a qualidade dos Planos elaborados, o Ministério das Cidades realizou ampla pesquisa em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir dos resultados dessa pesquisa, foram identificadas fragilidades nas legislações municipais, sobretudo em relação à auto-aplicabilidade ou efetividade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, principalmente os instrumentos relacionados à indução do desenvolvimento urbano. A pesquisa mostrou que há, nos Planos Diretores, uma carência no que se refere à definição de conceitos e parâmetros urbanísticos, à demarcação dos instrumentos no território, à definição de prazos para implementação e de procedimentos administrativos para sua operacionalização, dentre outros aspectos.

Assim, em 2012, deu-se continuidade ao acompanhamento dos convênios assinados em 2011, com 13 municípios brasileiros, para elaboração e/ou revisão de seus planos diretores participativos; e com 3 estados para capacitação de técnicos municipais para elaboração de planos diretores e implementação dos instrumentos de planejamento urbano do Estatuto da Cidade.

Também foram feitos destaques orçamentários para 4 (quatro) Universidades Federais, com o objetivo de elaborar cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais para alguns municípios.

A partir de 2013, o foco de atuação do Ministério será na qualificação do conteúdo desses Planos já elaborados de modo que os mesmos possam tornar-se instrumentos eficazes para a gestão do solo urbano, ampliando a capacidade de investimento dos municípios e potencializando o desenvolvimento urbano nas cidades.

- **Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial**

interfederativa**Análise Situacional da Meta**

Foi realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil - União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil, para debate e aprofundamento de temas a serem tratados em um substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole. Além disso, foi realizada uma Missão Técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana. Sem o estabelecimento deste marco legislativo nacional, não se avança na elaboração de metodologia de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Para 2013 estão previstas as atividades de elaboração do substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004 e a elaboração de proposta metodológica para o PDUI.

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, efetuou-se uma operação de descentralização de crédito orçamentário para a Universidade Federal do Pará, para fins de regularização fundiária em 6 municípios daquele Estado, todos inseridos no Programa Terra Legal, coordenado pelo MDA, e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009. Esta atividade permitirá consolidar a metodologia de regularização fundiária urbana no âmbito da Amazônia Legal - Programa Terra Legal, que será disponibilizada aos municípios para titular em nome dos moradores as terras recebidas em doação da União por meio do Programa Terra Legal.

No âmbito da participação no Programa Terra Legal, foram avaliadas 56 áreas urbanas objeto de pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal. Também foram apoiadas tecnicamente as ações de regularização fundiária no âmbito do PAC/Urbanização de Assentamentos Precários. Foi elaborada uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos, fruto de tratativas com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça. A elaboração de tal norma tem importância fundamental na efetiva aplicação dos avanços legais obtidos nos últimos anos no tema da regularização fundiária urbana, com ênfase na Lei 11.977/2009. No exercício de 2013 pretende-se restabelecer o diálogo com a Corregedoria Nacional de Justiça para viabilizar a edição da norma nacional de registro imobiliário da regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Ainda no sentido de promover a adequação das normas extrajudiciais aos novos dispositivos legais, no ano de 2012 foram promovidos 3 (três) seminários estaduais (Bahia, Paraíba e Paraná) sobre adequação das normas de serviços extrajudiciais, com a participação de diversas entidades, com destaque para os governos estaduais, associações de registradores e Tribunais de Justiça. No exercício de 2013 pretende-se dar continuidade à estratégia de realização de seminários estaduais.

No contexto da promoção de processos de regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), no ano de 2012 foram regularizados 6.949 imóveis da União. Destes, 44 foram destinados para entes federativos e beneficiarão 13.937 famílias no âmbito de programas como Minha Casa Minha Vida, PAC Urbanização e Reforma Agrária, em 14 estados. Também 6.905 famílias de baixa renda, incluindo ribeirinhas da Amazônia, foram beneficiadas com a titulação direta em 13 estados.

Metas 2012-2015

- **Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, em decorrência de tratativas com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, foi elaborada Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. Colaboraram neste processo a Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) e a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), ambas do Ministério das Cidades, a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC/MPOG), a Secretaria de Assuntos Legislativos e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a CAIXA, o Banco do Brasil, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR). A Norma deve ser editada em 2013.

Foram promovidos no ano de 2012, 3 (três) seminários estaduais denominados "Para Avançar na Regularização Fundiária Urbana", nos quais este tema foi apresentado e debatido. Os estados contemplados foram Bahia, Paraíba e Paraná. Participaram diversas entidades, com destaque para os governos estaduais, associações de registradores e Tribunais de Justiça.

No exercício de 2013, pretende-se dar continuidade à estratégia de promoção de seminários estaduais e restabelecer o diálogo com a Corregedoria Nacional de Justiça para viabilizar a edição de uma norma nacional de registro imobiliário da regularização fundiária de assentamentos urbanos. Tais ações são necessárias para efetivar a aplicação da nova legislação por meio da adequação das normas dos serviços extrajudiciais para o registro da regularização.

- **Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, efetuou-se uma operação de descentralização de crédito orçamentário para a Universidade Federal do Pará, no valor de R\$ 2.393.370,14, para fins de regularização fundiária em favor de 14.000 famílias moradoras em 6 municípios do Estado do Pará, todos inseridos no Programa Terra Legal e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009. Pretende-se, ao final dessa ação, consolidar uma metodologia de regularização fundiária urbana no âmbito da Amazônia Legal - Programa Terra Legal.

Em 2012 foram avaliadas 56 áreas urbanas objeto de pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal e foram doadas 140 áreas urbanas para fins de regularização fundiária, com aproximados 335 mil habitantes. Salienta-se que, após a doação das terras federais, cabe aos municípios o procedimento de regularização com a consequente titulação dos possuidores dos lotes urbanos, ação que pode ser objeto de apoio financeiro pelo Programa Papel Passado. Também foram apoiadas tecnicamente ações de regularização fundiária no âmbito do PAC Urbanização de Assentamentos Precários.

No exercício de 2013, pretende-se ampliar o apoio financeiro à regularização fundiária de assentamentos urbanos.

- **Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

A elaboração do Plano Nacional de Regularização Fundiária Urbana não foi iniciada no exercício de 2012. Foi criado, no âmbito do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho Nacional das Cidades, um grupo específico para tratar das diretrizes, condicionantes, possibilidades e a própria viabilidade de elaboração de tal Plano ainda na vigência do PPA 2012-2015. Uma das principais pautas de trabalho do grupo para o exercício de 2013 é

elaboração de metodologia de pesquisa sobre irregularidade urbana no Brasil, que subsidiará o Plano Nacional de Regularização Fundiária Urbana.

- **Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram promovidos 3 (três) seminários estaduais denominados "Para Avançar na Regularização Fundiária Urbana", nos estados Bahia, Paraíba e Paraná. Foram apresentados e debatidos os seguintes temas: papel dos entes federados na regularização fundiária urbana, competências dos entes para o licenciamento urbanístico e ambiental e aspectos relacionados à tributação e registro de imóveis. Discutiu-se ainda casos concretos de regularização fundiária, sobretudo integrantes da carteira do PAC Urbanização de Assentamentos Precários, como forma de capacitação e apoio técnico para a desobstrução desses processos.

No exercício de 2013, pretende-se dar continuidade à estratégia de promoção de seminários estaduais, organizados em parceria com os estados.

- **Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União**

Análise Situacional da Meta

Foi autorizada a transferência de 501 imóveis da União, que representam cerca de 189 milhões de m², para atendimento de mais de 63 mil famílias. Dentre estes, destacam-se:

- 14 áreas para Provisão Habitacional de Interesse Social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com portarias autorizativas para transferência para entes federativos e entidades privadas sem fins lucrativos, com cerca de 3,8 milhões de m², para atendimento de aproximadamente 37 mil famílias em 9 (nove) estados.
- 15 áreas para regularização fundiária de interesse social, totalizando cerca de 5,2 milhões de m², para atendimento de, aproximadamente, 26 mil famílias em 9 (nove) estados da Federação, das quais, 3 áreas com cerca de 600 mil m² destinadas a empreendimentos do PAC em três estados;
- 465 áreas também para regularização fundiária de interesse social, com cerca de 173 mil m² em oito estados, destinadas diretamente às famílias beneficiárias.

No âmbito da Amazônia Legal, foram realizadas ações de regularização, destinação de imóveis no sentido de dinamizar a economia local, racionalização do uso dos imóveis da Administração Pública e destinação para fins de habitação e regularização fundiária. Os principais resultados foram:

- 118,2 mil m² de áreas da União declarados de interesse público federal para fins de regularização fundiária em Belém e Manaus, beneficiando 3.561 famílias de baixa renda que vivem em áreas urbanas da União com projetos de urbanização integrada;
- 127,7 mil m² de áreas urbanas da União destinadas para a regularização fundiária de interesse social nos estados de Acre, Maranhão, Mato Grosso e Roraima, beneficiando 207 famílias de baixa renda.

Neste contexto, no ano de 2012 foi regularizado um total de 6.949 imóveis da União. Destes, 44 foram destinados para entes federativos e beneficiarão 13.937 famílias no âmbito de programas como Minha Casa Minha Vida, PAC

Urbanização e Reforma Agrária, em 14 estados. Também 6.905 famílias de baixa renda, incluindo ribeirinhas da Amazônia, foram beneficiadas com a titulação direta pela SPU/MP em 13 estados.

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a realização do objetivo tem-se a necessidade de aprofundamento do processo democrático, sendo imprescindível a incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Verifica-se que a formação de técnicos e gestores municipais na elaboração e gestão de projetos urbanos vem impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros. Dessa forma, o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC, promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo não apenas atender a requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social.

Dentre as dificuldades encontradas ressalta-se que, por ocasião do ano eleitoral, muitas atividades não puderam ser realizadas nos municípios, conforme legislação regulamentar. No entanto, foram realizadas atividades de educação a distância no âmbito do recém-implantado Portal Capacidades. Destacam-se os seguintes resultados alcançados:

1. Capacitação de 1.414 técnicos e agentes sociais, por meio do PNCC, para o fortalecimento e gestão urbana e territorial. Foram distribuídas 6.500 publicações didáticas, apoiados 31 (trinta e um) projetos e 28 (vinte e oito) programas de Extensão Universitária - Proext, que beneficiaram municípios de todas as regiões brasileiras.
2. Desenvolvimento de cursos a distância para capacitação técnica de servidores municipais e demais interessados no tema "Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário", hospedado no portal CAPACIDADES.
3. Realização de um seminário de Formação de Conselheiros Municipais em Porto Velho - RO, com o intuito de sensibilizar conselheiros da cidade e agentes sociais sobre a importância da participação social no acompanhamento, avaliação e execução das políticas públicas urbanas.
4. Realização de 2 edições do curso "Brasil em Cidades - Sistema Nacional de Informações das Cidades"

O Curso de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, a ser realizado em 2013 no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, pretende fomentar entre os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade imediata de seus resultados.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e em 10% dos Municípios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, instituída pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e regulamentada pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001, oferece instrumentos de intervenção, ordenamento, planejamento e gestão territorial para serem incorporados às cidades em ações conjuntas do Poder

Público, entidades e sociedade civil. O objetivo principal dessa política é garantir a realização do direito à cidade e sua função social através da participação popular.

Dessa forma, a instituição de Conselhos das Cidades (ConCidades) foi primordial para a sensibilização e mobilização da sociedade brasileira, de forma a proporcionar a participação popular dos diversos segmentos da sociedade na construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A capacitação dos conselheiros também é importante, pois fornece aos agentes locais as ferramentas necessárias para a implementação da gestão participativa de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Com o intuito de sensibilizar conselheiros das cidades e agentes sociais sobre a importância da participação social no acompanhamento, avaliação e execução das políticas públicas urbanas, foi realizado um seminário de Formação de Conselheiros Municipais nos dias 21 e 22 de agosto de 2012 no Teatro Municipal Banzeiros, Porto Velho - RO. A realização do seminário foi uma iniciativa do Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Porto Velho e o Conselho Municipal de Porto Velho. O Seminário foi dirigido aos Conselheiros da Cidade de Porto Velho e Conselheiros gestores do Fundo Municipal de Trânsito e Habitação de Porto Velho. No total 62 (sessenta e duas) pessoas participaram da atividade.

Como parte das atividades da 5ª Conferência Nacional das Cidades, que será realizada pelo Ministério das Cidades em parceria com o Conselho das Cidades em 2013, estão sendo realizados seminários estaduais preparatórios para as Conferências Municipais e Estaduais. Dessa forma espera-se atingir os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal, além dos municípios integrantes das principais regiões metropolitanas até o final do ano de 2013.

• **Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), por meio da parceria com o Ministério da Educação e o Programa de Apoio à Extensão Universitária - Proext, foram apoiados 31 (trinta e um) projetos e 28 (vinte e oito) programas de Extensão Universitária, com ênfase na capacitação de técnicos e gestores municipais de diversas áreas do desenvolvimento urbano, beneficiando vários municípios de todas as regiões brasileiras. Ainda em 2012, foram aprovados mais 17 (dezesete) projetos e 22 (vinte e dois) programas para acompanhamento em 2013.

No recém implantado Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), ambiente virtual que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância, foram realizadas as seguintes atividades:

- Curso a distância de autoinstrução “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 588 participantes;
- 1º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 48 participantes;
- 2º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 64 participantes;
- Seminário de Formação de Conselheiros Municipais em Porto Velho - 62 participantes;
- Oficina de revisão de instrução normativa do Trabalho Social em Habitação e Saneamento - 60 participantes;
- Seminário "Política e Plano Municipal de Saneamento Básico" - 30 participantes;
- Seminário Internacional: Políticas e Planos de Mobilidade Urbana - 123 participantes;
- Curso Planejamento, Orçamento, Licitação e Execução de Obras Públicas: foram realizadas 4 (quatro) edições presenciais do curso em 2012, totalizando 181 participantes
- Apoio ao Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional Integrado Sustentável (PLURIS), organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UnB, na Publicação dos Anais -

distribuição de 500 livros com 258 participantes

Em razão da dificuldade de adesão dos técnicos e gestores municipais às atividades de capacitação, tendo em conta o ano eleitoral e a iminente mudança na gestão municipal, em 2012 foram priorizadas atividades estruturantes, como a elaboração de materiais didáticos e publicações que, entre outros objetivos, irão subsidiar as novas gestões municipais a partir de 2013:

- Publicação da História em Quadrinhos “Jacinto Bené Fício e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU” - distribuição de 2.000 livros;
- Publicação “Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas – Manual de Orientação” – distribuição de 2.000 livros;
- Publicação “Avaliação em Massa de Imóveis para Fins Fiscais: Discussão, Análise e Identificação de Soluções para Problemas e Casos Práticos” – distribuição de 2.000 livros.

Contabilizando todos os dados, ressalta-se um resultado positivo, com um total de 1.414 participantes em atividades diretamente realizadas pelo PNCC. Foram distribuídas 6.500 publicações didáticas, apoiados 31 (trinta e um) projetos e 28 (vinte e oito) programas de Extensão Universitária - Proext, que beneficiaram municípios de todas as regiões brasileiras. A maioria das publicações foi realizada por meio de parcerias com a CAIXA e com o Instituto Lincoln. Os programas e projetos foram financiados pelo Ministério da Educação por meio do Proext.

• **Criar e manter o Observatório das Cidades**

Análise Situacional da Meta

Meta não realizada no período de 2012, tendo em vista reestruturação da Gerência de Informações do Ministério das Cidades.

• **Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados**

Análise Situacional da Meta

Com o advento da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Ministério das Cidades empreendeu esforços, utilizando seus recursos humanos e infraestrutura, para implantar o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, onde foi criada a sala “Acesso à Informação” do Ministério das Cidades que serve para fornecer informações ou documentos solicitados pela população, desde que não sejam classificados como secretos.

• **Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

Foi desenvolvido o curso a distância para capacitação técnica de servidores municipais e demais interessados no tema “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário”, hospedado no portal Capacidades do Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), com a parceria do Ministério da Educação e do Programa de Apoio à Extensão Universitária - Proext.

Foram realizadas as seguintes atividades de capacitação, por meio do Portal Capacidades:

- Curso a distância de autoinstrução “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 588 participantes;
- 1º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 48 participantes;
- 2º Curso a distância moderado “Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário” – 64 participantes;

Em 2013 será continuado o processo de aquisição de imagens de satélite do município de Itaqui - PE, por

solicitação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. A Universidade Federal de Pernambuco - UFPE apresentou ao Ministério das Cidades, no dia 31 de outubro de 2012, plano de trabalho do projeto “Aplicação de Sensoriamento Remoto na Gestão Territorial de Itaquitinga – PE” para a aquisição de imagens de satélite deste município, por meio de Termo de Cooperação a ser firmado entre Ministério das Cidades e a UFPE para descentralização orçamentária no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). O objetivo da aquisição das imagens é promover sua utilização para o planejamento das diversas ações da gestão municipal, especialmente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. As imagens serão integradas à base geométrica estruturada pelo Laboratório de Cadastro e Gestão Territorial da UFPE durante as atividades do Proext acima mencionadas para subsidiar a tomada de decisões e o planejamento municipal.

• **Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e para a população em geral, informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal.

O SNIC reúne em uma única base dados e informações de diversas fontes, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras, totalizando mais de 1.200 indicadores para cada município brasileiro, cujas informações são constantemente atualizadas. A Meta está sendo cumprida minimamente, à medida que o SNIC foi constantemente atualizado durante 2012.

No âmbito do SNIC, em 2012 foram realizadas duas edições do Curso “Brasil em Cidades – Sistema Nacional de Informações das Cidades”. O Brasil em Cidades é um sistema informatizado e on line que tem por objetivo disponibilizar informações por meio de tecnologias abertas e de uso livre. Ele contém informações sobre os contratos de repasse e financiamentos geridos pelo Ministério das Cidades e agrega indicadores municipais produzidos por fontes diversas (IBGE, IPEA, STN, Banco Mundial, Ministério do Trabalho, TSE, dentre outros). Atualmente o sistema conta com cerca de 1.300 indicadores para cada município brasileiro.

O Sistema está disponível em duas interfaces. A primeira é a versão desktop onde o usuário utiliza o sistema de qualquer computador com acesso à internet. A segunda é a versão Mobile que permite que o usuário utilize o sistema de qualquer lugar, por exemplo, durante uma visita a uma obra, através de um aparelho celular tipo smartphone, desde que haja sinal de rede disponível. O objetivo do curso é a capacitação e sensibilização de servidores e agentes ligados ao desenvolvimento urbano no uso da ferramenta de informação e transparência, o Sistema Nacional de Informações das Cidades (Brasil em Cidades), incluindo sua versão mobile, bem como divulgar e estimular a utilização destes recursos no âmbito do Governo Federal.

O conteúdo do Curso “Brasil em Cidades” foi dividido em módulos teóricos e práticos conforme o seguinte:

1. Sistema Nacional de Informações das Cidades
2. Consulta e acesso aos contratos do Ministério das Cidades
3. Criação de relatórios e tabelas no Brasil em Cidades
4. Consulta e acesso aos indicadores do Brasil em Cidades
5. Criação de indicadores no Brasil em Cidades

6. Brasil em Cidades versão Mobile

A primeira edição do curso Brasil em Cidades aconteceu em julho e foi realizada em parceria com o Instituto Serzedelo Correa do Tribunal de Contas da União – TCU. Nessa ocasião além do curso “Brasil em Cidades, também foi ministrado o módulo Terra View. O TerraView é um aplicativo relacionado aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG’s). O software (livre) foi desenvolvido pelo INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Além de ferramentas de visualização o aplicativo possui uma série de ferramentas de análise e consulta de dados. O TerraView também manipula dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos) e matriciais (grades e imagens). Com o TerraView é possível utilizar mapas na manipulação das informações de seus processos, podendo estes mapas serem referentes a informações de contratos do Ministério das Cidades, ou de outros órgãos com indicadores que possam ser localizados espacialmente e assim contribuir na melhoria dos trabalhos de cada unidade.

O curso foi realizado com carga horária de 15 horas e teve como público alvo Servidores do Tribunal de Contas da União com interesse em acessar informações dos contratos do Ministério das Cidades, além de indicadores dos municípios Brasileiros; servidores que possam utilizar mapas para a manipulação das informações de seus processos. A segunda edição do curso foi realizada em parceria com o Plano de Capacitação de Servidores do Ministério das Cidades - período 2012 - Programa de Desenvolvimento Tecnológico. Em 2012 foram capacitados cerca de 45 servidores das secretarias finalísticas do Ministério, divididos em 3 edições do curso “Brasil em Cidades”. Espera-se que as ferramentas apresentadas contribuam na melhoria dos trabalhos desenvolvidos em cada unidade do Ministério.

• **Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável**

Análise Situacional da Meta

Esta meta compreende a manutenção do Conselho das Cidades, apoio à instituição e ações de conselhos municipais das cidades e amparo a outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável.

Em 2012 foram realizadas 4 reuniões ordinárias do Conselho das Cidades, em Brasília/DF, além de reuniões da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades e da 5ª Conferência Nacional das Cidades, e de Grupos de Trabalho e Comissões específicas.

Dentre as ações previstas para 2013, o Conselho das Cidades, juntamente com o Ministério das Cidades, realizará a 5ª Conferência Nacional das Cidades, no período de 20 a 24 de novembro de 2013, em Brasília-DF. A Conferência Nacional das Cidades constitui um instrumento para a garantia da gestão democrática e tem o objetivo de fortalecer, estimular a participação social e contribuir para o avanço das políticas públicas de desenvolvimento urbano.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	01/01/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	01/01/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	01/01/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	01/01/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	01/01/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	01/01/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2011	1,65
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2010	22,17
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36	31/12/2011	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15

Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21
---	--------	------------	----	------------	----

Observações:

- Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado - Indicador não apurado no período.
- Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado - Indicador não apurado no período.
- Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público - Indicador não apurado no período.
- Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado - Indicador não apurado no período.
- Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado - Indicador não apurado no período.
- Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público - Indicador não apurado no período.
- Índice de vítimas de acidentes de trânsito - Indicador não apurado no período.

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem realizado um grande esforço para alavancar os investimentos em sistemas de transporte públicos coletivos, induzindo a construção de uma agenda nacional de mobilidade urbana sustentável. O lançamento do PAC Mobilidade Grandes Cidades constituiu um marco nesse sentido, elevando a um novo patamar o financiamento de sistemas de transporte público coletivo de grande capacidade, prioritariamente os que beneficiam os deslocamentos em áreas de população de baixa renda e maior adensamento populacional e promovem a integração intermodal, física e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos. Os investimentos foram direcionados para os seguintes recortes territoriais: MOB 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas com mais de 3 milhões de habitantes e DF; MOB 2 - municípios com população entre 1 e 3 milhões de habitantes; e MOB 3 - municípios com população entre 700 mil e 1 milhão de habitantes .

Em abril de 2012, foi concluída a seleção de 43 propostas, totalizando investimentos de 32,5 bilhões, sendo R\$ 22,43 bilhões financiados pelo Governo Federal (R\$ 10,27 bilhões de recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade e R\$ 12,16 bilhões com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS). Essa seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as Regiões Metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP. Com a seleção realizada, há previsão de implantação de infraestrutura de sistemas estruturantes de transporte público coletivo urbano nas seguintes extensões:

- sobre trilhos: Metrô – 121,65 km; VLT - Veículo Leve sobre Trilhos – 81,16 km; APM - Automated People Mover (Aeromóvel) - 7,9 km; Trem Urbano – 2,5 km;
- sobre pneus: Corredor de Ônibus e BRT - Bus Rapid Transit - 665,61 km;
- hidroviário: 11 km de sistema de transporte coletivo fluvial.

A implantação de sistemas com maior capacidade e com melhor desempenho nestas localidades irá contribuir para a melhoria da mobilidade urbana da população e, conseqüentemente, da sua qualidade de vida, em sintonia com a Política Nacional de Mobilidade Urbana implementada pelo Ministério das Cidades.

Do montante de recursos selecionados em 2012, foram assinados três contratos, que totalizam investimentos de R\$ 836,52 milhões (não computados os valores referentes às contrapartidas), sendo um contrato de financiamento com

recursos do FGTS (Pró-Transporte) para Brasília/DF, no valor de R\$ 561,52 milhões, e dois termos de compromisso com recursos do OGU, no valor R\$ 275 milhões, para Manaus/AM e Campinas/SP.

Em 2012, também foram observados avanços nos investimentos em sistemas metroferroviários geridos pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb).

Em Porto Alegre, sob a execução da Trensurb, está em andamento a expansão e melhoria da malha metroviária do sistema de trens urbanos, com a extensão da linha entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. A partir da sua inclusão no PAC, a obra tem se caracterizado por um ritmo acelerado, tendo sido executado, até dezembro de 2012, 96% do escopo total (percentual acumulado). Dentre as realizações em 2012, destaca-se o início da operação comercial das duas primeiras estações – Rio dos Sinos, em São Leopoldo, e Santo Afonso, em Novo Hamburgo. Além disso, cabe ressaltar o alcance de 87% na implantação do aeromóvel ligando o aeroporto ao sistema de trens urbanos de Porto Alegre.

No âmbito dos sistemas operados pela CBTU, destacam-se os resultados observados no sistema metroferroviário de Recife/PE, como a execução de 97% do projeto de implantação das linhas Sul e Centro e a entrega de 3 dos 15 novos trens elétricos previstos para a Linha Sul. Além disso, avançou-se na modernização do sistema metroferroviário de Maceió/AL - o percentual de execução do projeto alcançou 48%, tendo evoluído 20% em 2012 -, destacando-se a conclusão da entrega dos VLTs, a conclusão das obras de reconstrução ocasionadas por chuvas em 2010 e a reestruturação da Feira do Passarinho. No que tange à modernização dos sistemas de Natal/RN e João Pessoa/PB, ressalta-se a aplicação de R\$ 250 milhões especificamente para a aquisição de VLTs e locomotivas. As licitações foram concluídas e os contratos assinados ao final de 2012, sendo R\$ 154 milhões para Natal/RN para a aquisição de 12 VLTs, 2 locomotivas e serviços de supervisão e R\$96 milhões para João Pessoa/PB para a aquisição de 8 VLTs e serviços de supervisão.

Cabe mencionar ainda importantes resultados de investimentos do PAC geridos pela CBTU em sistemas metroferroviários descentralizados. Em Fortaleza/CE, foram concluídas as obras da Linha Oeste e atingiu-se avanço físico de 91% da implantação da Linha Sul, na qual foi iniciada a operação assistida no trecho Carlito Benevides a Benfica. Ademais, em Salvador/BA, foram concluídas as obras de modernização da linha de trens urbanos Calçada/Paripe.

Importante ressaltar que os investimentos nesses sistemas proporcionaram melhorias no seu desempenho operacional em 2012, quando comparados a 2011: aumento de 7% na média de passageiros por dia útil transportados nos sistemas da CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal; aumento de 1,9% na média de passageiros por dia útil transportados pela Trensurb; aumento de 1,1% no total de passageiros transportados em Salvador; e aumento de 2% no total de passageiros transportados no sistema de Fortaleza.

Metas 2012-2015

• Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal **Análise Situacional da Meta**

Os 5 sistemas da CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram em 2012 uma média mensal de 11,8 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 2% em comparação ao contingente registrado no ano anterior. A média mensal de 489 mil passageiros por dia útil, foi 7% maior do que a média apurada em 2011. Considerando todos os sistemas da CBTU, o índice de regularidade atingiu 94,5% no mês de dezembro de 2012, representando um aumento de 1,6 % sobre o mesmo período de 2011. Com relação à pontualidade, o índice alcançou a média anual de 92,2%, mantendo o mesmo índice se comparado ao resultado do ano anterior. E da média mensal de

22.849 viagens programadas, mais 74 extras, 1.263 foram suprimidas e 1.687 atrasaram.

Além dos 5 sistemas, a CBTU acompanha os desempenhos operacionais de Salvador e Fortaleza, operados, respectivamente, pela Companhia de Transportes de Salvador – CTS e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, como resultado dos investimentos aplicados por meio de convênios, nas obras de modernização dos sistemas. Nesses sistemas, em 2012, atingiu-se os totais de passageiros transportados de 1.685.037 (1,1% maior do que em 2011) em Salvador e 3.535.779 em Fortaleza (2% maior do que em 2011).

Na atuação da Trensurb houve aumento da capilaridade do sistema metroviário, atualizações tecnológicas e promoção de melhorias e de desempenho na utilização da energia elétrica de modo racional e eficiente nos trens e na planta predial. A Trensurb transportou na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2012, um total de 51.930.877 passageiros, obtendo uma média mensal de 4.327.573 passageiros transportados, sendo que, em 2011, a média atingiu o patamar de 4.248.339. A média de passageiros por dia útil alcançou 172.635, sendo 1,87% superior à média do ano anterior. Com a inauguração das novas estações que estenderão o sistema até a cidade de Novo Hamburgo, espera-se aumentar este número no decorrer de 2014.

Quantidade alcançada

974.467

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	230.000	peessoa/dia	205.889	31/12/2012
Fortaleza	190.000	peessoa/dia	160.714	31/12/2012
João Pessoa	33.000	peessoa/dia	7.295	31/12/2012
Maceió	40.000	peessoa/dia	5.526	31/12/2012
Natal	61.000	peessoa/dia	4.256	31/12/2012
Porto Alegre	283.236	peessoa/dia	201.880	31/12/2012
Recife	420.000	peessoa/dia	265.847	31/12/2012
Salvador	200.000	peessoa/dia	152.305	31/12/2012

- **Investir R\$18,5 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

Esta meta será atendida com a execução dos empreendimentos do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, que têm por objetivo requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo, visando à ampliação da capacidade e promovendo a integração intermodal, física e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos.

A seleção dos empreendimentos foi concluída em abril de 2012, quando foram selecionadas 43 propostas totalizando R\$ 22,43 bilhões, sendo R\$ 12,16 bilhões de recursos de financiamento com recursos do FGTS e R\$ 10,27 bilhões de recursos do OGU. Assim, a meta de R\$ 18,5 bilhões de investimentos deverá ser superada.

Essa seleção beneficiou Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP, sendo:

MOB 1: Municípios sedes de RMs com mais de 3 milhões de habitantes e DF: selecionadas 22 propostas nos valores de R\$ 8,636 bilhões (OGU) e R\$ 9,884 bilhões (FIN) que beneficiaram Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo

Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP.

MOB 2: Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes: selecionadas 9 propostas nos valores de R\$ 916 milhões (OGU) e R\$ 1,327 bilhões (FIN), beneficiando Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP e Guarulhos/SP.

MOB 3: Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes: selecionadas 12 propostas nos valores de R\$ 716 milhões (OGU) e R\$ 952 milhões (FIN), beneficiando Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP.

Do montante selecionado, foram assinados três contratos em 2012, no valor de 836,52 milhões (não computados os valores referentes às contrapartidas), sendo: um contrato de financiamento com recursos do FGTS (Pró-Transporte) no valor de R\$ 561,52 milhões com Brasília/DF e 2 termos de compromisso com recursos do OGU no valor de repasse de R\$ 275 milhões, com Manaus/AM e Campinas/SP.

Dos recursos provenientes do OGU foram empenhados R\$ 9 milhões, marcando o início do efetivo apoio do Governo Federal à execução dos empreendimentos selecionados.

A implantação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipais de caráter urbano, pelos projetos e valores pactuados, prevê a oferta total dos seguintes modais com suas respectivas extensões:

- sobre trilhos: Metrô – 121,65 km; VLT - Veículo Leve sobre Trilhos – 81,16 km; APM - Automated People Mover (Aeromóvel) - 7,9 km; Trem Urbano – 2,5 km;
- sobre pneus: Corredor de Ônibus e BRT - Bus Rapid Transit - 665,61 km;
- hidroviário: 11 km de sistema de transporte coletivo fluvial.

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 deu-se continuidade às contratações e ao monitoramento dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, que se referem à implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, Bus Rapid Transit – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego.

Os investimentos em mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014 estão sendo executados em cidades sedes do evento: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. As melhorias trarão benefícios à população que utiliza os sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano e extrapolam o período do evento, pois irão contribuir com a melhoria dos deslocamentos da população de forma permanente.

Até dezembro de 2012, foram selecionadas 53 propostas e efetivados 48 contratos de financiamento, perfazendo o

montante de valor de financiamento contratado de R\$ 6,52 bilhões. Dos contratos realizados, 47 foram efetivados com recursos do FGTS por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), e um contrato com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da linha de financiamento Projetos Estruturadores de Transporte Urbano. Foram desembolsados R\$ 978 milhões de recursos de empréstimo.

Metas 2012-2015

• **Implantar e qualificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2012, 53 propostas haviam sido selecionadas e 48 contratos de financiamento efetivados, perfazendo o montante de valor de financiamento contratado de R\$ 6,52 bilhões. Dos contratos realizados, 47 foram efetivados com recursos do FGTS por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), e um contrato com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da linha de financiamento Projetos Estruturadores de Transporte Urbano. Foram desembolsados R\$ 978 milhões de recursos de empréstimo.

Os empreendimentos de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Natal/RN, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR estão contratados. Nestes municípios, destacam-se o empreendimento denominado Boulevard Arrudas/Tereza Cristina, em Belo Horizonte, que terminou o exercício de 2012 com 86% de obra concluída; e o empreendimento Sistema Integrado de Monitoramento, em Curitiba, com 73% de execução. Em Recife/PE todos os empreendimentos estão contratados e foram desembolsados R\$ 296,74 milhões (35% do valor total dos investimentos), média de 16% de obras executadas. Em Porto Alegre/RS, apenas um contrato não havia sido firmado até o final de 2012.

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas realizadas até 2012 totalizaram 176 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de R\$ 1,35 bilhão. Destes, 152 contratos foram assinados no ano de 2012, representando R\$ 1,12 bilhão em valores de financiamento, sem considerar as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado dessa ação, foram executados 475 km de vias pavimentadas. Cinco obras encontram-se concluídas e 39 contratos estão com execução superior a 50%.

A conclusão destas obras irá contribuir para o cumprimento da meta de pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

A pavimentação a ser executada neste eixo do PAC 2 prevê a qualificação do sistema viário, acrescentando a execução de calçadas, o que vai ao encontro do preconizado na Política Nacional de Mobilidade Urbana, no que diz respeito ao fomento ao transporte não motorizado e à acessibilidade universal.

Metas 2012-2015

• **Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente**

Análise Situacional da Meta

O PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas tem por objetivo apoiar a execução de obras de pavimentação e qualificação de vias por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes ou recapeamento destas, incluindo a infraestrutura necessária para sua plena funcionalidade e busca, ainda, a melhoria das condições de salubridade, mobilidade e acessibilidade da população de baixa renda, principalmente para acesso em áreas mais carentes.

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, na sua 1ª Etapa, totalizaram 176 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de R\$ 1,35 bilhão. Destes, 152 contratos foram assinados em 2012, representando R\$ 1,12 bilhão em valores de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado, foram executados 474,72 km de vias pavimentadas distribuídas no país, sendo: 12% na Região Centro Oeste, 16% na Região Nordeste, 21% na Região Norte, 26% na Região Sudeste e 25% na Região Sul. Considerando-se o recorte por grupos de municípios, essa distribuição se deu da seguinte forma: no Grupo 1 do PAC, tem-se 341,79 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 35,87 km; e no Grupo 3 foram executados 97,05 km.

Cabe salientar que, em 2012, houve abertura de nova seleção de recursos referente à 2ª etapa do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias, cujo resultado será divulgado em 2013.

Quantidade alcançada

474,72

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500	km	35,87	31/12/2012
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500	km	97,05	31/12/2012
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000	km	341,79	31/12/2012

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

No final do ano de 2011, o tema Acessibilidade foi inserido na pauta da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades em decorrência do Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011, que aprovou sua nova estrutura regimental, e assim passou a se chamar Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU.

Este Decreto, que regulamentou as competências da Secretaria em relação às políticas de acessibilidade, dispõe em seus artigos 19 e 20 que à SNAPU compete, dentre outras responsabilidades, formular e propor políticas e diretrizes de promoção da acessibilidade arquitetônica e urbanística, com ênfase na pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em articulação com as demais Secretarias e analisar e propor instrumentos para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Nesse sentido, ao longo de 2012, a SNAPU empreendeu esforços da estruturação de recursos humanos e financeiros para cumprimento de suas novas atribuições, através da organização de

uma equipe técnica para lidar com o assunto, e da instituição de parcerias com diversos órgãos e secretarias, atuando transversalmente nas atividades que envolvem o tema da acessibilidade.

Além da seleção de projetos realizada em 2012, a SNAPU coordenou um grupo de trabalho voltado à verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades sede da Copa do Mundo da FIFA. Na primeira etapa do trabalho, concluída em 2012, foram realizadas vistorias nos aeroportos de Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os resultados foram consolidados em relatório técnico e o trabalho terá continuidade em 2013, com a realização de vistorias em Salvador e Recife.

A acessibilidade também está presente, de forma transversal, em todos os sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano, tanto nos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, como no PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades.

No apoio a sistemas de transportes não motorizados, viabilizou-se a construção de calçadas no PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, contribuindo para a acessibilidade nas cidades.

A CBTU e a Trensurb também cooperam neste objetivo, implantando a acessibilidade universal em seus sistemas e trabalhando na implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar livre acesso às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência nos sistemas de trens urbanos e metroviários que operam. A Trensurb adequou os sistemas sob sua responsabilidade para prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização, através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas. A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

Metas 2012-2015

- **Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004**

Análise Situacional da Meta

A Trensurb tem como meta tornar todo o sistema de trens de Porto Alegre acessível, incluindo a adequação do pátio, estações e trens com a instalação de corrimãos, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, instalação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em Linguagem Brasileira dos Sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial de embarque, eliminação do espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. No entorno das estações e terminais, readequação das calçadas e rampas de acesso para a eliminação de barreiras, como telefones públicos, árvores e lixeiras. Nos trens deverão ser colocados assentos especiais, reservados locais para cadeiras de rodas e realizadas melhorias no sistema de comunicação visual e sonora. Também serão feitas melhorias nos prédios administrativos e oficinas.

A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso em outras localidades, conforme segue:

No sistema de Belo Horizonte, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foi concluída a adequação dos projetos executivos à acessibilidade nas estações de São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e

Floramar. Também foram concluídos o Termo de Referência para elaboração do projeto executivo de acessibilidade e a revisão de projetos de arquitetura e complementares para adequação às normas de acessibilidade nas estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping do Trecho Central/São Gabriel. Ainda há necessidade de dar andamento à instalação de elevadores, adaptações do layout interno dos trens para cadeirantes, comunicação em Braille, painéis luminosos, piso tátil de orientação e alerta, bancos preferenciais, adaptações de bilheterias, banheiros, rampas e corrimãos e redução do espaçamento entre os trens e a plataforma.

No sistema de João Pessoa, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foram concluídos os serviços das obras de acessibilidade nas Estações de Ilha do Bispo e Jacaré e foram iniciadas as obras de adequação nas Estações de João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo.

O sistema de Maceió passa por uma modernização e sofrerá uma adequação geral em todas as suas instalações, estações, trens, oficinas e áreas operacionais e administrativas, inclusive com relação à acessibilidade. Está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Grande parte das ações ainda não executadas estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização e Recuperação dos Trens Urbanos de Maceió.

No sistema de Natal, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Os serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade foram concluídos na Estação Cidade da Esperança e compreenderam: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

No sistema de Pernambuco, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação.

- **Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade**

Análise Situacional da Meta

A acessibilidade perpassa todas as implantações de infraestrutura de mobilidade urbana no âmbito do PAC e Copa do Mundo FIFA 2014. Assim à medida que as obras forem sendo executadas, tanto dos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo, quanto do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 1ª e 2ª etapas - e PAC 2 Médias Cidades, serão proporcionados avanços na oferta de condições de acessibilidade.

Com relação às demais iniciativas para cumprimento da meta, em 2012 foi realizada seleção pública de Propostas de Trabalho para elaboração de projetos técnicos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos, visando prover condições de acessibilidade em áreas contíguas às obras do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, em conformidade com as diretrizes contidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e na ABNT NBR 9050: 2004. Foram selecionados 7 projetos, para as cidades de João Pessoa, Natal, Maceió, Recife e Teresina, no valor de R\$ 1,9 milhão. A contratação dos projetos deverá ocorrer em 2013.

Além disso, foram contratadas 15 obras para adaptação de calçadas e espaços públicos, totalizando investimentos de R\$ 19 milhões, nos municípios de Olímpia/SP, Tatuí/SP, Venâncio Aires/RS, Clevelândia/PR, Esteio/RS, Panambi/RS, Conceição das Alagoas/MG, Araraquara/SP, Valinhos/SP, Botucatu/SP, Maceió/AL, Ipuá/SP

e Timbó/SC.

• **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária**

Análise Situacional da Meta

No âmbito dos projetos selecionados no Programa de Aceleração do Crescimento, eixo Mobilidade Grandes Cidades, de forma complementar aos investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte, há previsão de implantação de infraestrutura cicloviária, propiciando a integração entre os diferentes modos de transporte.

• **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas**

Análise Situacional da Meta

Foram executados 264,3 km de calçadas com recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) no eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

Quantidade alcançada

264,3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800	km	5,62	31/12/2012
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	km	44,88	31/12/2012
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400	km	213,77	31/12/2012

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal tem expandido os investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Orientados pela lógica de integração intermodal e mobilidade em rede, tais intervenções não só ampliam a oferta de transporte de maior qualidade nas cidades, possibilitando alternativas à circulação por automóveis, como compreendem melhorias de infraestrutura de transporte não motorizado e medidas de moderação de tráfego, contribuindo para a redução dos conflitos entre os diversos modos de transporte. Nesse sentido, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram selecionados investimentos da ordem de R\$ 32,5 bilhões, beneficiando 51 municípios, entre os quais, as Regiões Metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Nova Iguaçu/RJ, Natal/RN e São Bernardo do Campo/SP.

Metas 2012-2015

• **Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foram contratados novos projetos de apoio a medidas de moderação de tráfego em municípios, havendo perspectivas de novas seleções em 2013. Por outro lado, no que se refere aos contratos em andamento, tem-se, em 2012, a carteira vigente de 861 projetos destinados à redução de acidentes no trânsito abarcando investimentos de cerca

de R\$ 333 milhões, alcançado mais de 600 municípios em 25 unidades da federação (AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO). Em 2012, foram concluídos 116 projetos referentes a investimentos de R\$ 27,6 milhões em 109 municípios, conforme a seguinte distribuição nas unidades da federação:

AL: 1 município; BA: 1 município; CE: 1 município; GO: 4 municípios; MA: 1 município; MG: 1 município; PI: 4 municípios; PR: 20 municípios; RJ: 1 município; RN: 2 municípios; RS: 43 municípios; SC: 14 municípios; SP: 15 municípios; TO: 1 município.

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo, destaca-se a aprovação do marco regulatório da mobilidade urbana, por meio da promulgação da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, as diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo, os direitos dos usuários, as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios e as diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, com foco na integração entre os diferentes modos de transporte e na melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município, tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática da Mobilidade Urbana. Fundamenta-se nos princípios da acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros.

No âmbito do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, foram celebrados os Termos de Cooperação a seguir descritos, que tratam de dois projetos relevantes para o fortalecimento institucional e a regulação na área de trânsito:

1 - Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para desenvolvimento de um desenho de referência de Simuladores de Motocicletas voltados para o treinamento em Centros de Formação de Condutores no Brasil (Resolução Contran nº 410/2012). Alinhado com o Plano Plurianual 2012-2015 esse projeto tem por objetivo promover e divulgar estudos e pesquisas, visando o aumento da segurança, o aprimoramento das normas, da gestão e da fiscalização de trânsito e desenvolver ou apoiar projetos que induzam a inovação tecnológica na área de trânsito.

2 - Termo de Cooperação com a Universidade Federal Fluminense – UFF para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região Centro-Oeste. Esse levantamento servirá de base para a elaboração de propostas de implementação de metodologias de captação de dados, alimentação de sistemas e políticas de pesquisa no DENATRAN.

Tais informações irão subsidiar a implantação do Observatório Nacional de Trânsito (Plano da Década) que será de suma importância para a reformulação do Plano Nacional de Redução de Acidentes de Trânsito, por estabelecer as diretrizes e a metodologia dos processos de acompanhamento do plano de metas para a redução de acidentes e subsidiar a criação de Programas específicos em todo o país, na década 2011-2020.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Com relação a esta meta, foi realizado repasse no valor de R\$ 1,4 milhão para a Trensurb destinado à elaboração de plano funcional e projetos básicos e executivos da variante da Linha 1 da Trensurb em Canoas-RS (Rebaixamento da Estação Canoas).

No âmbito da Trensurb, destaca-se o início da elaboração de projeto de expansão da malha metroferroviária até o município de Sapiranga, localizado em uma importante articulação viária onde o município desenvolve suas principais atividades comerciais e institucionais.

- **Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Com a promulgação da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que instituiu as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, os municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes deverão elaborar o Plano de Mobilidade Urbana (o limite anterior era de municípios acima de 500 mil habitantes) no prazo máximo de 3 (três) anos da vigência da Lei. Nesse sentido, com intuito de mobilizar os municípios brasileiros a elaborarem o planejamento dos sistemas de mobilidade urbana e atenderem a obrigatoriedade legal, a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMOB, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), promoveu cinco seminários de divulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587/2012, nas cinco regiões do Brasil, nos quais foram capacitados 810 agentes públicos. Foi realizado, ainda, no Ministério das Cidades, o Seminário Internacional: Políticas e Planos de Mobilidade Urbana, promovido pelo Ministério das Cidades/União Europeia, no âmbito do Programa Diálogos Setoriais em Mobilidade Urbana/Ministério do Planejamento, de 10 a 12 de dezembro de 2012. Neste evento foram capacitadas 260 pessoas. Planeja-se o desenvolvimento de ações de apoio direto aos municípios para elaboração e revisão de planos diretores de mobilidade urbana no período 2013-2015.

- **Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMOB contribuiu com esta meta realizando, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), cinco seminários de divulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587/2012, nas cinco regiões do Brasil. As cidades onde foram realizados os seminários e o número de agentes capacitados foram:

- Porto Velho/RO - 31/10/12 - 70 pessoas;
- Porto Alegre/RS - 27/11/12 - 20 pessoas;
- São Paulo/SP - 29/11/12 - 250 pessoas presencialmente e 250 pessoas via internet;
- São Luís/MA - 14/12/12 - 70 pessoas;
- Goiânia/GO - 18/12/12 - 150 pessoas;

Foram capacitados o total de 810 agentes públicos.

Foi realizado, ainda, no Ministério das Cidades, o Seminário Internacional: Políticas e Planos de Mobilidade Urbana, promovido pelo Ministério das Cidades/União Europeia, no âmbito do Programa Diálogos Setoriais em Mobilidade Urbana/Ministério do Planejamento, de 10 a 12 de dezembro de 2012. Neste evento foram capacitadas 260 pessoas.

A CBTU contribuiu com a capacitação de 348 empregados dos 2.604 empregados lotados em todas as suas unidades, no que se refere aos aspectos voltados à operação de sistemas metroviários, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo.

Quantidade alcançada

1.418

Data de Referência

31/12/2012

• **Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

O primeiro passo para o atendimento da meta foi realizado com a assinatura de um Protocolo de Intenções entre o Ministério das Cidades e a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU com a finalidade de realizar esforços conjuntos para desenvolvimento e implantação do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU). Esse Protocolo de Intenções define os seguintes objetivos principais:

- 1 – ser referência nacional para a formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana;
- 2 – permitir, desde que em comum acordo, o compartilhamento dos dados e informações armazenadas entre as partes envolvidas na concepção, desenvolvimento, implantação e monitoramento das políticas públicas, dos projetos e dos sistemas de mobilidade urbana;
- 3 – reunir, em um único ambiente de armazenamento, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana;
- 4 – manter uma rede nacional de coleta periódica de dados, de forma a manter as informações atualizadas com a participação de todos os atores públicos e privados do setor.

O principal benefício da criação de um sistema de coleta e tratamento de dados é produzir informações de diversos parâmetros que auxiliarão no planejamento e na gestão da política de mobilidade urbana, possibilitando a obtenção de diagnósticos, identificando problemas e possíveis soluções no âmbito da mobilidade urbana.

• **Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida com a promulgação da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, marco regulatório da mobilidade urbana, que institui os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana; as diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo; os direitos dos usuários; as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios e as diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, com foco na integração entre os diferentes modos de transporte e na melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município, tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática da Mobilidade Urbana.

Fundamenta-se nos princípios da acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros.

• **Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado o Termo de Cooperação TC N° 2/2012, com a Universidade Federal Fluminense – UFF, no valor de R\$ 4.226.139,23, para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região Centro-Oeste. Esse levantamento servirá de base para a elaboração de propostas de implementação de metodologias de captação de dados, alimentação de sistemas e políticas de pesquisa no DENATRAN.

A importância de se estudar os segmentos críticos dos acidentes de trânsito com vítima, está intimamente ligada com a possibilidade de detectar e solucionar com maior rapidez as causas associadas a uma soma de fatores simultâneos fornecidos pelo motorista, pela via, pelo meio ambiente e pelo veículo.

Para que as informações possam ser disponibilizadas, com dados estatísticos atualizados, torna-se indispensável a sua reformulação e a realização de um levantamento atualizado de todos os dados referentes aos acidentes de trânsito no país, cuja análise irá permitir o diagnóstico e a elaboração de dossiês relativos aos segmentos concentradores de acidentes, bem como a proposição das intervenções.

Tais informações atualizadas irão subsidiar a implantação do Observatório Nacional de Trânsito (Plano da Década) que será de suma importância para a reformulação do Plano Nacional de Redução de Acidentes de Trânsito, por estabelecer as diretrizes e a metodologia dos processos de acompanhamento do plano de metas para a redução de acidentes e subsidiar a criação de Programas específicos em todo o país, na década 2011-2020.

Para isso, foi proposta a realização de um levantamento estatístico dos acidentes de trânsito, para ser aplicado em âmbito nacional, por meio de um projeto base a ser implementado no presente momento, na região Centro-Oeste, visando a criação de uma metodologia de pesquisa atualizada e eficiente, no que tange à formatação dos dados a serem alimentados nos sistemas existentes, bem como na análise, compilação e aplicação das informações obtidas, no subsídio à elaboração de novas políticas públicas de redução de acidentes no trânsito.

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Governo Federal, visando ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), realizou ações voltadas para a regulação na área de trânsito por meio da edição de 31 (trinta e uma) Resoluções e 11 (onze) Deliberações, analisadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, dentre as quais destacam-se a Resolução n° 407, que autoriza a utilização temporária de sinalização de orientação de destino específica para a “Copa do Mundo da FIFA – Brasil 2014” e para a “Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013”; Resolução n° 410, que regulamenta os cursos especializados obrigatórios, destinados aos mototaxistas e motofretistas; Resolução n° 416, que

estabelece os critérios de fabricação de ônibus e micro-ônibus; Resolução nº 427, que estabelece condições físicas para a fiscalização viária de emissões de gases de escapamento de veículos automotores e Resolução nº 429, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes.

Além desses normativos, outros 38 (trinta e oito) assuntos encontram-se em fase de estudo nas 6 (seis) Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, integradas por especialistas que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

Na área de segurança veicular, destacam-se os novos percentuais de implantação obrigatória dos dispositivos de segurança Air-bag e ABS aplicados à produção de veículos. Além disso, a mudança de paradigma estabelecida pelo novo normativo de homologação veicular resultou em um acompanhamento mais efetivo do estado brasileiro quanto aos ensaios de segurança passiva realizados nos veículos comercializados no Brasil. O DENATRAN realizou, em 2012, o acompanhamento de ensaios em 27 (vinte e sete) laboratórios, no Brasil e no exterior, de diversas montadoras de veículos, o que possibilitou verificar as condições de ensaio e os critérios de aprovação dos veículos homologados no país. Quanto aos veículos em circulação, destacam-se as atividades desempenhadas pelas 311 Instituições Técnicas Licenciadas - ITL na realização de inspeção técnica veicular, além do aprimoramento da segurança jurídica referente ao roubo e furto de motores e veículos advindo da implantação das 1.295 Empresas Credenciadas de Vistoria - ECV. Nos processos de homologação de veículos, foram emitidos 3.872 Certificados de Adequação a Legislação de Trânsito - CAT.

Outro grande avanço normativo foi a instituição da nova Lei Seca (Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012), que altera o Código de Trânsito Brasileiro endurecendo a fiscalização da embriaguez ao volante. A Lei amplia a possibilidade de provas da condução de veículo automotor sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas e altera o valor da multa de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40. Caso o motorista seja reincidente no mesmo ano, a multa é novamente dobrada e fica no valor de R\$ 3.830,80.

Ao longo do ano de 2012, 171 municípios foram integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, atingindo o montante de 1.294 municípios, representando um aumento de 15,12% em relação ao número de municípios integrados no ano anterior. A população desses 171 municípios integrados, ao longo de 2012, é de 2.081.742 habitantes, de acordo com dados do IBGE e representa um acréscimo de 1,57% em relação à população de municípios integrados até o fim de 2011. Assim, a população habitando municípios integrados até o final de 2012 era de 134.469.163, representando 70,49% da população brasileira.

Em parceria com órgãos gestores de trânsito, foram realizados 2 cursos presenciais de Agentes de Trânsito, nos quais foram capacitados 44 profissionais.

Deve-se ainda mencionar a criação, manutenção, expansão e implantação dos diversos sistemas informatizados que possibilitam o cadastro, o controle a estatística e a integração dos órgãos do SNT, sendo os principais sistemas: Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM); Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH); Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF); Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD); Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos (SIMRAV), Sistema Nacional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular - SISCSV, Sistema de Vistoria de Veículos - SISECV, Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito - RENAEST e o Sistema de Avisos de Risco (RECALL).

O sistema RENAVAM controla uma frota de 76 milhões de veículos ante uma frota de 70,5 milhões em 2011, representando um crescimento de 7,28%. O sistema RENACH por sua vez, apresenta atualmente 56,6 milhões de

condutores habilitados, ante 53,9 milhões em 2011, representando 4,76% de crescimento no período. O sistema RENAINF, iniciado em 2004, apresentou em 2011 um volume de 31,7 milhões de multas interestaduais, chegando a 40,8 milhões em 2012, demonstrando um crescimento de 28,7 % no volume de multas registradas em sua base, quando da comparação de 2012 em relação a 2011.

Metas 2012-2015

• Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Análise Situacional da Meta

Com a finalidade de aprimorar a qualidade das informações foi celebrado o Termo de Cooperação TC N° 2/2012, com a Universidade Federal Fluminense – UFF, para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região centro oeste. Esse levantamento servirá de base para a elaboração de propostas de implementação de metodologias de captação de dados, alimentação de sistemas e políticas de pesquisa no DENATRAN.

• Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Análise Situacional da Meta

Meta Global = 10%

Obtido em 2012 = aumento de 1,57% da população em todo o país atendida pela municipalização.

Foram integrados, ao longo de 2012, 171 municípios em todo o país, o que representou um aumento de 15% no número de municípios integrados, que atingiu o montante de 1.294.

Contudo, esses municípios integrados ao longo do ano representam apenas 1,57% da população nacional, ou seja, 2.081.742 habitantes. Isto porque os municípios de grande e médio porte já estavam integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração em 2012. Assim, a população habitando municípios integrados até o final de 2012 era de 134.469.163, representando 70,49% da população brasileira.

Além disso, a integração de municípios ao SNT, em 2012, foi mais concentrada na Região Sul, como pode ser observado na avaliação das metas regionalizadas a seguir.

Metas Regionalizadas

a) Norte

Meta = 1,3

Obtido em 2012 = 0,08

Foram integrados 3 municípios nos Estados do Amazonas e Pará.

O Amapá continua sendo o Estado da Região com o maior percentual de sua população vivendo em municípios integrados ao SNT, 80,57% da população, concentrados em 3 Municípios.

O Estado do Tocantins, por sua vez, é o que apresenta menor percentual de população vivendo em municípios integrados em todo o País, apenas 38,16% de sua população, em 5 de seus 139 municípios.

b) Nordeste

Meta = 4,3

Obtido em 2012 = 0,47

Foram integrados 13 municípios nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

O Ceará continua sendo o Estado da Região com o maior percentual de sua população vivendo em municípios integrados ao SNT, 69,91% da população distribuída em 53 municípios.

c) Sul

Meta = 1,2

Obtido em 2012 = 0,63

Foram integrados 140 municípios na Região, sendo 135 no Rio Grande do Sul e 5 em Santa Catarina.

O Rio Grande do Sul passou a ter, portanto, 95,36% de sua população vivendo em 379 municípios integrados ao SNT, mantendo-se com o maior percentual da Região.

d) Sudeste

Meta = 2,9

Obtido em 2012 = 0,37

Foram integrados 11 municípios nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Estado de Minas Gerais foi o que teve mais municípios e maior percentual de população integrado ao longo de 2012, porém, continua sendo aquele com menor percentual de população vivendo em municípios integrados na Região, apenas 47,92% da sua população, em apenas 50 de seus 853 Municípios.

O Rio de Janeiro continua sendo o Estado com o maior percentual de sua população vivendo em municípios integrados ao SNT em todo o País; 95,63% da população, em 61 Municípios.

e) Centro-Oeste

Meta = 0,30

Obtido em 2012 = 0,03

Foram integrados 3 municípios, todos no Mato Grosso do Sul que continua a ser o Estado com maior percentual da população vivendo em municípios integrados ao SNT na região; 85,72% de sua população em 45 municípios integrados.

Quantidade alcançada

1,57

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	0,3	%	0,03	31/12/2012
Região Nordeste	4,3	%	0,47	31/12/2012
Região Norte	1,3	%	0,08	31/12/2012
Região Sudeste	2,9	%	0,37	31/12/2012
Região Sul	1,2	%	0,63	31/12/2012

• **Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com órgãos gestores de trânsito, foram realizados 2 cursos presenciais de Agentes de Trânsito, nos quais foram capacitados 44 profissionais:

a) Arapiraca/AL: de 12/03 a 19/04/12 – 22 profissionais

b) São Luís/MA: de 11/06 a 14/09/12 – 22 profissionais

• **Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram fiscalizadas pelo DENATRAN 24 (vinte e quatro) Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV.

• **Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram fiscalizadas pelo DENATRAN 3 (três) Instituições Técnicas Licenciadas-ITL.

- **Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram fiscalizadas pelo DENATRAN 5 (cinco) UGC e 1 Departamento Estadual de Trânsito.

- **Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Foi aprovada a Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, nos artigos conhecidos como "Lei Seca", ampliando a possibilidade de provas da condução de veículo automotor sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas e alterando o valor da multa de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40. Pelo texto aprovado, não é mais necessário que se comprove o estado de embriaguez do motorista através do exame de alcoolemia, mas uma "capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência", comprovada por diversos meios de prova. Essa condição pode ser demonstrada ainda por "teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova admitidos em direito". Caso o motorista seja reincidente no mesmo ano, a multa é novamente dobrada e fica no valor de R\$ 3.830,80.

Ressalta-se também que o processo de discussão e reformulação da Política Nacional de Trânsito envolve todas as áreas técnicas e assessorias do DENATRAN, as quais deverão elaborar uma proposta e encaminhar ao CONTRAN. Espera-se avançar nessa discussão em 2013.

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 21/09/2012 foi lançada a campanha permanente pela redução de acidentes, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020. Esse lançamento integrou a programação da Semana Nacional de Trânsito (18 a 25 de setembro) e reforçou a participação do Brasil na Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito – de 2011 a 2020 - instituída pela Organização das Nações Unidas e firmada por meio do Pacto Nacional pela Redução de Acidentes com o projeto PARADA. Ao longo do exercício de 2012, foram produzidos filmes e spots com os slogans: a) "A Dor de um Acidente Pode Durar para Sempre"; b) "Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito – 2011/2020: Não Exceda a Velocidade, Preserve a Vida"; c) "Campanha Nacional para a Prevenção de Acidentes com Crianças no Trânsito – Paradinha"; e d) "Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito". Essas campanhas foram veiculadas em âmbito nacional utilizando as diversas mídias (televisão, rádio, impressos).

Nessa linha de ação, foi doado à Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal - AND o quantitativo de 1.000.000 (um milhão) de bafômetros descartáveis, para aplicação em campanhas educativas de trânsito realizadas pelos Departamentos de Trânsito dos Estados e Distrito Federal.

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos, voltados ao tema trânsito, por alunos, educadores, órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito, pessoas físicas, organizações, empresas e instituições. Na sua XII edição, o Prêmio teve 7.925 pessoas inscritas, sendo 36 participantes premiados em 12 categorias: Pré-Escola; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educador; Educação no Trânsito; Obra Técnica.

Metas 2012-2015

- **Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)**

Análise Situacional da Meta

As tratativas para a realização de reunião bipartite foram iniciadas em 2012.

Há expectativa para sua realização no exercício de 2013.

- **Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica**

Análise Situacional da Meta

O tema educação de trânsito é tratado nas universidades como uma disciplina nos cursos de pós-graduação já existentes. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013, junto às Universidades interessadas.

- **Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em todos os municípios do país**

Análise Situacional da Meta

A participação dos órgãos gestores de trânsito municipais é vital, devido à proximidade deles com as escolas. As diretrizes nacionais de educação de trânsito já foram distribuídas para todas as escolas públicas do país e o DENATRAN realiza atendimento por meio de orientações enviadas por meio eletrônico (e-mail) aos professores interessados. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013, junto aos órgãos gestores de trânsito municipal.

- **Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis**

Análise Situacional da Meta

O processo está em fase de licitação no Ministério das Cidades, para aquisição de material didático de apoio ao professor. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013.

- **Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível iniciar os encontros no ano de 2012, havendo a expectativa de realizar 5 encontros regionais no exercício de 2013.

- **Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito**

Análise Situacional da Meta

O "XII Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito", teve um total de 7.925 inscritos, premiou 36 participantes nas categorias: Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educador, Educação no Trânsito, Obra Técnica, Comunicação e Cidadania, envolvendo alunos, educadores, órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito, pessoas físicas, organizações, empresas e instituições. Esse prêmio é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema trânsito.

- **Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas**

Análise Situacional da Meta

Os cursos de gestão de trânsito e outros de formação para os profissionais do Sistema Nacional de Trânsito serão ofertados pela Escola Virtual do DENATRAN. Estão em andamento tratativas com alguns institutos de ensino superior que poderiam oferecer este curso em nível de pós-graduação, com expectativa para sua realização no exercício de 2013.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2011	7.008
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2011	188.925
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2010	57
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2012	64.721
Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	31/12/2010	47	31/12/2010	47
Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	48	31/12/2010	48
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2012	83,5
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R\$/100 km	25/02/2011	4,8	31/12/2012	4,8
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	31/12/2011	123
Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	31/12/2010	1.170,7376	31/12/2010	1.170,7376
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,141	31/12/2012	11.298

Observações:

Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação - Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação - a apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Total de movimentação de cargas por rodovias - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, houve continuidade das ações de conservação e manutenção tradicionais, e, principalmente, do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas – PROCREMA, que asseguraram a continuidade da manutenção das rodovias federais. O PROCREMA contempla duas grandes frentes definidas pelo caráter e prazos de suas intervenções: CREMA 1ª Etapa com intervenções de manutenção programadas para um horizonte de dois anos e CREMA 2ª Etapa com intervenções mais robustas distribuídas em um período de cinco anos.

Atualmente, estão em execução diversos contratos de manutenção para rodovias federais pavimentadas, sendo 15.567,3 km com contratos de conservação tradicional, 2.273,4 km com contratos de restauração tradicional e 35.540 km com contratos Crema (1ª e 2ª Etapas), totalizando 53.380,7 km de rodovias com contratos de manutenção.

Foram executados 15.344 km de sinalização horizontal e vertical nas rodovias federais pavimentadas, por meio do Programa Nacional de Sinalização Rodoviária – PROSINAL. O Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais – PRODEFENSAS, que visava reabilitação, manutenção e implantação de dispositivos de segurança tipo defensas metálicas, executou 270 km de fornecimento e substituição de defensas em 2012. Em substituição aos Programas PROSINAL e PRODEFENSAS, foi formatado, durante o ano de 2012, o Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-LEGAL, cujo início do processo licitatório ocorreu em dezembro de 2012.

Metas 2012-2015

- **Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas**

Análise Situacional da Meta

Estão em execução 12.539,8 km de conservação tradicional nas rodovias federais não pavimentadas.

Quantidade alcançada

12.539,8

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente**

Análise Situacional da Meta

A malha rodoviária federal pavimentada atualmente coberta com contratos de manutenção corresponde a 53.380,7 km de vias. Com isso, apesar de alguns contratos estarem em fase inicial, considera-se que a meta de manter os 52.950,6 km de rodovias esteja atendida.

Quantidade alcançada

53.380,7

Data de Referência

31/12/2012

- **Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico**

Análise Situacional da Meta

O DNIT está recuperando, adequando e reforçando as pontes e viadutos em estado crítico de acordo com levantamentos feitos nas Superintendências Regionais. Em 2012, já foram recuperados 126 pontes e viadutos em estado crítico.

Também em 2012, aumentou-se o escopo do levantamento da situação estrutural e de necessidade de manutenção de viadutos e pontes, analisando as mais de seis mil estruturas desse tipo nas rodovias sob sua jurisdição. Ainda no mesmo exercício, foram realizados 78 termos de referência, dentre os quais 9 evoluíram para a licitação do projeto de recuperação.

Quantidade alcançada

126

Data de Referência

04/12/2012

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Terceira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais está dividida em três fases. Considerando as duas primeiras fases, tem-se um total de 2.234 quilômetros de rodovias a serem concedidas. A primeira fase engloba as Concessões das Rodovias BR-040/DF/GO/MG, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, totalizando 956 quilômetros, e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa de Estados BA/MG e a Divisa de Estados MG/RJ, totalizando 817 quilômetros. Já a segunda fase é composta pela Concessão da Rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre a Divisa de Estados RJ/ES e a entroncamento BA-698 (acesso à Mucuri-BA), totalizando 475,9 quilômetros. No caso da segunda fase, o processo licitatório foi finalizado, estando em vias de assinatura do Contrato de Concessão. Já em relação à primeira fase, houve uma atualização dos estudos no início de 2012, tendo sido realizadas novas audiências públicas em Brasília/DF e Belo Horizonte/MG entre os meses de agosto e setembro. Os Planos de Outorga de ambas as rodovias foram aprovados pelo Ministério dos Transportes e os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica foram encaminhados ao Tribunal de Contas. Planeja-se o Leilão da primeira fase para o ano de 2013. A primeira (1.735,5 km) e a terceira (5.748,3 km) fases tem previsão de leilão para 2013. A segunda fase (475,9 km) teve o contrato assinado em abril de 2013.

Metas 2012-2015

- **Conceder 2.234 km de rodovias**

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

08/02/2013

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à adequação de rodovias, com a finalidade de melhoria no escoamento da produção e ampliação da fronteira agrícola. Os investimentos realizados em 2012, voltados às ações de adequação e construção de rodovias, constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC, com foco estratégico para escoamento da produção, ampliação da fronteira agrícola, integração nacional e interligação com os países da América do Sul

Metas 2012-2015

- **Adequar 4.561,6 km de rodovias federais**

Análise Situacional da Meta

Os investimentos realizados em 2012, voltados às ações de adequação e construção de rodovias, com foco estratégico para escoamento da produção, na região da fronteira agrícola, na integração nacional e interligação com os países da América do Sul, têm como objetivo o de superar gargalos operacionais, em termos de investimentos rodoviários.

VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE:

- BR-050/MG, trecho Uberlândia – Araguari – Divisa MG/GO (68,4 km): executados 17,7 km de duplicação em 2012;
- BR-060/GO, trecho Goiânia – Abadia de Goiás – Jataí (318,4 km): executados 100 km de capa asfáltica e restaurados 30 km da pista velha em 2012;
- BR-365/MG, trecho Uberlândia – Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km): 31,8 km de duplicação executados em

2012.

TOTAL = 149,5km

VETOR LOGÍSTICO Nordeste Meridional

•BR-101/SE, trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o Contorno de Aracaju: executados 55,0 km do trecho e concluído o contorno em 2012;

TOTAL= 55 km

VETOR LOGÍSTICO Nordeste Setentrional

•BR-101/AL, trecho Divisa PE/AL – Divisa AL/SE (248,5 km): executados 51,9 km em 2012;

•BR-101/PE, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (199,0 km): executados 3,0 km, uma passagem inferior e uma ponte em 2012, com previsão de conclusão do trecho Divisa PB/PE – Igarassu;

•BR-408/PE, adequação de trecho Carpina – Entroncamento BR-232 (22,1 km): executados 19,7km em 2012;

TOTAL = 74,6km

VETOR LOGÍSTICO SUL:

•BR-101/SC, trecho Palhoça – Divisa SC/RS (249,0 km): executados 19,5 km em 2012;

•BR-163/PR, Contorno Oeste de Cascavel (17,3 km): executados 10,0 km em 2012;

TOTAL = 29,5km

Total Geral = 308,6 km

Quantidade alcançada

308,6

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	362,2	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	26,3	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,8	km	149,5	21/12/2012
Vetor Logístico Leste	545,2	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,5	km	55	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	820,6	km	74,6	21/12/2012
Vetor Logístico Sul	963	km	29,5	21/12/2012

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal prevê investimentos dos acessos terrestres aos portos visando a retomada da capacidade de planejamento portuária, com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.

A BR-324/BA - Via Expressa Porto de Salvador (4,3 km) está com previsão de conclusão para 2013.

Metas 2012-2015

- Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais

Análise Situacional da Meta

Foram executados 1,92 km em 2012, dos 4,3 km da via expressa Porto de Salvador.

Quantidade alcançada

1,92

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	15	km	0	04/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,3	km	1,92	04/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,7	km	0	04/12/2012
Vetor Logístico Sul	165,9	km	21,3	04/12/2012

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo é importante para adequar as rodovias nos pontos de encontro com áreas urbanas, onde acontecem grandes conflitos de tráfego. As principais intervenções são os contornos rodoviários e as travessias urbanas. O rodoanel de São Paulo é uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. O projeto contempla dispositivos e medidas operacionais que visam reduzir as consequências de acidentes com cargas perigosas, controlando e impedindo a contaminação ambiental. Nos túneis, está prevista a implantação de sistemas de ventilação e filtros, facilitando a dissipação dos gases já devidamente filtrados.

Em 2012, foram concluídos os seguintes contornos e travessias:

- contorno de Cascavel, no estado do Paraná e de Aracajú, no estado de Sergipe;
- travessias urbanas de Colinas do Tocantins, Guaraí e Miranorte, no estado do Tocantins;
- contornos Rodoviários de Maringá, no estado do Paraná e de Vitória, no estado do Espírito Santo.

Além desses, o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro encontra-se em execução, estando a execução do trecho entre o entroncamento da BR-101/RJ (Manilha) – Santa Guilhermina prevista para iniciar em 2013.

Metas 2012-2015

• **Construir 18 contornos ou anéis rodoviários**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídos, em 2012, os contornos rodoviários de Cascavel/PR e de Aracajú/SE.

Entre as obras em andamento destacam-se:

- BR-376/PR, Contorno Rodoviário de Maringá (17,6 km), executados 3,0 km de pista simples em 2012;
- BR-493/RJ, construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (97,0 km), trecho: Entroncamento BR-040/RJ – Entroncamento BR-101/RJ (71,0 km), concluídas 23 obras de arte especiais em 2012;
- BR-101/ES, duplicação do contorno rodoviário de Vitória (25,5 km), executados 2,0 km de pavimentação e duas obras de arte especiais em 2012.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	04/12/2012
Região Nordeste	5	unidade	1	21/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	04/12/2012
Região Sudeste	6	unidade	0	04/12/2012
Região Sul	4	unidade	1	04/12/2012

• **Construir 20 travessias urbanas**

Análise Situacional da Meta

- BR-153/TO, travessias de Colinas do Tocantins (5,0 km) e Guaraí (4,9 km), executados 4 km finais e concluídas as obras em 2012;
- BR-153/TO, travessia de Miranorte (7,03 km), executados 7,03 km em 2012;
- BR-262/MG Adequação de Capacidade da Travessia Urbana de Uberaba (16,5 km): executados 8,3 km de marginais em 2012;
- BR-153/GO, concluída a duplicação das Travessias de Hidrolândia e Prof. Jamil, em 2012, restando apenas as obras complementares;
- BR-163/MT, adequação Travessia de Sorriso (14 km) executados 7,2 km da adequação em 2012.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	21/12/2012
Região Nordeste	2	unidade	0	28/12/2012
Região Norte	8	unidade	3	21/12/2012
Região Sudeste	2	unidade	0	21/12/2012
Região Sul	3	unidade	0	20/12/2012

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As ações de construção de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com foco estratégico para escoamento da produção e ampliação da fronteira agrícola.

Metas 2012-2015

• **Construir 4.451,3 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

Região Norte:

- BR-163/PA, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947,0 km): concluídas 52 pontes e executados 62,2 km em 2012;

Região Nordeste:

- BR-418/BA, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (72,8 km): executados 4,8 km de pavimento e alargamento de quatro pontes em 2012;
- BR-235/PI, trecho Gilbués – Divisa PI/MA (Santa Filomena): executados 57,2 km em 2012;

Região Sudeste:

- BR-364/MG, trecho Entroncamento BR-153/MG – Divisa MG/GO (222,5 km): executados 25,0 km em 2012;

Região Centro-Oeste:

- BR-158/MT, trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (481,4 km): executados 21,0 km de construção e pavimentação em 2012;
- BR-242/MT, trecho BR-163/MT Sorriso – BR-158/MT Ribeirão Cascalheira: (625,40 km), executados 57,7 km em 2012.

Quantidade alcançada

186,6

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1.565,3	km	78,7	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	885,5	km	21	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646	km	25	21/12/2012
Vetor Logístico Leste	245,3	km	0	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,5	km	4,8	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,3	km	57,2	21/12/2012
Vetor Logístico Sul	131,4	km	0	21/12/2012

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O aumento da integração rodoviária com os países da América do Sul deve incentivar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, estimulando a integração e o desenvolvimento de regiões isoladas e menos desenvolvidas.

Metas 2012-2015

- **Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças**

Análise Situacional da Meta

BR-364/AC, trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul (349,0 km): executados 31,0 km em 2012;

BR-429/RO, trecho Presidente Médici – Costa Marques (206,5 km): executados 23,0 km em 2012;

BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes – Oiapoque (309,0 km): executados 42,1 km de pavimentação em 2012;

Quantidade alcançada

96,1

Data de Referência

11/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo Amazônico	349	km	31	11/12/2012
Eixo do Escudo-Guianês	553,2	km	42,1	11/12/2012
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,5	km	23	11/12/2012

- **Construir 3 pontes internacionais**

Análise Situacional da Meta

A ponte na fronteira Brasil-Uruguai (Jaguarão), na BR-116/RS está com o Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental aprovado e com o Projeto Executivo em elaboração.

A segunda Ponte Internacional de Foz do Iguaçu, na BR-277/PR, teve o seu Edital lançado e encontra-se suspenso aguardando ajustes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

11/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1	unidade	0	11/12/2012
Eixo de Capricórnio	1	unidade	0	11/12/2012
Eixo do Escudo-Guianês	1	unidade	1	11/12/2012

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As diferentes regiões brasileiras, de acordo com sua geografia, possuem modais mais ou menos adequados para sua utilização como via de transporte principal, seja de cargas ou de passageiros. Entretanto, independentemente disso, há necessidade de garantir a integração nacional via modal rodoviário, o qual não é suscetível ao regimes dos rios, e nem ao fechamento devido a mal tempo. Essas integrações, além de buscar o desenvolvimento, facilitam o deslocamento de tropas de forma a fortalecer a segurança nacional.

Metas 2012-2015

- Construir 1.816,2 km de rodovias

Análise Situacional da Meta

Trecho concluído em 2012: BR-230/PA, trecho Divisa TO/PA – Rurópolis - 74,7 km.

Quantidade alcançada

74,7

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	1.816,2	km	74,7	11/12/2012

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As dimensões das Obras de Arte Especial – OAE (pontes) normalmente tem suas larguras vinculadas às dimensões das rodovias. Além disso, em muitos casos de construção de pontes, os vãos mínimos (largura entre pilares) e calados aéreos (altura livre entre a plataforma e o leito d’água) não consideraram a possibilidade de navegação do leito d’água transposto, impedindo a passagem das “embarcações-tipo” e prejudicando a logística nacional.

Metas 2012-2015

• **Construir 11 pontes sobre travessias fluviais**

Análise Situacional da Meta

BR-319/RO – Construção de ponte sobre o rio Madeira/RO: – 96% realizados;

Ponte BR-158/SP/MS - o acesso da ponte ao estado de São Paulo foi concluída em 2012;

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

04/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	11/12/2012
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	11/12/2012
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	11/12/2012

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade – PNCV, em execução desde dezembro de 2010, consiste na instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade, para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. O programa tem como foco principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Em 2012, foram instalados 1.345 equipamentos de controle de velocidade, perfazendo um total de 2.580 faixas, com meta de ampliação para 2.696 equipamentos em 2013.

Ainda no campo da operação rodoviária, o Governo realiza a fiscalização do excesso de peso transportado por meio da operacionalização da 1ª etapa do Plano Nacional de Pesagem – PNP, sendo que atualmente estão em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos – PPVs. Nestes PPVs todos os veículos de transporte de carga e de passageiros são submetidos à pesagem de forma a coibir o tráfego de veículos com excesso de peso. Em 2012, foram fiscalizados 10,5 milhões de veículos. Para 2013, o Governo planeja licitar a construção de 50 novos postos de pesagem e concluir os estudos de modernização do modelo atual de fiscalização.

Metas 2012-2015

• **Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso**

Análise Situacional da Meta

O Governo realiza a fiscalização do excesso de peso transportado por meio da operacionalização da 1ª etapa do Plano Nacional de Pesagem – PNP, sendo que atualmente encontram-se em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos – PPVs. Nesses, todos os veículos de transporte de carga e de passageiros são submetidos à pesagem com o intuito de coibir-se o tráfego de veículos com excesso de peso. Em execução desde julho de 2008, foram fiscalizados cerca de 33 milhões veículos pelo PNP até outubro de 2012. Para 2013, o Governo planeja concluir os estudos já iniciados para modernização do modelo atual de fiscalização do excesso de peso, objetivando-se a implantação de novos PPVs com pesagem automática na via de tráfego à velocidade diretriz.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

13/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	41	unidade	16	11/12/2012
Região Nordeste	65	unidade	20	11/12/2012
Região Norte	13	unidade	5	11/12/2012
Região Sudeste	69	unidade	19	11/12/2012
Região Sul	32	unidade	13	11/12/2012

• **Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade, em execução desde dezembro de 2010, com prazo de duração de 5 anos, consiste na instalação de 2.696 radares, para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. O programa tem como foco principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. No final de 2011, havia 396 equipamentos em funcionamento. Até novembro de 2012, já estavam em funcionamento 1.187 equipamentos. O DNIT tem como meta institucional ter em funcionamento, até agosto de 2013, um total de 1.650 equipamentos.

Quantidade alcançada

1.187

Data de Referência

13/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	596	unidade	166	11/12/2012
Região Nordeste	788	unidade	265	11/12/2012
Região Norte	195	unidade	16	11/12/2012
Região Sudeste	715	unidade	350	11/12/2012
Região Sul	402	unidade	163	11/12/2012

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal avançaram em 2012 com a elaboração do Planejamento Estratégico da Pasta de Transportes. A busca por resultados foi qualificada pelo estabelecimento da Visão Estratégica Ministerial, direcionada ao intento institucional em “atuar e ser reconhecido como agente indutor do desenvolvimento sustentável brasileiro pela oferta de uma infraestrutura e serviços de transportes com padrões internacionais de excelência”.

Foi comunicada a Missão institucional apoiada sobre vinte e oito objetivos estratégicos definidos e orientados a “Dotar o País de infraestrutura viária adequada, garantir a operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e a integração nacional Sul-Americana”.

Estruturado o Planejamento Estratégico dentro do MT, procedeu-se ao aperfeiçoamento das iniciativas de mesmo teor dentro dos órgãos vinculados à Pasta.

Assim, houve avanço do planejamento e da gestão da infraestrutura rodoviária federal dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de forma estruturada em 2012, destacando-se:

1. A definição do mesmo horizonte temporal das iniciativas estratégicas Ministeriais e Autárquicas, estabelecido para o ano de 2015.
2. A Coerência entre os Objetivos Estratégicos Ministeriais e Autárquicos.

3. A Maior integração da ANTT e do DNIT, por seu alinhamento estratégico a outros órgãos setoriais e autárquicos de Transportes, como a ANTAQ, VALEC, SPO, SAAD, SFAT, SPNT, com ganhos sinérgicos (inclusive financeiros) e operacionais possíveis.
4. A dinamização de ações finalísticas e de Gestão dentro da ANTT e do DNIT. Houve esforço das autarquias em 2012 para subsidiar Projetos Estratégicos do Ministério dos Transportes como o Plano de Investimentos em Logística (PIL) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PIL, comunicado à sociedade em agosto de 2012, objetiva aumentar a escala dos investimentos públicos e privados em infraestrutura de transportes e promover a integração de rodovias e ferrovias às demais infraestruturas.
5. A criação do Planejamento Estratégico do DNIT, alinhado aos objetivos Estratégicos da Pasta de Transportes, explicitado por um Mapa Estratégico que comunica à sociedade vinte objetivos da autarquia apoiados sobre quarenta e quatro iniciativas orientadas para:
 - I. O aperfeiçoamento do processo de planejamento
 - II. A eficácia das contratações.
 - III. A formulação de um sistema de gestão de fornecedores.
 - IV. A garantia da qualidade das obras e serviços.
 - V. O desenvolvimento e gestão de competências.
 - VI. A integração de sistemas.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal**

Análise Situacional da Meta

O relatório em questão ainda não foi iniciado pelo órgão responsável.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

Análise Situacional da Meta

Está em implantação o projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no MT e nos Órgãos Vinculados.

O Projeto tem por objetivo efetuar o levantamento e documentação dos METADADOS de todos os sistemas, desenvolvidos com base em tecnologia de geoprocessamento, existentes no MT e órgãos vinculados (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), como forma de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e a abrangência com que o banco de dados corporativo georreferenciado venha a ser estruturado e implantado, obedecendo aos padrões estabelecidos para a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme instituído pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR.

A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	119,538	31/12/2012	132,38
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	208,458	31/12/2012	217,15
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	505,887	31/12/2012	554,23
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2010	188,011	31/12/2012	201,02
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2010	616,398	31/12/2012	670,25
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,631	31/12/2012	87,275
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621	31/12/2010	720.621
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58	31/12/2012	48
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41	31/12/2012	45
Tempo médio de desembarço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47	31/12/2012	5

Observações:

Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil - A apuração final desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

A evolução da atividade econômica do País foi sempre acompanhada do desenvolvimento da atividade portuária. O intercâmbio comercial entre nações demanda que o País disponha de portos para o embarque e desembarque de cargas dos navios que fazem o comércio internacional marítimo. O acesso a esses portos requer que os canais de acesso aquaviário possuam profundidades compatíveis com os calados das grandes embarcações que frequentam os demais portos mundiais, para que a navegação internacional encontre facilidade operacional para se desenvolver e, assim, possam ser viabilizadas as grandes rotas do comércio internacional.

Dragagem é, pois, uma atividade meio no âmbito do setor portuário, pois visa aprofundar os canais de acesso aquaviário aos portos marítimos para permitir o tráfego de embarcações de grande porte que fazem a navegação comercial entre as nações.

Desse modo, viabiliza-se o incremento do comércio exterior brasileiro, alavancando o desempenho das exportações pelo aumento do fluxo dos navios, pela redução no custo de operação do navio por unidade movimentada e pela redução do

tempo de atendimento, o que gera aumento da produtividade correspondente a quase o dobro daquela obtida com a embarcação de menor porte e, também, pela redução significativa no custo do frete marítimo, que impacta positivamente nas Transações Correntes do Balanço de Pagamento, contribuindo para a redução do chamado “Custo Brasil”.

Com a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que tem por objetivo adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução dos portos organizados, os portos marítimos estão sendo adequados a receber navios de maior porte, aumentando sua capacidade de movimentação de cargas e, consequentemente, a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Com a edição da Medida Provisória (MP) 595/2012 que criou o segundo PND e a transferência para o âmbito da SEP/PR de diversas atribuições que estavam na competência das Administrações Portuárias, os projetos precisaram ser revisados para serem adequados às novas normas estabelecidas por esta MP.

Metas 2012-2015

• Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade

Análise Situacional da Meta

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), 17 encontram-se inseridos no Programa Nacional de Dragagem, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para os quais a SEP/PR promove a realização de dragagem de aprofundamento/alargamento de suas vias de acesso aquaviário (canal de acesso e bacia de evolução), sob suporte legal da Lei nº 11.610/2007.

Esses 17 portos marítimos são: Fortaleza/CE; Natal/RN; Cabedelo/PB; Recife/PE; Suape/PE; Salvador/BA; Aratu/BA; Rio de Janeiro/RJ; Itaguaí/RJ; Angra dos Reis/RJ; Vitória/ES; Santos/SP; Paranaguá/PR; São Francisco do Sul/SC; Imbituba/SC; Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

O volume a ser dragado é da ordem de 80 milhões de m³, além da execução de cerca de 550 mil m³ de derrocamento subaquático, para dotar esses portos de condições de recepção de embarcações de grande porte e calado, operando com segurança, favorecendo assim o comércio externo pelo aumento de produtividade dos portos e pela redução de fretes e seguros das atividades portuárias e de navegação, o que permitirá alavancar as condições de competitividade do País no mercado internacional.

Em 2012 foram licitadas e executadas dragagens de aprofundamento/alargamento de acessos marítimos em 13 portos: Fortaleza/CE; Natal/RN; Recife/PE; Suape/PE – Canal Interno; Salvador/BA; Aratu/BA; Rio de Janeiro/RJ; Itaguaí/RJ; Angra dos Reis/RJ; Santos/SP – dragagem; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

Encontram-se em execução dragagens, que incluem ações de derrocamento, em 3 portos: Suape/PE – Canal Externo; Vitória/ES e Santos/SP – derrocamento.

Para 2013, o propósito é realizar as dragagens de aprofundamento no canal de acesso e bacia de evolução do porto de Imbituba/SC, já licitada, e também em mais 4 portos, cujas ações preparatórias encontram-se em andamento: Rio de Janeiro/RJ – 2ª fase; Itaguaí/RJ – (Ilha das Cabras); Itaguaí/RJ – (Canal Derivativo) e Paranaguá/PR.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	2	31/12/2012
Vetor Logístico Leste	6	unidade	3	31/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	3	31/12/2012
Vetor Logístico Sul	2	unidade	1	31/12/2012

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com relação ao Porto de Itajaí/SC, a obra de alinhamento do berço 4 teve seu projeto aprovado e a Superintendência do Porto irá licitá-la, e a mesma deverá ser iniciada em 2013; as ações de adequação da retroárea devem ser iniciadas somente após a conclusão do alinhamento; e a recuperação do molhe norte foi concluída em 2012.

Relativamente ao Porto do Rio Grande/RS, o projeto da recuperação da área junto aos molhes está pronto para ser licitado pela SEP e o projeto da ampliação do cais público do porto novo se encontra em fase de conclusão. As duas obras deverão ser iniciadas em 2013.

As obras e serviços relativos ao projeto do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Suape/PE também devem iniciar em 2013.

As ações de adequações das instalações dos portos de Recife/PE e São Francisco do Sul/SC estão em fase de elaboração dos projetos, por parte das autoridades portuárias.

A ação referente ao Berço 108 - Granéis Líquidos do Porto de Itaquí está em fase de execução das fundações, com previsão de conclusão da obra em 2013.

Os estudos e projetos para as ações previstas para o Porto de Paranaguá ainda não foram apresentados à SEP/PR.

As obras do Porto de Santos encontram-se em sua maioria (8 de 10) em fase preparatória (licitação, Estudo de Viabilidade Técnico Econômico (EVTE), projeto executivo). As que estão sendo realizadas, estão com cerca de 70% de execução.

Em Vitória, o cais comercial está previsto para ser entregue em abril de 2013. A obra dos dolphins do Atalaia e do pátio de estocagem encontram-se em fase preparatória (licitação e licenciamento ambiental).

Em vila do Conde, a obra de ampliação do Terminal de Múltiplos Usos (TMU) 1 e a Construção do TMU2 encontra-se em licitação.

Em Fortaleza, a substituição da pavimentação encontra-se em execução com 16% realizado.

Em Natal, a construção do berço 4 encontra-se em fase preparatória.

Em Salvador, está em elaboração o projeto executivo de ampliação do molhe.

No Rio de Janeiro, aguarda-se decisão judicial para dar continuidade à licitação dos 3 píeres de atracação.

Metas 2012-2015

- **Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

No Porto de Itajaí/SC, foi lançado, pela Superintendência do Porto, o edital para licitar a obra de alinhamento do berço 4, em 28/12/2012, e a obra de recuperação do molhe norte foi concluída.

No Porto do Rio Grande/RS, o projeto da recuperação dos molhes foi concluído e o projeto da ampliação do cais público do porto novo se encontra em fase de conclusão. As duas obras deverão ser iniciadas em 2013.

No Porto de Suape/PE, o projeto para as obras e serviços relativos ao Terminal de Granéis Sólidos está em fase de elaboração, pela Administração do Porto, e a construção do acesso rododiferroviário está 70% executada.

Também estão em elaboração, pelas respectivas Administrações Portuárias, os projetos para adequações das instalações dos portos de Recife/PE e São Francisco do Sul/SC.

Quanto ao Berço 108 - Granéis Líquidos do Porto de Itaquí, a obra está em andamento, com previsão de conclusão em 2013. A construção do Berço 100 do Porto de Itaquí foi concluída.

Aguarda-se a apresentação dos estudos e/ou projetos do Porto de Paranaguá para dar início às ações de melhoria

previstas.

Foram concluídas as obras de reforma e ampliação do terminal Salineiro de Areia Branca/RN, o reforço do berço 101 no porto de São Francisco do Sul/SC e ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde/PA.

Vale ressaltar que o critério estabelecido para o cálculo da meta considera o porto adequado apenas quando não há outras intervenções previstas. Dessa maneira, apesar das diversas obras concluídas em diversos portos, apenas o Terminal de Areia Branca e o Porto de Vila do Conde encontram-se nessa situação. Portanto, em 2012, a quantidade alcançada dessa meta foram dois portos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2012

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com exceção das obras em Santos e Rio de Janeiro, que estão judicializadas, todos os demais estão em execução com término previsto para 2013. A obra de Recife está com 75% de execução e término previsto para junho/2013. No Rio de Janeiro está prevista a implantação de píer em formato de Y (350x30m; 400x30m e 400x30m), oferecendo 6 berços exclusivos para navios de passageiros, o que complementarará a capacidade hoteleira.

Suas datas de conclusão estimada são: Fortaleza - 31/12/2013; Natal - 30/08/2013; Salvador - 31/05/2013; Santos - 30/01/2014* e Rio de Janeiro - 31/03/2014** Primeira fase da obra.

A construção do terminal marítimo de passageiros do Porto do Recife encontra-se com evolução física de acordo com o cronograma do Plano de Trabalho. A obra será concluída em 2013.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas**

Análise Situacional da Meta

Não houve desenvolvimentos em 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

As implantações dos terminais em Fortaleza, Natal e Salvador estão em execução com término previsto para 2013. A obra de Recife está com 75% de execução e término previsto para junho de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/12/2012

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela

administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Os projetos de inteligência logística portuária visam permitir uma gestão completa dos recursos portuários, gerando ganho de capacidade pela maior eficiência na gestão. O setor portuário brasileiro possui diversas entidades intervenientes, cada uma com seus próprios procedimentos, não havendo padronização de dados, nem sistemas informatizados integradores que reduzam a burocracia e aumentem a eficiência do fluxo de informações. O reflexo disso se dá diretamente nas operações portuárias, que dependem da anuência de tais agentes intervenientes. Nesse sentido, o projeto Porto Sem Papel foi o passo inicial das implantações, já estando em funcionamento nos 34 portos públicos marítimos e no terminal de Pecém. Os demais portos estão em fase de elaboração de projetos e desenvolvimento dos sistemas e têm previsão de implantação para 2013. Também com o intuito de reforçar o sistema de inteligência logística, a Secretaria de Portos (SEP) selecionou 6 portos para receberem o sistema VTMISS (Vessel Traffic Management Information System) para o monitoramento do tráfego marítimo. Inicialmente contempla os portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aratu e Itaguaí.

No âmbito da GPPR, em 2012, foram realizadas nos portos de Natal e Areia Branca atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, Balanced Scorecard(BSC), Mapeamento de Processos, Gestão Financeira e de Custos, Plano de Cargos e Salários, Plano de Desenvolvimento de Pessoas, Gestão do Clima Organizacional, Programa de Avaliação de Desempenho – PAD e Sistema de Gestão de Segurança da Informação. Houve priorização de trabalhos em 2012 relacionados com a questão financeira da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN). No Porto de Maceió, foram realizadas atividades de administração por resultados. Outras atividades, à semelhança de Natal e Areia Branca, serão desenvolvidas a partir de fevereiro 2013, também com prioridade voltadas para Planejamento Estratégico/BSC, melhoria dos Processo Financeiro e Processo de Governança de Contratos.

Para as demais Companhias Docas (CDC, CDP, CODESP, CDRJ, CODESA e CODEBA), numa parceria com o MBC - Movimento Brasil Competitivo, planeja-se o início das atividades no primeiro semestre de 2013 com uma duração inicial de 18 (dezoito) meses.

Atendendo às determinações contidas nos art. 3º e 56 da MP 595/12, está também prevista a implantação do Planejamento Estratégico, do BSC e de dois Processos (Financeiro e de Governança), críticos na SEP e no Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), além da revisão e complemento do Planejamento Estratégico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) na nova configuração institucional.

É importante salientar que a parceria SEP-MBC deverá dar cobertura a uma fase diagnóstico e de implantação de ganhos rápidos de melhoria de gestão nas Companhias Docas vinculadas à SEP, no período inicial de 18 meses.

Metas 2012-2015

• Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 3 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República

Análise Situacional da Meta

Para iniciar a implementação do modelo de gestão por resultados em suas empresas, a SEP/PR, por meio de parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI-SC, iniciou, em novembro de 2011, projeto piloto na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, com o objetivo de promover a reorganização estratégica de gestão e de processos. Com ganho rápido, obtido a partir da identificação de problemas e introdução de ferramenta de controle e planejamento financeiro, já a partir de julho de 2012, houve redução de despesas mensais da unidade de Areia Branca de cerca de 40%. O processo de implantação na CODERN está 60% realizado. Já foi definido o Termo de Referência para licitação de um sistema Enterprise Resource Planning (ERP), além de todo o levantamento das necessidades de hardware. Deverá ser finalizado, até o final do primeiro semestre/2013, o Plano de

Cargos e Salários (desenhado a partir do Planejamento Estratégico), o Plano de Desenvolvimento de Pessoas e o Programa de Avaliação de Desempenho.

Importante observar, conforme mencionado, que para a fase final de implantação de alguns dos projetos estruturantes da gestão, as Companhias Docas irão necessitar de recursos para a compra de equipamentos, para reestruturação física e organizacional, para softwares e para consultorias específicas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

• **Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos**

Análise Situacional da Meta

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), foram selecionados 6 para receberem o sistema VTMIS (Vessel Traffic Management Information System) para o monitoramento do tráfego marítimo.

O Porto de Santos, inicialmente incluído nessa lista dos 6 portos, optou por realizar a aquisição e a implantação do sistema com recursos próprios.

Em 2012 foram concluídos o projeto básico para os portos do Rio de Janeiro e Vitória. Os projetos básicos de Salvador e de Aratu estão em andamento.

Para 2013 espera-se concluir os projetos básicos de Salvador e de Aratu, elaborar o projeto básico de Itaguaí e licitar a implantação dos sistemas para os portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aratu e Itaguaí.

O motivo para ainda não ter havido nenhuma implantação foi a dificuldade encontrada na elaboração dos projetos, por ser uma iniciativa pioneira no país, e de alta complexidade tecnológica.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

• **Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária em 06 portos**

Análise Situacional da Meta

Uma das atribuições da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP é o planejamento da integração de informações visando propiciar agilidade e eficiência à gestão portuária do país. Por outro lado o resultado da análise sistemática do processo portuário atual constata que, embora alguns portos possuam sistemas para o gerenciamento de suas atividades, nem sempre estão integrados e não apresentam informações adequadas à mensuração de sua proficiência, inviabilizando a comparação entre os portos e a condução de uma gestão eficiente e eficaz. Constata-se, também, que grande parte dos portos brasileiros está defasada em termos de Tecnologia de Informação e Comunicações, prejudicando a qualidade de sua gestão e dificultando a integração, via meio eletrônico, de todo ambiente portuário com vistas a permitir a troca de informações.

Nesse contexto, o projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, permitindo a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações da Secretaria de Portos de interesse das Autoridades Portuárias.

O projeto está em andamento. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), contratado para desenvolvimento dos sistemas, tem realizado as análises de requisitos e desenvolvimento do sistema.

As implantações estão previstas para 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

• **Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Porto Sem Papel tem a finalidade de desenvolver sistemas inteligentes que permitam a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária, por meio de uma janela única; a padronização de documentos e a conseqüente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que irá processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor, beneficiando assim os usuários e as entidades intervenientes.

Embora a meta do PPA 2012-2015 seja implantar o sistema Porto sem Papel em 35 portos, no final de 2011, a Secretaria de Portos conseguiu antecipar implantação do sistema em três portos: Santos, Rio de Janeiro e Vitória. Para 2012, a meta era a implantação do sistema em mais 23 portos, no entanto, a meta foi superada e o sistema foi implantado em 26 portos. Para 2013 espera-se a conclusão do projeto com implantação nos 6 portos restantes.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

28/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	0	28/11/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	0	28/11/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	4	28/11/2012
Vetor Logístico Leste	7	unidade	7	28/11/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	3	28/11/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8	unidade	8	28/11/2012
Vetor Logístico Sul	7	unidade	7	28/11/2012

• **Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 09 portos**

Análise Situacional da Meta

No Brasil os acessos terrestres aos portos públicos são predominantemente rodoviários, com participação em 58% do total. Quando se analisa as cargas manufaturadas, aquelas de alto valor agregado, a participação da rodovia é acentuada, com 86% do total, conforme citado no diagnóstico do Plano Nacional de Logística Portuária. Isso se reflete no cenário recorrente de extensas filas de caminhões aguardando para acessar os portos do país.

As ferrovias, por meio de 14 operadoras, atendem apenas 17 portos públicos e movimentam um volume equivalente a 25% da matriz de carga. Mudanças na matriz de transporte exigem altos investimentos a médio e longo prazo. Contudo, com a melhoria dos processos, apoiados por um modelo avançado de gestão e de tecnologias integradas, poderá se produzir maior eficiência na cadeia logística portuária. A indisponibilidade de informações oportunas e confiáveis impede a circulação eficiente das cargas pelos portos e retarda o crescimento do comércio nacional e internacional do Brasil.

Nesse cenário desenvolveu-se o projeto de Cadeia Logística Inteligente, parte de um conjunto de ações de Inteligência Logística Portuária contempladas em uma modelagem conceitual única e integrada, compondo a sustentação do esforço da SEP para a modernização da gestão portuária nacional.

O projeto contempla o desenvolvimento e a implantação de um sistema nos portos com as seguintes finalidades:

- Coletar e prover informações antecipadas à comunidade portuária, facilitando a programação dos recursos para agilizar as operações;
- Possibilitar monitoramento e análise de risco das cargas, atendendo às normas e padrões internacionais de segurança;
- Ordenar o acesso terrestre de veículos aos portos e terminais de carga, melhorando a relação Porto x Cidade;
- Fornecer dados, indicadores e informações gerenciais e estatísticas tempestivas;
- Gerar uma base de conhecimento para a gestão pública na logística de cargas de exportação, importação e cabotagem;
- Disponibilizar indicadores e estatísticas relativas a gestão da cadeia logística e sua segurança .

Em 2012 foi assinado o contrato com o SERPRO para desenvolvimento do sistema e assinado um termo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estudos logísticos. O sistema já começou a ser desenvolvido e os levantamentos dos equipamentos foram realizados para os portos de Santos e Vitória.

Para 2013 prevê-se a implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

A implantação nos demais portos está prevista para 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, houve um avanço nas questões ambientais portuárias com a finalização de estudos para regularização de 5 portos, dos 10 previstos a partir da edição da Portaria SEP/MMA 445/2011, consolidando, assim o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) e iniciando os procedimentos para licenciamento operacional dos portos que não o possuem. Em paralelo foram revistos regulamentos federais que resultaram em uma nova resolução do CONAMA redefinindo as diretrizes e parâmetros para licenciamento de dragagens portuárias. No tratamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos foram dados os primeiros passos com a consolidação de uma rede de universidades e com o diagnóstico da situação de 22 portos brasileiros quanto ao tratamento de resíduos. Na questão de saúde, deu-se continuidade no relacionamento com as Companhias Docas para instalação dos sistemas de sala de situação de monitoramento de pandemias e dos equipamentos de esterilização de resíduos (autoclaves) nos portos. No campo legal e institucional, ocorreu a adesão de atores para discussões específicas sobre saúde do trabalhador em cada porto. O projeto de revitalização de Santos que vem sendo realizado de forma integrada, entre porto, município e outros órgãos, catalisou a demanda por intervenções semelhantes em outros portos e cidades. Em Santos, a mitigação de impactos da infraestrutura portuária evoluiu para a questão dos acessos como a definição conjunta de traçados e empreendimentos e a utilização dos cursos d' água/hidroviáveis como acessos ao porto. Nos próximos anos, espera-se uma maior incorporação da consciência de gestão sustentável nos portos brasileiros por meio do aprofundamento dessas ações e disseminação para os portos ainda não atingidos.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 22 estudos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional**

Análise Situacional da Meta

Nesta meta apoiou-se na reformulação da Resolução 344, tendo-se atuado no Grupo de Trabalho interministerial formado para elaborar a nova resolução CONAMA 454, publicada em 8/11/2012, que passou a tratar do tema relativo ao licenciamento ambiental portuário. Nela alcançou-se a meta de adequação e ajustes ao licenciamento de dragagem

de sedimentos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Estes dispositivos de controle são vinculados ao Plano Brasileiro de Prevenção a Epidemia de Influenza, coordenado pelo Ministério da Defesa. Consiste na aquisição de autoclaves e equipamentos de vídeo conferência que possam ser usados em situações de crise. Em anos anteriores foram adquiridas 22 autoclaves (equipamentos para esterilização de resíduos sólidos), sendo que foram finalizadas as instalações em 2 portos (Belém - 2 equipamentos e Fortaleza - 1), cujos equipamentos estão prontos para operação e, por isso, refletidos na meta. Em 2012, buscou-se atuar junto às Companhias Docas a fim de que fossem realizadas as obras civis a seu encargo para que os equipamentos possam ser instalados e se tornem operacionais. Em 2013, pretende-se reavaliar a possibilidade e a necessidade de instalação de autoclaves nos portos que não foram contemplados na primeira fase; reforçar a gestão para que as companhias finalizem as obras civis que restam nos portos que já receberam os equipamentos (Salvador - 1 autoclave, Vitória - 2, Rio de Janeiro - 2, Santos - 6, Recife - 3, Paranaguá - 2, São Francisco do Sul - 1 e Rio Grande - 2) e estabelecer os procedimentos e regulamentações para operação desses equipamentos. Quanto às salas de situação, foram instaladas, até 2012, os equipamentos nos portos de Vila do Conde, Belém, Fortaleza, Natal, Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos, ficando pendentes os dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, que serão finalizados em 2013. Em 2013 também será avaliada a possibilidade de instalação das salas nos portos delegados, já que na primeira fase apenas as Companhias. Docas foram contempladas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	30/01/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	0	30/01/2013
Vetor Logístico Leste	3	unidade	0	30/01/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	30/01/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6	unidade	1	30/01/2013
Vetor Logístico Sul	4	unidade	0	30/01/2013

• **Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

A partir da edição da Portaria Interministerial SEP/MMA 425/2011, de 26 de outubro de 2011, a meta da SEP consiste em apoiar, durante dois anos a partir da edição da portaria, a regularização ambiental de 10 portos vinculados às Companhias Docas, a saber: CODERN - Natal, Areia Branca e Maceió; CODEBA - Salvador, Aratu e Ilhéus; CODESA - Vitória; CDRJ - Rio de Janeiro e Itaguaí e CODESP - Santos. Portanto, até outubro de 2013, a SEP deverá elaborar os estudos para regularização ambiental dos Portos acima mencionados. Em 2012, foram finalizados os estudos para regularização dos Portos de Natal, Vitória, Aratu, Ilhéus e Santos e, em 2013, serão elaborados para os demais.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

28/11/2012

• **Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

A execução do Programa de Conformidade do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e Efluentes líquidos nos portos marítimos brasileiros contempla um horizonte de 3 anos, iniciando em agosto de 2011, e com término para dezembro de 2014. Durante a primeira fase do programa, serão elaborados os manuais de boas práticas para gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos para cada um dos 22 portos selecionados. A primeira fase se encerra em fevereiro de 2013. Em 2012 foram identificados os procedimentos que os portos públicos adotam e já foram propostos novos procedimentos, que serão incorporados no Plano Geral de Resíduos Sólidos (PGRS) para cada um dos 22 portos. Em 2013, além da finalização do manual de boas práticas, previsto na primeira fase, serão elaborados projetos básicos para a realização das obras e ações indicadas para cada porto no manual de boas práticas segunda fase.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/01/2013

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, em 2012, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e os 15 Planos Mestres (Master Plans), que são Planos Diretores Estratégicos dos principais portos públicos nacionais. O PNLП contempla a análise do desempenho atual do setor, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão e a definição do planejamento estratégico, com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento no curto, médio e longo prazo.

Para que o PNLП passe por um processo sistemático de implementação, acompanhamento e manutenção que viabilize a sua perenização e institucionalização do processo de planejamento estratégico do setor portuário nacional, foi firmada, no início de 2012, uma nova cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este novo instrumento contempla, além da atualização e monitoramento do planejamento portuário, a elaboração de Planos Mestres para os demais portos públicos nacionais.

Com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, além das ações em curso iniciadas em 2011, a SEP/PR estabeleceu em 2012, com o Ministério dos Transportes, através de Portaria Interministerial, o Programa “Pró Cabotagem”, com a finalidade de propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT).

Com o novo marco institucional, a MP nº 595/2012, busca-se o fortalecimento institucional da Secretaria de Portos – SEP/PR, responsável pela formulação de políticas públicas e elaboração de diretrizes para o fomento do setor, assim como pela execução de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura portuária.

As atuais Autoridades Portuárias também terão suas atividades revistas, como foco nas atribuições de Administração do Porto, de forma profissional e com atuação baseada em Planos de Desenvolvimento estruturados, com metas e indicadores de desempenho.

Cumulativamente às funções de Administração Portuária, as funções de Autoridade Portuária serão mantidas, objetivando a harmonização da atuação das diversas autoridades de fiscalização e controle no Porto. As Administrações Portuárias continuarão a receber o suporte dos Conselhos de Autoridade Portuária - CAP, que a partir de agora passam a atuar de

forma consultiva.

Ainda como suporte para as funções de Autoridade Portuária, as Administrações Portuárias contarão com a Comissão Nacional de Autoridades nos Portos – CONAPORTOS e, no âmbito local, das Comissões Locais de Autoridades nos Portos – CLAP. Dessas comissões partem diretrizes federais que passam a nortear de forma transparente e quotidiana o desempenho da atuação dos diversos agentes de fiscalização nos portos Brasileiros.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 11 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi iniciado um projeto com o Banco Mundial, ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE CABOTAGEM NO BRASIL, que atualmente está em fase licitatória. A previsão de término do estudo é dezembro de 2013.

Houve alteração na condução dos trabalhos para a promoção da cabotagem, resultando em uma mudança de estratégia, que levou à alteração da meta, reduzindo o número de estudos de 11 para 3:

1. Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, em parceria com o Banco Mundial.
2. Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, em parceria com o Porto de Cingapura.
3. Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil, em parceria com a UFSC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 8 Portos Organizados Marítimos**

Análise Situacional da Meta

Com a edição da MP 595/2012, a elaboração dos PDZs passou a ser de responsabilidade da SEP

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLN e os 15 Planos Mestres – Master Plans dos principais portos públicos nacionais.

O PNLN contempla a análise do desempenho atual do setor, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão e a definição do planejamento estratégico com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento no curto, médio e longo prazo.

No início de 2012, uma nova cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi realizada. Ela contempla, além da atualização e monitoramento do planejamento portuário, a elaboração de Planos Mestres para os demais portos públicos nacionais. Até o final de 2013 está prevista a entrega de cinco novos Planos Diretores Estratégicos, bem como a atualização de três dos quinze Master Plans dos portos públicos, de importância estratégica nacional.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

28/11/2012

• **Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)**

Análise Situacional da Meta

O PIC avançou em 2012 por meio da publicação da Portaria Interministerial SEP/MT, criando o Grupo de Trabalho para o Programa de Desenvolvimento da cabotagem, Procabotagem. (Portaria Interministerial MTE-SEP/PR nº 1, de 13 de novembro de 2012). O prazo para a apresentação do relatório é de 18 meses.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/12/2012

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

A meta com maior avanço deste objetivo foi a implantação de um novo porto organizado marítimo, o novo porto de Manaus, que teve seus estudos técnicos enviados à ANTAQ para a elaboração de edital de licitação. Em relação às outorgas, em decorrência do novo marco regulatório do setor portuário, a SEP, juntamente com a Casa Civil, os Ministérios da Fazenda e Planejamento, a EPL e o BNDES, está trabalhando em um Grupo de Trabalho Interministerial para definir as novas regras. A adequação das instalações portuárias do Terminal Marítimo de Pecém ainda não foi iniciada. O Porto de Águas Profundas no Espírito Santo está em fase de estudo, para definição do local onde será construído. A conclusão do estudo está prevista para o segundo trimestre de 2013. O EVTE está previsto para começar no segundo semestre de 2013.

Metas 2012-2015

• **Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)**

Análise Situacional da Meta

A SEP/PR aguarda receber do Porto de Pecém projeto/estudo para ampliação da capacidade do porto.

• **Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos**

Análise Situacional da Meta

Com base nos estudos de viabilidade técnica, financeira e ambiental a serem realizados, a SEP implantará 2 novos portos organizados marítimos (Águas Profundas/ES e Porto Sul/BA) até 2015, além de licitar mais 2 portos existentes, um com contrato de concessão vencido (Imbituba/SC), além do Porto de Manaus.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

• **Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos**

Análise Situacional da Meta

Minuta de Portaria está em análise pela SEP/PR.

• **Implantar 1 novo porto organizado marítimo**

Análise Situacional da Meta

O Porto de Luiz Correia, no Estado do Piauí, está em execução no âmbito de empreendimentos do PAC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Após discussão com o Tribunal de Contas da União - TCU, foi possível construir novo modelo de estudo de viabilidade econômica para instalação de portos secos, o qual já está sendo testado em processos licitatórios em Pernambuco e na Bahia. Após a realização desses certames licitatórios, haverá a edição de nova normativa de Modelo Padrão de Estudo de Viabilidade Econômica.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos**

Análise Situacional da Meta

Apesar do atingimento da meta já em 2012, o Governo Brasileiro avalia a possibilidade de novo modelo para implantação de Portos Secos, que deixariam de ser qualificados como serviço público e passariam a ser tratados como simples atividade econômica regulamentada. No novo regime não haveria, em princípio, processo licitatório e, por conseguinte, seria eliminada a necessidade de estudo de viabilidade econômica.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar 2 estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos portos organizados**

Análise Situacional da Meta

No decorrer do exercício de 2012, a discussão sobre Zonas de Apoio Logístico Portuários – ZALPs foi incorporada ao debate dos acessos terrestres e hidroviários aos portos, haja vista a relação de dependência entre os dois assuntos. Em dezembro, o Governo Federal, ao anunciar uma série de medidas para o setor portuário, incluiu a questão dos acessos portuários e pátios de regularização de tráfego e ZALPs no rol de investimentos a serem priorizados.

Com a finalidade de padronizar a expressão a ser utilizada para tratar do assunto, a SEP/PR optou por nomeá-la como Áreas de Apoio Logístico Portuário (AALPs). Essas áreas abrangem, em sua forma mais simples, os pátios de regularização de tráfego, e, em sua forma mais complexa, as ZALPs. Nesse contexto, a SEP/PR, para executar os investimentos anunciados, elaborará estudos para a implantação de 17 AALPs próximas aos principais portos públicos brasileiros. Essa meta, portanto, será modificada para se adequar às novas diretrizes do Governo Federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar a Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)**

Análise Situacional da Meta

Com a finalidade de padronizar a expressão a ser utilizada para tratar do assunto, a SEP/PR optou por nomeá-la como

Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs. Essas áreas abrangem, em sua forma mais simples, os pátios de regularização de tráfego, e, em sua forma mais complexa, as ZALPs. Nesse contexto, a SEP/PR, para executar os investimentos anunciados, findo os estudos para a implantação para cada uma das AALPs previstas, implantará 17 AALPs próximas aos principais portos públicos brasileiros. Por conta disso, será proposta a alteração desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	01/12/2012	20,956	31/12/2012	20,956
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22	31/12/2010	22
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746	31/12/2012	29.895
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777	31/12/2012	154.518

Observações:

Malha hidroviária navegável comercialmente - Em 2012, por meio do Plano Nacional de Integração Hidroviária - PNIH -, a Antaq estabeleceu novo valor de referência para esse indicador.

Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto - A apuração final desse indicador será no segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento do transporte hidroviário é fundamental para tornar a matriz de transporte de cargas do País mais eficiente economicamente, reduzindo a participação do modo rodoviário no transporte de longa distância de cargas de baixo valor agregado. Dessa maneira, para garantir a migração de cargas para o modo hidroviário, é necessário garantir as condições de navegabilidade dos principais corredores, com a eliminação de pontos críticos e a execução de obras de dragagem e sinalização durante todo o ano.

Em 2012, em continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, foram executadas ações pontuais para garantir a navegabilidade em mais de seis mil km das hidrovias federais, com destaque para os empreendimentos constantes da carteira do PAC. Foram realizadas obras de adequação e melhoramentos específicos nos corredores das hidrovias do Madeira, Amazonas, Tapajós, São Francisco, Tietê-Paraná, Paraguai e Mercosul, com destaque para dragagem pontual no rio Taquari e no tramo norte do rio Paraguai, bem como sinalização em trechos do rio Paraná.

Para o ano de 2013 estão previstas a dragagem da Lagoa Mirim, na hidrovia do Mercosul, a dragagem do Rio São Francisco no trecho baiano de Ibotirama até Juazeiro (Limoeiro – km 1.233; Meleiro – km 1.205; Leoba – km 1.247) e a dragagem do Rio Madeira (Pombal – km 930; Abelhas – km 925; Uruá Grande – km 364).

Metas 2012-2015

• Eliminar 6 pontos críticos em hidrovias

Análise Situacional da Meta

A existência de pontos críticos, tais como pedrais, bancos de areia e travessões nos cursos d'água, impede ou restringe a navegação durante todo o ano ou em determinados períodos. A meta de eliminar pontos críticos consiste, portanto, em realizar intervenções nos locais ou pontos específicos onde, frequentemente, há restrições à navegação das embarcações de maior dimensão, de modo a aproveitar melhor o potencial de navegação das hidrovias brasileiras.

Um dos mais importantes empreendimentos constante nessa meta é o derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado no km 360 do rio Tocantins. Durante 2012, o DNIT, em parceria com a iniciativa privada, analisou estudos sobre a melhor solução para essa intervenção com vistas a viabilizar a navegação da hidrovia para embarcações de maior porte, auxiliando assim o desenvolvimento do polo siderúrgico de Marabá/PA. Para 2013, a expectativa é que esse empreendimento retorne à carteira do PAC e que a licitação para obra seja concluída.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/12/2012

• **Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram executadas ações pontuais para garantir a navegabilidade em mais de 6.000 km das hidrovias federais. Além disso, os empreendimentos de adequação de navegabilidade das principais hidrovias do país constantes da carteira do PAC evoluíram, conforme disposto abaixo:

Hidrovia do Tietê-Paraná – empreendimento executado em parceria com o governo do Estado de São Paulo, composto por diversas intervenções em instalações fluviais, como a construção e melhorias em eclusas e barragens, bem como intervenções de melhoria de navegabilidade, como a ampliação de vãos de pontes e canais. As intervenções relativas à construção e melhorias de eclusas em barragens se encontram em fase preparatória, ao contrário das intervenções de ampliação de vãos de pontes e canais que se encontram em execução, com destaque para a conclusão da ampliação do vão da ponte da SP-333 e da proteção dos pilares da ponte da SP-255.

Hidrovia do Paraná - empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo corredor e sinalizações localizadas. Em 2012, foi realizada inspeção do balizamento flutuante e manutenção dos faróis de margem do reservatório de Usina Hidrelétrica (UHE) de Ilha Solteira, manutenção e conservação do balizamento fixo e flutuante do reservatório UHE de Itaipu, manutenção e conservação do balizamento e flutuante da ponte Ayrton Senna, manutenção do balizamento fixo e flutuante existentes no rio Paraná e seus afluentes

Hidrovia do Mercosul – empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo corredor e sinalizações localizadas na Lagoa Mirim e no Rio Taquari. O Estudo de Viabilidade Técnico, Econômica e Ambiental (EVTEA) para as obras de adequação do corredor já foi licitado e os projetos básicos das intervenções específicas finalizadas. Para 2013, espera-se a conclusão do EVTEA, o término da dragagem no Rio Taquari e o início da intervenção na Lagoa Mirim.

Hidrovia do Madeira – empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo corredor e dragagens pontuais de manutenção. Em 2012, foi concluída a licitação para execução de serviços de Dragagem de Manutenção (desassoreamento) de calado operacional do rio Madeira, e levantamento topo-batimétrico ao longo de 1.092 km, no trecho compreendido entre Porto Velho (RO) e a sua foz no Rio Amazonas (AM), a fim de possibilitar a passagem das embarcações na faixa do canal de navegação;

Hidrovia do Amazonas - empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção no trecho entre Manaus e Itacoatiara. Em 2012, foi contratada a empresa especializada em fornecimento de tubos e conexões em Polietileno (PEAD) para compor o parqueamento de dragagem na hidrovia no lado Ocidental. A expectativa é que a obra seja licitada até meados de 2013;

Hidrovia do Tapajós – empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo o corredor e sinalização específica ao longo de 290 quilômetros, entre Miritituba e Santarém. A expectativa para 2013 é licitar o EVTEA das obras de adequação do corredor e finalizar o projeto executivo para a sinalização localizada, de modo a licitar essa intervenção até o segundo semestre.

Hidrovia do Paraguai - empreendimento composto por sinalização e dragagem de manutenção em todo o corredor, além de dragagem de manutenção nos trechos onde se localiza o Passo do Jacaré e de Cáceres até Barra Norte da Ilha do Taimã. Devido a uma decisão judicial que proíbe estudos e obras relacionadas a recursos hídricos até a edição de Decreto Legislativo, conforme Art. 231 § 3º da Constituição Federal, os empreendimentos relativos a essa hidrovia encontram-se paralisados.

Hidrovia do Rio São Francisco – empreendimento composto por sinalização e dragagem em todo corredor, além de dragagens específicas em Meleiro, Limoeiro e outros pontos críticos, localizados entre Ibotirama/BA e Barra/BA. Durante 2013, o Estudo de Viabilidade Técnico Econômica (EVTE) da dragagem do corredor será concluído e a expectativa é que a terceira campanha da dragagem específica seja concluída.

Quantidade alcançada

3.258

Data de Referência

11/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	4.534	km	0	31/12/2012
Vetor Logístico Centro-Norte	500	km	0	31/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608	km	1.115	31/12/2012
Vetor Logístico Leste	455,7	km	455,7	31/10/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,3	km	915,3	31/12/2012
Vetor Logístico Sul	772	km	772	31/10/2012

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento dos eixos hidroviários brasileiros que se relacionam com outros países da América do Sul é um dos objetivos da integração da infraestrutura sulamericana, consubstanciada na carteira da IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Além de acordos bilaterais, nesse objetivo encontram-se estudos específicos, tais como o da transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Rio Paraná, e estudos relacionados à integração hidroviária sul-americana, como o das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai. Em 2012, o Brasil e o Uruguai assinaram o Acordo de Navegação com objetivo de consolidar uma hidrovia com uma malha fluvial entre os portos de La Charqueada, às margens do rio Cebollati no Uruguai e Estrela, no rio Taquari, abrangendo 5 eclusas e os portos de Santa Vitoria do Palmar (Lagoa Mirim), Pelotas (canal de São Gonçalo), Rio Grande (rio Guaíba), Porto Alegre (Lagoa dos Patos) e Cachoeira do Sul (rio Jacuí). Esse acordo está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro para aprovação.

No que diz respeito a estudos de integração hidroviária, o Brasil desenvolverá estudos da futura hidrovia Uruguai-Brasil e da transposição por eclusas da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai no Rio Paraná.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana**

Análise Situacional da Meta

Os dois estudos constantes nessa meta são o de adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai e o da transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Espera-se o início de ambos os estudos para 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/01/2013

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na região Norte do Brasil existe grande concentração de rios e uma rede rodoviária reduzida, fazendo com que o transporte hidroviário seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário de passageiros nessa região tem prestado relevante serviço para as comunidades locais no acesso a serviços básicos de saúde, educação, emprego, lazer e abastecimento. Além disso, a referida atividade tem impacto significativo na economia local, incluindo a pesca, o turismo e os produtos da floresta. A melhoria da navegação e da infraestrutura hidroviária aumentará, portanto, a acessibilidade e mobilidade dessas comunidades ribeirinhas, além de melhorar a qualidade do serviço prestado, garantindo maior conforto, confiabilidade e segurança, aumentando a interconexão entre os municípios da região.

Nesse sentido, para se atingir o objetivo de desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto na Região Norte, há que se desenvolver a rede de terminais fluviais (Instalações Públicas de Pequeno Porte) e adequar o Porto de Manaus para atender um volume ainda maior de navios cruzeiros durante a Copa do Mundo de 2014. Além disso, há que se desenvolver ações governamentais que permitam o desenvolvimento, a ampliação e a modernização da navegação na Região Norte, com o objetivo de oferecer à população local condições adequadas de utilização do serviço público, sobretudo no que tange à segurança, ao conforto e à disponibilidade dos serviços prestados.

No que concerne à construção da rede de terminais fluviais, consta na carteira do Governo Federal a construção de cinquenta e duas instalações portuárias, que estão sendo executadas diretamente pelo DNIT ou indiretamente pelos estados ou municípios. Já a adequação do Porto de Manaus foi prejudicada por questões jurídicas relativas à delegação daquele porto ao estado e posterior arrendamento à iniciativa privada. Entretanto, no final de 2012, essas questões foram superadas e a expectativa é que as obras sejam iniciadas no primeiro semestre de 2013. Por último, várias medidas que visam o desenvolvimento do setor foram tomadas ao longo de 2012, como a campanha televisiva sobre os direitos e deveres dos passageiros de embarcações e a divulgação do levantamento estatístico sobre o transporte de passageiros na Região Amazônica.

Metas 2012-2015

- **Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus**

Análise Situacional da Meta

Além de fazer parte da carteira do PAC, a “Adequação do Porto de Manaus” também faz parte do conjunto de empreendimentos do Governo Federal que visa tanto preparar as cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 para o evento quanto deixar um legado para a sociedade. Devido a pendências jurídicas superadas em 2012 (decorrentes da

rescisão do contrato de arrendamento), o início das obras foi adiado para 2013, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

14/08/2012

• **Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao desenvolvimento de estudos, a área de navegação interior coordenou o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará - UFPA cuja parceria tem por objetivo o desenvolvimento de Estudo para a Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica, contendo uma análise detalhada das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM. O estudo foi concluído em dezembro de 2012 e servirá de apoio para a estruturação do plano constante desta meta.

• **Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

A construção de terminais fluviais, – Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) –, concentrada nos municípios da Região Norte onde o modal hidroviário é preponderante, visa impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida da população por meio do acesso seguro, ordenado e controlado do fluxo de embarcações, passageiros e cargas das cidades contempladas.

Na carteira de empreendimentos do Governo Federal, consta a construção de cinquenta e duas instalações, sendo quarenta e duas no âmbito do PAC e dez fora do Programa. Dos quarenta e dois terminais do portfólio PAC, vinte e sete são no estado do Amazonas, catorze no Pará e um em Rondônia. Adicionalmente, no PAC, estão sendo desenvolvidos estudos e projetos para mais nove IP-4, que, no entanto, não fazem parte desta meta.

A execução dos terminais tem sido feita diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente, por meio de convênio com estados e municípios, sendo que em 2012 foram concluídos seis empreendimentos: Cai n'Água/RO, de Santa Isabel do Rio Negro/AM, Manicoré/AM, Caracará/RR, Augusto Corrêa/PA e Monte Alegre/PA e iniciadas as obras de construção nos municípios de Apuí/AM e Japurá/AM.

Cumprir destacar que em 2012 houve execução das obras nos terminais de Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga e Tapauá, todas em municípios do Estado do Amazonas.

Vale lembrar que de acordo com a MP 595/2012, a responsabilidade pela execução de intervenções em portos interiores passou do Ministério dos Transportes para a Secretaria de Portos.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	47	unidade	5	28/01/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	5	unidade	1	28/01/2013

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A meta de elevação da participação do modal hidroviário na matriz de transportes de 13% para 29% em 20 anos, estabelecida pelo Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT do Ministério dos Transportes, embora ambiciosa, está sendo perseguida pelo Governo Federal, por meio de medidas que buscam estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário.

No que diz respeito à estruturação do planejamento, da gestão e da operação do transporte hidroviário, além da importante mudança institucional estabelecida pela MP 595/2012, que reuniu na Secretaria de Portos a responsabilidade pelo planejamento e coordenação de todas as instalações portuárias, estão sendo desenvolvidos estudos estruturantes no âmbito do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e da Secretaria de Portos (SEP). Além de estudos, esses órgãos estão também elaborando Planos Estratégicos, estabelecendo metas de resultados e treinando seus servidores.

Em relação ao fortalecimento da atividade de regulação e controle do transporte hidroviário, a ANTAQ aprovou em 2012 duas normas, quais sejam:

- 1- A Resolução nº 2.390, de 16/02/2012, que revisou a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte;
- 2- A Resolução nº 2.520, de 20/06/2012, que revisou a norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de estação de transbordo de cargas;

Importante salientar que com a MP 595/2012, a ANTAQ passou a ser vinculada à SEP. Todas essas alterações visam aprimorar o trabalho conjunto dos órgãos envolvidos no modal hidroviário, complementando as iniciativas comuns, evitando a sobreposição de tarefas, e gerando para o setor mais agilidade e tempestividade para impulsionar o setor.

Metas 2012-2015

- **Definir classes de hidrovias**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Corredores Hidroviários, cujo desenvolvimento se dará ao longo do período do PPA 2012-2015, tem como objetivo melhorar o planejamento dos corredores hidroviários visando nova abordagem para realização dos serviços de manutenção hidroviária, além de identificar a necessidade de implantação/ampliação de terminais de carga. Para isso, diversos estudos serão desenvolvidos, dentre eles, estudos para a definição das classes das hidrovias atualmente utilizadas comercialmente e para aquelas que possuem potencial para tal finalidade.

- **Definir comboios tipo para os corredores hidroviários**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Corredores Hidroviários, cujo desenvolvimento se dará ao longo do período do PPA 2012-2015, tem como objetivo melhorar o planejamento dos corredores hidroviários visando nova abordagem para realização dos serviços de manutenção hidroviária, além de identificar a necessidade de implantação/ampliação de terminais de carga. Para isso, diversos estudos serão desenvolvidos, dentre eles, estudos para a definição do comboio tipo das hidrovias atualmente

utilizadas comercialmente e para aquelas que possuem potencial para tal finalidade.

• **Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PPA 2012-2015, os sete Planos que integram a meta estabelecida são:

1. Plano Hidroviário Estratégico – PHE;
2. Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH, incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres;
3. Plano Geral de Outorgas de Transporte Hidroviário de Passageiros e Cargas;
4. Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros;
5. Plano Nacional de Fomento à Cabotagem;
6. Plano Nacional de Fomento ao Transporte Aquaviário;
7. Plano de Corredores Hidroviários.

Em 2012, o Plano Nacional de Integração Hidroviária - PNIH avançou para a realização de estudos e simulações logísticas sobre o transporte de cargas nas principais e potenciais hidrovias brasileiras, como também para a identificação de possíveis áreas para novas instalações portuárias.

Foi constituída e implantada uma base de dados georreferenciada, agregando informações próprias da ANTAQ e de outras instituições públicas e privadas. Foi desenvolvida uma ferramenta GIS (Geographic Information System) SIGTAQ - viabilizada pelo estabelecimento de um Termo de Cooperação firmado entre a ANTAQ e o Laboratório de Transportes da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC).

Aderente ao planejamento plurianual dos órgãos envolvidos na execução desta meta, os outros estudos serão realizados ao longo do período do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

01/10/2012

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação da Medida Provisória 595/2012, a Secretaria de Portos - SEP passou a deter a responsabilidade por todo o planejamento e a coordenação da carteira dos portos e instalações portuárias independentemente de onde eles estejam localizados, o que dará novo dinamismo ao desenvolvimento da rede de instalações portuárias.

Outro relevante avanço em direção a esse objetivo foi a conclusão do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH, importante estudo para subsidiar o Plano Geral de Outorgas. Esse estudo, que será ser divulgado no primeiro semestre de 2013, mapeou as hidrovias brasileiras existentes ou potencialmente utilizáveis e as melhores áreas para a construção de instalações portuárias, sejam elas Porto Organizado, Terminais de Uso Privativo, Estação de Transbordo de Cargas ou

Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte.

Além das alterações institucionais do setor aquaviário e da conclusão do PNIH, durante o ano de 2012, a ANTAQ concluiu a análise de 6 (seis) propostas de arrendamentos portuários localizados nos portos de Belém, Vila do Conde, Santarém, Itajaí, Suape e Vitória. Foram, ainda, outorgadas 5 (cinco) autorizações para construção e exploração de Terminais de Uso Privativo, nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amapá e Paraná e 2 (duas) autorizações para construção e exploração de Estações de Transbordo de Cargas, ambas no Estado do Pará. As autorizações e arrendamentos implicarão em investimentos, públicos e privados, no montante na ordem de R\$ 56 bilhões.

Metas 2012-2015

• Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas

Análise Situacional da Meta

O empreendimento de adequação do atual Porto de Porto Velho visa modernizar a instalação portuária, sendo composto pela execução de obras e aquisição de equipamentos. A expectativa é concluir o projeto executivo das obras durante o ano de 2013 e concluí-las em 2014. Por sua vez, a aquisição de equipamentos é prevista para estar concluída ainda em 2013. Também estão previstas intervenções de melhoramentos no Terminal de Cargas de Humaitá/AM, atualmente em fase de estudos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

01/10/2012

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão.trens.km)	31/12/2010	15	30/11/2012	12
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785	31/12/2012	28.692
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900	31/12/2012	5.544
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951	31/12/2012	946
Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	2	31/12/2010	2
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36	30/11/2012	8,64
Produto médio anual do transporte ferroviário	R\$/mil TKU	31/12/2010	50	31/12/2012	35,44
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87	31/12/2011	100
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279	30/11/2012	275
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,1	30/11/2012	34
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497	30/11/2012	421
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930	31/12/2010	2.484.930
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844	31/12/2012	627.026
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25	30/11/2012	15,63

Observações:

Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros - A apuração desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Produto médio anual do transporte ferroviário - A nova apuração desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

Total de carga geral transportada - Houve alteração no conceito de Carga Geral. O conceito inicial considerava todas as mercadorias transportadas, exceto minério de ferro. O novo conceito de carga geral passou a excluir também granéis agrícolas e líquidos (combustíveis).

Total de movimentação de passageiros por ferrovias - A apuração desse indicador é prevista para o segundo semestre de 2013.

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal lançou em 2012 o Programa de Investimentos em Logística em Ferrovias com o objetivo de expandir e aumentar a capacidade da malha ferroviária por meio de concessões à iniciativa privada. Neste ano foram concluídos 33

km de adequação da malha ferroviária existente e 894 km de malha nova nas ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Ferronorte.

Metas 2012-2015

- **Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país**

Análise Situacional da Meta

O grande desafio está na contratação internacional para a compra de trilhos, cujo processo licitatório encontra-se em fase de ajuste por determinação dos órgãos de controle.

Quantidade alcançada

894

Data de Referência

15/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	855	km	211	21/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941	km	458	21/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022	km	0	23/10/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728	km	225	21/12/2012

- **Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a VALEC concluiu o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA - do trecho Barcarena/PA a Açailândia/MA e do trecho Estrela d'Oeste/SP a Panorama/SP e iniciou o processo de licitação para a contratação do EVTEA dos segmentos Panorama/SP a Chapecó/SC e de Chapecó/SC a Rio Grande/RS. Com isso, serão concluídos até 2013 os estudos para a ligação ferroviária Norte Sul com 4.575,6 km de extensão, de um extremo ao outro do país, o que vai configurar uma verdadeira espinha dorsal do transporte ferroviário nacional.

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A construção de conexões e acessos prevista na malha ferroviária visa a eliminar pontos de comprometimento do fluxo de trens em áreas urbanas e a reduzir o risco de acidentes, aumentando o nível de serviço da ferrovia, sua capacidade de transporte e sua velocidade média operacional. Encontra-se em fase de análise a contratação de estudos de viabilidade para a possível incorporação dos trechos não operacionais da Ferrovia Transnordestina. O Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Ferrovias, que irá construir e modernizar 10 mil quilômetros de ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado otimizado e velocidade elevada.

Metas 2012-2015

- **Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente**

Análise Situacional da Meta

Os estudos para a construção de 434 km de conexões e acessos ferroviários estão em fase preliminar. Para os dois grupos de conexões, estes estudos estão sendo realizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária**

Análise Situacional da Meta

Os estudos e projetos das conexões e acessos ferroviários estão em ações preparatórias.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística de Ferrovias. Entre as medidas está a criação de uma carteira para acessos terrestres a portos, que envolve a adequação e melhoria de trechos ferroviários.

Construção da Variante Camaçari/BA ao Porto de Aratu:

O novo trecho de linha férrea, que ligará o pólo petroquímico de Camaçari ao Porto de Aratu, diminuirá o tempo da viagem de 67 para 19 minutos. A obra desviará a linha férrea, que hoje passa dentro de Camaçari, para fora do ambiente urbano, encurtando o trajeto em 15 quilômetros. Eliminado o conflito da linha férrea com o tráfego urbano, os trens poderão trafegar com maior velocidade e menor interferência ferrovia x cidade.

Metas 2012-2015

- **Construir 18 km de acessos a portos**

Análise Situacional da Meta

Construção da Variante Camaçari/BA ao Porto de Aratu - a obra se encontra em fase de contratação de empresa responsável pela gestão ambiental, após período de revisão do projeto. Foi necessário rescindir o contrato de supervisão de projeto, com previsão de retomada das obras em agosto/2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

21/12/2012

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES - contratou um estudo junto à Empresa Brasileira de Engenharia e Infraestrutura – EBEI para verificar a viabilidade de se construir o Corredor Ferroviário Bioceânico ligando os Portos de Paranaguá, no Brasil, e Antofagasta, no Chile.

Metas 2012-2015

- **Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico**

Análise Situacional da Meta

Estudo concluído e entregue pelo BNDES.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

21/12/2012

- **Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana**

Análise Situacional da Meta

Uma vez que à época da elaboração do PPA o estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico não havia sido finalizado, foram inseridos na meta possíveis trechos e ramais até a fronteira com o Paraguai, no caso a EF-277 – Cascavel/PR a Foz do Iguaçu/PR (150 km), que permitiriam a integração ferroviária regional.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

21/12/2012

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Trem de Alta Velocidade (TAV) é um serviço de transporte ferroviário de passageiros que irá ligar as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O TAV representa um novo marco tecnológico para o País ao inaugurar um sistema de transporte que irá oferecer aos passageiros, a preços competitivos, qualidade, conforto, segurança e rapidez nas viagens. O projeto, que terá investimentos de R\$ 35,6 bilhões (base 2008), entre planejamento executivo e obras de infraestrutura, sistemas e trens, vai reduzir a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros nas rodovias e aeroportos que compõem o eixo destas cidades.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é o órgão responsável pelo processo de licitação para a concessão da exploração do serviço à iniciativa privada. O edital de licitação com as regras do processo foi publicado no dia 13 de dezembro de 2012 pela ANTT e a primeira fase do leilão está prevista para setembro de 2013.

Metas 2012-2015

• Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade

Análise Situacional da Meta

A ANTT publicou o Edital de Concessão para Exploração de Serviço Público do Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligará o Rio de Janeiro a SP e Campinas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Para o objetivo em questão, foram identificados os seguintes trechos ferroviários:

Ramal na EF-151 – Rio Tocantins a Imperatriz/MA com 40,0 km;

Ramal na EF-151 – Araguaína/TO a Xinguara/PA com 200,0 km;

Ramal na EF-151 – Barro Alto/GO a Uruaçu/GO com 50,0 km;

Ramal na EF-334 – Brumado/BA a Salinas/MG com 200,0 km;

Ramal na Região de Influência da Nova Transnordestina com 75,0 km.

Os empreendimentos em curso estão na EF-151:

1 - Tramo Central: Palmas/TO – Uruaçu/GO (575,0 km), concluída a colocação dos 211,0 km restantes de grade em 2012;

2 - Tramo Sul: Uruaçu/GO – Anápolis/GO (280,0 km), concluído o túnel de Anápolis e a colocação de grade em 2012.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos para a implantação de 565 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs**

Análise Situacional da Meta

Estudos não iniciados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

21/12/2012

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A meta é construir os seguintes contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara/SP, Adequação de Barra Mansa/RJ, Contorno de Joinville/SC, Contorno de São Francisco do Sul/SC, Contorno de São Félix/BA, Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR, Contorno de Três Lagoas/MS, Contorno de Divinópolis/MG, Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes/SP, Adequação Ferroviária em São Carlos/SP e Adequação Ferroviária em Paverama/RS.

Em 2012, concluíram-se as obras de Rebaixamento da Linha Férrea no município de Maringá/PR.

Em 2012, destacam-se ainda a execução física de 82% do Contorno Ferroviário e Pátio de Tutóia no município de Araraquara/SP; 35% da Adequação Ferroviária e do Pátio Anísio Braz no município de Barra Mansa/RJ; 64% da construção do Contorno Ferroviário no município de Três Lagoas/MS; e 60% da adequação Ferroviária no município de Paverama/RS, com previsão de conclusão em 2013.

A construção do Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC encontra-se com 40% da execução física e previsão da conclusão para 2015.

Metas 2012-2015

- **11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídos os seguintes projetos dos contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara/SP, Adequação de Barra Mansa/RJ, Contorno de São Francisco do Sul/SC (em revisão com possibilidade de ajuste), Contorno de Joinville/SC (em revisão com possibilidade de ajuste), Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR, Contorno de Três Lagoas/MS, Contorno de Divinópolis/MG. Estão em fase de elaboração de projeto: Contorno de São Félix/BA, Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes/SP, Adequação Ferroviária em São Carlos/SP e Adequação Ferroviária em Paverama/RS.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir 7 contornos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

Os seguintes contornos ferroviários estão em construção:

- 1- Viaduto sobre a Linha Férrea no Município de São Carlos/SP;
- 2- Passagem Superior na Linha Férrea no Município de Paranaguá/PR;

- 3- Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia no Município de Araraquara/SP (35,5 km): executados 31 km em 2012;
- 4- Passagem Inferior na Linha Férrea em Paverama/RS;
- 5- Contorno Ferroviário no Município de Três Lagoas /MS (10 km).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano**

Análise Situacional da Meta

As seguintes obras de adequação ferroviária estão em andamento:

- 1- Adequação de Barra Mansa/RJ;
- 2- Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR (concluída em 2012).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e manutenção da malha ferroviária brasileira em operação estão ligadas diretamente aos investimentos realizados. Até outubro de 2012, o valor investido nos 28.979 km de ferrovias em operação no Brasil foi de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, aplicados em serviços de manutenção e aquisição de novo material rodante (vagões e locomotivas). Em 15 de agosto de 2012, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias. O programa prevê investimentos de R\$ 133 bilhões e irá contribuir para o desenvolvimento de um sistema de transporte adequado, moderno e eficiente no País. Atualmente estão sendo executadas obras de melhoria como expansão, modernização, duplicação e construção de novas vias em cerca de 1.500 km de ferrovias concedidas.

Metas 2012-2015

• **Adequar 150 km de trechos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

A Adequação da Estrada de Ferro dos Carajás – EFC, nos estados do Pará e Maranhão (Projeto de expansão da EFC), está em execução após a obtenção da licença de instalação (LI) concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 19 de novembro de 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O novo modelo de concessão trará ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio do transporte ferroviário e redução de tarifas.

A Valec comprará a capacidade integral de transporte da ferrovia, fará a oferta pública, assegurando o direito de passagem dos trens em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária.

A ANTT publicou três resoluções para as concessões ferroviárias com o intuito de aumentar a concorrência do modal, melhorar o nível de serviço prestado e aumentar os número de usuários, quais sejam:

- 1 - Resolução 3.694/11 – Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas;
- 2 - Resolução 3.695/11 – Regulamento das Operações de Tráfego Mútuo e Direito de Passagem;
- 3 - Resolução 3.696/11 – Regulamento para Pactuar Metas de Produção por Trecho e Metas de Segurança.

Metas 2012-2015

• Construção de 2 integrações intermodal e intramodal

Análise Situacional da Meta

A meta é de construção de duas integrações intermodal e intramodal na Ferrovia Norte Sul, os quais ainda não foram executados:

- 1 - Integração Intermodal de Uruaçu/GO;
- 2 - Integração Intermodal de Palmas/TO.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar novo modelo de concessão ferroviária

Análise Situacional da Meta

A discussão acerca do modelo ideal de concessão ferroviária a ser implantado no Brasil está em andamento, assim como a forma de se viabilizar a democratização do transporte e a redução do frete, elemento essencial à execução do Programa de Investimento em Logística (PIL).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e a manutenção da malha ferroviária brasileira em operação estão ligadas diretamente aos investimentos realizados. Até outubro de 2012, esse valor foi de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, investidos nos 28.979 km de ferrovias em operação no Brasil nos setores de manutenção e aquisição de novos materiais rodantes (vagões e locomotivas).

Atualmente, cerca de 1.500 km de trechos ferroviários, onde há transporte ferroviário por meio de concessão, estão executando obras de melhorias como expansão, modernização, duplicação e construção de vias.

Metas 2012-2015

- **Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais**

Análise Situacional da Meta

A manutenção permanente prevista nas ferrovias federais:

- 1 - Manutenção na EF-151 – Ferrovia Norte Sul – Palmas/TO a Anápolis/GO (855 km);
- 2 - Manutenção na EF-151 – Ferrovia Norte Sul – Anápolis/GO a Estrela D’Oeste/SP (681 km).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa, vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei 12.743/2012, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) e passou a ser Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), ampliando as suas competências.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), reformulado pelo Decreto 7.789 (15/08/2012) para incorporar em sua composição representantes da iniciativa privada. Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no país, a EPL vai atuar como sócia na concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV), com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no setor.

Sob demanda, e mediante contratação, a EPL irá planejar e estruturar projetos a serem executados pelos respectivos órgãos de cada setor e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes. A empresa assumirá também a função de empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

Existem dois estudos em execução, os quais são liderados pela EPL: Pesquisa de Origem e Destino e Contratação de Empresa de Desenvolvimento de Soluções Inovadoras de Engenharia. Além disso, está em andamento a contratação da DERSA para elaboração dos projetos do ferroanel de São Paulo. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL passam a subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério dos Transportes, no âmbito da política traçada para o setor.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT - do Ministério dos Transportes tem o Projeto de Execução de Serviço de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no MT e nos Órgãos Vinculados.

O projeto tem por objetivo efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas, desenvolvidos com base em tecnologia de geoprocessamento, existentes no MT e órgãos vinculados: DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC.

A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- 1 - Diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;

- 2 - Aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- 3 - Aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- 4 - Aumento de dados produzidos.

Os estudos serão desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, ora em fase de contratação, com início previsto em 2013.

• **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**
Análise Situacional da Meta

Está em andamento a contratação de empresa de desenvolvimento de soluções inovadoras de engenharia para desenvolvimento e transferência de tecnologia, que abrangerá desde áreas de planejamento logístico automatizado, até ações mitigatórias contra fraudes e sonegação fiscal. Além de se alinhar às iniciativas do governo brasileiro para garantir a independência tecnológica do país, e com a colaboração futura da contratada, permitirá à EPL o controle operacional das novas tecnologias de automação na gestão de transportes, conferindo-lhe a capacidade de prestação de serviços e conhecimento acerca do fluxo de veículos e cargas. Além disso, oferecerá dados em tempo real e permitirá o desenho inteligente de soluções que atendam às reais necessidades do país, assistindo o governo e empresas na melhoria da prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US\$ FOB	31/12/2010	45,8	31/12/2012	50,05
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	31/12/2010	1,4	31/12/2012	1,36
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2012	0,19
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	2,6	31/12/2012	3
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14	31/12/2012	1
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	155	31/12/2012	193,12
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,2	31/12/2012	86,98
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,5	31/12/2012	26,4
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2010	13,7	31/12/2012	10,73
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2010	5,2	31/12/2012	3,73
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2010	10,3	31/12/2012	8,62
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130	31/12/2012	124
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93	31/12/2012	134
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58	31/12/2012	48
Tarifa aérea média nominal	R\$	31/12/2009	315,43	30/09/2012	273,32
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,5	31/12/2012	72,95
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79	31/12/2012	1.439,13
Yield tarifa aérea nominal	R\$	31/12/2009	0,4677	30/09/2012	0,346

Observações:

Tarifa aérea média nominal - Aguarda-se o indicador final de 2012 - base dezembro/2012 - no segundo semestre de 2013

Yield tarifa aérea nominal - Aguarda-se o indicador final de 2012 - base dezembro/2012 - no segundo semestre de 2013

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

O Governo colocou em prática várias medidas para expandir a capacidade dos principais aeroportos do país, investindo nos aeroportos públicos gerenciados pela Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), e, também, atraindo investidores privados com experiência na área de gestão aeroportuária para o gerenciamento de aeroportos por meio de concessões. Acerca da concessão da infraestrutura aeroportuária no Brasil, já foram concedidos os aeroportos de: Guarulhos (SP), Brasília (DF), Viracopos - Campinas (SP) e São Gonçalo do Amarante (RN); os leilões aconteceram no dia 6 de fevereiro de 2012, e o período de transição da administração entre a Infraero e a nova administradora terminou em 14 de novembro para Viracopos, 15 de novembro para Guarulhos e 1º de dezembro para o aeroporto de Brasília. No aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), as obras para a construção do Terminal de Passageiros estão em andamento e adiantadas de acordo com o cronograma previsto pela concessionária para a fase I da concessão. Apesar de o contrato estipular janeiro de 2015 como data final para conclusão da fase I, a concessionária planeja finalizar as obras dessa fase em maio de 2014. Até dezembro de 2012, foram investidos R\$ 17,8 milhões.

Devido à relevância do setor aeroportuário nacional e a sua expansão, o Governo Federal necessitou estabelecer alguns critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo quais aeroportos ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. Para sanar essa necessidade, a Secretaria de Aviação Civil – SAC/PR trabalhou durante o ano de 2012 na elaboração do Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária, a ser aprovado por meio de Portaria. Ao longo do 1º semestre de 2012, a SAC/PR realizou diversas análises acerca da matéria. Contudo, no decorrer do desenvolvimento, verificou-se que seria fundamental a regulamentação da modalidade de exploração denominada "Autorização", prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA. No segundo semestre de 2012, a SAC propôs essa regulamentação, que resultou na edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, cujo teor, dentre outras questões, define o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA. Esses serviços caracterizam a aviação geral brasileira, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país.

Para aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil, de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros até 2015, a Infraero está ampliando seus investimentos e modernizando sua rede de aeroportos. A capacidade de processamento de passageiros no exercício de 2012 foi de 247.400.000; dos quais, 24.472.000 referem-se à Região Sul; 109.027.500 à Região Sudeste; 28.539.500 à Região Norte; 62.114.500 à Região Nordeste e 23.246.500 à Região Centro-Oeste. A movimentação efetiva de passageiros da rede Infraero (que agrega embarques, desembarques e conexões), para o ano de 2012, foi de 193.119.365. Para atendimento dessa meta de capacidade, a Infraero está ampliando seus investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros nos aeroportos administrados por ela em todo o Brasil. Algumas das principais intervenções são: ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto de Manaus (AM); reforma e adequação do TPS de Salvador (BA); construção do novo TPS do Aeroporto de Goiânia (GO); reforma, modernização e ampliação do TPS do Aeroporto de Confins (MG); reforma do TPS 1 e 2 do Aeroporto do Galeão (RJ); ampliação do TPS do Aeroporto de Curitiba (PR) e reforma e ampliação do TPS 1 do Aeroporto de Porto Alegre (RS).

Quanto à capacidade de processamento de cargas da rede Infraero para o ano de 2012, a capacidade foi de 1.529.265 toneladas, das quais, 100.080 referem-se à Região Sul; 1.053.983 à Região Sudeste; 186.592,0 à Região Norte; 144.114 à Região Nordeste e 44.496 à Região Centro-Oeste. Houve significativos incrementos nos processos operacionais, que resultaram em aumentos de escala, indicando que, com a mesma área, foi possível processar maior tonelage de carga. Contribuíram para este desempenho, dentre outros: o Programa de Eficiência Logística, a verticalização das áreas de armazenagem, a automação e sistematização dos processos, a melhoria dos processos de liberação junto a clientes e a especialização das equipes de trabalho. Os investimentos previstos para o triênio 2013/2015, voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos são da ordem de R\$ 140 milhões. Efetivamente, no exercício de 2012, foram movimentadas 1.007.638 toneladas de carga, inclusive nos aeroportos concedidos.

Com o objetivo de adequar a capacidade, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor, estão sendo realizadas intervenções em sete aeroportos brasileiros: Brasília, Viracopos, Confins, Fortaleza, Guarulhos, Porto Alegre e Galeão. No aeroporto de Brasília, foi finalizada a etapa, sob a responsabilidade da Infraero, da obra de reforma do corpo central do Terminal de Passageiros. Em Campinas, o aeroporto de Viracopos investiu em desapropriações de áreas para ampliação. Em Fortaleza, as obras para reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros estão sendo monitoradas para que o prazo final possa ser cumprido. A obra de terraplanagem do Terminal de Passageiros 3, do Aeroporto de Guarulhos, a cargo da Infraero, foi concluída. Os projetos para ampliação e reforma do Terminal de Passageiros 1 e do pátio de aeronaves do aeroporto de Porto Alegre encontram-se em execução e grande parte das desapropriações de áreas para ampliação da pista de pouso e decolagem foram efetuadas. As obras no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, estão em andamento e parte já foi concluída. O aeroporto de São Gonçalo do Amarante está programado para finalizar as obras em novembro de 2013. As obras do aeroporto de Curitiba foram concluídas em janeiro de 2013.

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da federação, no primeiro semestre de 2012, foi dado andamento aos 18 (dezoito) convênios do PROFAA celebrados em 2011, com vigência nos exercícios de 2012 e 2013. O montante total de investimentos corresponde a R\$ 106,5 milhões, em melhoramento, reforma, expansão e construção de aeroportos em todo país. Todos os convênios foram celebrados com a presença de cláusulas condicionantes referentes à apresentação dos respectivos projetos básicos aprovados ou não. No segundo semestre, a SAC-PR aprovou o Plano de Investimentos do PROFAA de 2012, por meio da Portaria Normativa nº 139/SAC-PR, de 21 de novembro de 2012. Nele foram previstos investimentos em infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual na ordem de R\$ 308,5 milhões, sendo R\$ 236,4 milhões destinados a investimentos em construção, reforma e adequação de aeroportos, distribuídos em 20 localidades de 13 Estados da Federação; e R\$ 72,1 milhões destinados à aquisição de 48 carros contra incêndio em aeródromos, distribuídos em 15 estados do país. Os convênios necessários para a descentralização dos recursos foram celebrados em 2012, correspondendo a R\$ 216,4 milhões, sendo 9 convênios destinados a investimentos em construção, reforma e adequação de aeroportos, o que corresponde a R\$ 157,1 milhões; e 13 destinados à aquisição de 39 carros contra incêndio em aeródromos, que corresponde a R\$ 59,3 milhões. Em dezembro de 2012, o Governo Federal anunciou o Programa de Investimentos em Logística - Aeroportos, nele foram selecionados 270 aeroportos regionais que receberão cerca de R\$ 7,3 bilhões, ao longo dos próximos anos, em um modelo que envolverá a parceria com estados, municípios e iniciativa privada. Inicialmente estão previstos investimentos em 67 aeroportos no Norte; 65 no Sudeste; 64 no Nordeste; 43 no Sul; e 31 no Centro-Oeste.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de processamento de passageiros da rede Infraero para o exercício de 2012 é de 247.400.000, dos quais 24.472.000 refere-se à Região Sul, 109.027.500 à Região Sudeste, 28.539.500 à Região Norte, 62.114.500 à Região Nordeste e 23.246.500 à Região Centro-Oeste.

A movimentação de passageiros da rede Infraero, incluindo os aeroportos concedidos, que agrega embarques, desembarques e conexões, para o exercício de 2012, foi de 193.119.365.

Para atendimento da meta a Infraero está ampliando seus investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros nos aeroportos administrados.

Por Região, destacamos as principais obras de infraestrutura e contratação de serviços em andamento, para garantir a ampliação, modernização e melhoria dos serviços prestados.

. Região Norte: Reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto de Manaus, ampliando sua capacidade para 13,5 milhões/ano;

- . Região Nordeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Fortaleza, aumentando sua capacidade para 8,6 milhões/ano; Reforma e adequação do TPS de Salvador, ampliando sua capacidade para 10,2 milhões/ano;
- . Região Centro-Oeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Cuiabá, ampliando sua capacidade para 5,7 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Goiânia, ampliando sua capacidade para 8,6 milhões/ano;
- . Região Sudeste: Reforma, modernização e ampliação do TPS do Aeroporto de Confins, ampliando sua capacidade para 17,4 milhões/ano; Reforma dos TPS 1 e 2 do Aeroporto do Galeão, ampliando a capacidade para 44 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Vitória, ampliando sua capacidade para 9,7 milhões/ano;
- . Região Sul: Ampliação do TPS do Aeroporto de Curitiba, ampliando sua capacidade para 14,6 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS 1 do Aeroporto de Porto Alegre, ampliando sua capacidade para 18,8 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Florianópolis, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Foz do Iguaçu, ampliando sua capacidade para 3,9 milhões/ano;

Quantidade alcançada

247.400.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40.166.680	unidade	23.246.500	25/01/2013
Região Nordeste	51.575.690	unidade	62.114.500	25/01/2013
Região Norte	19.221.206	unidade	28.539.500	25/01/2013
Região Sudeste	158.208.606	unidade	109.027.500	25/01/2013
Região Sul	35.827.818	unidade	24.472.000	25/01/2013

• **Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas**

Análise Situacional da Meta

A capacidade para processamento de cargas da rede Infraero para o exercício de 2012 é de 1.529.265 toneladas, das quais 100.080 refere-se à Região Sul, 1.053.983 à Região Sudeste, 186.592 à Região Norte, 144.114 à Região Nordeste e 44.496 à Região Centro-Oeste. Efetivamente o total de cargas movimentadas no exercício de 2012, incluindo os aeroportos concedidos, foi de 1.007.638 toneladas.

Houve significativos incrementos nos processos operacionais, que resultaram em aumentos de escala, indicando que, com a mesma área, foi possível processar maior tonelagem de carga. Contribuíram para este desempenho, dentre outros:

- 1) O Programa de Eficiência Logística, que destaca e premia as organizações que melhor gerenciaram sua cadeia logística, com eficiência e rapidez na retirada de cargas dos Terminais da Infraero, estimulando o aumento da velocidade no processamento e a otimização do espaço disponível para o recebimento de novas cargas;
- 2) A verticalização das áreas de armazenagem, com a aquisição e instalação de novos equipamentos para os Terminais, tais como, transelevadores, prateleiras do tipo cantilever, e estantes, que elevaram a capacidade de armazenagem dos Terminais de Carga;
- 3) A automação e sistematização dos processos, com destaque para a integração dos sistemas Tecaplus e Siscomex (da Receita Federal) para a entrega (baixa) de cargas importadas liberadas, atendendo a todos os terminais de logística de carga da rede; e a implantação do inventário automatizado para agilizar a localização, atualização do endereçamento e armazenamento das cargas, com a utilização de coletores de dados integrados ao Sistema Tecaplus. Obtiveram como resultado a diminuição no tempo de localização e entrega de cargas, gerando um significativo aumento do fluxo de processamento e da capacidade de armazenamento dos Terminais de Carga;
- 4) A melhoria dos processos de liberação junto a clientes, parceiros, Receita Federal, ANVISA e demais órgãos anuentes e a revisão dos fluxos internos de trânsito/processamento das cargas dentro dos Terminais de Carga; e
- 5) A especialização das equipes de trabalho que, com capacitação, treinamento e atualização têm, cada vez mais, aplicado boas práticas de gestão dos processos nos Terminais de Carga.

Os investimentos previstos para o triênio 2013/2015, voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos são da ordem de R\$ 140 milhões. Tais investimentos, somados às constantes melhorias de processos implementados, têm como prioridade o aumento da capacidade de processamento de cargas pelos Terminais da Infraero.

Quantidade alcançada

1.529.265

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39.000	TON	44.496	25/01/2013
Região Nordeste	164.000	TON	144.114	25/01/2013
Região Norte	393.000	TON	186.592	25/01/2013
Região Sudeste	1.621.000	TON	1.053.983	25/01/2013
Região Sul	183.000	TON	100.080	25/01/2013

• **Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil – SPR trabalhou durante o ano de 2012 na elaboração do Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária, que ao ser aprovado, por meio de portaria, terá por objetivo o estabelecimento de critérios gerais e diretrizes de política pública voltados para melhor utilização dos modelos de exploração de aeródromos civis públicos, previstos no Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA. Sobre esse aspecto, cumpre destacar que o processo de seleção e adoção do modelo de exploração mais adequado a cada aeródromo civil público existente no país deve ser pautado por critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública, considerando, para tanto, as características técnicas e operacionais da infraestrutura aeroportuária, bem como os diversos aspectos econômicos, sociais e geográficos da região atendida.

Além disso, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos relativos à elaboração do Plano Geral de Outorgas, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República propôs a regulamentação de dispositivo do CBA que trata do modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização.

Essa ação teve por consequência a edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que estabelece o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA. Esses serviços caracterizam a aviação geral, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país, que tem crescido anualmente a uma taxa média de 6%, buscando garantir transporte flexível para todo o território, aumentar a mobilidade da população e promover a integração nacional.

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130 e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil e com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Em 31/12/2012 esses números eram de 124 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas e 789 rotas servidas por transporte aéreo regular. Os motivos para a redução no número de operações são diversos, contudo, dois pontos podem ser ressaltados: a otimização da malha para

evitar possíveis prejuízos por parte das empresas aéreas concessionárias e; e a maior concentração do mercado devido as aquisições realizadas no ano de 2012.

Durante o 1º semestre de 2012 foi elaborada metodologia para a eleição de municípios com potencial para receber transporte aéreo regular de passageiros. Tal metodologia tem como objetivo direcionar investimentos para a adequação das infraestruturas aeroportuárias de interesse para a aviação regional. Em dezembro de 2012, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística, que para aeroportos prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional por meio de investimentos no valor de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos.

Quanto aos mecanismos de financiamento de aeronaves, realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, e este disponibilizou o Fundo Garantidor, regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19 de outubro de 2010. Devido ao fato de empresas considerarem que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves, estas informações foram divulgadas aos possíveis interessados.

Paralelamente, em 2012, foram promovidas discussões no âmbito do governo com o objetivo de revisar a Resolução ANAC nº 02/2006, que atualmente regula a alocação de horários de chegadas e partidas de aeronaves em linhas aéreas domésticas de transporte regular de passageiros no país. As reuniões realizadas nesse período visaram estabelecer diretrizes que promovessem uma significativa redução das barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos que apresentem ou que venham a apresentar restrição de oferta de infraestrutura aeroportuária, propiciando, assim, um aumento do potencial de competição do setor aéreo e da qualidade dos serviços prestados aos passageiros. As discussões resultaram no anúncio do Programa de Investimento em Logística - Aeroportos, feito pela Presidência da República, em 20 de dezembro de 2012. Esse programa trouxe diretrizes para a revisão do arcabouço regulatório para slots (horários de chegadas e partidas) em aeroportos que já operam no limite da capacidade, bem como trouxe o compromisso de realização de audiência pública sobre a matéria, tendo sido a primeira audiência realizada em março de 2013.

Ainda em 2012, promoveu-se a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos - ASAs, bem como a atualização de Acordos já vigentes com diferentes países. Iniciativas, como a participação do Brasil na Conferência para Negociação de Serviços Aéreos (ICAN 2012), evento promovido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), que teve por objetivo reunir representantes de vários países para negociação dos respectivos ASAs, agilizaram a agenda de negociações da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a um custo reduzido.

Dentre os Acordos negociados em 2012, menciona-se:

- 1) Brasil/Albânia (fevereiro, Rio de Janeiro), visando ao alinhamento com o atual marco regulatório brasileiro, novo acordo;
- 2) Brasil/ Burkina Faso (abril, Rio de Janeiro): rubricou-se Acordo de Serviços Aéreos, novo acordo;
- 3) Brasil/Equador (abril, Rio de Janeiro): rubrica do modelo brasileiro para um novo ASA;
- 4) Brasil/Peru (junho, Rio de Janeiro): atualização de entendimentos com o Peru de modo a alinhar o ASA com o marco regulatório nacional;
- 5) Brasil/Uruguai (novembro, Brasília): atualização de ASA alinhado à Política Nacional de Aviação Civil do Brasil;
- 6) Brasil/Guatemala (novembro, Brasília): rubricou-se ASA alinhado às diretrizes da Política Nacional de Aviação Civil do Brasil, novo acordo;
- 7) Brasil/Azerbaijão (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): conclusão de acordo, que inclui liberdade tarifária e tráfego acessório em 5ª liberdade, novo acordo;
- 8) Brasil/Jordânia (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): atualização do acordo vigente;
- 9) Brasil/Suíça, (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): adoção de novo acordo com base no modelo brasileiro, reunião de consulta;
- 10) Brasil/Nova Zelândia, (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): rubricado acordo com base no modelo brasileiro;
- 11) Brasil/Serra Leoa (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): reunião de consulta, novo acordo;
- 12) Brasil/Arábia Saudita (dezembro, Jidá – Arábia Saudita): reunião de consulta, novo acordo.

Ainda, durante o ano de 2012, foram alocadas 116 frequências internacionais (voos semanais permitidos), com destaque

para os seguintes mercados:

Alemanha – 3 frequências

Bolívia – 7 frequências

Chile – 14 frequências

Estados Unidos - 43 frequências

França – 2 frequências

Guiana Francesa (Acordo com a França) – 5 frequências

Peru – 7 frequências

República Dominicana - 14 frequências

Uruguai - 14 frequências

Venezuela - 7 frequências

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas**

Análise Situacional da Meta

O número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas fechou o ano de 2012 em 789 rotas.

Espera-se um aumento desse número para os próximos anos devido ao lançamento, em 2012, do Programa de Investimentos em Logística - Aeroportos que prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional. Assim, espera-se que a meta seja atingida até 2015.

Quantidade alcançada

789

Data de Referência

25/01/2013

- **Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2012, o Brasil possui 124 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Em dezembro de 2012, o governo lançou o Programa de Investimentos em aeroportos que prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional. Espera-se que a meta seja atingida até 2015 com os investimentos e concessões anunciadas.

Quantidade alcançada

124

Data de Referência

25/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	15	25/01/2013
Região Nordeste	28	unidade	19	25/01/2013
Região Norte	46	unidade	35	25/01/2013
Região Sudeste	30	unidade	31	25/01/2013
Região Sul	27	unidade	24	25/01/2013

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

A Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC é responsável por garantir a segurança do transporte aéreo, a qual pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita

(security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a security, a Agência elabora anualmente o Plano Anual de Controle de Qualidade - PACQ. Neste plano constam ações que buscam assegurar o atendimento aos requisitos de segurança contra atos de interferência ilícita presentes nos regulamentos dos provedores de serviços. Essas ações são: testes, auditorias, análises e inspeções. Testes constituem simulação de ato de interferência ilícita para verificação da eficiência e da eficácia das medidas de segurança existentes. Auditorias são verificações do cumprimento continuado dos provedores em relação aos regulamentos da ANAC. Análises consistem na avaliação das operações aéreas e aeroportuárias para identificar suas vulnerabilidades frente aos atos de interferência ilícita e determinar medidas de segurança adicionais ou aperfeiçoadas a serem aplicadas. Inspeções de controle de qualidade são avaliações de um ou mais aspectos das medidas de segurança das organizações envolvidas nas atividades de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e de seus procedimentos para determinar o cumprimento das normas e sua eficiência e eficácia. No ano de 2012, foram realizadas 558 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, crescimento expressivo comparado ao ano de 2010, no qual foram realizados 162.

No que se refere a safety, a ANAC dispõe de dois importantes documentos, que almejam assegurar o atendimento dos requisitos dos regulamentos: o PVC - Plano de Vigilância Continuada e o PTA - Plano de Trabalho Anual. O PVC, além de enumerar quais serão as atividades de fiscalização e inspeção de segurança operacional a serem executadas pela Agência, determina os procedimentos a serem adotados e a periodicidade. Já o PTA define quais serão as atividades de fiscalização e inspeção da segurança operacional a serem desenvolvidas no ano.

Cabe também ressaltar a realização do Programa de Fiscalização Continuada, o qual consiste em um plano anual, dividido em três ciclos de fiscalização, que contemplam diversos aeroportos do Brasil. As equipes de fiscalização realizam vistorias nas empresas aéreas com relação à prestação do serviço de transporte aéreo aos passageiros. Essas visitas são repetidas nos mesmos aeroportos, dentro do ciclo, para que as equipes possam verificar se as irregularidades verificadas em inspeções anteriores foram corrigidas. Esta sistemática tem gerado resultados interessantes e mudanças de comportamento nos entes regulados, que percebem a ação do estado e se veem na obrigação de sempre cumprir com as normas. Eventuais punições são encaminhadas não somente ao setor jurídico das empresas aéreas, mas uma cópia é encaminhada à base que deu causa à punição, para que ela possa adequar sua operação. Este procedimento de comunicação se mostrou muito efetivo, pois se verificava que o fluxo de informações não fluía de forma adequada nas empresas aéreas, de forma que as punições impostas não geravam o efeito esperado pela ANAC.

Em adição às fiscalizações programadas, a ANAC realiza Operações Especiais, que consistem em um esforço concentrado das equipes de fiscalização em aeroportos estratégicos definidos através de estudos de incremento de passageiros e de impactos na infraestrutura do aeroporto. As Operações Especiais destinam-se a reforçar a atuação da fiscalização e a prestar informação aos passageiros sobre as normas, seus direitos e seus deveres.

Em termos quantitativos, a Agência Nacional de Aviação Civil fiscalizou, no ano de 2012, 19.827 itens relativos à segurança operacional, à infraestrutura aeroportuária, à regulação econômica e à aeronavegabilidade. O previsto para todo o ano são 16.400 itens, o que revela aderência adequada ao planejado.

Além das ações de fiscalização, a ANAC realiza, pelo segundo ano consecutivo, a Ação Nacional de Aviação Civil, evento itinerante, realizado em diversas capitais do país, que tem como objetivo disseminar informações e conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo e aumentar a proximidade da ANAC com seus principais públicos (pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves,

representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária e entidades do setor). O projeto também é uma oportunidade para a Agência conhecer os desafios enfrentados pelas comunidades de aviação civil. As informações coletadas durante o evento subsidiam a formulação de estratégias de fiscalização e regulação da ANAC, em consonância com as necessidades da sociedade.

Todo esse conjunto de atividades contribui para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingindo 0,21 no ano de 2012, ficando abaixo da média mundial, que, segundo metodologia da ANAC, teve índice de 0,46 em 2011.

Metas 2012-2015

- **Elevar em 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010**

Análise Situacional da Meta

Para que fosse alcançado o aumento de 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010, seriam necessárias 306 fiscalizações, pois no ano de 2010 foram realizados 162. No ano de 2012, foram realizados 558 procedimentos, excedendo a expectativa da meta inicial.

Quantidade alcançada

244,4

Data de Referência

25/01/2013

- **Reduzir em 50% até 2015, com referência ao ano de 2007, o índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens**

Análise Situacional da Meta

O índice anual de acidentes aeronáuticos em 2007 era de 1,48. A Agência envidou esforços para o estabelecimento de um padrão de segurança operacional elevado em empresas aéreas de transporte regular de passageiros, atingindo, no ano de 2012, o valor de 0,21, com atendimento superior ao proposto na meta. Tal desempenho deve-se ao aumento do número médio de decolagens no período compreendido entre 2006 à 2011 de 69,4%, superior a previsão de crescimento do mercado, além da redução do número de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares nos últimos cinco anos.

Quantidade alcançada

85,8

Data de Referência

25/01/2013

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento estratégico de longo prazo para o setor encontra-se em fase de concepção pela SAC-PR, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados ao controle e ao gerenciamento do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil. O planejamento e a gestão do transporte aéreo demandam orientações e definições estratégicas por parte de seu ente regulador. No âmbito da ANAC, tais definições estão intrinsecamente relacionadas aos direcionamentos espaciais - de onde se situar fisicamente -, operacionais e gerenciais de suas atividades, sobremaneira as de cunho finalístico, a exemplo das ações de segurança operacional, e aquelas associadas à qualidade da oferta do serviço de transporte aéreo para a sociedade.

Nesse contexto extremamente complexo de atuação e buscando endereçar soluções de planejamento e gestão para a aviação civil nacional, foi que a ANAC, ao longo do ano de 2012, desenvolveu o Estudo de Regionalização ANAC, obtendo como um de seus produtos o supracitado modelo.

Nesse estudo, por meio de modelagem e simulação de interações com as superintendências finalísticas e de discussões no âmbito estratégico da Agência, foi elaborado o modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC, que poderá atender o perfil de demanda por atividades predominantemente (fiscalização, certificação e regulação) da Agência e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

Por fim, cabe observar que, para os próximos anos, está sendo avaliada a realização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, para viabilizar os estudos que estejam mais aderentes ao planejamento estratégico da ANAC e ao PPA 2012-2015.

Quanto ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria, no ano de 2012, a ANAC emitiu as seguintes regulamentações:

a) Resoluções:

a1) CE/SC nº 25 - 005 Condição Especial Aplicável às Manobras de Rolamento / Special Condition for Rolling Maneuvering;

a2) Condição especial CE/SC 25-006 - Aprova condição especial para o avião EMB-145, aplicável ao uso de grandes painéis não tradicionais e não metálicos integrados à estrutura dos assentos de passageiros;

a3) Condição especial CE/SC 23-010 - Aprova condição especial para o avião EMB-505, aplicável ao sistema de bolsa de ar (airbag) instalado em cintos de segurança de ombro em assentos de múltipla ocupação orientados transversalmente.

b) Instruções Suplementares, por portaria:

b1) IS 137.201-001A - Uso de etanol em aeronaves agrícolas. Portaria ANAC nº 1.257, de 21/6/2012.

b2) IS 21-013A - Instruções para obtenção de aprovação de instalação de equipamentos GNSS (Global Navigation Satellite Systems) stand alone para operações VFR e IFR PBN (Performance-Based Navigation).

b3) IS 21-002A - Emissão de Certificado de Autorização de Voo Experimental para veículos aéreos não tripulados.

Quanto à meta de formar 1.900 profissionais da aviação civil, durante o ano de 2012, foram capacitadas 391 pessoas no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica e está se buscando acelerar a execução da meta por meio da flexibilização do processo de fomento ao pessoal da aviação civil, com alternativas para a concessão de bolsas, como o credenciamento de escolas de aviação civil e parcerias com institutos de ensino.

Quanto à meta de revisar o marco legal do setor de aviação civil, a SAC/PR deu início à revisão do Decreto nº 5.731/2006, que dispõe sobre a instalação e a estrutura organizacional da ANAC e aprova o seu regulamento, com vistas a adequar o normativo à criação da SAC/PR e às competências a ela atribuídas pela Lei nº 12.462/2011.

Outra iniciativa da Secretaria foi de trabalhar na regulamentação do modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, sugerindo que seja regulamentado o disposto no art. 36, inciso IV, da Lei nº 7.565/1986.

Essa ação teve por consequência a edição e publicação do Decreto nº 7.871/2012, cujo teor, dentre outras questões, definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA, serviços estes que caracterizam a aviação geral.

Adicionalmente, a MP nº 551, que altera dispositivos das Leis nº 7.920/1989, nº 9.825/1999, nº 8.399/1992, nº 6.009/1973, nº 5.862/1972, nº 12.462/2011, foi convertida na Lei nº 12.648/2012, que trouxe importantes mudanças para o setor, como a criação da tarifa de conexão e a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias.

Com o fito de desonerar a folha de salários das empresas de transporte aéreo de passageiros regular, de transporte aéreo de carga e de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos, a SAC/PR contribuiu para a edição da MP nº 563/2012, convertida na Lei nº 12.715/2012.

projetos de investimento na área de infraestrutura considerados prioritários no setor de aviação civil e a forma de acompanhamento e implantação dos projetos. Também com vistas a incentivar os investimentos no setor, editou-se a Portaria nº 93/2012, que estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de implantação de obras de infraestrutura nos sistemas aeroportuários e de proteção ao voo, instalados em aeródromos públicos, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para ampliar a possibilidade de participação do capital estrangeiro nas empresas de transporte aéreo, não sofreu movimentação no primeiro semestre de 2012. No segundo semestre, por sua vez, a SAC/PR, junto à Subsecretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, acompanhou os debates ocorridos na Câmara dos Deputados com o objetivo de inserir o assunto na pauta para votação em Plenário. Embora tenha havido requerimentos para inclusão e votação imediata do referido Projeto de Lei, a matéria não foi apreciada, por acordo de líderes. Importante frisar que escapa à governabilidade da SAC/PR determinar o momento em que o Congresso Nacional irá apreciar o referido projeto normativo.

Concluiu-se os estudos para a revisão dos Decretos nº 76.590/1975, nº 98.996/1990 e nº 99.255/1990, que autorizaram o Comando da Aeronáutica a instituir os Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional - SITAR. Tais normativos encontram-se inadequados ao ordenamento jurídico atual e com eficácia reduzida em virtude das características do transporte aéreo nos dias de hoje.

Por fim, também foi realizado o estudo para a revisão do disposto no Decreto n. 3.564/2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho de Aviação Civil, tendo em vista a criação da SAC/PR e as competências atribuídas pela Lei nº 12.462/2011.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo

Análise Situacional da Meta

O planejamento e a gestão do transporte aéreo demandam orientações e definições estratégicas por parte de seu ente regulador, a ANAC. No âmbito desta Agência, tais definições estão intrinsecamente relacionadas aos direcionamentos espaciais – de onde se situar fisicamente -, operacionais e gerenciais de suas atividades, sobremaneira as de cunho finalísticos, a exemplo das ações de segurança operacional e aquelas associadas à qualidade da oferta do serviço de transporte aéreo para a sociedade.

Dispor de tal modelo é essencial para que os atores do setor possam tomar decisões e operar de forma eficiente no mercado. Como exemplo dessa dinâmica, pode-se mencionar que, ao se planejar para estabelecer-se fisicamente próxima a uma unidade ANAC, uma empresa de manutenção de aeronaves tenderá a dispor de atendimento mais ágil a suas demandas, o que implicará economia de tempo e minimizará custos financeiros. No que tange à qualidade dos serviços aéreos, pode-se atestar que, estando a Agência situada onde deve estar, e operando adequadamente, é evidente que sua gestão será inquestionavelmente mais efetiva.

Nesse contexto de atuação, e buscando endereçar soluções de planejamento e gestão para a aviação civil nacional, ao longo do ano de 2012, desenvolveu-se o Estudo de Regionalização ANAC, obtendo como um de seus produtos o supracitado modelo.

Nesse estudo, por meio de modelagem e simulação, de interações com as superintendências finalísticas, e de discussões no âmbito estratégico da Agência, foi elaborado o modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC que poderá atender o perfil de demanda por atividades predominantemente finalísticas (fiscalização, certificação e regulação) da Agência, incorrendo no menor custo monetário possível, e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

É importante mencionar que nenhum valor financeiro foi executado para o desenvolvimento desse estudo, haja vista que os recursos utilizados para sua realização foram os já disponíveis internamente, não havendo necessidade de

contratações externas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

25/01/2013

• **Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de concepção o Plano de Ação da Secretaria de Aviação Civil, que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

Considerando a recente criação da Secretaria de Aviação Civil, encontra-se em estágio final a definição de sua agenda e do seu escopo de atuação. De posse dessas atividades, serão elaborados os indicadores e metas, bem como o método de monitoramento das ações. Para tanto, será necessário um termo de cooperação com entidades de ensino federais para o desenvolvimento de sistemas de dados.

Este Plano deverá considerar, entre outros aspectos, o crescimento do setor aéreo; o nível da demanda por transporte aéreo; o aumento da frota de aeronaves; as necessidades dos aeroportos; os requisitos de qualidade de serviços; a segurança operacional; a segurança da aviação; a proteção ao meio ambiente; e novas tecnologias.

• **Formar 1.900 profissionais da aviação civil para obtenção de licença**

Análise Situacional da Meta

Foram formadas 391 pessoas no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáuticas.

Para a flexibilização do processo de fomento à formação de pessoal da aviação civil, a ANAC está estudando alternativas para a concessão de bolsas, como o credenciamento de escolas de aviação civil e as parcerias com institutos de ensino.

Quantidade alcançada

391

Data de Referência

24/01/2013

• **Revisar o marco legal do setor de aviação civil**

Análise Situacional da Meta

A SAC/PR deu início à revisão do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da ANAC e aprova o seu regulamento, com vistas a adequar o normativo à criação da SAC/PR e às competências a ela atribuídas pela Lei nº 12.462/2011.

Outra iniciativa da Secretaria foi de trabalhar na regulamentação do modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, sugerindo que seja regulamentado o disposto da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Essa ação resultou na edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, cujo teor definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 551 - que altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, foi convertida na Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, que trouxe importantes mudanças para o setor, como a criação da tarifa de conexão, e a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias.

Ressalte-se a elaboração da Portaria SAC-PR nº 18, de 23 de janeiro de 2012, que disciplina os requisitos mínimos para

a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura considerados prioritários no setor de aviação civil e a forma de acompanhamento e implementação dos projetos. Também com vistas a incentivar os investimentos no setor, editou-se a Portaria nº 93, de 6 de julho de 2012, que estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de implantação de obras de infraestrutura nos sistemas aeroportuários e de proteção ao voo, instalados em aeródromos públicos, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Os estudos para a revisão dos Decretos nº 76.590, de 11 de novembro de 1975, nº 98.996, de 2 de março de 1990 e nº 99.255, de 15 de maio de 1990, que autorizaram o Comando da Aeronáutica a instituir os Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional – SITAR, foram concluídos. Tais normativos encontram-se inadequados ao ordenamento jurídico atual e sua eficácia reduzida em virtude das características do transporte aéreo nos dias de hoje.

Por fim, também foi realizado o estudo para a revisão do disposto no Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho de Aviação Civil-CONAC, tendo em vista a criação da SAC/PR e as competências atribuídas pela Lei nº 12.462/2011. Essas iniciativas demonstram a constante atenção da SAC/PR no processo de revisão do marco legal do setor de aviação civil.

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere ao acompanhamento da implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo, a SAC tem acompanhado a implantação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC) e Londrina (PR).

Em relação à coordenação da formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Civil Brasileira, esta Secretaria está consolidando uma linha de ação para atuar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica no desenvolvimento conjunto.

Por fim, a SAC/PR está integrando o Subcomitê de Capacidade do CONAERO (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias), cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos e metodologias para o aumento da capacidade das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária.

Metas 2012-2015

• Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira encontra-se em fase de formulação, inicialmente, com a validação de uma metodologia preconizada pelos organismos internacionais da aviação civil que se adapte à realidade nacional. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados com o controle do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US\$ milhão	31/12/2010	1.529	31/12/2012	1.970
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114	30/06/2012	199
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511	31/12/2012	16.188.957
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000	31/01/2012	100.250.000
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481	31/12/2012	24.375
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934	31/12/2012	92.926
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473	31/12/2012	56.953,8
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915	31/12/2012	14.728
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25	31/12/2012	66,27
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75	31/12/2012	76
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27	31/01/2012	38
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3	31/01/2012	25
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23	31/12/2012	58
Percentual de domicílios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,1	31/12/2012	40,01
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	30/04/2011	38	31/10/2012	90
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	9	30/11/2012	14,3
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59	30/11/2012	47,8
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,6	30/11/2012	67,9
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62	31/12/2012	80,7
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	5	30/12/2012	6,121

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68	31/01/2012	86
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35	31/01/2012	45
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	80	30/12/2012	52,87
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,5	31/12/2012	90
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48	31/12/2012	69,8

Observações:

Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel - Alteração da fonte dos dados. Fonte atual: Secretaria de Telecomunicações/MC

Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado - Alteração da fonte dos dados. Fonte atual: NIC.br

Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre - Em 2012, a EBC possibilitou o acesso à 126.394.547 pessoas. O acesso à radiodifusão pública terrestre por meio da Televisão foi de 20,12% da população em 73 municípios e das Emissoras de Rádio foi de 63,26% da população distribuídos em 3.103 municípios. A Rede Nacional de Comunicação Pública é formada por mais de 47 geradoras e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.781 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal que abrigam 118,6 milhões de pessoas e está disponível para 15 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. A diferença em relação ao valor do anterior se deve a mudança de base.

Percentual da população com cobertura de telefonia móvel - Alteração da fonte do dado. Fonte atual: NIC.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural - Alteração da fonte do dado. Fonte atual: NIC.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana - Alteração da fonte dos dados: a atual é a Anatel.

Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga - Alteração da fonte. Fonte atual: Telebrasil/ Sinditebrasil

Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital - Alteração da fonte do dado. Fonte atual: SCE/MC

Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país - O valor indicado usa o preço médio dos acessos à Internet Banda Larga de R\$ 83,51 (dados Anatel, dezembro de 2012) dividido pela renda média mensal no Brasil, de R\$ 1.345 (dados IBGE/PNAD, de 2011). O valor anterior havia sido retirado de um estudo do IPEA que não tem uma série histórica e não é passível de acompanhamento.

Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90% - Dados relativos ao Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, que suporta a conexão à internet em banda larga fixa. Foi analisada a divisão dos acessos por município por prestadora e foram contabilizados aqueles em que uma prestadora detém mais de 90% dos acessos.

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a Empresa Brasil de Comunicação - EBC consolidou a nova estratégia definida para a Rede Nacional de Comunicação Pública, formada por mais de 47 geradoras e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.781 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal, abrigando 118,6 milhões de pessoas (61% da população brasileira). Também está disponível para 15 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. Iniciou, ainda em 2012, a formação de uma Rede Pública de Rádio, por intermédio de parcerias com nove emissoras públicas da Região Amazônica.

O novo modelo de produção, empacotamento e distribuição de rádio, televisão e web foi responsável pela difusão de

mais de 140 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos, de cidadania e recreação para contribuir com a formação crítica das pessoas.

A rede própria de radiodifusão foi ampliada e modernizada e hoje é composta por 18 emissoras de rádio consignadas (9 operadas diretamente e 9 por meio de parcerias com universidades e forças armadas), 7 geradoras de televisão analógica (4 operadas diretamente e 3 por meio de parcerias com universidades), 5 geradoras de televisão digital, todas operadas diretamente, e 10 retransmissoras de televisão, expandindo o alcance e melhorando a qualidade dos sinais de transmissão.

A EBC iniciou um programa para estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado para as atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, formalizando acordo de cooperação com o Ministério das Comunicações, para capacitação e desenvolvimento profissional dos radiodifusores comunitários, e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura - UNESCO, na criação da Escola Nacional de Comunicação Pública.

A empresa envidou esforços no aprimoramento da prestação de serviços de radiodifusão, comunicação e conexos, antes prestados pela extinta Radiobrás, para produção, empacotamento e distribuição em múltiplas plataformas de atos e matérias do Governo Federal, monitoramento e análise de mídia e distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal.

O ano de 2012 foi de avanços, tanto do ponto de vista da gestão estratégica e das relações institucionais, quanto no que diz respeito ao salto de qualidade técnica da produção, empacotamento e distribuição de conteúdos, da ampliação do alcance dos sinais de radiodifusão e da conquista de novas audiências. A grade foi revigorada com o lançamento de 27 novas séries de programas, e a TV Brasil passou a oferecer 18 horas diárias de legendagem oculta, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência auditiva, além de três horas semanais, em média, de audiodescrição, recurso direcionado às pessoas com deficiência visual.

Em 2012, o jornalismo da EBC foi finalista em 30 premiações. No total, foram 15 prêmios, 14 em 1º lugar e um 2º lugar e, ainda, uma menção honrosa, em texto, rádio, web e televisão, com destaque para assuntos relacionados aos direitos humanos. Entre os mais importantes destacamos os prêmios Vladimir Herzog (rádio e teledocumentário) e Abdias Nascimento (teledocumentário).

O ano que passou foi fundamentalmente dedicado à organização das bases de sustentação da EBC como uma organização moderna e de ponta, à altura dos grandes desafios do projeto de construção da Rede Nacional de Comunicação Pública. Elaborou-se o Plano Estratégico da Empresa, que define objetivos, metas e caminhos para os próximos dez anos. Encontra-se em fase de conclusão proposta de nova arquitetura organizacional, mais adequada ao atual desenvolvimento tecnológico e mercadológico dos meios de comunicação de massa. Além disso, a estrutura da empresa está sendo preparada para absorver as atividades ainda executadas pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP), a quem a EBC deve suceder.

Em 2013 a estratégia estará voltada para a gestão da qualidade técnica relacionada à recepção do sinal, melhor posicionamento no alinhamento digital virtual e nos canais fechados, oferta de conteúdos de qualidade nas diversas plataformas, tudo isso com o objetivo de assegurar o acesso aos conteúdos de comunicação pública e conquistar a confiança e fidelidade das audiências.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional a, pelo menos, 80 países**

Análise Situacional da Meta

A EBC encerrou o ano de 2012 com operação em 67 países, com destaque para o início das operações no Japão, onde moram 210 mil brasileiros, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores. Assim, a empresa já está presente na Europa, Ásia, África, América do Sul, América do Norte e América Central.

A TV Brasil Internacional foi reestruturada para ampliar e aprimorar sua atuação e fortalecer o relacionamento institucional que permitirá avançar ainda mais no estabelecimento de novas parcerias em 2013, relacionadas a negociações já realizadas em 2012.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	80	unidade	67	31/12/2012

- **Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do Plano Básico de Outorgas, para garantir o acesso de, pelo menos, 50% da população brasileira à programação da TV Brasil**

Análise Situacional da Meta

A meta definida em 2011 refere-se à cobertura de sinal terrestre por meio de rede própria, de acordo com o Plano Básico de Outorgas. Nesse sentido, importa ressaltar que na linha de base o conceito utilizado de radiodifusão terrestre deveria considerar a cobertura de sinal de TV e de Rádio, no entanto, incluiu apenas a TV com geração e retransmissão própria.

A partir dessa constatação, está sendo realizada a correção dos indicadores de mensuração da meta regionalizada, fazendo-se a inclusão da cobertura das rádios da EBC, para que o PPA 2012/2015 possa refletir a regionalização da radiodifusão terrestre com a atuação da EBC de acordo com o Plano Básico de Outorgas do Ministério das Comunicações e ANATEL.

Em 2012, a EBC disponibilizou seu sinal a 126.394.547 pessoas, que representam 66,27% da população brasileira distribuída em 3.121 municípios (56 % dos municípios brasileiros, exceto os municípios de interseção) – considerando-se a geração, emissão e retransmissão com rede própria de rádio e televisão terrestre.

Os acréscimos dos indicadores de mensuração da meta regionalizada decorrem do ajuste conceitual da meta, com a inclusão da cobertura do sinal de rádio.

O acesso à radiodifusão pública terrestre por meio do alcance da Televisão foi de 20,12% da população brasileira (38,4 milhões de pessoas) distribuídas em 73 municípios (1,31% dos municípios brasileiros por meio de 04 geradoras analógicas, 05 geradoras digitais e 10 retransmissoras) e das Emissoras de Rádio foi de 63,26% da população brasileira (120,7 milhões de pessoas) distribuídas em 3.103 municípios (55,7% dos municípios brasileiros por meio de 07 emissoras de rádio e 02 retransmissoras).

Vale ressaltar que em 2012, a EBC redefiniu sua estratégia de distribuição para a TV Brasil por meio do fortalecimento da rede parceira, presente em 24 estados mais o Distrito Federal. O redirecionamento permitiu a ampliação da oferta do sinal da TV Brasil para 1.781 municípios que abrigam a população de 118,6 milhões de habitantes, de acordo com dados do IBGE. São 47 geradoras, 25 estaduais e 22 locais, além de 728 retransmissoras. Iniciou ainda em 2012, a formação de uma Rede Pública de Rádio, por intermédio de parcerias com nove emissoras públicas da Região Amazônica.

Quantidade alcançada

66,27

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	%	6,53	31/12/2012
Região Nordeste	11	%	10,38	31/12/2012
Região Norte	3	%	8,32	31/12/2012
Região Sudeste	26	%	39,52	31/12/2012
Região Sul	7	%	1,53	31/12/2012

- **Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais 03 (três) canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país**

Análise Situacional da Meta

Uma nova estratégia de expansão da rede foi colocada em prática, priorizando as parceiras em detrimento da expansão da rede própria. Essa estratégia possibilitou a produção de conteúdos locais que alcançaram 30% dos conteúdos da TV Brasil. Com a mudança na programação, em 2012, além da Rede Minas/MG e TV Cultura/PA, foram incorporadas produções da TV Brasil Pantanal/MT, TVE/ES, TV Cultura/AM, TVE/BA, TV dos Trabalhadores - Mogi das Cruzes/SP, TV Rede Paulista - Jundiaí/SP e TVE/RS.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Ampliar para 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT) da EBC para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não alcançadas por outras frequências**

Análise Situacional da Meta

A EBC ao concentrar suas metas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, priorizou o acesso a populações de regiões carentes da radiodifusão pública em ondas curtas (OC) e ondas tropicais (OT), onde a iniciativa privada não opera. Em 2012, ainda não foi possível ampliar o sinal em OC e OT, permanecendo a meta inalterada. Além disso, encontra-se em discussão no Brasil o padrão digital para o rádio, que poderá alterar o rumo dos investimentos da EBC nos próximos anos, o que contribui, também, para a redução da velocidade da expansão prevista na meta.

Quantidade alcançada

32,48

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	39,51	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	10,66	31/12/2012
Região Norte	100	%	99,23	31/12/2012

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere aos serviços de telecomunicações, pode-se destacar a expansão do serviço de acesso à Internet por via banda larga (tanto fixa quanto móvel). Segundo a União Internacional de Telecomunicações – UIT, por meio do relatório “Measuring the Information Society 2012”, o Programa Nacional de Banda Larga foi o fator primordial para a aceleração recente da expansão do serviço no Brasil, tornando-o um dos três países que mais subiram no ranking da UIT entre 2010 e 2011. Segundo o mesmo relatório, o preço da banda larga fixa no Brasil caiu 46% de 2010 para 2011, uma das maiores quedas relativas verificadas pela instituição. Por fim, no quesito qualidade merece destaque a aprovação do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, que estabelecem critérios claros de qualidade do serviço de banda larga fixa e móvel, respectivamente.

Visando garantir a expansão dos Serviços de Comunicação Social Eletrônica, que englobam os Serviços de Radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, foram definidos planejamentos específicos por serviços para as novas concessões, autorizações e permissões, materializados na forma de Planos Nacionais de Outorgas (PNOs).

Em julho de 2011, o Ministério das Comunicações publicou os PNOs para emissoras de TV e rádios FM educativas - 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 avisos de habilitação para FMs educativas e outros 4 avisos de habilitação para TVs educativas. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos por rádios FM educativas deve alcançar 884, enquanto as TVs educativas deverão chegar a 243 cidades.

Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo. Assim, os interessados dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

No que se refere ao Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, que serve ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, foi publicado o PNO de RTV 2012, que estabeleceu um cronograma com 4 avisos de habilitação para retransmissoras de televisão em caráter primário, contemplando 91 localidades a serem atendidas com o serviço. O Serviço de Radiodifusão Comunitária já foi objeto de dois PNOs. O primeiro, no ano de 2011, contemplou 431 municípios distribuídos por onze avisos de habilitação. O segundo, nos anos de 2012 e 2013, atende 1.425 cidades em 26 avisos. Ao fim de 2013, terão sido oportunizadas novas outorgas de radiodifusão comunitária em todos os municípios sem nenhuma outorga desse serviço e naqueles onde havia demanda reprimida registrada no Ministério das Comunicações em 2011.

É fundamental para a expansão dos serviços de telecomunicações o processo de outorga realizado pela Anatel. Em 2012, foram licenciadas 19,4 milhões de estações, associadas majoritariamente ao Serviço Móvel Pessoal - SMP e ao Serviço Móvel Especializado – SME. A evolução dos licenciamentos é bastante correlacionada com o crescimento do mercado de telefonia móvel, que depende de diversas variáveis, como crescimento do PIB, PIB per capita e penetração do serviço. Por conta disso, é natural que a conjuntura econômica do país produza impactos no crescimento do setor. Ademais, salienta-se que o mercado brasileiro tem sido marcado por intenso crescimento nos últimos anos, o que implica no atendimento gradual da demanda de telefonia móvel por parte da sociedade. A partir do momento que essa demanda é atendida, é natural que haja uma desaceleração nas taxas de crescimento, conforme ocorreu no exercício de 2012.

Além disso, cabe lembrar a ênfase da Agência quanto à qualidade da prestação do SMP. Tendo isso em vista, em meados de 2012, a Anatel desencadeou o processo de medidas cautelares que restringiram novas habilitações de algumas prestadoras de SMP em todas as Unidades da Federação por um período determinado, bem como a proibição de determinadas promoções ao final do mesmo ano, considerando o impacto nas redes. Tais medidas fizeram com que os usuários reavaliassem sua relação com as Prestadoras, em especial com a escolha de uma Prestadora em detrimento da contratação de múltiplos chips.

Outro aspecto relevante é a introdução do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, que, para todos os efeitos, representa

o serviço de televisão por assinatura. A partir de 2012, após a publicação da Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, observou-se um movimento de adaptação das antigas outorgas do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) para o SeAC.

Cabe ainda apontar que as ações relacionadas à universalização dos serviços de telecomunicações abarcaram o atendimento de áreas rurais, sobretudo por meio das obrigações decorrentes do processo de outorga de autorização de Uso de Espectro das Subfaixas de Radiofrequência de 451 MHz a 485 MHz e de 461 MHz a 468 MHz.

No tocante à área postal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT investiu, em 2012, R\$ 4,4 milhões no programa temático “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”, sendo R\$ 3,1 milhões no projeto de instalação de agência de Correios próprias, contribuindo para a instalação de mais 30 unidades próprias de atendimento, beneficiando potencialmente 4.335.074 habitantes. Destaca-se que dentre as unidades inauguradas, 16 foram instaladas em municípios com até 15 mil habitantes, correspondendo ao segmento de pequenos mercados, que visa à universalização dos serviços postais e do Banco Postal, assegurando os serviços bancários básicos nos municípios desassistidos de atendimento bancário. Note-se ainda que 11 municípios no âmbito dos Estados de MT, PB, PI, RS e SC passaram a contar com a primeira instalação de agência de Correios, ou seja, uma população de 56.114 habitantes usufruem hoje dos serviços postais ofertados pela Empresa sem ter que se deslocarem dos seus municípios.

Foram instaladas 9 unidades operacionais (tratamento, distribuição e logística), com investimento de R\$ 1,3 milhão. Essa infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso ao atendimento dos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais - cartas, telegramas e encomendas – viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras - pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos, através do Banco Postal.

Cita-se como fatores que contribuíram para esse desempenho a implementação do PCED – Plano Corporativo de Expansão da Distribuição, a elaboração de novo Guia de Locação de Imóveis e a melhoria contínua no acompanhamento dos processos. No entanto observa-se, como oportunidade de melhoria, a dificuldade em localizar imóveis que atendam às exigências de infraestrutura e documentação, notadamente nos pequenos municípios (até 15 mil habitantes), devido às suas particularidades próprias.

Estimam-se para o exercício de 2013 investimentos na ordem de R\$ 82,4 milhões para o programa temático com a instalação de 78 agências e 61 unidades operacionais, proporcionando atender o crescimento contínuo das regiões urbanas e rurais do País.

Metas 2012-2015

• 90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)

Análise Situacional da Meta

18,24% de emissoras de televisão analógicas já se encontram digitalizadas. Este percentual refere-se ao volume de consignações em relação ao volume de outorgas analógicas existentes. Em relação aos valores regionais, cumpre informar que o percentual alcançado, até o momento, relaciona a quantidade de consignações regionais com a quantidade de outorgas analógicas existentes em cada região. Como exemplo, a região Centro-Oeste possui 1.157 outorgas analógicas e foi contemplada com 184 digitalizações. Em conformidade com a Portaria MC 14, de 06/02/2013, foram estabelecidas diretrizes para acesso ao SBTVD-T (Sistema Brasileiro de Televisão Digital por via Terrestre) e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Na Portaria foi determinado que a Anatel iniciasse os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da faixa de 698 MHz a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL. Como essa faixa de frequência era prevista originalmente para o

serviço de televisão digital, pode ser que o cronograma para o desligamento do sinal analógico de televisão tenha que ser revisto, o que irá afetar o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

18,24

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	15,9	31/12/2012
Região Nordeste	90	%	14,14	31/12/2012
Região Norte	90	%	18,19	31/12/2012
Região Sudeste	90	%	21,74	31/12/2012
Região Sul	90	%	16,99	31/12/2012

• **Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais**

Análise Situacional da Meta

Alcançou 90% de "satisfação geral" conforme Pesquisa de Imagem e Satisfação Institucional dos Correios realizada em 2012.

Esse indicador mede a satisfação dos clientes. É o resultado da média das avaliações do cliente pela média das expectativas do cliente. É apurado por meio de pesquisa que é realizada da seguinte maneira: é perguntado ao cliente, após ser atendido, qual era a nota mínima aceitável (expectativa) com relação à prestação do serviço, atribuindo nota de 1 a 10 e em seguida a sua avaliação quanto à qualidade do serviço que foi prestado, solicitando que seja atribuída nota de 1 a 10.

A meta é factível porque existem algumas Diretorias Regionais – DR que apresentam avaliações dos clientes superiores às suas expectativas. Vale ressaltar que essa pesquisa é realizada por empresa contratada pela ECT, sendo a de 2012 realizada pelo Instituto de Pesquisa Mercadológica.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	88,6	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	87,1	31/12/2012
Região Norte	100	%	90,5	31/12/2012
Região Sudeste	100	%	92,9	31/12/2012
Região Sul	100	%	95,4	31/12/2012

• **Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento à premissa legal de estímulo a competição, a Anatel tem adotado diversas medidas que buscam incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP). Entre tais ações destacamos os Editais de Licitação para Autorização de uso de novas faixas de radiofrequências (1,9 / 2,1 GHz, por meio dos Edital 002/2007/SPV-Anatel e Edital 002/2010/PVCP/SPV, e 450 MHz e 2,5 GHz, por meio do Edital 004/2012/PVCP/SPV), o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede Virtual – RRV-SMP e o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC. Um dos resultados deste incremento na competição é o surgimento de novas ofertas de serviço, mais aderentes e customizadas às necessidades de cada usuário, o que certamente impacta no uso do serviço.

Quantidade alcançada

199

Data de Referência

30/06/2012

- **Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais**

Análise Situacional da Meta

Algumas ações de capacitação foram iniciadas em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa para implementação de projetos de extensão para grupos indígenas, mulheres e juventude rural. Também foram implementados projetos em parceria direta com universidades federais para inclusão digital de cerca de 10.000 jovens residentes em comunidades rurais. Por fim, desde 2003 são disponibilizadas conexões à internet via satélite para grupos específicos, como quilombolas e tribos indígenas.

- **Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico**

Análise Situacional da Meta

Foram planejados 4.261 distritos e atendidos 2.953, representando 69,33%. Dessa forma, foi superada a meta definida para 2012, de 67,9%.

Quantidade alcançada

69,33

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	68,46	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	39,32	31/12/2012
Região Norte	100	%	41,99	31/12/2012
Região Sudeste	100	%	90,59	31/12/2012
Região Sul	100	%	67,63	31/12/2012

- **Atender 85% da população com distribuição postal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi alcançado o valor de 80,7% da população com distribuição postal, o que representa uma realização de 97,2% da meta para o ano de 2012, que era de 82,6%.

Quantidade alcançada

80,7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88,3	%	84,8	31/12/2012
Região Nordeste	73,6	%	68,8	31/12/2012
Região Norte	76,9	%	70,2	31/12/2012
Região Sudeste	93,1	%	87,7	31/12/2012
Região Sul	86,1	%	87,1	31/12/2012

- **Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi instituído o Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, o qual estabeleceu as condições de atendimento, os órgãos competentes por solicitar a instalação de Telefone de Uso Público nestes locais e os prazos de instalação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 450 MHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), realizada em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de atendimento de todas as escolas públicas rurais dentro da área de abrangência da faixa (30 km a partir dos limites do distrito-sede do município), em todos os municípios brasileiros. Estudos do Ministério das Comunicações indicam que 96,6% das escolas públicas rurais estão dentro desse raio de cobertura. Pretende-se atender o restante por meio da oferta de conexões contratadas em licitação específica (provavelmente conexões via satélite). A Secretaria de Inclusão Digital do MC já iniciou entendimentos com o MEC para a seleção das escolas públicas que serão atendidas prioritariamente.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro de 2012, a densidade de assinaturas de TV por 100 domicílios alcançou o patamar de 27,2 assinaturas. Se considerado o crescimento médio mensal ocorrido no período de jan/2011 a dezembro/2012, a meta estimada poderá ser alcançada em 2014.

Quantidade alcançada

27,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25,4	%	24	31/12/2012
Região Nordeste	18,6	%	12,4	31/12/2012
Região Norte	20,6	%	17,1	31/12/2012
Região Sudeste	45,1	%	38,6	31/12/2012
Região Sul	30,7	%	26,2	31/12/2012

• **Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)**

Análise Situacional da Meta

A análise dos microdados da pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2011 do CETIC.br indica que em dezembro de 2011 havia cerca de 38,4% dos domicílios conectados à Internet (aproximadamente 16,13 milhões de domicílios conectados).

Não há ainda os dados para o ano de 2012. A pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2012 do CETIC.br deverá ser publicada pelo órgão durante 2013.

Quantidade alcançada

16,13

Data de Referência

31/01/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,8	milhão	1,09	31/01/2012
Região Nordeste	10	milhão	2,1	31/01/2012
Região Norte	4	milhão	0,88	31/01/2012
Região Sudeste	18,7	milhão	9,13	31/01/2012
Região Sul	6,5	milhão	2,93	31/01/2013

• **Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

O número de acessos móveis no Brasil, segundo pesquisa do NIC.br, aponta para 90% da população como tendo utilizado o serviço móvel (jan/2012).

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/01/2012

• **Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 28% dos Distrito-Sede de Município do Brasil são atendidos com conexões de dados.

Com os Editais de Licitação nº 002/2010/PVCP/SPV-Anatel (“banda H”) e nº 002/2012/PVCP/SPV-Anatel (“banda larga rural e urbana” – 450 MHz e 2,5 GHz), a obrigação de cobertura com a faixa de 1,9 / 2,1 GHz (ou com outras faixas cujo padrão tecnológico possibilite taxas de transmissão equivalentes ou superiores àquelas disponíveis para as faixas de 1,9 / 2,1 GHz) foi estendida a 100% dos municípios brasileiros (considerando 80% da área urbana dos distritos sede). Estas obrigações serão atendidas ao longo do tempo, findando em 31 de dezembro de 2019.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2012

• **Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi instituído o Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, o qual estabeleceu as condições de atendimento, os órgãos competentes por solicitar a instalação de Telefone de Uso Público nestes locais e os prazos de instalação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2012

• **Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 2,5 GHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de oferta de serviços de banda larga móvel de quarta geração até abril de 2013 nas cidades-sede da Copa das Confederações e até dezembro de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Em relação à banda larga fixa, pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Banda Larga indica que a meta de oferta de pacote de banda larga fixa à velocidade de 10 Mbps já está atendida. Por fim, a qualidade do serviço prestado nas cidades-sede dos eventos internacionais será monitorada pela Anatel, que recebeu recursos adicionais para

aquisição de equipamentos e sistemas direcionados a esse fim.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel**

Análise Situacional da Meta

A meta está prevista no PGMU – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público, aprovado pelo Decreto 7.512 de 30/06/2011, o qual estabeleceu as condições de atendimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2012

- **Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios**

Análise Situacional da Meta

Atualmente no Brasil 84% dos municípios possuem mais de 2% dos habitantes com acesso à banda larga fixa (dados de novembro de 2012). O Ministério das Comunicações tem trabalhado para produzir indicadores mais precisos para os acessos de banda larga móvel.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a parcela dos indivíduos que declararam ter acessado a internet nos três meses anteriores à pesquisa aumentou de 41,6% em 2009 para 46,5% em 2011. No domicílio, o incremento foi ainda mais expressivo, tendo passado de 28% para 38% a proporção de domicílios com acesso à internet no Brasil.

Esses dados coincidem com os resultados da pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), vinculado ao CGI. Pela pesquisa TIC Domicílios, realizada anualmente por esse centro, a proporção de pessoas que utilizaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa aumentou de 39% em 2009 para 45% em 2011 e a proporção de domicílios com acesso à internet, de 24% em 2009 para 38% em 2011.

Também pela pesquisa do CETIC/CGI, vem se estabilizando, com tendência de queda, a proporção de pessoas que utilizam a internet com mais frequência na escola, no trabalho e na casa de outra pessoa. Em contrapartida, vem caindo a frequência do uso em centros de acesso pago (caso das lan houses) e aumentando o uso no domicílio e o acesso via telefone celular, que passou de praticamente zero em 2008 para 3% em 2011. Embora pouco expressivo em termos percentuais, vale destacar o aumento do uso frequente em Centros Públicos de Acesso Gratuito, que passou de 0,7% em 2009 para 1% em 2012.

O aumento do acesso à internet em domicílios próprios, pelos celulares e em centros de acesso gratuito tem relação com as medidas regulatórias, de desoneração de tributos e de investimento direto do governo federal na implantação de telecentros e na disponibilização de mais de 11.000 pontos de presença, via programa GESAC, para conexão de espaços

públicos em áreas rurais, remotas e excluídas.

Como exemplo de medidas regulatórias e de desoneração, destaca-se a desoneração de tributos para aquisição de computadores, bem como tablets e telefones celulares. Além disso, também se pode destacar a desoneração de tributos federais e de ICMS, no caso de alguns estados, que viabilizou a implementação da internet popular permitindo a oferta de pacotes de conexão a preços que variam de R\$ 29,00 a R\$ 35,00. A abertura de canais para novos mercados consumidores acabou por abrir espaço para a concorrência, possibilitando a redução de preços para patamares ainda mais baixos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados em valores iguais ou inferiores aos da internet popular.

No que diz respeito às ações diretas do Ministério das Comunicações em prol da inclusão digital e ampliação do acesso, destaca-se a criação da Secretaria de Inclusão Digital em abril de 2011, a qual incorporou as ações de telecentros e de promoção de acesso à internet implementadas pelo governo federal — os Telecentros Comunitários, o GESAC e o Telecentros.BR —, possibilitando uma melhoria na eficiência da gestão dessas políticas. No caso dos dois programas de telecentros, destacam-se: a repactuação com os proponentes do Telecentros.BR para garantir a instalação dos telecentros já distribuídos; a conclusão dos trabalhos da Rede Nacional de Formação e estabelecimento de uma parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB para reformulação da metodologia de formação para agentes de Inclusão Digital; e a publicação das novas portarias dos programas dos Telecentros.BR e dos Telecentros Comunitários, buscando estabelecer uma maior coordenação entre esses dois programas. Atualmente, são mais de 5.000 telecentros em funcionamento que contaram com o apoio direto do governo federal.

O GESAC continuou sendo um projeto estratégico para conexão à internet dos telecentros implantados, escolas públicas e demais espaços de uso público localizados em áreas rurais, remotas e de zonas urbanas de periferia com alta concentração de populações de baixa renda, com dificuldades de acesso aos serviços prestados pelo mercado. Em 2012, contabilizavam-se mais 11.000 pontos de presença contratados, dos quais cerca de 9.500 estão ativos e os 1.500 restantes encontram-se em remanejamento para outros espaços, de acordo com as regras de priorização definidas em comum acordo com os parceiros governamentais.

Como parte da atribuição da Secretaria de Inclusão Digital - SID de articular as ações do setor e buscar integração com as demais políticas sociais, o MC deu andamento à ação iniciada em 2011, em parceria com a Secretaria da Juventude (SNJ), voltada ao apoio a projetos de inclusão digital para a juventude rural. Foram financiados 41 projetos em conjunto (SID/SNJ), os quais encontram-se em andamento.

Além disso, foi estabelecida uma parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC para capacitação com foco nas populações excluídas digitalmente. Ainda no que diz respeito à educação, foi estabelecida uma outra parceria com o MEC no âmbito do Programa de Extensão Universitária - PROEXT no ano de 2012, que envolveu a criação de uma linha de extensão específica com temas de inclusão digital, a qual resultou em seleção de 37 projetos que terão início em 2013.

Simultaneamente, foi estabelecida uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, iniciada em 2011, que resultou, em um primeiro momento, na disponibilização de pontos de presença GESAC para os municípios sem conexão indicados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/MDS, de modo a permitir que os gestores locais possam trabalhar com a nova versão online do CadÚnico (cadastro de famílias de baixa renda do governo federal).

Quanto às ações estruturantes, por meio das quais se vislumbra a integração e coordenação de todas as outras ações de inclusão digital no território dos município, duas tiveram início em 2012 com alto potencial de consolidação ao longo de 2013. São elas: o projeto de ampliação e manutenção das Cidades Digitais e o programa Redes Digitais de Cidadania.

O projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade. A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar em escala nacional a experiência de compartilhamento da gestão pública por meio da transferência de uma parcela do poder de decisão das ações do governo. Por outro lado, também é um canal importante para a integração de outras políticas de governo que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da

inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados.

No âmbito desse projeto, destacam-se como realizações em 2012 a seleção, por meio de chamada pública, dos 80 municípios a serem beneficiados pelo projeto piloto, bem como a contratação das empresas integradoras, selecionadas por meio de pregão eletrônico, que ficarão responsáveis pela implantação de cada um dos projetos. Além disso, foi estabelecida uma parceria com a Rede Nacional de Pesquisa para capacitação técnica e gerencial em redes avançadas no âmbito das Cidades Digitais e acompanhamento da implantação para elaboração de um documento base com a metodologia desenvolvida pelo Ministério das Comunicações para a implantação de Cidades Digitais. No âmbito da formação para as Cidades Digitais, foi estabelecida uma parceria com o Programa de Pós Graduação em Administração da UnB para a formação dos gestores envolvidos na implementação do projeto nos municípios; foi também realizada uma mobilização dos ofertantes do PRONATEC para oferta de vagas específicas nas Cidades Digitais selecionadas. Por fim, com relação aos aplicativos para gestão das Cidades Digitais, foi indicada formalmente pela SID/MC a intenção de participar da ata de registro de preços da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG) para aquisição de aplicativos para as áreas da saúde, da educação, tributária e financeira com foco nos municípios. A outra ação estruturante, a das Redes Digitais de Cidadania, consiste em uma parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados, envolvendo uma articulação federativa com o fim de apoiar projetos de inclusão digital nas seguintes linhas temáticas:

- Capacitação de técnicos e Gestores Municipais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- Capacitação de micro e pequenas empresas no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- Qualificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos espaços públicos de uso da internet;
- Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, direcionadas à Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar; e
- Tecnologias da Informação e Comunicação, direcionadas à Cultura: preservação, promoção e acesso.

Metas 2012-2015

- **40% das populações das classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

Ainda não há resultados disponíveis para 2012. A última pesquisa é referente a 2011. De acordo com os dados da TIC Domicílios do CETIC/CGI, a proporção de pessoas das classes D e E que declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa ficou praticamente estável entre 2010 e 2011, tendo aumentado um ponto percentual, passando de 13% para 14% no período.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2011

- **70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas**

Análise Situacional da Meta

Para essa meta, também não há informação estatística disponível para 2012. Os últimos dados são referentes a 2011. Entre 2010 e 2011 aumentou de 41% para 45% a proporção de pessoas que declararam terem acessado à internet nos três meses anteriores à pesquisa.

Para manter a uniformidade das informações, serão utilizados os dados do CETIC/CGI, cuja pesquisa TIC Domicílios é mais completa do que os dados coletados pela PNAD/IBGE.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2011

- **70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

Do mesmo modo que nas outras metas, ainda não há resultados disponíveis para 2012. A última pesquisa é referente a 2011. De acordo com os dados da TIC Domicílios do CETIC/CGI, a proporção de pessoas classe C que declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa também ficou praticamente estável entre 2010 e 2011, tendo aumentado de 42% para 45% no período.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2011

- **Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado o Projeto de Cidades Digitais, por meio do qual foram selecionados 80 municípios que deverão receber em caráter piloto infraestrutura de rede e capacitação de servidores para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), melhorando a eficiência da gestão e a prestação de serviços aos cidadãos. Foram assinados os contratos destinados à disponibilização da infraestrutura de comunicação aos municípios selecionados na chamada pública. A previsão é a de que infraestrutura das 80 cidades esteja pronta até o final de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Com vistas ao estímulo à diversidade, à pluralidade e à competição entre meios e agentes, a Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações centrou esforços na revisão das normas e regulamentos de radiodifusão. Nesse quesito, merece destaque a revisão dos regulamentos de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implementação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas. Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto que altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual.

Metas 2012-2015

- **100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos**

Análise Situacional da Meta

17% das emissoras de radiodifusão foram fiscalizadas. No sentido de atingir a meta de 100%, foi elaborado em 2012 o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2013 e criado o Comitê de Acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização. Outro mecanismo, também criado para auxiliar a fiscalização, foi a introdução dos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR, que definirão os municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão serão fiscalizadas. Além disso, foram fiscalizadas 8 capitais. Em 2013, será dada continuidade nas ações de fiscalização para o atingimento da meta estabelecida.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	17	31/01/2013
Região Nordeste	100	%	14	31/01/2013
Região Norte	100	%	17	31/01/2013
Região Sudeste	100	%	17	31/01/2013
Região Sul	100	%	19	31/01/2013

- **20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente 7,96% dos municípios contém pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Assim, perfizeram 443 outorgas, que corresponde a 7,96% do total de outorgas. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, há 28 outorgas em relação aos 466 municípios, que indica que 6,01% da meta regionalizada foi alcançada até o momento. No intuito de buscar-se o atingimento da meta, em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TV educativas - TVE e rádios educativas - FME para 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 Avisos de Habilitação para FME e outros 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos por rádios FME deve alcançar 884, enquanto as TVE deverão chegar a 243 cidades. Está em fase de elaboração o PNO de FME e TVE para o ano de 2013 e deverão ser publicados 6 novos Avisos de Habilitação no primeiro semestre de 2013, para conclusão do PNO 2011/2012.

Quantidade alcançada

7,96

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	%	6,01	31/01/2013
Região Nordeste	18	%	6,58	31/01/2013
Região Norte	30	%	9,8	31/01/2013
Região Sudeste	20	%	11,69	31/01/2013
Região Sul	18	%	4,88	31/01/2013

- **4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 3,04% dos municípios contam com pelos menos uma geradora de televisão outorgada, com fins exclusivamente educativos (exceto com fins exclusivamente lucrativos). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Assim, perfizeram 169 outorgas, o que corresponde a 3,04% do total de outorgas. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, há 7 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 1,50% da meta regionalizada foi alcançada até o momento. Em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TVE para 2011/2012. Este PNO estabeleceu a realização de 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos por emissoras de TVE deverá chegar a 243. Está em fase de elaboração o

PNO de TVE para o ano de 2013.

Quantidade alcançada

3,04

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4,5	%	1,5	30/11/2012
Região Nordeste	4,5	%	1,34	30/11/2012
Região Norte	4,5	%	1,56	30/11/2012
Região Sudeste	4,5	%	6	30/11/2012
Região Sul	4,5	%	2,61	30/11/2012

- **48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 40,18% dos Municípios contam com pelos menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada (exceto com fins exclusivamente educativos ou comunitários).

Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 256 outorgas em relação aos 466 municípios, que indica que 54,94% da meta foi alcançada até o momento.

Na intenção de lançar novos editais, o Ministério das Comunicações, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), criou um Grupo de Trabalho visando ao desenvolvimento de metodologia para a elaboração de estudos de viabilidade econômica das outorgas de serviços de radiodifusão, consonantes com a avaliação de negócios empresariais, objetivando o completo atendimento à Instrução Normativa nº 27/1998, do referido Tribunal, estudos esses que tem como objetivo precípua a determinação dos preços mínimos para a licitação de outorgas de serviços de radiodifusão.

Ressalte-se que novos editais somente poderão ser lançados após a aceitação por parte do TCU da metodologia desenvolvida, vez que os cálculos utilizados nos editais anteriores, embora aceitos pelo tribunal para fixação dos preços naqueles certames, não mais serão aceitos pela Corte Fiscalizadora, impondo-se o desenvolvimento de nova metodologia.

O Grupo de Trabalho já apresentou ao TCU a modelagem inicialmente desenvolvida, tendo o Tribunal solicitado diversas correções, as quais foram efetuadas e novamente submetidas ao Tribunal, que, mais uma vez, solicitou ao Ministério alterações na modelagem apresentada, o que vem sendo buscado pelo Grupo de Trabalho mediante estudos efetuados junto ao setor, ao mercado e a autores de teoria econômica.

Vale dizer que encontram-se ainda em andamento no Ministério cerca de 340 editais de serviço de radiodifusão sonora e 29 editais de serviços de radiodifusão de sons e imagens ainda aguardando homologação do vencedor.

Quantidade alcançada

40,18

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60	%	54,94	31/01/2013
Região Nordeste	40	%	29,54	31/01/2013
Região Norte	55	%	48,55	31/01/2013
Região Sudeste	50	%	42,33	31/01/2013

Região Sul	50	%	44,28	31/01/2013
------------	----	---	-------	------------

• **51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 48,21% dos Municípios contam com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada (exceto rádio comunitária).

Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Na intenção de lançar novos editais, o Ministério das Comunicações, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), criou Grupo de Trabalho visando ao desenvolvimento de metodologia para a elaboração de estudos de viabilidade econômica das outorgas de serviços de radiodifusão, consonantes com a avaliação de negócios empresariais, visando o completo atendimento à Instrução Normativa nº 27/1998, do referido Tribunal, estudos esses que tem como objetivo precípuo a determinação dos preços mínimos para a licitação de outorgas de serviços de radiodifusão.

Ressalte-se que novos editais somente poderão ser lançados após a aceitação por parte do TCU da metodologia desenvolvida, vez que os cálculos utilizados nos editais anteriores, embora aceitos pelo tribunal para fixação dos preços naqueles certames, não mais serão aceitos pela Corte Fiscalizadora, impondo-se o desenvolvimento de nova metodologia.

O Grupo de Trabalho já apresentou ao TCU a modelagem inicialmente desenvolvida, tendo o Tribunal solicitado diversas correções, as quais foram efetuadas e novamente submetidas ao Tribunal, que, mais uma vez, solicitou ao Ministério alterações na modelagem apresentada, o que vem sendo buscado pelo Grupo de Trabalho.

Vale dizer que encontram-se ainda em andamento no Ministério cerca de 340 editais de serviço de radiodifusão sonora e 29 editais de serviços de radiodifusão de sons e imagens ainda aguardando homologação do vencedor.

Quantidade alcançada

48,21

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65	%	9,44	30/11/2012
Região Nordeste	45	%	39,63	30/11/2012
Região Norte	60	%	60,13	30/11/2012
Região Sudeste	52	%	52,04	30/11/2012
Região Sul	50	%	46,89	30/11/2012

• **60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se o percentual de 16,8% dos municípios com pelos menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas total e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 93 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 19,96% da meta foi alcançada até o momento.

Em conformidade com a Portaria MC 14, de 06/02/2013, foram estabelecidas diretrizes para acesso ao SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Na portaria foi determinado que a Anatel iniciasse os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da faixa de 698 MHz a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL. Como essa faixa de frequência era prevista originalmente para o

serviço de televisão digital, pode ser que o cronograma para o desligamento do sinal analógico de televisão tenha que ser revisto, o que poderá afetar o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

16,8

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	%	19,96	30/11/2012
Região Nordeste	50	%	10,65	30/11/2012
Região Norte	70	%	24,28	30/11/2012
Região Sudeste	65	%	21,88	30/11/2012
Região Sul	58	%	14,9	30/11/2012

• **65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 57,14% dos Municípios contam com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas total e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE, totalizam 5.565 municípios. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 330 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 70,82% da meta foi alcançada até o momento. No ano passado, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de RTV para 2012. Durante o ano de 2012, foram publicados 5 Avisos de Habilitação para Processos de Seleção de Retransmissoras de Televisão em Caráter Primário, em que foram contempladas 148 localidades. Restou ainda um Aviso de Habilitação referente ao PNO de RTV 2012, que deverá ser publicado em fevereiro/2013. Está em fase de elaboração o PNO de RTV 2013.

Quantidade alcançada

57,14

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	75	%	70,82	30/11/2012
Região Nordeste	58	%	49,11	30/11/2012
Região Norte	80	%	71,49	30/11/2012
Região Sudeste	69	%	63,19	30/11/2012
Região Sul	60	%	50	30/11/2012

• **80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 68,01% dos municípios estão cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O cronograma estabelecido para cumprimento do Plano Nacional de Outorga - PNO do Serviço de Radiodifusão Comunitária – 2012 foi respeitado, contemplando 719 localidades anteriormente sem nenhuma outorga desse serviço ou, onde havia demanda reprimida registrada no Ministério das Comunicações em 2011. Em 2013, será dada continuidade ao PNO estabelecido para esse ano.

Quantidade alcançada

68,01

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	80	%	71	31/01/2013
Região Nordeste	80	%	65	31/01/2013
Região Norte	80	%	62	31/01/2013
Região Sudeste	80	%	73	31/01/2013
Região Sul	80	%	68	31/01/2013

• **Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Comunicações submeteu a norma que regulamentará o Canal Cidadania à consulta pública, finalizada em 12/04/2012, tendo recebido cerca de 150 contribuições, as quais foram avaliadas e, em 19 de dezembro de 2012, foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Os pedidos de outorga podem ser feitos por municípios, estados, Distrito Federal e fundações e autarquias a eles vinculadas. Ressalte-se que os municípios e o Distrito Federal terão até 18 meses após a publicação da norma para solicitar a outorga. Transcorrido esse prazo, os estados poderão solicitar a autorização para explorar o canal ao Ministério das Comunicações - MC. Após a conclusão desses processos de outorga, o MC vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

No momento atual, a meta ainda não é quantificável.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O FUNTTEL é um dos principais meios de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva das telecomunicações.

Uma avaliação realizada pelo Ministério das Comunicações indicou que cada R\$ 1,00 investido pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), em projetos que efetivamente geraram resultados financeiros, provocou um faturamento para o mercado nacional de R\$ 3,41.

Os recursos do FUNTTEL são utilizados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações, para o desenvolvimento tecnológico, pelas seguintes instituições:

- Instituições de ensino, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos;
- Instituições de pesquisa, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos;
- Empresas brasileiras prestadoras de serviços de telecomunicações;
- Empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços para o setor, desde que engajadas na produção efetiva no País.

Dessa forma, ele impacta as metas para o segmento na geração de inovação, nas exportações e contribui para um índice maior de nacionalização de equipamentos e aparelhos de telecomunicação usados pela indústria do segmento no país.

Ainda como fomento às telecomunicações, e como estímulo para o uso de bens e serviços com tecnologia nacional, recentemente foram editadas medidas que estimulam os investimentos no segmento: houve uma desoneração no PIS/Cofins que incidem sobre as redes de telecomunicações e sobre os smartphones, devendo estes trazer aplicativos

nacionais. Essas desonerações deverão impactar positivamente, proporcionando uma maior facilidade de acesso às redes e aos smartphones, denotando incentivos a bens e serviços com tecnologia nacionais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas**

Análise Situacional da Meta

A divulgação dos resultados da próxima Pesquisa de Inovação - PINTEC está prevista para julho de 2013.

- **Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

Considerando o 1º semestre de 2012 em relação ao 1º semestre de 2011, houve aumento de 7% nas exportações de componentes elétricos e eletrônicos e redução de 35% nas exportações de produtos de telecomunicações.

O valor alcançado foi de US\$ 265 milhões.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/07/2012

- **Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Comunicações e a Qualcomm Incorporated celebraram em 20 de abril de 2012 um memorando de entendimento para adotar um conjunto de medidas de investimento e de cooperação mútua para fomentar a indústria brasileira de telecomunicações, inclusive em pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, o documento inclui ações de suporte para smartphones e tablets acessíveis e a promoção da adoção ampla de smartphones 3G. Está prevista a conclusão do desenvolvimento de terminais móveis de baixo custo para o 1º semestre de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

Desde 2004 a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação mantém-se estável em torno de 60%.

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

31/12/2012

ANEXO
EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.161.596	16.562.145	2.724.655
Despesas Correntes	11.205.727	4.250.390	227.102
Despesas de Capital	1.955.870	12.311.755	2.497.553
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.161.596	16.562.145	2.724.655

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S3	1.207.544.312	1.069.314.775	770.016.441	116.565.195	116.565.195
10S6	587.362.807	650.329.474	510.885.169	124.184.327	124.184.327
Total	1.794.907.119	1.719.644.249	1.280.901.610	240.749.522	240.749.522

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00AF	8.320.336.696	10.556.336.696	7.556.336.696	2.250.000.000	2.250.000.000
00CW	2.066.715.232	1.700.000.000	1.700.000.000	0	0
00CX	170.278.638	1.270.278.638	770.278.638	164.639.716	164.639.716
00CY	375.893.498	375.893.498	375.893.498	0	0
0E64	66.775.936	833.491.168	833.491.168	59.478.588	59.478.588
10SJ	215.509.995	90.321.328	48.493.199	8.973.916	8.931.578
Total	11.215.509.995	14.826.321.328	11.284.493.199	2.483.092.220	2.483.049.882

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8875	100.000.000	5.000.000	362.187	191.716	191.716
Total	100.000.000	5.000.000	362.187	191.716	191.716

- **015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1B25	400.000	400.000	0	0	0
Total	400.000	400.000	0	0	0

- **0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8873	50.000.000	10.000.000	5.535.274	621.966	621.966
Total	50.000.000	10.000.000	5.535.274	621.966	621.966

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8098	100.000	100.000	0	0	0
8100	100.000	100.000	0	0	0
Total	200.000	200.000	0	0	0

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NX	579.285	579.285	0	0	0
Total	579.285	579.285	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.035.152	5.142.634	1.048.313
Despesas Correntes	44.359	44.359	2.099
Despesas de Capital	3.990.794	5.098.275	1.046.214
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.035.152	5.142.634	1.048.313

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TA	425.000	425.000	0	0	0
12MH	20.917.322	33.333	0	0	0
1P95	64.714.877	130.821.164	93.083.886	8.649.041	8.647.781
20AF	5.750.000	8.916.667	2.315.208	262.052	226.544
20AG	38.500.000	41.200.000	36.546.859	1.646.604	1.639.409
20NV	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	0
20NW	500.000	500.000	500.000	0	0
3955	500.000	500.000	0	0	0
6908	3.150.000	3.150.000	2.814.484	468.577	468.577
8871	4.888.526	346.084	5.215	5.204	5.204
Total	140.845.725	187.392.248	136.765.653	11.031.478	10.987.515

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116F	88.000	50.088.000	2.594.267	466.117	466.117
7656	74.550.000	165.325.000	130.876.922	19.116.308	19.116.308
Total	74.638.000	215.413.000	133.471.189	19.582.425	19.582.425

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de

água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GG	343.846.380	343.846.380	32.825.677	0	0
10RP	8.800.000	5.748.546	919.595	846.333	846.333
10SL	1.000.000	1.000.000	0	0	0
116I	37.717.269	67.186.313	894.313	104.424	104.424
20YF	0	16.666.667	0	0	0
Total	391.363.649	434.447.906	34.639.585	950.758	950.758

- **02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GD	442.195.000	442.195.000	288.916.057	98.395.191	98.395.191
10SC	517.531.342	743.465.108	517.972.459	151.517.317	150.546.332
10SV	6.100.000	6.100.000	0	0	0
20YG	0	86.666.667	0	0	0
Total	965.826.342	1.278.426.775	806.888.515	249.912.508	248.941.523

- **02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GE	356.850.000	531.363.808	470.494.262	322.153.844	318.480.702
10RM	273.757.472	330.808.924	270.773.723	109.925.277	108.505.132
10SK	31.882.274	31.882.274	6.400.000	0	0
141J	8.800.000	25.133.333	15.799.996	0	0
1N08	1.131.148.664	1.112.205.464	555.295.460	154.160.920	153.788.630
20YH	0	186.857.032	0	0	0
Total	1.802.438.410	2.218.250.835	1.318.763.441	586.240.041	580.774.464

- **02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S5	428.337.266	544.755.024	400.543.542	149.847.343	149.847.343
1162	2.988.535	0	0	0	0
1163	88.000	0	0	0	0
7652	226.400.000	261.021.635	117.183.745	30.748.052	30.748.052
Total	657.813.801	805.776.659	517.727.286	180.595.395	180.595.395

- **02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142H	226.571	226.571	0	0	0
3883	2.000.000	2.700.000	1.126.935	0	0
Total	2.226.571	2.926.571	1.126.935	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	226.865	234.263	29.387
Despesas Correntes	187.618	175.618	25.537
Despesas de Capital	39.247	58.645	3.850
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	226.865	234.263	29.387

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AM	2.500.000	8.333.333	2.235.808	179.820	179.820
8274	115.585.000	114.135.001	37.446.675	28.598.280	16.379.230
Total	118.085.000	122.468.334	39.682.483	28.778.100	16.559.050

- **00ZG - Fortalecimento do poder público para a gestão regionalizada dos serviços de resíduos sólidos urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
86AA	41.613.960	41.613.960	0	0	0
Total	41.613.960	41.613.960	0	0	0

- **00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MG	42.118.000	45.118.000	21.511.223	0	0
Total	42.118.000	45.118.000	21.511.223	0	0

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ME	450.000	450.000	0	0	0

2E42	24.245.662	24.245.662	15.518.552	562.089	562.089
Total	24.695.662	24.695.662	15.518.552	562.089	562.089

• **010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TT	152.448	167.372	143.571	46.788	0
20MF	200.000	200.000	0	0	0
Total	352.448	367.372	143.571	46.788	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.074.124	5.270.792	1.353.952
Despesas Correntes	135.301	1.551.342	923.584
Despesas de Capital	1.938.822	3.719.449	430.368
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.074.124	5.270.792	1.353.952

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140M	0	123.000.000	90.000.000	77.539.887	77.539.887
Total	0	123.000.000	90.000.000	77.539.887	77.539.887

• **00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SG	813.999.580	1.588.801.392	1.068.125.376	276.353.614	275.323.816
127A	97.565.276	158.599.117	60.795.284	0	0
127C	10.822.260	12.569.516	12.132.702	0	0
12L6	100.000	133.333	0	0	0
14KS	500.000	500.000	0	0	0
14KT	800.000	800.000	800.000	0	0
14RL	0	45.033.333	0	0	0
1E36	30.600.000	30.633.333	0	0	0
1O92	100.000	133.333	0	0	0
20M5	200.000	200.000	200.000	0	0
20TI	104.751.000	105.424.333	1.700.000	0	0
7S31	41.400.000	41.400.000	0	0	0
7S46	150.000	150.000	0	0	0
8865	404.723.893	538.057.227	367.746.038	11.432.249	9.973.214
Total	1.505.712.009	2.522.434.917	1.511.499.401	287.785.863	285.297.030

• **00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8348	403.594.478	389.982.779	144.675.000	0	0

Total	403.594.478	389.982.779	144.675.000	0	0
-------	-------------	-------------	-------------	---	---

• 00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
126Z	88.000	33.333	0	0	0
Total	88.000	33.333	0	0	0

• 00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127D	88.000	33.333	0	0	0
Total	88.000	33.333	0	0	0

• 00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NN	3.000.000	3.000.000	253.021	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	253.021	0	0

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00FA - Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4578	200.000	200.000	4.620	0	0
Total	200.000	200.000	4.620	0	0

• 00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8172	9.282.172	55.389.505	19.311.383	3.253.245	2.753.245
Total	9.282.172	55.389.505	19.311.383	3.253.245	2.753.245

• 00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10D2	15.000.000	14.850.000	10.300.136	866.313	866.313
14UX	0	8.333.333	0	0	0
Total	15.000.000	23.183.333	10.300.136	866.313	866.313

• 00FH - Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão e da capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N3	340.000	340.000	307.965	7.965	7.965
4848	22.637.000	22.637.000	1.491.766	0	0
Total	22.977.000	22.977.000	1.799.731	7.965	7.965

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12QB	46.500.000	143.000.000	90.467.710	9.196.674	867.428
Total	46.500.000	143.000.000	90.467.710	9.196.674	867.428

- 00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GB	10.311.000	10.311.000	9.274.119	8.551.620	7.681.620
20L9	3.500.000	3.650.000	3.127.286	1.422.132	1.021.513
Total	13.811.000	13.961.000	12.401.406	9.973.752	8.703.133

- 04AJ - Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S23	43.500.000	43.500.000	0	0	0
Total	43.500.000	43.500.000	0	0	0

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A01	0	534.000.000	463.363.379	450.223.139	373.841.446
20G3	0	50.000.000	49.936.308	19.411.028	10.086.682
22BO	0	1.324.600.000	796.390.915	492.005.315	487.432.658
Total	0	1.908.600.000	1.309.690.601	961.639.481	871.360.787

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N2	4.290.000	10.330.000	9.357.923	8.000	8.000
8363	300.000	300.000	300.000	300.000	0
8424	600.000	600.000	0	0	0
Total	5.190.000	11.230.000	9.657.923	308.000	8.000

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LA	5.181.000	10.266.711	8.227.757	3.380.654	2.924.042
Total	5.181.000	10.266.711	8.227.757	3.380.654	2.924.042

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	136.543	142.182	72.971
Despesas Correntes	117.070	117.030	65.864
Despesas de Capital	19.473	25.152	7.107
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	136.543	142.182	72.971

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraias - LAMIN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B53	7.045.570	7.955.570	6.924.680	2.887.702	2.438.115
Total	7.045.570	7.955.570	6.924.680	2.887.702	2.438.115

• **0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B51	21.085.520	23.886.854	19.975.794	12.422.213	10.865.620
8890	426.459	426.459	184.157	96.714	96.714
Total	21.511.979	24.313.313	20.159.951	12.518.927	10.962.334

• **001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos mineraias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2398	18.247.500	18.414.167	18.175.369	10.017.246	8.043.813
4872	45.929.412	46.262.745	45.913.790	18.586.240	17.712.705
Total	64.176.912	64.676.912	64.089.159	28.603.486	25.756.518

• **001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2397	13.300.000	13.980.000	11.612.692	5.611.371	4.652.655
2D62	2.996.000	2.386.667	2.226.723	1.434.130	1.288.998
2D84	2.120.000	2.320.000	2.115.000	1.638.998	1.469.796
Total	18.416.000	18.686.667	15.954.414	8.684.499	7.411.449

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2399	12.139.999	12.639.999	12.080.604	10.614.611	8.974.208
Total	12.139.999	12.639.999	12.080.604	10.614.611	8.974.208

- 002M - Produção de minerais estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2489	5.884.593	6.511.521	6.322.199	4.789.892	4.202.423
Total	5.884.593	6.511.521	6.322.199	4.789.892	4.202.423

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LD	160.000	160.000	8.315	8.315	6.361
Total	160.000	160.000	8.315	8.315	6.361

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LB	150.000	150.000	71.405	16.262	16.262
Total	150.000	150.000	71.405	16.262	16.262

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4396	416.770	416.770	145.704	145.704	145.704
Total	416.770	416.770	145.704	145.704	145.704

- 003E - Fiscalização da atividade minerária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2375	4.233.375	4.233.375	4.226.443	3.345.256	3.345.256
6821	94.920	94.920	22.470	22.470	22.470
Total	4.328.295	4.328.295	4.248.913	3.367.725	3.367.725

• 003G - Gestão dos direitos minerários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2377	1.200.000	1.200.000	1.200.000	772.501	772.501
Total	1.200.000	1.200.000	1.200.000	772.501	772.501

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2297	812.702	812.702	358.376	358.376	358.376
4871	300.000	330.000	231.342	202.741	202.217
Total	1.112.702	1.142.702	589.718	561.117	560.593

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.325.903	3.385.752	418.004
Despesas Correntes	3.603	3.603	194
Despesas de Capital	2.322.300	3.382.149	417.809
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.325.903	3.385.752	418.004

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3735	13.552.621	18.456.667	1.789.500	0	0
Total	13.552.621	18.456.667	1.789.500	0	0

• 01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11AA	76.854.490	88.254.490	64.303.590	16.647	16.647
Total	76.854.490	88.254.490	64.303.590	16.647	16.647

• 01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10DC	35.200.000	14.066.667	0	0	0
Total	35.200.000	14.066.667	0	0	0

• 01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G7	192.901.247	166.487.782	121.161.819	0	0
Total	192.901.247	166.487.782	121.161.819	0	0

• 01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10CT	89.339.427	324.602.507	244.602.507	141.684.194	141.684.194
Total	89.339.427	324.602.507	244.602.507	141.684.194	141.684.194

• 01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
141H	3.327.104	4.327.104	763.760	55.060	55.060
Total	3.327.104	4.327.104	763.760	55.060	55.060

• 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L29	35.200.000	140.199.999	60.199.999	0	0
Total	35.200.000	140.199.999	60.199.999	0	0

• 01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10E9	88.000	33.333	0	0	0
Total	88.000	33.333	0	0	0

• 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12EP	439.967.366	336.634.031	148.433.470	33.828.976	33.437.895
5900	439.967.366	1.019.422.047	771.994.947	150.924.545	150.784.610
Total	879.934.732	1.356.056.078	920.428.417	184.753.521	184.222.505

• 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F6	266.578.400	149.911.733	86.578.400	0	0
Total	266.578.400	149.911.733	86.578.400	0	0

• 01LL - Implantação do Sistema Jequitaiá (MG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5308	47.168.000	47.168.000	24.168.000	16.068.498	16.064.908
Total	47.168.000	47.168.000	24.168.000	16.068.498	16.064.908

• 01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101N	400.000	466.667	0	0	0
109H	84.450.000	84.450.000	2.900.000	0	0
109J	35.751.000	25.930.816	22.930.816	0	0
10AK	200.000	200.000	0	0	0
11NF	88.000	33.333	0	0	0
11NO	132.001	183.334	150.000	150.000	150.000

11PO	8.925.000	9.125.000	3.490.421	528.238	528.238
124L	1.584.000	7.056.000	1.584.000	0	0
12FV	10.120.000	8.836.667	0	0	0
12G4	880.000	4.130.000	1.129.179	313.952	0
12G5	35.640.000	57.617.912	38.634.991	36.794.286	36.794.286
140Q	800.000	800.000	0	0	0
140S	25.520.000	37.013.333	25.520.000	0	0
14L9	35.200.000	0	0	0	0
14LA	3.696.000	14.029.333	280.571	62.780	62.780
14RM	0	2.920.594	0	0	0
14RQ	0	1.055.198	0	0	0
14RR	0	1.993.766	0	0	0
14RS	0	2.529.562	0	0	0
14RT	0	386.788	0	0	0
14RU	0	15.257.518	0	0	0
14RV	0	234.522	0	0	0
14RW	0	1.645.060	0	0	0
14RX	0	9.066.667	0	0	0
14RY	0	25.333.333	0	0	0
14RZ	0	2.138.667	0	0	0
14S2	0	198.921	0	0	0
14S3	0	2.100.000	0	0	0
14S5	0	10.090.809	0	0	0
14S6	0	2.600.000	0	0	0
14S7	0	1.666.667	0	0	0
14S8	0	1.162.436	0	0	0
14S9	0	1.794.207	0	0	0
14SA	0	2.007.936	0	0	0
14SB	0	6.522.496	0	0	0
14SC	0	4.422.111	0	0	0
14SD	0	7.930.685	0	0	0
14SE	0	429.146	0	0	0
14SF	0	33.333	0	0	0
14SG	0	6.400.000	0	0	0
14SI	0	8.000.000	0	0	0
14SJ	0	536.787	0	0	0
14SK	0	507.369	0	0	0
14SN	0	11.938.909	0	0	0
14SO	0	1.202.930	0	0	0
14SP	0	7.410.272	0	0	0
14SR	0	1.107.370	0	0	0
14SS	0	6.366.667	0	0	0
14ST	0	10.244.904	0	0	0
14SV	0	7.331.617	0	0	0
14VI	0	19.825.033	0	0	0
14VJ	0	10.000.000	0	0	0
14VL	0	10.500.000	0	0	0
14VM	0	16.666.667	0	0	0
1851	256.901.955	257.892.944	74.988.411	383.933	383.933

1159	88.000	0	0	0	0
1160	6.556.000	25.000.000	0	0	0
1161	3.986.400	20.000.000	0	0	0
1164	1.026.198	5.112.300	4.089.505	1.026.198	1.026.198
1167	88.000	33.333	0	0	0
1K44	880.000	3.475.238	880.000	0	0
1K51	88.000	33.333	0	0	0
1N64	30.623.796	58.290.463	32.508.632	1.807.076	380.746
3445	88.000	33.333	0	0	0
5910	3.154.118	3.278.451	3.244.397	0	0
7G88	26.400.000	30.675.467	26.400.000	26.400.000	17.600.000
7I31	88.000	24.977.162	15.473.859	3.634.980	3.589.437
7M10	13.200.000	15.600.000	15.000.000	0	0
Total	586.554.468	915.833.366	269.204.782	71.101.443	60.515.619

• **04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SH	0	33.333.333	0	0	0
Total	0	33.333.333	0	0	0

• **04EN - Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S4	0	6.666.667	0	0	0
Total	0	6.666.667	0	0	0

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N4	7.425.000	7.702.500	6.239.852	708.169	708.169
Total	7.425.000	7.702.500	6.239.852	708.169	708.169

• **01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G6	44.000.000	20.000.000	6.813.185	0	0
140N	30.799.241	30.932.574	8.097.594	846.704	846.704
14RP	0	33.333	0	0	0
14S0	0	6.000.000	0	0	0
14SL	0	806.929	0	0	0
14SQ	0	100.097	0	0	0
14VK	0	947.815	0	0	0
Total	74.799.241	58.820.748	14.910.779	846.704	846.704

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GM	14.682.896	47.366.164	40.332.831	2.606.838	2.606.838
13RU	97.771	4.097.771	0	0	0
8062	100.000	100.000	45.982	43.782	43.782
8621	2.100.000	2.266.667	834.567	118.995	118.759
Total	16.980.667	53.830.602	41.213.380	2.769.615	2.769.379

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	88.365	188.415	36.078
Despesas Correntes	86.165	186.165	36.078
Despesas de Capital	2.200	2.250	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	10.199.941	8.148.593	5.925.362
Totais	10.288.306	8.337.008	5.961.440

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1K88	11.283.400	87.863.163	76.829.473
Total	11.283.400	87.863.163	76.829.473

- 000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplicio (MG/RS)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G98	175.785.704	108.572.259	101.173.797
Total	175.785.704	108.572.259	101.173.797

- 000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10D7	5.000.000	1.721.933	1.185.913
128G	4.000.000	0	0
12DQ	128.734.399	109.272.108	105.099.313
Total	137.734.399	110.994.041	106.285.226

- 000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10D6	81.098.094	157.762.787	151.894.393
14L2	100.000	0	0
1F91	8.317.305	50.164.254	50.152.207
Total	89.515.399	207.927.041	202.046.600

- 04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G96	147.368.199	236.879.763	233.283.896
Total	147.368.199	236.879.763	233.283.896

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
5E88	2.226.594.199	1.370.385.863	593.417.776
6486	1.063.000	870.597	70.362
Total	2.227.657.199	1.371.256.460	593.488.138

• **000W - Implantação de Usinas Termelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WI	148.117.000	147.415.000	129.299.264
14LB	53.000.000	6.256.000	6.254.590
14LC	169.091.000	184.159.000	308.166.996
Total	370.208.000	337.830.000	443.720.850

• **04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WJ	91.790.000	52.900.000	57.125.354
Total	91.790.000	52.900.000	57.125.354

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **000X - Implantação de Parques Eólicos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OR	314.950.278	314.950.278	148.370.336
146A	1.000.000	1.000.000	0
14L5	100.000	0	0
Total	316.050.278	315.950.278	148.370.336

• **000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
13FD	2.490.673	4.388.876	1.343.442
14LF	3.000.000	1.325.000	1.128.861

Total	5.490.673	5.713.876	2.472.303
-------	-----------	-----------	-----------

• 000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
13FF	5.792.200	0		0
14L6	100.000	0		0
Total	5.892.200	0		0

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L6	100.000	100.100.000	90.760	19.485	19.485
Total	100.000	100.100.000	90.760	19.485	19.485

• 0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L7	350.000	350.000	346.983	88.585	88.585
Total	350.000	350.000	346.983	88.585	88.585

• 0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L8	50.000	50.000	29.821	0	0
Total	50.000	50.000	29.821	0	0

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LF	13.350.000	13.350.000	3.156.381	2.909.434	1.477.241
20LG	1.700.000	1.700.000	0	0	0
6907	150.000	150.000	0	0	0
Total	15.200.000	15.200.000	3.156.381	2.909.434	1.477.241

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
6508	26.911.954	9.318.707		5.118.007

Total	26.911.954	9.318.707	5.118.007
--------------	-------------------	------------------	------------------

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11ZY	17.665.523	49.665.523	39.429.911
121X	25.952.152	26.533.729	26.500.683
126T	106.188.935	23.000.000	5.522.278
128J	51.036.164	103.709.526	59.340.312
12DB	23.720.612	3.627.514	2.933.607
12PJ	2.699.430	16.937.129	14.112.023
12PK	4.286.748	17.033.221	13.406.681
146L	125.045.003	78.000.000	53.571.164
14L3	100.000	3.337.877	407.917
1A01	1.663.810	1.162.775	1.039.571
1G97	52.453.242	45.554.277	37.021.069
1O50	117.600.387	73.122.277	57.291.790
5107	519.236.362	498.836.362	334.869.573
Total	1.047.648.368	940.520.210	645.446.579

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WL	11.580.000	79.456.000	79.373.303
12O1	50.000	0	0
12O2	50.000	0	0
146D	100.000.000	0	0
14LE	100.000	0	0
1H05	100.000	100.000	47.058
1H18	5.250.000	2.875.000	966.490
1H19	5.250.000	3.575.000	1.845.357
1158	0	2.016.000	2.018.696
3414	6.876.651	8.110.000	6.600.581
Total	129.256.651	96.132.000	90.851.485

• 002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125W	57.538.792	68.994.806	52.268.302

14KG	427.558	3.142.650	387.470
14KH	1.308.029	11.813.425	0
14KW	20.901.549	20.450.186	11.875.240
14KX	465.566	11.932.171	0
14MI	161.504.804	176.588.613	176.588.613
14MJ	98.664.196	126.348.005	112.313.539
1891	13.000.000	13.000.000	10.693.176
200J	444.641.195	235.757.021	199.833.780
2C47	287.851.500	287.851.500	205.693.315
2C49	10.850.000	6.346.500	4.644.481
2D61	412.703.079	368.703.079	138.539.187
2D94	9.198.925	18.116.717	13.467.228
3243	1.500.000	1.610.000	1.323.565
Total	1.520.555.193	1.350.654.673	927.627.896

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WO	3.336.661	3.921.110	3.861.998
11X8	40.647.085	16.946.370	4.841.050
11XE	59.000.000	30.002.907	15.258.938
11XI	133.600.000	125.121.431	105.959.048
11XU	169.100.000	145.619.649	114.135.564
11YL	220.000.000	190.000.000	189.649.824
Total	625.683.746	511.611.467	433.706.422

- 0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1379	1.500.000	1.516.667	500.000	0	0
Total	1.500.000	1.516.667	500.000	0	0

- 0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20A9	2.352.131	2.385.464	1.620.095	1.365.824	1.365.824
Total	2.352.131	2.385.464	1.620.095	1.365.824	1.365.824

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 003Q - Regulação do Setor Elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2993	27.336.892	21.869.513	14.964.461	10.498.005	10.490.348
2C42	2.781.416	2.299.916	682.912	465.530	465.530
4699	1.958.963	1.958.963	523.184	504.015	504.015
4703	2.588.259	3.069.759	1.102.642	836.894	836.894
4880	31.497.463	36.964.841	28.332.590	18.897.839	18.529.937
Total	66.162.993	66.162.992	45.605.790	31.202.283	30.826.725

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4394	100.118.000	73.472.000	57.369.550
Total	100.118.000	73.472.000	57.369.550

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
105D	14.128.294	11.918.313	11.917.416
14KY	110.285.429	88.649.810	76.686.737
14KZ	95.935.409	59.100.000	47.991.504
14L0	16.885.150	11.943.551	10.953.217
14L1	14.077.849	12.384.329	15.165.948
14L7	354.525.038	243.791.403	166.129.069
20P0	19.352.518	19.882.816	12.502.238
20P2	35.463.598	12.143.845	2.992.383
20P3	54.585.013	14.555.163	13.418.482
20P5	41.093.565	14.604.052	6.945.371
20P7	37.979.939	14.230.828	10.111.545
20PA	5.600.000	4.585.548	4.333.240
20PC	9.560.243	2.203.451	1.029.275
20PD	45.965.223	12.696.779	12.652.013
20PI	136.997.722	106.013.486	94.797.938
2D89	77.305.900	43.193.468	30.635.518
3375	66.614.557	34.707.820	27.519.992
4881	46.823.340	41.065.136	39.963.411
6749	72.389.000	48.509.263	36.546.521
Total	1.255.567.787	796.179.061	622.291.818

- 01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20PE	66.771.269	50.123.419	36.025.907
20PF	82.983.635	52.148.430	50.206.882
20PL	9.042.000	2.970.000	2.739.268
20PM	6.600.000	1.648.918	1.203.540
2775	200.000	50.000	42.542
3267	22.610.000	13.457.656	11.865.815
Total	188.206.904	120.398.423	102.083.954

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01G1 - Manutenção do parque gerador de energia

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C63	2.496.000	3.781.000	3.824.725
20OG	1.450.000	0	0
20OM	42.086.993	60.255.996	58.948.548
3292	29.973.142	79.459.639	79.032.051
3372	30.225.144	57.911.230	44.721.798
3380	49.987.919	5.950.000	5.813.749
4467	51.850.000	48.050.000	18.383.530
4476	183.510.937	183.510.937	138.761.314
4477	401.355.390	224.701.210	131.403.445
4493	23.677.000	14.000.000	11.411.349
6556	152.608.000	144.834.000	124.929.881
7066	28.009.608	37.512.542	37.482.862
Total	997.230.133	859.966.554	654.713.252

• 01G2 - Manutenção do sistema de transmissão

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2D63	149.027.230	180.027.230	161.280.100
4462	126.000.000	103.617.000	44.732.406
4471	5.334.800	3.111.795	1.283.757
4478	432.472.158	242.621.810	193.888.380
Total	712.834.188	529.377.835	401.184.643

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AA	650.000	650.000	491.911	491.911	491.911

	7S24	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total		2.650.000	2.650.000	491.911	491.911	491.911

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2745	17.152.483	25.075.000	20.172.726
Total	17.152.483	25.075.000	20.172.726

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	48.197	51.080	46.491
Despesas Correntes	46.788	46.788	46.468
Despesas de Capital	1.409	4.292	23
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	34.540.367	33.276.176	32.104.015
Totais	34.588.564	33.327.256	32.150.506

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4864	370.409.000	452.352.000	398.072.486
Total	370.409.000	452.352.000	398.072.486

- 004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1P65	8.554.215.000	9.458.141.000	9.367.647.766
Total	8.554.215.000	9.458.141.000	9.367.647.766

- 004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1209	6.992.541.000	4.370.739.000	4.343.329.278
Total	6.992.541.000	4.370.739.000	4.343.329.278

- 004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117R	1.751.418.000	781.792.000	766.027.578
Total	1.751.418.000	781.792.000	766.027.578

- 004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
119J	177.986.000	221.190.000	197.170.109
Total	177.986.000	221.190.000	197.170.109

• 004I - Implantação de Refinarias

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125M	223.267.000	97.978.000	96.604.728
Total	223.267.000	97.978.000	96.604.728

• 004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117S	1.230.000	451.000	16.755
146B	100.000	5.000.000.000	4.609.965.020
146C	966.938.000	333.245.000	319.905.696
1C60	182.461.000	105.985.000	104.627.059
1188	41.700.000	8.569.000	7.826.252
2767	290.000.000	244.066.000	229.758.086
3157	53.913.000	179.760.000	174.892.098
4108	1.416.299.000	1.180.260.000	1.134.855.185
5085	0	391.273.000	391.272.595
Total	2.952.641.000	7.443.609.000	6.973.118.746

• 004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3135	579.876.000	336.673.000	323.042.496
Total	579.876.000	336.673.000	323.042.496

• 004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3161	1.287.051.000	1.712.180.000	1.655.579.153
Total	1.287.051.000	1.712.180.000	1.655.579.153

• 004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3155	1.935.409.000	1.498.217.000	1.489.694.223
Total	1.935.409.000	1.498.217.000	1.489.694.223

• 004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3129	728.733.000	570.769.000	569.581.860
Total	728.733.000	570.769.000	569.581.860

• 004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3125	1.297.508.000	763.156.000	734.066.586
Total	1.297.508.000	763.156.000	734.066.586

• 04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3143	885.420.000	607.713.000	587.926.921
Total	885.420.000	607.713.000	587.926.921

• 04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3151	232.841.000	386.278.000	342.670.115
Total	232.841.000	386.278.000	342.670.115

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00L2 - Promover projetos de cooperação técnica para estimular a implantação de usinas produtoras de bioenergia e de frotas piloto de veículos flexfuel em outros países (preferencialmente em desenvolvimento)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8626	150.000	150.000	96.288	92.399	48.726
Total	150.000	150.000	96.288	92.399	48.726

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124I	4.152.000	9.657.000	6.541.158
124J	2.768.000	7.635.000	5.337.877
124N	4.498.000	7.778.000	5.760.024
124X	24.657.000	0	0
124Z	27.947.000	0	0
12LZ	68.270.000	51.663.000	6.499.930
20CA	6.747.000	5.100.000	170.849
Total	139.039.000	81.833.000	24.309.838

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1063	1.135.358.000	715.792.000	700.530.812
125Q	119.593.000	0	0
14VR	0	276.602.000	276.601.570
Total	1.254.951.000	992.394.000	977.132.382

- **00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
111R	132.371.000	247.443.000	247.275.651
111S	43.415.000	199.811.000	199.319.846
11SW	154.009.000	41.812.000	23.296.056
11UN	160.524.000	9.209.000	8.526.208
1C22	53.967.000	35.887.000	23.792.890
1C24	0	2.999.000	1.770.100
1192	300.747.000	123.146.000	108.767.205
Total	845.033.000	660.307.000	612.747.956

- **00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2B38	74.390.000	169.351.000	164.195.549
2D37	18.165.000	40.000.000	33.766.929
4107	2.223.159.000	1.229.964.000	1.095.335.096
4451	223.625.000	327.947.000	282.778.373
Total	2.539.339.000	1.767.262.000	1.576.075.947

- **00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10SO	773.000	404.000	403.075
2787	400.754.000	479.149.000	479.030.566
2797	202.070.000	165.676.000	165.672.517
2799	185.499.000	89.234.000	89.230.616
2809	50.075.000	47.968.000	47.922.831
2B43	172.655.000	170.305.000	170.303.797
2B44	1.286.000	2.069.000	2.032.399
3348	2.900.000	870.000	866.795
Total	1.016.012.000	955.675.000	955.462.596

- **04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C59	776.678.000	117.918.000	113.754.483
Total	776.678.000	117.918.000	113.754.483

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023X - Regulação e fiscalização o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00EI	2.000	2.000	0	0	0
10TP	1.008.846	3.759.141	127.698	0	0
2391	45.945.966	46.079.300	45.942.904	45.433.231	44.113.729
6594	840.000	840.000	840.000	840.000	840.000
Total	47.796.812	50.680.441	46.910.602	46.273.231	44.953.729

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CY - Realizar estudos e projetos para estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LY	250.000	250.000	125.000	125.000	125.000
Total	250.000	250.000	125.000	125.000	125.000

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	286.043	213.485	50.707
Despesas Correntes	283.956	200.686	43.839
Despesas de Capital	2.088	12.800	6.869
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	46.200.690	48.795.711	48.716.662
Totais	46.486.733	49.009.196	48.767.369

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2050	238.850.000	155.580.000	41.769.205	1.772.055	971.238
2379	14.038.100	23.671.433	22.994.350	19.260.254	16.796.544
Total	252.888.100	179.251.433	64.763.555	21.032.309	17.767.782

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004Y - Aquisição de Unidades Estacionárias de Produção I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OE	449.725.000	0	0
Total	449.725.000	0	0

- **004Z - Construção de Bases de Apoio I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LY	42.539.000	0	0
Total	42.539.000	0	0

- **0052 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1924	50.000.000	38.972.000	38.971.557

Total	50.000.000	38.972.000	38.971.557
-------	------------	------------	------------

• 0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1172	1.155.262.000	1.476.187.000	1.576.336.780
Total	1.155.262.000	1.476.187.000	1.576.336.780

• 0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117Q	1.218.064.000	1.676.690.000	1.642.949.993
Total	1.218.064.000	1.676.690.000	1.642.949.993

• 0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Q	389.250.000	606.199.000	608.056.112
Total	389.250.000	606.199.000	608.056.112

• 0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10TF	1.557.000	42.697.000	39.198.452
14KK	364.054.000	281.582.000	250.176.353
2751	326.934.000	356.647.000	350.241.467
2761	2.553.295.000	2.937.532.000	2.898.154.690
2851	1.929.869.000	2.443.999.000	2.245.762.554
2D00	375.702.000	23.170.000	17.282.771
2D01	93.672.000	39.249.000	20.076.369
4109	2.453.639.000	2.291.494.000	2.127.899.006
4237	873.671.000	662.101.000	604.247.329
4869	31.747.000	13.637.000	8.082.983
8019	3.683.124.000	4.253.354.000	4.649.420.934
8055	52.021.000	12.362.000	11.066.831
Total	12.739.285.000	13.357.824.000	13.221.609.739

• 005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
130L	22.650.000	2.321.000	2.408.505
146K	598.550.000	410.000.000	335.042.411
14VS	0	81.838.000	72.741.143
20T7	67.380.000	32.906.000	28.138.303
Total	688.580.000	527.065.000	438.330.362

- **005B - Desenvolvimento do processo industrial de transformação química do gás natural em produtos de maior valor agregado e acessível aos diversos modais logísticos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1205	9.993.000	6.975.000	6.844.133
Total	9.993.000	6.975.000	6.844.133

- **005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200P	1.242.329.000	1.474.471.000	1.262.421.045
Total	1.242.329.000	1.474.471.000	1.262.421.045

- **005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200R	526.654.000	344.547.000	312.086.076
Total	526.654.000	344.547.000	312.086.076

- **005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200U	5.505.973.000	4.362.482.000	5.273.837.006
Total	5.505.973.000	4.362.482.000	5.273.837.006

- **005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200S	4.120.684.000	3.264.878.000	3.013.136.656
Total	4.120.684.000	3.264.878.000	3.013.136.656

- **005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146J	0	261.700.000	261.695.477
146R	323.835.000	1.379.582.500	1.348.309.788
146S	160.566.000	170.006.000	117.053.201
4861	112.172.000	186.379.000	157.804.886
4867	7.895.000	11.534.500	8.445.468
8020	12.392.000	17.895.000	16.445.999
8022	45.746.000	40.292.000	34.328.418
Total	662.606.000	2.067.389.000	1.944.083.237

- **005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espírito Santo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

200Q	3.670.558.000	5.459.294.000	4.721.486.719
Total	3.670.558.000	5.459.294.000	4.721.486.719

• **005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200T	1.079.325.000	931.466.000	916.919.345
Total	1.079.325.000	931.466.000	916.919.345

• **005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146F	9.924.392.000	9.775.276.000	10.299.325.398
Total	9.924.392.000	9.775.276.000	10.299.325.398

• **005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146G	780.811.000	1.317.325.000	1.367.094.283
Total	780.811.000	1.317.325.000	1.367.094.283

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **005X - Outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades de concessão e partilha da produção**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2380	1.581.200	1.581.200	1.581.200	1.580.683	1.580.683
Total	1.581.200	1.581.200	1.581.200	1.580.683	1.580.683

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **0061 - Estímulo à formação de recursos humanos, à pesquisa e à adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e gás natural e dos biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4860	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Total	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000

• **0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124U	8.650.000	2.592.000	2.448.614
1O29	1.000.000	270.973.000	263.794.756
20LE	1.053.314.000	1.041.414.000	1.036.044.185
20OV	554.004.000	506.570.000	490.670.059
20OW	262.539.000	243.788.000	242.069.941
2D83	65.153.000	43.334.000	38.145.952
Total	1.944.660.000	2.108.671.000	2.073.173.507

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2381	15.033.180	15.776.514	15.033.180	14.633.180	14.031.838
6197	13.090.760	13.424.093	13.090.760	12.870.783	6.583.572
6596	400.200	402.200	391.871	391.871	391.871
Total	28.524.140	29.602.807	28.515.811	27.895.834	21.007.280

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LH	3.000.000	3.000.000	148.537	148.537	148.537
Total	3.000.000	3.000.000	148.537	148.537	148.537

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.332.639	2.715.170	9.655
Despesas Correntes	34.278	33.078	1.976
Despesas de Capital	2.298.361	2.682.092	7.679
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.332.639	2.715.170	9.655

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZM - Implantação de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MD	3.250.000	3.250.000	306.477	0	0
Total	3.250.000	3.250.000	306.477	0	0

- **00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NR	8.750.000	8.831.667	237.500	0	0
Total	8.750.000	8.831.667	237.500	0	0

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MC	1.250.000	1.250.000	849.672	116.994	116.994
8874	2.000.000	1.600.000	1.000.607	198.229	198.229
Total	3.250.000	2.850.000	1.850.279	315.223	315.223

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de**

redução da pobreza urbana

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8866	4.600.000	3.800.000	2.393.370	531.306	531.306
Total	4.600.000	3.800.000	2.393.370	531.306	531.306

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D73	2.244.892.646	2.628.475.979	1.109.367.518	7.778.816	7.778.816
20NP	1.000.000	1.066.667	0	0	0
20NQ	2.550.000	2.550.000	0	0	0
4055	600.000	600.000	0	0	0
4420	1.588.905	1.588.905	1.059.817	1.009.285	1.004.733
7S30	28.500.000	28.500.000	0	0	0
7S33	32.947.125	32.947.125	0	0	0
8872	710.000	710.000	20.625	20.625	20.625
Total	2.312.788.676	2.696.438.676	1.110.447.960	8.808.726	8.804.174

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.392.239	2.780.906	313.246
Despesas Correntes	155.388	233.388	115.129
Despesas de Capital	1.236.851	2.547.519	198.117
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.392.239	2.780.906	313.246

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SS	790.908.271	1.280.182.271	17.511.381	1.976.237	1.626.596
7S32	39.094.300	39.094.300	0	0	0
Total	830.002.571	1.319.276.571	17.511.381	1.976.237	1.626.596

- **027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13US	0	4.000.000	4.000.000	0	0
7L64	123.412.000	425.026.731	420.618.501	164.799.869	115.714.780
Total	123.412.000	429.026.731	424.618.501	164.799.869	115.714.780

- **027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5176	100.000	215.433.333	213.290.000	0	0
Total	100.000	215.433.333	213.290.000	0	0

- **0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SX	38.619.358	51.886.335	38.619.358	0	0
Total	38.619.358	51.886.335	38.619.358	0	0

- **0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife - PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

5754	58.662.315	85.328.982	58.662.295	9.123.991	7.017.184
Total	58.662.315	85.328.982	58.662.295	9.123.991	7.017.184

• **0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SY	86.075.634	88.682.657	86.075.634	16.926.832	16.926.832
Total	86.075.634	88.682.657	86.075.634	16.926.832	16.926.832

• **0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SZ	1.100.000	1.133.333	0	0	0
10T9	150.000	150.000	150.000	0	0
11IO	2.000.000	2.000.000	1.999.998	1.465.673	1.465.673
11J9	2.000.000	2.000.000	1.944.811	0	0
11JD	4.000.000	4.000.000	4.000.000	334.512	334.512
142W	227.000	250.227.000	250.000.000	3.467.264	3.467.264
142Y	200.000	200.000	0	0	0
14TT	0	4.550.000	0	0	0
5174	150.000	150.000	150.000	0	0
Total	9.827.000	264.410.333	258.244.809	5.267.448	5.267.448

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10T2	48.200.000	47.928.000	0	0	0
142U	660.000	660.000	367.050	22.492	22.492
14TS	0	1.327.000	0	0	0
1034	300.000	300.000	300.000	0	0
Total	49.160.000	50.215.000	667.050	22.492	22.492

• **029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ST	32.856.416	33.439.749	3.511.320	0	0
Total	32.856.416	33.439.749	3.511.320	0	0

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D47	800.000	1.066.667	0	0	0
Total	800.000	1.066.667	0	0	0

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SR	2.000.000	1.550.000	1.000.000	0	0
123N	100.000	133.333	0	0	0
142V	500.000	500.000	0	0	0
20YB	0	833.334	0	0	0
2D49	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	3.600.000	4.016.667	1.000.000	0	0

- **02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142X	735.500	735.500	0	0	0
4398	5.900.000	5.900.000	5.881.689	0	0
Total	6.635.500	6.635.500	5.881.689	0	0

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YZ	0	1.000.000	0	0	0
4410	113.178.000	88.178.000	85.178.000	85.178.000	73.359.408
6622	7.000.000	7.000.000	82.890	0	0
8028	7.669.800	7.669.800	5.187.946	5.027.884	1.186.321
8487	2.100.000	15.100.000	2.000.000	1.803.913	1.803.913
Total	129.947.800	118.947.800	92.448.837	92.009.797	76.349.641

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4414	7.540.000	7.540.000	7.540.000	7.313.218	2.297.319
4641	15.000.000	105.000.000	105.000.000	15.806.134	15.088.796
Total	22.540.000	112.540.000	112.540.000	23.119.352	17.386.115

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.910.190	18.908.410	4.207.657
Despesas Correntes	329.702	326.902	107.155
Despesas de Capital	13.580.488	18.581.508	4.100.502
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.910.190	18.908.410	4.207.657

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DD	213.832.146	302.832.146	302.689.043	136.891.980	134.323.116
20DE	288.455.284	299.955.284	299.955.282	57.816.484	57.645.516
20DW	354.404.480	264.404.480	264.272.794	21.899.940	21.886.805
20DZ	39.903.204	24.903.204	24.903.204	4.213.594	4.213.594
20VI	0	260.000.000	0	0	0
Total	896.595.114	1.152.095.114	891.820.323	220.821.998	218.069.031

• **009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DU	323.190.100	362.190.100	362.190.098	42.180.332	41.378.979
20E2	112.968.343	45.968.343	45.968.343	11.595.376	10.372.946
20E3	219.453.260	266.453.260	266.440.933	35.131.001	32.762.403
20E4	19.152.006	19.152.006	19.152.006	4.597.908	4.566.434
20E5	231.423.263	298.650.747	298.650.745	49.868.020	47.963.306
20E6	111.958.415	111.958.415	111.958.415	14.132.341	11.221.122
20E7	121.714.106	121.714.106	121.714.066	5.849.215	5.849.188
20E8	129.276.040	169.276.040	169.275.882	3.060.538	3.060.538
20ED	136.458.042	136.458.042	136.326.012	22.373.982	21.389.046
20VJ	0	486.666.667	0	0	0
Total	1.405.593.575	2.018.487.726	1.531.676.500	188.788.715	178.563.962

• **009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DF	138.852.043	158.852.043	158.844.867	17.811.061	17.624.644
20DQ	40.698.013	54.698.013	54.698.013	0	0

20DR	203.490.063	203.490.063	203.360.226	26.047.689	25.953.116
20DS	169.500.000	189.500.000	189.500.000	87.621.402	87.621.402
20DT	62.244.019	50.244.019	50.244.019	4.582.150	4.582.150
20DV	99.753.223	134.253.223	134.253.222	24.852.724	23.870.711
20EB	102.637.282	122.637.282	122.637.281	60.458.998	60.193.431
20VK	0	388.333.333	0	0	0
Total	817.174.643	1.302.007.976	913.537.628	221.374.025	219.845.454

• 009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1F40	0	17.081.650	12.117.971	11.706.206	11.706.206
20DY	18.357.198	18.357.198	18.357.196	1.573.694	1.573.694
20E0	64.638.020	64.638.020	64.638.017	6.622.125	6.169.021
20E1	728.213.993	888.213.993	888.213.988	265.550.605	262.967.067
20EC	94.965.221	114.965.221	114.694.210	28.899.740	28.899.740
20VL	0	298.333.333	0	0	0
Total	906.174.432	1.401.589.415	1.098.021.381	314.352.369	311.315.727

• 009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DX	256.158.079	256.158.079	256.158.071	36.242.286	35.930.168
20E9	375.858.116	266.558.116	265.426.432	44.906.078	44.905.545
20EA	176.361.246	196.361.246	196.229.560	13.318.309	13.315.421
20VM	0	233.333.333	0	0	0
Total	808.377.441	952.410.774	717.814.063	94.466.673	94.151.134

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2907	48.686.918	46.686.918	43.905.526	34.309.399	33.815.847
6391	100.000	100.000	0	0	0
7730	100.000	100.000	0	0	0
Total	48.886.918	46.886.918	43.905.526	34.309.399	33.815.847

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

7140	279.840.000	752.620.789	657.840.000	396.883.740	396.840.112
Total	279.840.000	752.620.789	657.840.000	396.883.740	396.840.112

• 009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7624	369.299.568	495.966.235	369.299.273	83.458.227	82.899.864
Total	369.299.568	495.966.235	369.299.273	83.458.227	82.899.864

• 009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105S	0	83.333.333	0	0	0
13X9	0	333.333	0	0	0
Total	0	83.666.666	0	0	0

• 009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105T	957.600	42.107.600	29.107.598	13.864.530	13.478.181
Total	957.600	42.107.600	29.107.598	13.864.530	13.478.181

• 00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7435	79.486.763	217.113.317	185.445.939	153.386.986	152.785.798
Total	79.486.763	217.113.317	185.445.939	153.386.986	152.785.798

• 00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3766	957.600	50.024.267	32.157.600	6.734.783	6.734.783
Total	957.600	50.024.267	32.157.600	6.734.783	6.734.783

• 00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1208	168.537.652	572.070.985	433.737.652	192.680.948	191.341.435
Total	168.537.652	572.070.985	433.737.652	192.680.948	191.341.435

• 00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110Q	112.640.000	96.640.000	47.841.762	8.145.215	8.079.745
110R	122.572.838	235.239.505	168.572.838	129.755.375	129.256.006
1K19	957.600	990.933	957.600	957.600	957.600

Total	236.170.438	332.870.438	217.372.200	138.858.190	138.293.350
--------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

• 00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13X7	0	333.333	0	0	0
Total	0	333.333	0	0	0

• 00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10KV	15.271.707	3.000.000	0	0	0
1K53	957.600	38.324.267	31.657.600	3.531.391	3.531.391
7L04	137.280.000	392.480.000	292.480.000	40.033.975	40.030.339
Total	153.509.307	433.804.267	324.137.600	43.565.367	43.561.730

• 00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L1	191.520.059	293.832.112	210.498.779	41.128.745	41.128.745
14L8	0	333.333	0	0	0
7M76	71.380.000	1.734.613	1.401.280	0	0
Total	262.900.059	295.900.058	211.900.059	41.128.745	41.128.745

• 00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10J6	11.299.683	1.633.016	1.299.683	0	0
13XJ	0	16.666.667	0	0	0
Total	11.299.683	18.299.683	1.299.683	0	0

• 00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10IX	143.640.044	103.640.044	1.949.923	0	0
Total	143.640.044	103.640.044	1.949.923	0	0

• 00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7530	19.630.806	103.630.806	19.630.806	0	0
Total	19.630.806	103.630.806	19.630.806	0	0

• 00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

10M9	51.624.436	106.257.769	96.624.436	34.191.830	31.025.874
113J	15.365.425	698.758	99.576	26.867	26.867
114A	1.550.000	550.000	170.000	29.824	29.824
123U	81.312.000	47.000.000	0	0	0
127H	76.608.024	84.941.357	76.608.024	0	0
12IW	40.219.212	23.333.333	0	0	0
12JL	16.087.685	22.087.685	2.000.000	0	0
12JT	38.304.012	42.204.012	28.304.012	0	0
12KF	14.364.004	27.697.337	14.364.004	0	0
1304	105.600.000	128.466.667	123.099.999	44.567.538	44.567.538
1310	957.600	10.957.600	764.000	384.918	384.918
13NC	1.000.000	3.966.667	0	0	0
13UU	1.000.000	3.766.667	1.000.000	0	0
13X6	0	333.333	0	0	0
13XL	4.967.923	333.333	0	0	0
13Y2	16.087.685	16.754.352	0	0	0
13YM	2.000.000	10.000.000	0	0	0
14K8	5.050.000	9.413.020	5.400.024	4.272.667	4.272.667
14K9	700.000	700.000	0	0	0
14UV	0	26.333.333	0	0	0
14W9	0	10.500.000	0	0	0
14WB	0	10.380.000	0	0	0
14WE	0	9.057.000	0	0	0
1558	18.098.646	9.058.560	23.559	23.559	23.559
1K23	88.000.000	96.400.000	87.999.999	21.963.321	21.963.321
7542	6.880.000	7.213.333	6.880.000	2.019.710	2.019.710
7560	957.600	1.290.933	0	0	0
7626	957.600	16.457.600	8.936.138	2.836.033	2.682.410
7E90	83.461.101	158.527.768	132.261.101	83.000.000	83.000.000
7G66	0	18.333.333	0	0	0
7M63	957.600	21.290.933	20.957.600	738.530	738.530
7M69	957.600	1.290.933	0	0	0
7M71	29.568.000	70.000.000	0	0	0
7M83	9.576.003	14.142.670	970.000	74.444	74.444
7M88	61.319.069	43.087.893	21.754.560	0	0
7R82	10.000.000	10.000.000	2.473.096	782.492	782.492
7S29	13.440.000	13.440.000	0	0	0
7S35	6.100.000	6.100.000	0	0	0
7S36	30.000.000	30.000.000	12.000.000	0	0
7S37	16.700.000	16.700.000	0	0	0
7S50	70.131.000	70.131.000	0	0	0
7S53	12.000.000	12.000.000	0	0	0
7S60	22.000.000	22.000.000	0	0	0
7S66	19.700.000	52.800.000	34.700.000	3.592.290	3.592.290
7S68	25.000.000	23.000.000	0	0	0
7S69	22.100.000	22.100.000	0	0	0
7S70	29.474.851	29.474.851	0	0	0
7S71	43.747.125	43.747.125	15.000.000	203.052	203.052
7S72	27.108.234	27.108.234	0	0	0

7S73	55.000.000	55.000.000	0	0	0
7S74	40.500.000	40.500.000	0	0	0
7S75	26.500.000	12.400.000	0	0	0
7S76	50.900.000	50.900.000	0	0	0
7S82	30.500.000	30.500.000	0	0	0
7S85	15.000.000	15.000.000	8.067.908	1.699.528	1.699.528
7S89	30.000.000	38.100.000	8.100.000	0	0
7S90	30.000.000	35.000.000	9.126.000	0	0
7S91	30.000.000	30.000.000	0	0	0
7T07	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7T36	0	1.500.000	0	0	0
Total	1.430.432.435	1.741.327.389	717.684.035	200.406.601	197.087.023

• **04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S56	72.200.000	72.200.000	0	0	0
Total	72.200.000	72.200.000	0	0	0

• **04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S63	49.351.000	40.351.000	0	0	0
Total	49.351.000	40.351.000	0	0	0

• **04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S64	106.091.000	106.091.000	0	0	0
Total	106.091.000	106.091.000	0	0	0

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1214	154.880.000	206.880.000	154.879.812	10.135.105	10.135.105
Total	154.880.000	206.880.000	154.879.812	10.135.105	10.135.105

• **00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10JQ	120.657.637	105.508.116	27.508.116	0	0
Total	120.657.637	105.508.116	27.508.116	0	0

• **00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10KT	21.315.704	100.515.704	90.639.800	61.316.004	61.316.004
10L3	19.152.006	9.485.339	151.695	0	0
12IA	957.600	1.257.600	48.623	0	0
12JU	19.152.006	27.152.006	19.152.006	6.200.000	6.200.000
14WA	0	9.100.000	0	0	0
14WC	0	9.750.000	0	0	0
14WD	0	8.000.000	0	0	0
14WF	0	9.300.000	0	0	0
3E49	1.053.360	33.886.693	26.053.360	0	0
3E56	13.310.644	18.310.644	13.310.644	1.760.000	1.760.000
Total	74.941.320	226.757.986	149.356.128	69.276.004	69.276.004

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UL	957.600	1.290.933	0	0	0
13XH	0	333.333	0	0	0
7M95	154.880.000	37.500.000	0	0	0
Total	155.837.600	39.124.266	0	0	0

• **00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K17	94.898.189	371.554.847	348.221.514	210.126.259	210.126.259
3E50	80.438.425	46.017.407	25.295.890	1.911.632	1.473.273
7630	1.053.360	11.286.693	0	0	0
Total	176.389.974	428.858.947	373.517.404	212.037.891	211.599.532

• **00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JP	593.950.129	739.783.462	593.950.129	591.962.540	591.962.540
Total	593.950.129	739.783.462	593.950.129	591.962.540	591.962.540

• **00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113I	0	333.333	0	0	0
113V	19.152.006	32.085.339	27.152.006	24.196.102	24.196.102
113X	3.400.000	25.666.667	15.797.543	7.537.995	7.537.995

11WB	0	13.300.000	0	0	0
123S	957.600	6.624.267	957.600	0	0
12ER	957.600	5.057.600	2.957.600	0	0
12JV	40.314.972	17.733.333	0	0	0
12KB	6.224.402	8.557.735	0	0	0
12KY	48.400.000	38.733.333	38.400.000	37.177.140	37.177.140
12MK	26.674.387	12.074.387	11.000.000	7.978.967	7.978.967
13XZ	23.940.007	14.773.340	8.940.007	0	0
14K4	4.050.000	4.050.000	0	0	0
14K5	100.000	100.000	0	0	0
14LV	0	27.404.012	20.304.012	0	0
14W7	0	11.400.000	0	0	0
5789	3.000.000	2.500.000	0	0	0
7171	0	333.333	0	0	0
7174	14.364.004	27.630.671	14.364.004	12.008.685	12.008.685
7L03	76.703.784	92.037.117	76.703.784	69.206.695	69.206.695
7M68	38.304.012	0	0	0	0
7M91	957.600	34.690.933	20.957.600	430.855	430.855
7M92	6.880.000	22.321.467	20.547.316	16.721.587	16.550.059
7M93	2.000.000	1.500.000	0	0	0
7N84	957.600	2.490.933	945.419	615.468	596.659
7S43	15.000.000	15.000.000	0	0	0
7S47	50.900.000	50.900.000	0	0	0
7S51	21.200.000	32.030.000	0	0	0
7S52	7.904.115	7.904.115	0	0	0
7S54	22.940.000	22.940.000	8.000.000	5.749.883	5.749.883
7S58	43.000.000	43.000.000	0	0	0
7S65	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7S67	28.100.000	28.100.000	0	0	0
7S80	41.900.000	41.900.000	0	0	0
7S97	41.300.000	41.300.000	0	0	0
Total	595.582.089	690.471.915	267.026.890	181.623.377	181.433.039

• 00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
115T	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
115Y	500.000	500.000	0	0	0
11Z7	14.459.764	11.333.333	0	0	0
11Z9	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.237.879	1.237.879
11ZA	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0
11ZC	957.600	6.857.600	0	0	0
11ZK	2.000.000	2.666.667	0	0	0
11ZS	7.000.000	6.833.333	1.385.000	0	0
128Y	0	360.000	0	0	0
12FO	7.421.402	3.754.735	3.215.430	3.024.322	2.981.391
12H0	9.576.003	4.933.333	0	0	0
12HH	8.618.403	4.366.667	0	0	0

12IX	19.152.006	33.818.673	19.152.006	0	0
12IZ	26.573.408	16.906.741	13.050.000	365.696	365.696
12KG	19.152.006	26.333.333	0	0	0
12MJ	7.660.802	394.135	0	0	0
13NJ	6.000.000	14.166.667	9.519.214	5.987.818	5.987.818
13OT	0	333.333	0	0	0
13SQ	0	11.521.000	10.970.144	0	0
13XW	49.795.215	50.995.215	47.878.110	13.717.127	13.717.127
13Y0	8.043.842	43.842	0	0	0
13ZD	4.000.000	4.000.000	3.000.000	0	0
14JY	700.000	700.000	0	0	0
14JZ	100.000	100.000	80.000	0	0
14K0	550.000	550.000	0	0	0
14K1	2.000.000	2.000.000	1.900.976	0	0
14K2	600.000	933.333	0	0	0
14K3	6.000.000	6.333.333	4.485.000	289.989	289.989
7N81	4.800.000	18.133.333	16.800.000	0	0
7N88	6.500.000	7.833.333	6.500.000	891.123	891.123
7P87	32.271.130	81.604.463	66.271.130	56.304.138	56.304.138
7R27	957.600	1.290.933	0	0	0
7R65	0	1.300.000	0	0	0
7S25	4.000.000	4.000.000	0	0	0
7S55	37.032.192	37.032.192	0	0	0
7S81	47.500.000	38.500.000	0	0	0
7S86	900.000	900.000	0	0	0
7S92	5.000.000	5.000.000	0	0	0
7S96	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	350.321.373	416.829.527	212.707.009	81.818.091	81.775.160

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00B6 - Construção da BR-135/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C09	53.146.816	50.447.333	447.333	0	0
Total	53.146.816	50.447.333	447.333	0	0

• **00B9 - Construção da BR-163/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1490	352.000.000	474.400.000	351.599.971	137.493.946	137.333.864
Total	352.000.000	474.400.000	351.599.971	137.493.946	137.333.864

• **00BB - Construção da BR-235/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

7F51	38.304.012	105.515.550	18.915.549	15.941.028	15.941.028
Total	38.304.012	105.515.550	18.915.549	15.941.028	15.941.028

• 00BE - Construção de rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10IW	66.352.000	43.137.684	36.804.350	23.249.303	23.249.303
10KK	27.136.428	103.803.095	57.136.427	24.131.846	24.131.846
110Z	957.600	957.600	67.218	0	0
111J	1.915.201	19.248.534	18.915.201	16.645.520	16.645.520
113L	1.000.000	1.000.000	412.666	0	0
113R	957.600	2.890.933	0	0	0
11VA	18.246.761	20.246.761	10.246.761	4.928.959	4.317.619
128W	28.728.009	35.000.009	0	0	0
12JG	30.834.730	34.168.063	1.000.000	0	0
12JW	0	8.333.333	0	0	0
12L0	28.728.009	8.100.009	0	0	0
13SL	0	1.666.667	0	0	0
13UW	3.540.000	5.206.667	0	0	0
13WQ	0	333.333	0	0	0
13XG	7.920.000	1.286.667	0	0	0
13XQ	1.915.201	2.248.534	0	0	0
14K6	2.000.000	2.000.000	0	0	0
14K7	3.100.000	3.100.000	0	0	0
14P8	0	1.500.000	0	0	0
14W8	0	9.450.000	0	0	0
14WG	0	10.233.000	0	0	0
1B99	17.236.805	20.470.138	17.167.169	11.188.247	11.188.247
1D70	18.385.926	3.275.783	208.446	0	0
1J59	1.915.201	30.548.534	1.913.317	457.194	457.194
5E15	47.880.015	49.880.015	10.093.277	6.469.257	6.469.257
7152	4.021.921	37.655.254	21.021.921	9.304.498	9.304.498
7441	48.263.055	21.227.130	4.560.412	474.043	454.827
7474	10.578.386	25.178.386	22.565.366	8.780.719	8.780.719
7E79	47.880.015	79.213.348	47.880.015	11.280.523	11.280.523
7E87	61.842.336	47.075.669	36.842.336	0	0
7G16	16.087.685	4.674.352	0	0	0
7H16	40.000.000	40.000.000	0	0	0
7J39	2.000.000	10.233.333	7.900.000	0	0
7K23	101.601.391	60.457.572	35.457.571	9.668.761	9.668.761
7M32	1.000.000	12.000.000	0	0	0
7M33	5.900.000	0	0	0	0
7M50	3.000.000	4.666.667	2.999.900	0	0
7M65	21.067.206	7.392.768	7.059.435	5.985.352	5.985.352
7M66	20.935.864	10.035.864	1.935.864	0	0
7M78	11.970.004	972.644	805.977	0	0
7M79	11.970.004	22.639.352	22.472.684	22.472.684	22.472.684
7M81	44.000.000	8.916.667	4.750.000	2.701.723	2.701.723

7N22	40.219.212	25.485.879	25.000.000	25.000.000	25.000.000
7N85	4.213.441	16.666.667	0	0	0
7S38	8.032.000	8.032.000	0	0	0
7S40	100.500.000	100.500.000	0	0	0
7S48	7.641.916	7.641.916	0	0	0
7S57	82.240.000	72.740.000	0	0	0
7S59	43.000.000	43.000.000	0	0	0
7S61	22.000.000	22.000.000	0	0	0
7S62	30.500.000	30.500.000	0	0	0
7S77	46.500.000	46.500.000	0	0	0
7S78	59.840.000	59.840.000	986.577	0	0
7S79	65.300.000	65.300.000	0	0	0
7S84	50.000.000	50.000.000	0	0	0
7T08	31.340.000	31.340.000	0	0	0
7T09	0	2.000.000	0	0	0
Total	1.352.193.922	1.391.970.827	396.202.891	182.738.628	182.108.073

• 04AE - Construção da BR-448/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L7	198.440.000	353.240.000	314.640.000	113.730.010	113.730.010
Total	198.440.000	353.240.000	314.640.000	113.730.010	113.730.010

• 04AK - Construção da BR-122/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S83	10.860.000	10.860.000	0	0	0
Total	10.860.000	10.860.000	0	0	0

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BG - Construção da BR-364/AC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1422	957.600	90.457.600	89.000.000	40.661.000	40.661.000
Total	957.600	90.457.600	89.000.000	40.661.000	40.661.000

• 00BH - Construção da BR-429/RO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113Y	90.014.428	73.420.016	69.420.016	34.513.176	34.513.176
Total	90.014.428	73.420.016	69.420.016	34.513.176	34.513.176

• 00BI - Construção de pontes internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110O	31.189.746	39.049.702	0	0	0
112N	28.728.009	15.000.000	0	0	0
126R	9.576.003	19.142.670	409.865	0	0
Total	69.493.758	73.192.372	409.865	0	0

• 00BJ - Construção de rodovias fronteiriças

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13YK	0	13.833.333	0	0	0
1418	40.219.212	57.219.212	40.219.212	4.000.000	4.000.000
7M64	5.300.000	5.300.000	3.804.000	538.121	538.121
Total	45.519.212	76.352.545	44.023.212	4.538.121	4.538.121

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10KR	110.000.000	165.000.000	109.999.999	38.172.441	38.172.441
110I	110.000.000	140.000.000	110.000.000	16.352.668	16.352.668
111D	1.320.000	16.486.667	7.105.531	910.668	910.668
Total	221.320.000	321.486.667	227.105.530	55.435.777	55.435.777

• 00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1248	99.358.454	21.858.454	15.615.046	6.410.580	6.410.580
Total	99.358.454	21.858.454	15.615.046	6.410.580	6.410.580

• 00BP - Construção de rodovias de integração nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1428	993.584	9.326.917	0	0	0
7242	80.500.000	24.556.658	12.889.991	0	0
Total	81.493.584	33.883.575	12.889.991	0	0

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

113K	957.600	1.290.933	0	0	0
113U	880.000	880.000	0	0	0
14OQ	0	333.333	0	0	0
1D02	43.475.053	17.000.000	0	0	0
7I84	81.601.915	82.742.594	67.742.512	49.291.003	49.291.003
7K18	65.800.000	74.100.000	65.800.000	1.182.412	1.182.412
7L92	76.608.024	27.608.024	2.353.266	0	0
7M51	17.907.126	17.907.126	312.000	226.408	226.408
7N41	1.300.000	2.300.000	2.300.000	0	0
7S41	13.000.000	13.000.000	0	0	0
7S42	13.000.000	13.000.000	0	0	0
7S93	10.000.000	10.000.000	0	0	0
7S95	1.500.000	1.500.000	0	0	0
Total	326.029.718	261.662.010	138.507.778	50.699.823	50.699.823

• **00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14MW	0	1.386.840	0	0	0
7N45	750.000	750.000	750.000	0	0
7S39	35.000.000	35.000.000	0	0	0
7S88	6.700.000	7.033.333	0	0	0
7T10	0	1.500.000	0	0	0
Total	42.450.000	45.670.173	750.000	0	0

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2346	28.450.000	27.650.000	23.817.411	17.667.038	17.182.285
2347	4.500.000	4.500.000	3.628.258	2.202.147	2.002.747
Total	32.950.000	32.150.000	27.445.669	19.869.185	19.185.031

• **00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2036	152.800.000	152.800.000	148.673.557	7.235.763	7.235.763
4482	500.000	500.000	0	0	0
Total	153.300.000	153.300.000	148.673.557	7.235.763	7.235.763

• **00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
108X	137.192.000	33.333.333	0	0	0

2325	100.000.000	100.000.000	99.935.077	46.455.486	44.651.935
Total	237.192.000	133.333.333	99.935.077	46.455.486	44.651.935

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00WJ - Realização de estudos e projetos para o modal rodoviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7T05	15.500.000	15.500.000	0	0	0
Total	15.500.000	15.500.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	486.905	544.772	68.994
Despesas Correntes	126.305	92.355	35.220
Despesas de Capital	360.600	452.417	33.774
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.070.246	1.391.893	382.938
Totais	1.557.151	1.936.665	451.933

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11XL	0	1.333.333	0	0	0
122A	15.000.000	0	0	0	0
122E	44.000.000	21.000.000	2.898.283	158.858	158.858
122H	1.000.000	1.333.333	0	0	0
122I	20.000.000	82.266.667	68.160.000	1.975.191	1.975.191
122J	0	300.000	0	0	0
122K	10.000.000	24.566.667	7.250.000	0	0
122O	12.000.000	16.400.000	0	0	0
12DG	10.000.000	12.000.000	10.000.000	0	0
12IV	0	666.667	0	0	0
12Y0	8.000.000	2.083.333	0	0	0
12Y1	10.000.000	1.800.000	0	0	0
131L	0	666.667	0	0	0
14UD	0	666.667	0	0	0
211J	0	36.000.000	0	0	0
Total	130.000.000	201.083.334	88.308.283	2.134.049	2.134.049

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10OK	15.000.000	23.200.000	23.122.425
143N	0	5.100.000	0
3E66	0	44.000.000	13.882.925
3E69	9.000.000	20.127.828	18.140.208
Total	24.000.000	92.427.828	55.145.558

• 00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122L	15.000.000	12.000.000	0	0	0
Total	15.000.000	12.000.000	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7376	1.448.298	1.155.309	0
Total	1.448.298	1.155.309	0

• 00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122B	0	150.000	0	0	0
Total	0	150.000	0	0	0

• 00IL - Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122E	0	1.533.333	0	0	0
Total	0	1.533.333	0	0	0

• 04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122A	0	14.000.000	0	0	0
Total	0	14.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143F	17.823.443	25.014.662	0
143L	7.000.000	4.000.000	0
144E	1.200.000	0	0
144H	0	2.200.000	0
144Y	1.400.725	1.400.725	0
144Z	19.797.676	10.319.125	0
147D	200.000	2.310.551	853.042
Total	47.421.844	45.245.063	853.042

• 00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
122T	10.000.000	10.000.000	0
1C66	44.078.863	55.883.549	32.286.766
1C67	14.111.751	14.111.751	67.219
Total	68.190.614	79.995.300	32.353.985

• 00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122Z	21.040.000	22.376.667	21.040.000	13.000.000	13.000.000
12K7	25.000.000	8.616.667	1.950.000	0	0
7L25	30.000.000	14.443.333	0	0	0
7Q62	2.000.000	2.000.000	0	0	0
7S17	30.500.000	30.500.000	0	0	0
Total	108.540.000	77.936.667	22.990.000	13.000.000	13.000.000

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12L7	3.200.000	3.332.076	1.188.057
12L8	5.400.000	12.700.000	0
12LG	96.000.000	98.900.000	0
12LM	18.500.000	24.500.000	7.700.196
12LN	5.600.000	11.000.000	0
142Z	1.500.000	3.061.234	1.681.299
143I	5.675.680	4.000.000	2.106.714
143J	6.946.280	10.946.280	0
144A	3.900.000	5.476.366	262.129
144X	2.500.000	2.500.000	0
Total	149.221.960	176.415.956	12.938.395

• 00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LQ	37.190.000	41.190.000	0
12LS	7.200.000	0	0
12NJ	20.000.000	20.000.000	0
12NK	15.000.000	10.829.795	0
Total	79.390.000	72.019.795	0

• 00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10NP	4.000.000	4.000.000	0	0	0
Total	4.000.000	4.000.000	0	0	0

• 00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138S	2.000.000	32.000.000	0	0	0
Total	2.000.000	32.000.000	0	0	0

• 00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143B	1.840.000	1.840.000	0
143D	15.000.000	15.000.000	0
3E79	56.061.900	112.023.112	92.011.830
Total	72.901.900	128.863.112	92.011.830

• **00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11XC	1.000.000	1.000.000	0	0	0
128N	51.450.000	15.516.667	0	0	0
138M	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Total	54.450.000	18.516.667	2.000.000	2.000.000	2.000.000

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11HG	1.358.000	0	0
12LK	8.000.000	14.000.000	67.500
143O	1.020.000	3.000.000	2.984.208
143Q	2.000.000	3.905.000	1.905.000
143R	4.850.000	3.800.000	1.436.673
144J	1.000.000	1.000.000	570.000
144K	1.000.000	1.000.000	0
144L	500.000	697.798	0
147E	1.500.000	2.916.220	326.982
7390	1.760.000	1.760.000	0
Total	22.988.000	32.079.018	7.290.363

• **00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14WI	0	20.600.000	0	0	0
Total	0	20.600.000	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143A	2.600.000	5.681.405	2.753.302
143G	8.729.120	3.700.580	1.404.360
143S	2.124.464	3.486.190	100.180
143U	300.000	0	0
143V	1.000.000	1.000.000	0
143Y	37.015.328	28.096.207	13.041.780
144R	1.000.000	3.031.588	526.442
144T	8.000.000	2.335.000	180.595
144U	600.000	950.000	383.246
144V	500.000	5.030.881	2.717.016
144W	4.200.000	0	0

145B	11.818.003	14.911.953	571.700
145D	8.314.890	5.570.493	2.178.200
145H	4.508.556	20.320.682	1.802.349
145U	3.000.000	28.668.381	7.942.029
14N0	0	1.000.000	0
Total	93.710.361	123.783.360	33.601.199

• **00KT - Estudos para infraestrutura portuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SJ	1.200.000	1.200.000	0	0	0
Total	1.200.000	1.200.000	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
11WH	2.000.000	4.557.437		329.775
20HL	8.802.982	22.502.585		852.784
Total	10.802.982	27.060.022		1.182.559

• **048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
11X0	25.810.000	19.701.918		11.359.508
Total	25.810.000	19.701.918		11.359.508

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JQ	12.000.000	18.186.667	16.640.000	16.640.000	16.640.000
Total	12.000.000	18.186.667	16.640.000	16.640.000	16.640.000

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12LL	26.000.000	32.000.000		8.675.402
12LO	79.500.000	126.500.000		66.126.638
12LP	30.541.869	45.700.000		25.143.754
12LR	88.400.000	119.900.000		35.656.760
Total	224.441.869	324.100.000		135.602.554

• **00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12LI	211.000.000	210.444.866		0
Total	211.000.000	210.444.866		0

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122X	25.500.000	18.250.000	18.250.000	4.547.221	4.547.221
12KP	3.000.000	500.000	500.000	0	0
12KQ	4.500.000	4.500.000	4.500.000	2.500.000	2.500.000
138T	1.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	34.000.000	25.250.000	23.250.000	7.047.221	7.047.221

- 00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KR	1.000.000	2.500.000	0	0	0
Total	1.000.000	2.500.000	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
14KJ	9.000.000	28.250.000		0
14KL	4.500.000	4.500.000		0
14KM	7.000.000	7.000.000		0
Total	20.500.000	39.750.000		0

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00OM - Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138U	200.000	200.000	0	0	0
Total	200.000	200.000	0	0	0

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KS	24.700.000	12.700.000	12.700.000	12.700.000	0

138Y	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	25.700.000	13.700.000	12.700.000	12.700.000	0

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B9	19.500.000	20.100.000	14.028.478	497.808	497.808
20SK	8.815.200	8.815.200	4.615.200	0	0
8785	15.000.000	17.500.000	15.424.366	14.975.161	13.908.541
Total	43.315.200	46.415.200	34.068.044	15.472.969	14.406.348

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
20HM	13.417.876	11.891.683		124.050
Total	13.417.876	11.891.683		124.050

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01H9 - Reestruturação de instalações portuárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138O	9.000.000	9.000.000	0	0	0
Total	9.000.000	9.000.000	0	0	0

• 01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12LJ	5.000.000	6.959.877		475.341
Total	5.000.000	6.959.877		475.341

• 01HB - Implantação de novos portos organizados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S16	46.500.000	46.500.000	0	0	0
Total	46.500.000	46.500.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	460.994	640.897	19.373
Despesas Correntes	10.453	20.953	1.540
Despesas de Capital	450.541	619.944	17.833
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	460.994	640.897	19.373

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HL	3.830.401	10.497.068	3.830.401	0	0
Total	3.830.401	10.497.068	3.830.401	0	0

• 00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12J1	9.767.523	16.700.856	9.767.522	0	0
Total	9.767.523	16.700.856	9.767.522	0	0

• 00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HY	1.760.000	2.360.000	1.760.000	0	0
13LJ	6.458.299	8.791.632	6.458.299	0	0
7M52	9.576.003	12.742.670	0	0	0
Total	17.794.302	23.894.302	8.218.299	0	0

• 00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KV	125.445.639	111.284.822	42.218.155	0	0
Total	125.445.639	111.284.822	42.218.155	0	0

• 00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110S	13.310.644	19.643.977	13.310.644	0	0
Total	13.310.644	19.643.977	13.310.644	0	0

• 00QB - Construção da Eclusa de Lajeado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S28	100.000.000	100.000.000	0	0	0
Total	100.000.000	100.000.000	0	0	0

• 00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LO	3.600.000	3.600.000	3.600.000	1.525.812	1.525.812
Total	3.600.000	3.600.000	3.600.000	1.525.812	1.525.812

• 04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123M	0	4.000.000	0	0	0
Total	0	4.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13LF	35.769.043	55.769.043	0	0	0
14MZ	0	4.000.000	0	0	0
Total	35.769.043	59.769.043	0	0	0

• 00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
108U	562.320	562.320	562.320	0	0
112R	567.337	2.667.337	567.337	54.272	54.272
112S	591.183	1.291.183	591.183	48.374	48.374
112T	1.467.524	2.767.524	591.183	116.325	116.325
112U	901.181	3.101.181	901.181	249.361	249.361
112W	1.841.112	2.941.112	1.841.112	92.786	92.786
112Z	476.920	1.076.920	476.920	135.763	135.763
113A	1.661.273	2.761.273	1.661.273	146.786	146.786
113B	963.777	2.563.777	963.777	111.208	111.208
113D	1.239.000	2.039.000	1.239.000	0	0
113E	2.023.931	3.223.931	2.023.931	89.859	89.859
113F	1.630.472	2.930.472	1.630.472	26.037	26.037
113G	1.439.704	2.639.704	1.439.704	167.014	167.014
113H	884.290	2.084.290	884.290	173.979	173.979
114E	1.964.316	3.464.316	1.964.316	262.431	262.431

127G	67.778.551	145.109.551	20.272.872	8.860.641	8.860.641
13M7	3.576.904	5.576.904	5.022.766	3.384.031	3.384.031
13MB	1.291.660	1.291.660	0	0	0
1D52	2.409.442	4.409.442	2.409.442	0	0
1D54	367.626	367.626	367.626	0	0
7S87	22.000.000	22.000.000	0	0	0
Total	115.638.523	214.869.523	45.410.704	13.918.864	13.918.864

• 00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13LO	5.961.507	15.961.507	0	0	0
Total	5.961.507	15.961.507	0	0	0

• 00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
124E	0	15.000.000	4.941.270	3.913.748	3.913.748
20LN	6.853.000	17.353.000	6.848.353	14.242	14.242
Total	6.853.000	32.353.000	11.789.623	3.927.990	3.927.990

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00WR - Estudos para transposição de desnível em hidrovias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S94	10.000.000	10.000.000	0	0	0
Total	10.000.000	10.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12I0	13.023.364	18.323.364	0	0	0
Total	13.023.364	18.323.364	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.849.422	3.173.401	505.825
Despesas Correntes	97.385	96.585	17.947
Despesas de Capital	2.752.036	3.076.816	487.878
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.849.422	3.173.401	505.825

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116E	22.731.469	200.731.469	21.918.273	13.152.668	13.146.610
116X	1.915.201	185.915.201	25.511.683	18.820.723	18.645.627
11ZD	95.760.030	129.093.363	88.356.745	22.416.399	22.400.036
11ZH	717.146.861	817.146.861	717.141.875	362.886.026	362.850.675
11ZI	181.944.056	231.944.056	131.092.920	18.507.521	18.375.142
13E8	0	333.333	0	0	0
5E83	9.863.283	24.163.283	2.136.780	2.136.780	2.136.780
Total	1.029.360.900	1.589.327.566	986.158.277	437.920.117	437.554.870

• **00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10MK	9.097.203	12.430.536	0	0	0
11ZT	0	26.700.000	0	0	0
Total	9.097.203	39.130.536	0	0	0

• **00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EB	0	333.333	0	0	0
Total	0	333.333	0	0	0

• **00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZE	769.144.557	632.144.557	346.090.778	28.663.854	28.607.046
124G	351.439.308	319.772.641	132.100.000	0	0
Total	1.120.583.865	951.917.198	478.190.778	28.663.854	28.607.046

• 00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ED	0	13.333.333	0	0	0
7S27	55.200.000	55.200.000	0	0	0
Total	55.200.000	68.533.333	0	0	0

• 00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S26	60.000.000	60.000.000	0	0	0
Total	60.000.000	60.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K25	67.989.621	57.422.954	0	0	0
Total	67.989.621	57.422.954	0	0	0

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127K	176.000.000	64.333.333	0	0	0
Total	176.000.000	64.333.333	0	0	0

• 00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128D	69.000.000	69.000.000	0	0	0
Total	69.000.000	69.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10HH	0	1.416.667	0	0	0
11H1	9.576.003	12.909.336	4.499.889	0	0
11XB	2.394.001	2.560.668	577.017	0	0

13EK	52.400.000	49.200.000	0	0	0
13EL	3.500.000	3.883.333	0	0	0
13FZ	0	166.667	0	0	0
13GG	0	166.667	0	0	0
13JW	0	2.316.667	0	0	0
13K2	0	166.667	0	0	0
13KH	0	1.300.000	0	0	0
13L9	1.500.000	1.833.333	1.500.000	1.048.020	1.048.020
14MM	0	582.351	0	0	0
14NH	0	166.667	0	0	0
14TL	0	316.667	0	0	0
7T02	1.500.000	1.500.000	0	0	0
Total	70.870.004	78.485.690	6.576.906	1.048.020	1.048.020

• 00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10H8	23.500.000	22.429.827	11.709.210	0	0
10HE	3.500.000	15.316.667	8.890.790	0	0
10I6	0	350.400	0	0	0
1226	2.000.000	0	0	0	0
1276	10.342.083	8.342.083	0	0	0
13FV	0	316.667	0	0	0
1D69	33.899.050	36.899.050	33.899.050	20.197.387	20.197.387
1K24	13.693.684	5.360.351	48.444	48.444	48.444
7T01	20.000.000	20.000.000	0	0	0
7T04	4.000.000	4.000.000	0	0	0
7T06	35.000.000	35.000.000	0	0	0
Total	145.934.817	148.015.045	54.547.494	20.245.831	20.245.831

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00DX - Construção de integração intermodal e intramodal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13KY	0	316.667	0	0	0
7T03	6.500.000	6.500.000	0	0	0
Total	6.500.000	6.816.667	0	0	0

• 00E1 - Fiscalização das concessões ferroviárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2348	13.885.150	13.085.150	10.825.469	8.609.907	8.609.907
Total	13.885.150	13.085.150	10.825.469	8.609.907	8.609.907

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores

da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LJ	10.000.000	12.000.000	0	0	0
869U	15.000.000	15.000.000	13.660.744	9.336.982	8.509.999
Total	25.000.000	27.000.000	13.660.744	9.336.982	8.509.999

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	312.878	693.609	33.263
Despesas Correntes	73.390	80.990	32.105
Despesas de Capital	239.488	612.619	1.158
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.801.137	1.429.923	1.132.963
Totais	2.114.015	2.123.532	1.166.226

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **006Y - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1F59	131.841.561	13.471.204	7.792.923
Total	131.841.561	13.471.204	7.792.923

- **006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7H34	48.160.461	71.166.294	70.757.998
Total	48.160.461	71.166.294	70.757.998

- **0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZA	151.772.650	68.198.272	46.165.629
Total	151.772.650	68.198.272	46.165.629

- **0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZB	82.265.238	43.725.843	19.452.488
Total	82.265.238	43.725.843	19.452.488

- **0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1M31	270.549.055	239.490.979	150.895.137
Total	270.549.055	239.490.979	150.895.137

- **0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LF	74.536.269	53.747.073	34.999.699
Total	74.536.269	53.747.073	34.999.699

• 0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7J01	200.408.981	117.609.094	86.497.389
Total	200.408.981	117.609.094	86.497.389

• 0076 - Adequação da capacidade dos aeroportos administrados pela União

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10Z9	131.813.926	172.768.373	167.605.163
10ZC	38.191.016	24.257.122	24.257.122
10ZD	3.000.000	100.000	0
10ZE	7.258.000	790.000	0
12LD	12.354.081	13.821.707	13.821.707
145V	42.430.000	10.335.100	1.301.606
145X	14.632.703	7.733.170	3.140.446
1F52	51.810.401	5.924.401	3.934.798
1F53	2.523.763	3.011.805	3.011.805
1F54	14.292.440	9.199.722	644.831
1F55	23.696.260	24.749.735	24.749.734
1F56	45.161.912	32.161.452	15.924.561
1J93	24.423.207	43.172.957	33.669.454
1J95	52.996.734	18.221.045	7.872.668
1J98	32.622.033	12.119.834	6.156.595
4099	344.396.798	444.148.279	410.311.243
Total	841.603.274	822.514.702	716.401.733

• 0078 - Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12CE	91.500.000	93.800.000	23.000.000	0	0
14UB	0	139.000.000	0	0	0
14UC	0	48.106.367	0	0	0
5154	136.000.000	317.285.337	193.423.552	0	0
Total	227.500.000	598.191.704	216.423.552	0	0

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 007S - Adoção de mecanismos para assegurar o atendimento dos requisitos previstos na regulação pelos provedores de serviço de aviação civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2880	3.127.900	3.127.900	2.194.690	0	0
2924	43.332.773	43.332.773	24.114.916	16.684.487	16.684.487
Total	46.460.673	46.460.673	26.309.606	16.684.487	16.684.487

- 007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2912	32.020.000	36.126.333	18.208.538	16.578.538	16.578.443
Total	32.020.000	36.126.333	18.208.538	16.578.538	16.578.443

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SW	6.709.700	8.043.033	0	0	0
Total	6.709.700	8.043.033	0	0	0

- 007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211I	0	4.600.000	0	0	0
6640	187.176	187.176	0	0	0
Total	187.176	4.787.176	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	755.634	959.256	452.271
Despesas Correntes	376.731	389.633	229.348
Despesas de Capital	378.903	569.624	222.923
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	407.176	252.138	135.151
Totais	1.162.810	1.211.394	587.422

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LS	250.223	250.223	156.621	143.917	143.917
2C46	2.596.100	2.596.100	0	0	0
2C48	3.900	3.900	0	0	0
Total	2.850.223	2.850.223	156.621	143.917	143.917

- 02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146X	34.436.866	5.827.571		2.090.344
Total	34.436.866	5.827.571		2.090.344

- 02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146W	19.430.194	4.860.860		3.155.317
Total	19.430.194	4.860.860		3.155.317

- 02YD - Aumento da capacidade das redes de suporte para transmissão de internet em alta velocidade

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146Y	59.500.000		0	0
147C	59.500.000		0	0
Total	119.000.000		0	0

- 02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
147A	80.000.000	80.000.000	25.497.363
Total	80.000.000	80.000.000	25.497.363

• 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OF	98.609.000	105.749.578	104.408.288
Total	98.609.000	105.749.578	104.408.288

• 02YT - Lançamento de satélite para comunicações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Z	55.700.000	55.700.000	0
Total	55.700.000	55.700.000	0

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ZV	39.480.000	43.396.000	38.185.959	3.290.582	3.211.068
Total	39.480.000	43.396.000	38.185.959	3.290.582	3.211.068

• 02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V8	0	1.042.367	0	0	0
6492	93.425.000	93.425.000	17.519.139	34.858	34.858
Total	93.425.000	94.467.367	17.519.139	34.858	34.858

• 02Z0 - Estímulo ao desenvolvimento de aplicações, serviços e conteúdos digitais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6272	1.300.000	1.300.000	84.000	0	0
Total	1.300.000	1.300.000	84.000	0	0

• 02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ER	6.608.250	6.608.250	6.607.716	1.412.686	1.412.686
20LR	250.000	250.000	0	0	0

Total	6.858.250	6.858.250	6.607.716	1.412.686	1.412.686
--------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

• **02Z2 - Implantação de Cidades Digitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ZU	40.000.000	40.000.000	30.332.811	0	0
Total	40.000.000	40.000.000	30.332.811	0	0

• **02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZB	0	25.333.333	0	0	0
2184	57.815.839	57.815.839	50.498.451	19.509.734	19.509.734
Total	57.815.839	83.149.172	50.498.451	19.509.734	19.509.734

• **02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1E13	31.295.000	31.295.000	12.683.819	0	0
Total	31.295.000	31.295.000	12.683.819	0	0

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2424	51.870.342	95.881.606	59.700.595	20.683.659	20.672.796
Total	51.870.342	95.881.606	59.700.595	20.683.659	20.672.796

• **02ZE - Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B68	24.056.686	21.651.018	21.636.453	19.459.820	19.459.820
Total	24.056.686	21.651.018	21.636.453	19.459.820	19.459.820

• **02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1B50	1.700.000	1.700.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000
1B53	2.700.000	2.700.000	531.200	526.520	526.520
20LQ	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
6616	660.332	660.332	649.873	649.873	649.873
Total	6.060.332	6.060.332	3.581.073	3.576.393	3.576.393

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZL** - Fomentar a capacitação de profissionais da cadeia produtiva do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4341	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0

- **02ZO** - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0505	200.000.000	266.666.667	200.000.000	200.000.000	200.000.000
20ZR	0	2.449.390	0	0	0
4333	11.670.000	11.670.000	9.226.813	7.135.623	6.445.403
4343	37.883.000	72.883.000	72.883.000	53.823.189	16.194.971
Total	249.553.000	353.669.057	282.109.813	260.958.812	222.640.374

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0449** - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B5	97.749.152	125.190.735	106.535.607	75.900.393	71.950.668
2670	50.320.600	50.320.600	50.320.600	47.300.000	47.300.000
Total	148.069.752	175.511.335	156.856.207	123.200.393	119.250.668

- **044B** - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128Z	1.000.000	1.166.667	60.000	0	0
Total	1.000.000	1.166.667	60.000	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

